

Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles

Copyright © Érica Tavares da Silva, 2013.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9. 610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro, sem a autorização prévia por escrito da Editora,
poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados.

EDITOR:
João Baptista Pinto

PROJETO GRÁFICO E CAPA:
Rian Narcizo Mariano

S586e

Silva, Érica Tavares, 1982-

Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles/ Érica Tavares da Silva. - 2012.
284 f. : il.color. ;23cm.

Orientador: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.

Bibliografia: f223-231.

ISBN:978-85-7785-187-4

1.Mobilidade espacial. 2.Migração. 3.População.

4.Metrópoles. I.Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz.

II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de
Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD:304.6

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar – Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ
Tel/Fax 55-21-2598-1950
www.observatoriodasmetropoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels: 21. 3553-2236 | 2215-3781
www.letracapital.com.br

Érica Tavares da Silva

Estrutura urbana e mobilidade
espacial nas metrópoles

LETRAPITAL

*Ao meu pai, que me permitiu percorrer
caminhos com mais segurança.*

AGRADECIMENTOS

Uma investigação como essa, nas condições em que foi realizada, não seria concluída sem o apoio de uma rede de pesquisa tão dedicada quanto a que estou inserida. Por isso, agradeço ao professor Luiz César de Queiroz Ribeiro, por sua orientação e envolvimento com os meus temas de estudo, pelas oportunidades e desafios que me trouxe. Sou grata aos estimados colegas do Observatório das Metrôpoles, em especial do núcleo Rio de Janeiro, pelas discussões que sempre produzimos conjuntamente e que tanto contribuíram para minha reflexão. Agradeço a Juciano Rodrigues, Marcelo Ribeiro, Filipe Correa, André Salata, Elizabeth Alves, entre outros, pela colaboração sempre que necessária, pela troca de ideias e pelo auxílio no trato com os dados.

Esta investigação é fruto da minha tese de doutorado desenvolvida no IPPUR/UFRJ, por isso também agradeço ao Instituto pela oportunidade de desenvolver meus estudos nessa admirável instituição – aos professores, funcionários da biblioteca e da secretaria, assim como colegas da turma de doutorado de 2008, pelos laços que construímos e pelas boas discussões que compartilhamos em sala de aula.

Agradeço aos professores Carlos de Mattos e Arturo Orellana, que me receberam no Instituto de Estudos Urbanos e Territoriais (IEUT) da Universidade Católica do Chile, e ao pesquisador Jorge Rodriguez, que também me recebeu no Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE/CEPAL). Sou grata pelas contribuições dadas ao meu trabalho. Também agradeço aos professores Luciana Lago, Aduino Cardoso, Rosa Ribeiro e Irineu Rigotti, por suas sugestões para a finalização desse documento. Agradeço ainda ao CNPq e à FAPERJ pelo financiamento da pesquisa.

Enfim, deixo registrado aqui o agradecimento aos meus familiares, principalmente aos meus pais e ao Thiago, que incansavelmente me apoiaram nessa caminhada acadêmica.

APRESENTAÇÃO

A publicação da tese de doutoramento da Érica Tavares coloca à disposição do público acadêmico importante contribuição à compreensão da longa transição urbana por que passa a sociedade brasileira no período pós os anos 1970. A partir de diversificados e convincentes fundamentos empíricos, gerados pelo uso apropriado de dados do IBGE e pela aplicação de sofisticados procedimentos técnico e metodológico, a autora empreende competente análise das mudanças demográficas do fenômeno metropolitano brasileiro. O tema da transição urbana ganha relevância como objeto de pesquisa por buscar interpretá-lo sob a ótica de uma complexa relação de causalidade entre dinâmicas demográficas e o processo de urbanização ocorrido no Brasil no período pós os anos 1970. Com efeito, centrando sua análise no tema da mobilidade espacial da população, Érica Tavares propõe uma leitura da dinâmica de organização interna das metrópoles, na qual a estrutura espacial e as formas de sociabilidade por ela engendrada a partir de múltiplos e diversificados processos (econômicos, políticos, culturais, etc.) condicionam e dão sentido sociológico ao comportamento locacional dessa população nos espaços mais urbanizados. Por esta razão, o tema da transição urbana deixa de ser tratado apenas como processo demográfico, mas é compreendido na sua relação com a dinâmica de constituição do fenômeno urbano-metropolitano no Brasil.

Acionando de maneira criativa os conhecimentos adquiridos em campos disciplinares distintos – sociologia, demografia e planejamento urbano – e tornando os fenômenos demográficos em objeto sociológico, Erica Tavares nos propõe uma série de temas e informações que permitem a reflexão sobre a hipótese da emergência de mudanças da natureza do conflito social nas metrópoles, como chave para o entendimento da transição urbana. Nos anos 1950, 1960 e 1970, o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro fundado na forte concentração do capital e na acumulação primitiva, *metro-urbanizou* de maneira acelerada a sociedade como processo de mobilização de um extenso exército industrial do reserva. *Metro-urbanizou* pela intensa e acelerada migração rural-urbana que deslocou do campo cerca de 39 milhões de pessoas entre 1940/1970. Uma boa

parte se dirigiu para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro que conheceram uma rápida expansão. A primeira impulsionada pela industrialização por substituição das importações, a segunda pela posição como capital do país. Na década de 1970, com a implantação de polos industriais em Contagem e Betim, os históricos anéis de Belo Horizonte são rompidos pela expansão acelerada da mancha urbana. As antigas cidades se transformam em gigantescos acampamentos de migrantes transformados em *moradores* que buscavam nas precoces metrópoles a casa e o trabalho. O *habitat* precário e a inserção no mundo do trabalho, ainda que em posições marginais nas relações de assalariamento, foram os quase exclusivos recursos buscados pelos moradores em sua inserção na cidade. Constitui-se um *ethos metropolitano pragmático*, utilizando a expressão consagrada em clássico trabalho sobre o desenvolvimento de São Paulo (Cardoso, Camargo e Kowarick, 1973), que marcou um estilo de vida urbana fundado na informalidade, improvisação e precariedade, traços marcantes da paisagem e da dinâmica de organização das nossas metrópoles. Como formula Érica Tavares, neste momento o conflito urbano se organiza em torno das estratégias dos *moradores* em *estar na cidade*, em *se assentar na cidade*, para entrar na sociedade urbana capitalista. É bem verdade que a paisagem e a dinâmica de organização das metrópoles se complexificam com a transformação de parcelas dos trabalhadores informais em segmentos do moderno operariado industrial das grandes empresas e, correlatamente, com o surgimento dos núcleos da moderna classe média constituídos pelos profissionais gestores das novas relações de trabalho (nas empresas e no Estado). Estas frações de classes passam a imprimir nas metrópoles os seus poderes, interesses e estilo de vida, surgindo ilhas segregadas de formalidade do habitat e de adequadas condições urbanas de vida em termos de serviços coletivos. Mas a metropolização das antigas cidades, via a lógica da permanente expansão da fronteira interna de acumulação do capital e da reprodução social, fundamentou a base de espoliativo capitalismo concentrador de capital, riqueza e de poder, porém sem constituir o conflito aberto de classes, permanecendo apenas como latente, pois permanentemente contornado por duas modalidades de expansão das fronteiras urbanas: a horizontal, própria da metrópole paulista, pela qual áreas cada vez mais distantes do núcleo foram incorporadas pela especulação imobiliária via loteamento ilegal/irregular e a autoconstrução da casa; a vertical, própria da metrópole

fluminense, com a qual os morros da capital foram ocupados pela expansão das favelas através de processos de ocupação e também autoconstrução da casa. Seja por uma ou outra via de expansão das fronteiras urbanas, o migrante despossuído no campo se transforma na metrópole em morador, proprietário de precária moradia, e em trabalhador informal, mas entra na sociedade moderna capitalista e vive uma experiência de ascensão social.

A leitura dos resultados da pesquisa realizada por Érica Tavares sugere a reflexão sobre as transformações das dinâmicas que fundaram a metropolização da acumulação primitiva, e suas consequências. Com efeito, desde os anos 1980 vivemos uma transição cuja principal marca é o fechamento das fronteiras urbanas, impondo-se a lógica da mercantilização da cidade como lógica central de acesso ao território da metrópole. Ao mesmo tempo, o assalariamento se expande, se diversifica e se segmenta em termos setoriais e espaciais. Agora o latente conflito se organiza por surdas e invisíveis práticas de lutas para *apropriar-se da cidade* como forma de permanecer nesta sociedade e desfrutar daquilo que David Harvey chamou de renda real: bem-estar, renda monetária e oportunidades. Luta que tem como objeto a apropriação das chances de mobilidade urbana no vasto e desigual espaço social das metrópoles. Filtrando socialmente, sobre tais chances atuam, simultaneamente, a estrutura social e sua hierarquia posicional, o sistema de transportes e a sua desigualdade de modalidades, custos e de qualidade, e o persistente descasamento espacial entre a localização do emprego e da habitação.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Professor-Titular do IPPUR/UFRJ
Coordenador do Observatório das Metrôpoles

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Estimativas da Migração Rural-Urbana Líquida – Brasil 1940/2000	40
Tabela 1.2 – Distribuição Populacional nas Regiões Metropolitanas 1970-2000.....	41
Tabela 1.3 – População por faixas de tamanho e nível de integração dos municípios – 1991/2010.....	55
Tabela 4.1 – Distribuição dos Imigrantes segundo tipo de fluxo e Taxa de Imigração (por mil) – 1991.....	109
Tabela 4.2 – Distribuição dos Imigrantes segundo tipo de fluxo e Taxa de Imigração (por mil) – 2000.....	110
Tabela 4.3 – Distribuição dos Migrantes por Fluxos Populacionais nas Metrôpoles – 1991 e 2000	112
Tabela 4.4 – Taxa de Imigração nas Metrôpoles segundo Nível de Integração (por mil) – 1991/2000.....	114
Tabela 4.5 – Migrantes Intrametropolitanos que fazem movimento pendular para trabalho – 2000	120
Tabela 4.6 – Taxa de Deslocamento para Trabalho no município de origem da migração – 2000	121
Tabela 5.1 – Distribuição percentual (%) dos Motivos para a migração por Sexo nas RMs – 2001	129
Tabela 5.2 – Distribuição dos migrantes nas RMs entre núcleo e periferia por principais motivos de migração – 2001	130
Tabela 5.3 – Distribuição dos migrantes nas RMs entre núcleo e periferia por principais motivos de migração (apenas de pessoas de referência na família) – 2001	132
Tabela 5.4 – Resultados da Regressão Logística: Probabilidade de migrar por motivo relacionado à moradia – 2001.....	136
Tabela 5.5 – Resultados da Regressão Logística: Probabilidade de migrar por motivo relacionado ao trabalho – 2001.....	138
Tabela 6.1. – Metrôpole do Rio de Janeiro: Municípios, População e Crescimento – 1991/2010	148
Tabela 6.2 – Metrôpole do Rio de Janeiro: Dados municipais – 1991/2010.....	153

Tabela 6.3 – Ocupados em empregos formais por setores de atividade na Metr�pole do Rio de Janeiro – 2000	154
Tabela 6.4 – Distribui�o dos Imigrantes por Tipo Socioespacial: Metr�pole do Rio de Janeiro – 1991 e 2000.....	174
Tabela 6.5 – �reas por Mudança de Tipo 1991-2000 na Metr�pole do Rio de Janeiro: Indicadores demográficos.	181
Tabela 7.1 – Taxa de Imigra�o na Metr�pole do Rio de Janeiro segundo Nível de Integra�o (por mil) – 1991/2000	192
Tabela 7.2 – Distribui�o dos Fluxos na metrópole do Rio de Janeiro com destino ao núcleo metropolitano	193
Tabela 7.3 – Distribui�o dos Fluxos Populacionais na Metr�pole do Rio de Janeiro com destino aos demais municípios metropolitanos.....	194
Tabela 7.4 – Metr�pole do Rio de Janeiro: Migrantes Intrametropolitanos Ocupados que realizam movimento pendular (%) – 1980 e 2000	197
Tabela 7.5 – Metr�pole do Rio de Janeiro: Distribui�o dos Migrantes segundo Tipo Socioespacial – 1991 e 2000	203
Tabela 7.6 – Metr�pole do Rio de Janeiro: Taxa de Mobilidade Intrametropolitana para trabalho (por mil) segundo Tipo Socioespacial – 2000	206
Tabela 7.7 – Metr�pole do Rio de Janeiro: Distribui�o da Popula�o que realiza Movimento Pendular por Tipo Socioespacial – 2000.....	207
Tabela 8.1 – Distribui�o da popula�o total e ocupada por migra�o e movimento pendular na Metr�pole do Rio de Janeiro segundo grupos de mobilidade espacial – 2000.....	218
Tabela 8.2 – Distribui�o dos migrantes data fixa por tipo de fluxo na Metr�pole do Rio de Janeiro segundo grupos de mobilidade espacial – 2000.....	218
Tabela 8.3 – Características populacionais e socioecon�micas dos grupos de mobilidade na Metr�pole do Rio de Janeiro – 2000.....	223

Tabela 8.4 – Distribuição da população segundo grupos de mobilidade na Metr�pole do Rio de Janeiro por tipo socioespacial (%) – 2000.....	224
Tabela 8.5 – Distribui�o da popula�o ocupada por categorias sócio-ocupacionais segundo migra�o e movimento pendular: Grupo 1 – 2000.....	226
Tabela 8.6 – Distribui�o da popula�o ocupada por categorias sócio-ocupacionais segundo migra�o e movimento pendular: Grupo 2 – 2000.....	227
Tabela 8.7 – Distribui�o da popula�o ocupada por categorias sócio-ocupacionais segundo migra�o e movimento pendular: Grupo 3 – 2000.....	229
Tabela 8.8 – Distribui�o da popula�o ocupada por categorias sócio-ocupacionais segundo migra�o e movimento pendular: Grupo 4 – 2000.....	231
Tabela 8.9 – Distribui�o da popula�o ocupada por categorias sócio-ocupacionais segundo migra�o e movimento pendular: Grupo 5 – 2000.....	232

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – Metr�poles brasileiras: Taxa de crescimento populacional e incremento absoluto por nível de integra�o – 1991/2010.....	57
Gráfico 1.2 – Distribui�o percentual do incremento populacional por nível de integra�o nas Metr�poles – 1991/2010.....	59
Gráfico 4.1 – Taxa de Imigra�o nos Núcleos Metropolitanos – 2001 a 2009.....	116
Gráfico 4.2 – Taxa de Imigra�o nas Periferias Metropolitanas – 2001 a 2009.....	117
Gráfico 4.3 – IBEUrb das RMs: Dimensão da Mobilidade Urbana – 2001 a 2008 (PNAD).....	123
Gráfico 5.1 – Probabilidades Preditas pelos modelos: Chance de migrar por motivo relacionado � moradia ou ao trabalho – 2001.....	139
Gráfico 6.1 – Estrutura Etária na Metr�pole do Rio de Janeiro por cor – 1991.....	162
Gráfico 6.2 – Estrutura Etária na Metr�pole do Rio de Janeiro por cor – 2000.....	163

Gráfico 6.3 – Taxas de Fecundidade Total (TFT) segundo Tipo Socioespacial: Metr�pole do Rio de Janeiro – 2000	169
Gráfico 6.4 – Taxas Específicas de Fecundidade segundo Tipo Socioespacial: Metr�pole do Rio de Janeiro – 2000	170
Gráfico 6.5 – Razão de Mortalidade Total segundo Tipo Socioespacial – Filhos Não-Sobreviventes (por mil nascidos vivos): Metr�pole do Rio de Janeiro – 2000	173
Gráfico 6.6 – Correla�o entre taxa de crescimento populacional e propor�o de crianças até 9 anos nas áreas da Metr�pole do Rio de Janeiro – 1991/2000	175
Gráfico 6.7 – Correla�o entre taxa de crescimento populacional e propor�o de idosos nas áreas da Metr�pole do Rio de Janeiro – 1991/2000	177
Gráfico 6.8 – Correla�o entre taxa de crescimento populacional e propor�o de migrantes nas áreas da Metr�pole do Rio de Janeiro – 1991/2000	177
Gráfico 7.1 – Metr�pole do Rio de Janeiro: Taxa de Imigra�o Intrametropolitana (por mil) segundo Tipo Socioespacial – 1991 e 2000	200
Gráfico 7.2 – Metr�pole do Rio de Janeiro: Taxa de Imigra�o Intra e Interestadual (por mil) segundo Tipo Socioespacial – 1991 e 2000	201

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.1 – Metr�poles Brasileiras	53
Mapa 6.1 – �reas por Mudança de Tipo 1991-2000 na Metr�pole do Rio de Janeiro	179
Mapa 7.1 – Exemplifica�o da metodologia para análise dos fluxos populacionais a partir das áreas do município segundo migra�o e movimento pendular	189
Mapa 8.1 – Metr�pole do Rio de Janeiro: Grupos de áreas segundo mobilidade espacial (Migra�o e Pendularidade) – 2000	221
Mapa 8.2 – Metr�pole do Rio de Janeiro segundo grau de mobilidade da popula�o (2002-2003)	222

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – Transição Demográfica e Urbana no Brasil – 1920/2010.....	71
Quadro 2.2 – Esquema analítico	78
Quadro 5.1 – Variáveis para a Análise de Regressão Logística.....	133
Quadro 6.1 – Estrutura Etária segundo Tipo Socioespacial: Metrópole do Rio de Janeiro – 1991 e 2000.....	164
Quadro 6.2 – Estrutura Etária segundo Tipo Socioespacial e Núcleo-Periferia-Favela por cor: Metrópole do Rio de Janeiro – 2000.....	167

SUMÁRIO

Introdução	21
I. Urbanização, dinâmica populacional e estrutura urbana: enfoques históricos e teóricos	
1. Urbanização e metropolização: contextualização histórica e tendências	37
1.1. Urbanização, metropolização e dinâmica populacional no Brasil	38
1.2. Metrôpoles brasileiras: entre a concentração e a dispersão	51
2. Dinâmica urbana e demográfica: contornos teóricos de um debate	63
2.1. Transição urbana e demográfica	65
2.2. Estrutura urbana e localização da população no espaço	71
II. A mobilidade espacial na estrutura urbana das metrôpoles	
3. Enfoques teóricos e operacionais sobre mobilidade espacial	91
3.1. Abordagens teóricas na análise das migrações	102
3.2. Abordagens sobre as migrações e os movimentos pendulares	97
4. Os sentidos da mobilidade espacial nas metrôpoles	103
4.1. Movimentos populacionais metropolitanos	104
4.2. A mobilidade urbana na dimensão da metrôpole	119
5. Os motivos para a mobilidade espacial metropolitana	127
III. A dinâmica populacional e a estrutura urbana da metrôpole do Rio de Janeiro	
6. A estrutura urbana da metrôpole do Rio de Janeiro: contexto histórico e o debate	145
6.1. Posição da metrôpole na hierarquia urbana nacional, demografia e economia	147

6.2. A segmentação econômica do espaço	150
6.3. A divisão social do espaço e o debate: mudanças no modelo núcleo-periferia.....	156
6.4. Estrutura urbana e dinâmica demográfica	161
7. Estrutura urbana e movimentos populacionais.....	185
8. Estrutura urbana e lógicas de mobilidade	209
8.1. Lógicas de mobilidade espacial: ensaio tipológico na MetrÓpole do Rio de Janeiro	210
8.2. Lógicas de mobilidade espacial: um ensaio de interpretação.....	233
Conclusões	245
Referências Bibliográficas	257
Anexos	279
I. Princípios e Metodologia para a construção da hierarquia sócio-ocupacional e elaboração da tipologia socioespacial	271
II. Procedimentos metodológicos da análise fatorial e análise de cluster para identificação das áreas quanto à mobilidade espacial.....	276
III. Mapas: Distribuição da migração e movimento pendular na MetrÓpole do Rio	281

INTRODUÇÃO

As transformações em curso na sociedade e no espaço urbano brasileiro nos levam a pensar sobre qual tipo de cidade foi construída ao longo das décadas de urbanização acelerada, assim como durante as décadas mais recentes de menor crescimento com simultânea consolidação da estrutura urbana. Ao mesmo tempo, nos conduzem a refletir sobre qual tipo de espaço está sendo projetado para as próximas décadas em nossas cidades e metrópoles.

A expansão urbana no Brasil é recente e ocorreu de modo bastante veloz. A articulação com transformações estruturais na economia e na sociedade foi evidente. Foi na década de 1960 que ocorreu a superação da população urbana sobre a rural, pois nesse período, devido às elevadas taxas de crescimento populacional, mais de 55% da população brasileira já era considerada urbana, houve um crescimento acelerado do número de cidades e as migrações internas atingiram seu auge. Todo este processo esteve estreitamente ligado ao papel do Estado, à dinâmica econômica, às transformações sociais e culturais no espaço urbano.

O predomínio do urbano não apenas como localização, mas também como modo de vida, levou diversos estudiosos a refletirem sobre as condições de vida e produção nas grandes cidades e aglomerados metropolitanos. No auge do processo de expansão urbana no Brasil, as lógicas pensadas para a compreensão das transformações ocorridas e das desigualdades sociais que cada vez mais se cristalizavam no espaço envolviam dimensões relacionadas à exploração, segregação, marginalização, exclusão, como os conceitos de “urbanização pela lógica da desordem” e “espoliação urbana” cunhados por Kowarick (1977; 1979). Essas abordagens cruzavam com processos demográficos bastante peculiares, em conformidade com um período da transição demográfica que apresentava crescimento populacional em ritmo acelerado – ou seja, uma pressão demográfica nas cidades acabou por constituir essa urbanização. Nesse contexto, os estudos demográficos tinham uma articulação mais estreita com os estudos urbano-regionais, uma vez que a dinâmica populacional passava por processos bem marcantes e transformações socioespaciais.

A primeira parte deste estudo aborda justamente o processo histórico de urbanização e metropolização no Brasil e as perspectivas teórico-conceituais que contribuem para a análise da estrutura urbana em sua articulação com a dinâmica demográfica e os movimentos populacionais. O primeiro capítulo tem por objetivo contextualizar o processo de urbanização brasileiro, marcado pela velocidade e pelo caráter notavelmente metropolitano, fazendo praticamente coincidir no tempo e no espaço urbanização e metropolização. Avalia-se a também a expressividade das metrópoles na constituição do sistema urbano brasileiro.

Após um período de políticas industriais centralizadas, desenvolvimento por substituição de importações, intenso crescimento populacional, alta fecundidade, mudança para o predomínio da população urbana e crescimento das metrópoles, chegamos aos anos 1980 e 1990 numa fase de estagnação econômica. As lógicas fundamentadas na exclusão socioespacial se evidenciaram ainda mais mediante as transformações na dinâmica econômica e no mercado de trabalho, com expressivo aumento da pobreza urbana, crescimento da informalidade, etc. contribuindo também para o aprofundamento das mudanças demográficas – ou seja, sob outro olhar, as lógicas da urbanização também constituíram um comportamento demográfico urbano. Daí em diante, a população urbana passou a apresentar significativas mudanças de localização, de movimentação e de acesso aos serviços e à cultura urbana nas cidades, com impactos expressivos na dinâmica demográfica do país. Essas dimensões históricas são muito importantes para compreender o contexto atual, especialmente ao tratarmos em seguida sobre os movimentos populacionais no Brasil, as mutações ocorridas tanto nos volumes e trajetórias quanto no significado dessa mobilidade na estruturação do espaço urbano.

Já na década de 2000, muitas dessas lógicas permanecem, entretanto, novos processos também se colocam na reflexão sobre o espaço urbano no caso brasileiro. A dinâmica populacional metropolitana no contexto atual também é analisada no capítulo inicial, avaliando os processos de concentração e dispersão populacional nas metrópoles. Para tanto, analisam-se informações que compreendem o período dos anos 1990 e, quando possível, até 2010, buscando identificar as mudanças em sua organização interna associadas ao objeto em questão. Além de transformações na dinâmica populacional, houve sensíveis mudanças também no campo institucional no que se

refere à legislação sobre as cidades e o planejamento urbano. Quanto ao mercado de trabalho, o rendimento médio do trabalhador aumentou assim como o nível de formalidade da ocupação com a expansão do número de trabalhadores com carteira assinada. Conseqüentemente, ocorreu a diminuição da pobreza e da desigualdade da distribuição da renda, ao mesmo tempo em que aprofundaram-se as tendências da transição demográfica. São mudanças de grande importância que demandam melhor compreensão devido a seus impactos sociais na ordem urbana conformada nos períodos anteriores.

É sob essa contextualização que pretendemos retomar a importância da relação complexa entre as dinâmicas demográfica e urbana. Complexa uma vez que a dimensão demográfica geralmente é tratada como um aspecto para ilustrar o urbano, porém é importante considerar que a dinâmica da população também condiciona a conformação do urbano. Com efeito, a organização espacial e as formas de sociabilidade por ela engendrada simultaneamente influenciam o comportamento dessa população em sua sobrevivência nos espaços mais urbanizados – que têm sua maior expressão nas metrópoles.

Entre as dimensões demográficas trabalharemos especialmente com a mobilidade espacial. A principal justificativa de privilegiarmos esta dimensão decorre da nossa compreensão, fundada na literatura, sobre as fases da relação entre demografia e urbanização. No período do acelerado crescimento das cidades, os movimentos migratórios constituíam-se num processo social envolvendo grandes massas populacionais, geralmente em direção à Região Sudeste do país, notadamente nas metrópoles paulista e fluminense – fato que predominou até os anos 1970 aproximadamente. A partir de 1980, com as mudanças ocorridas na dinâmica econômica, desconcentração da estrutura produtiva, condições sociais e econômicas mais adversas especialmente nas metrópoles, esses movimentos reduziram-se consideravelmente, passando a ganhar notoriedade movimentos no interior dos estados, movimentos intrametropolitanos e os movimentos pendulares. O interesse em estudar estes últimos decorria de análises sobre as próprias condições sociais, econômicas e demográficas existentes nos aglomerados urbanos, especialmente pela espacialização dessas condições, evidente com os processos de periferização nas grandes metrópoles.

As questões que este trabalho suscita na análise da mobilidade espacial passam justamente por essa relação entre a dinâmica populacional

e urbana. Nesse sentido, as teorias da transição demográfica e da transição urbana foram pontos de partida interessantes, como expresso no capítulo 2. Num primeiro momento, os movimentos populacionais expressavam uma busca por “estar na cidade”, característica da primeira fase da transição urbana associada à transição demográfica, evidente especialmente pelos enormes contingentes populacionais que se dirigiram para o espaço urbano; num período posterior, os movimentos populacionais passam a revelar uma “busca por apropriar-se da cidade”, não só estar nesse espaço, mas conseguir viver plenamente, aproveitando as oportunidades que lhe são próprias – como condições de infraestrutura, acesso a bens e serviços públicos e privados, inserção no mercado de trabalho urbano, moradia adequada, etc. É por isso que a localização residencial no espaço urbano e sua relação com a inserção no espaço social estão relacionadas a inúmeras características dos indivíduos – como sua origem, qualificação, ocupação, etc. – mas também aos elementos da estrutura urbana – as características do espaço, o acesso à moradia, ao trabalho, aos bens e serviços urbanos. As chances de mobilidade, de deslocar-se no espaço, também pareceram cruciais nessa relação – tornando-se objeto de nossa reflexão.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os movimentos populacionais em sua relação com a estrutura urbana, reflexão esta fundada na compreensão da relação entre dinâmica urbana e dinâmica demográfica, ou seja, como expressão das estratégias (individuais e coletivas) e dos constrangimentos (capital social, mercado imobiliário, sistemas de acessibilidade, políticas urbanas e habitacionais, etc.) que se colocam às práticas de apropriação da cidade. A justificativa para tal objetivo se deve justamente às mudanças ocorridas nos movimentos populacionais e à emergência de estudos que apontam novos padrões de mobilidade espacial principalmente nos grandes espaços urbanos metropolizados. Portanto, nossa questão está em responder em que medida há novos processos de mobilidade espacial nas metrópoles (como maior migração no interior dos estados, suburbanização e/ou mobilidade pendular para grupos sociais mais abastados, etc.), ou permanecem lógicas anteriores (como migração de longa distância, periferização no interior das metrópoles, etc.). Por essa razão, a investigação se dará a partir de um recorte metropolitano, primeiramente considerando várias metrópoles brasileiras, posteriormente focando-se somente na metrópole do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, pretende-se analisar os aspectos relacionados à distribuição ou redistribuição da população nos espaços internos das metrópoles, assim como àqueles ligados às trajetórias populacionais, tanto em termos de mudança de residência, como em termos de deslocamentos cotidianos, que constituem expressões das práticas (ou estratégias) dos indivíduos ou grupos ao buscarem se apropriar da cidade. A perspectiva orientadora da nossa reflexão é a que compreende a dinâmica populacional como uma dimensão da produção da existência, ou seja, as trajetórias realizadas no espaço e as estratégias adotadas por parte da população compõem essa dinâmica. As mudanças ocorridas nos volumes, percursos e significados desses movimentos no espaço urbano podem relacionar-se com a busca por trabalho ou moradia, com a estrutura familiar e o ciclo de vida, com aspectos socioculturais das pessoas e dos lugares de origem e destino.

A principal hipótese é a de que existem diferenças significativas na dinâmica populacional segundo uma divisão do espaço da metrópole, espaço este que será visto tanto a partir da relação núcleo-periferia (na escala municipal), como através da divisão social do espaço ou da diferenciação do espaço (segundo uma tipologia socioespacial das áreas internas dos municípios). Decorrente dessa hipótese, sugerimos também a existência de distintas lógicas de mobilidade espacial, mediante a ocorrência de novos padrões migratórios e de mobilidade cotidiana.

A tese que se pretende defender é a de que, diante das transformações na dinâmica demográfica e no comportamento dos movimentos populacionais, é preciso apontar mecanismos explicativos que considerem as particularidades destas mudanças, especialmente ao observarmos, no caso da mobilidade espacial, que não há uma razão majoritária para explicar os movimentos no território, pois não constituem mais movimentos de massa, mas há sim uma fragmentação dos fluxos e lógicas socioeconômicas distintas operando mesmo entre aqueles que apresentam percursos semelhantes. Enquanto os fluxos se referem à escala de abrangência e áreas de origem e destino, os sentidos desses fluxos nos remetem ainda à diferenciação social, econômica e espacial das áreas assim como aos atributos dos indivíduos.

Há uma dupla face dos movimentos populacionais entre espaços urbanos, a diversidade de tipos de movimentos e as particularidades

que cada um destes tipos vem apresentando. As características desses tipos se referem aos sentidos dos movimentos em termos de fluxos (interestaduais, intraestaduais, intrametropolitanos), aos espaços de origem e destino (em nosso caso, os destinos para núcleos e periferias metropolitanos, ou áreas da metrópole com concentração de camadas sociais mais ricas ou mais pobres, por exemplo), aos atributos das pessoas que realizam tais movimentos (renda, ocupação, idade, escolaridade, etc.). Os mecanismos socioespaciais que operam sobre essa mobilidade também constituem outra perspectiva de análise para o fenômeno, são os elementos que atuam como constrangimentos à mobilidade, que podem ser interpretados a partir das características anteriores. Os processos relacionados ao mercado de trabalho, dinâmica da moradia e o sistema de mobilidade, entre outros, exercem impactos diferenciados na distribuição populacional no espaço e suas condições de deslocar-se. Portanto, as particularidades dos tipos de movimentos populacionais serão apreendidas a partir dos sentidos dos fluxos, da distinção entre as áreas de origem e destino e dos atributos dos indivíduos.

Como o objeto de nosso estudo é a dinâmica populacional e a mobilidade espacial articuladas a alguns elementos da estrutura urbana da metrópole, tornou-se necessário considerar dimensões importantes nos estudos urbano-regionais, como as condições de localização no espaço urbano, o papel do Estado, o acesso à moradia e ao mercado de trabalho, a mobilidade urbana, etc. – ou seja, é a relação da problemática urbana e demográfica. Os pressupostos colocados indicam que as mudanças na dinâmica demográfica, para este estudo com foco nos movimentos populacionais, decorrem teoricamente de alguns mecanismos: a) mecanismos ligados à localização no espaço urbano – lugar de moradia e lugar de trabalho (HARVEY, 1973; RODRIGUEZ, 2008; KAIN, 1994; MATOS, 2005; ABRAMO, 2008); b) mecanismos de acessibilidade, especialmente ligado ao sistema físico de circulação, aos meios de transporte e às condições de mobilidade cotidiana (HARVEY, 1973; RIBEIRO, 2008; LENTINO, 2005; GOMIDE, 2003; MOURA et al., 2005); c) mecanismos de oportunidades – acesso ao capital social, econômico e cultural e a oportunidades existentes no espaço urbano que influenciam os valores individuais e familiares que incidem no comportamento demográfico (KAZTMAN, 1999; BOURDIEU, 1997; ALVES, 2002). Neste estudo, buscamos nos aproximar desses

mecanismos socioespaciais, elementos da estruturação urbana no espaço metropolitano.

Tal espaço é analisado sob o conceito de metrópole, referindo-se a grandes espaços urbanos com funções metropolitanas, espaços que apresentam propriedades características das novas funções de coordenação, comando e direção das grandes cidades na “economia em rede” emergente com a globalização e a reestruturação produtiva (VELTZ, 1996; SASSEN, 1991; CASTELLS, 2000), como está no capítulo 1. Em estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles (2009), foram utilizados diversos indicadores que permitiram identificar 15 grandes espaços que denominamos por metrópoles. Esses indicadores expressam dimensões relacionadas a tamanho e concentração, capacidade de centralidade, grau de inserção na economia, poder de direção e gestão pública, que serão explicitadas no decorrer do texto. Ao trabalhar na parte I e II com o universo metropolitano, para diferenciar os espaços internos das metrópoles, consideramos também os níveis de integração, uma tipologia baseada nas diferenças entre os municípios quanto à integração na dinâmica da metrópole correspondente, medida através de indicadores relacionados a crescimento populacional, densidade demográfica, movimento pendular e trabalho não agrícola – tais procedimentos serão explicados nos capítulos correspondentes.

Além da primeira parte que contextualiza e problematiza os temas a serem trabalhados, os resultados deste trabalho estão organizados em mais duas partes. A parte II já é dedicada ao tema da mobilidade espacial nas metrópoles, por isso o capítulo 3 trata sobre os enfoques teóricos e operacionais relacionados ao tema. Em termos teóricos, pode-se dizer que não há um consenso entre os estudiosos dos movimentos populacionais, há abordagens distintas que geralmente se aplicam a contextos sociais específicos. Em linhas gerais, no que se refere aos fenômenos migratórios, os estudos de Ravenstein deram origem a uma abordagem sobre o tema, a partir da qual surgiram diferentes concepções, bastante relacionadas à constituição da sociedade urbana e industrial. Há um debate entre uma abordagem estruturalista, como a Paul Singer (1977), e uma abordagem neoclássica-funcionalista, como a de Lee (1980). Em termos sociológicos, os enfoques se dividem numa perspectiva micro ou macrossocial do processo. Há ainda uma abordagem, como a de Wood (1982), que busca relacionar as perspectivas micro (individual)

e macro (histórico-estrutural) centrando-se não apenas no indivíduo, mas no grupo social – que tem sua expressão mais imediata nas famílias ou nos residentes em domicílio que se movimentam conjuntamente a fim de alcançar melhores condições de vida. Esses aportes teóricos são importantes para situar o objeto em estudo. Já no que se refere ao enfoque operacional, nossa reflexão parte de uma análise a respeito dos movimentos migratórios e pendulares – que serão as variáveis-chave utilizadas para apreender a dimensão da mobilidade espacial. Nesse capítulo essas variáveis são explicitadas, ficando claro que a mobilidade espacial será considerada na escala intermunicipal, pois também pode ocorrer no interior da própria cidade/município. Mesmo assim, ao considerar as diferentes áreas da cidade, será possível analisar como tais movimentos se distribuem no espaço intraurbano.

No capítulo 4 será apresentada a investigação que foi realizada para os movimentos populacionais metropolitanos. Ao analisar os movimentos populacionais na escala intermunicipal e como se distribuem ou se comportam na escala interna dos municípios, as informações utilizadas referem-se às migrações e aos movimentos pendulares na metrópole ou em direção a ela. Quando falamos em aproximação, reconhecemos que esta investigação trabalha com dados secundários coletados principalmente pelos censos demográficos e pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNADs). Portanto, certamente há algumas limitações para se aproximar das dimensões reais da dinâmica populacional e urbana, especialmente no que concerne à escala de abrangência e aos períodos a que se referem os dados, além do caráter amostral. O recorte espacial utilizado para se aproximar dessa relação será o das metrópoles. Inicialmente consideramos os 15 aglomerados urbanos com funções metropolitanas, identificados por estudo do Observatório das Metrópoles (2009), trabalhando com dados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010 (em alguns casos desde 1980). Os objetivos específicos para a análise dos movimentos populacionais envolveram identificar os principais tipos de fluxos populacionais nas metrópoles segundo núcleo e periferia; apontar quais os agrupamentos de municípios apresentam maior atratividade migratória (segundo os níveis de integração) e avaliar a distinção entre lugar de moradia e lugar de trabalho. A hipótese subjacente à investigação apresentada nesta parte é a de que o espaço metropolitano, visto a partir do núcleo ou da periferia da metrópole,

apresenta significativa influência na dinâmica populacional. Para tanto, avaliamos os processos de concentração e dispersão populacional entre núcleos e periferias, mediante significativa diferenciação socioespacial. Quanto à análise dos fluxos populacionais investigamos em que medida aumentam os fluxos migratórios para as periferias metropolitanas e diminuem os fluxos pendulares em direção aos núcleos – o que promoveria uma atenuação da dissociação entre lugar de moradia e trabalho.

No capítulo 5, complementar ao anterior e que finaliza a parte II, analisam-se quais os motivos mais relevantes para a migração nas metrópoles. Devido ao tipo de informação necessária para a investigação, serão consideradas nove regiões metropolitanas das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) durante os anos 2000, sobretudo em 2001. Testamos a hipótese de que mesmo controlando por características sociais e econômicas dos migrantes nas metrópoles, os motivos para a migração apresentam significativas diferenças conforme o espaço de destino. Através de procedimentos estatísticos como a análise de regressão logística, identificamos as possíveis relações entre variáveis relacionadas ao indivíduo (como idade, sexo, rendimentos, posição na família) e aos seus espaços de residência (como morar em núcleos ou periferias, em áreas de favela ou não favela) com os motivos para a migração especialmente relacionados a trabalho ou moradia.

Já na parte III, para uma análise mais intrametropolitana, será considerada especificamente a metrópole do Rio de Janeiro, basicamente com informações censitárias de 1991 e 2000, pois informações referentes a 2010 constam apenas para a população total dos municípios, já que ainda não foi possível incorporar os resultados dos microdados do Censo Demográfico de 2010. Uma reflexão apenas sobre a metrópole fluminense se deve ao fato de que mesmo diante da relevância da escala municipal e das consideráveis e consistentes distinções entre núcleos e periferias metropolitanas, reconhecemos que ocorrem muitas transformações na estrutura urbana ao considerar os espaços internos tanto dos núcleos quanto das periferias, o que nos sugere a relevância de desenvolver análises sobre a dinâmica populacional sob maior desagregação espacial. Sendo assim, a partir deste capítulo será realizada uma análise da metrópole fluminense segundo a divisão social do espaço, considerando também características da divisão econômica existente – elementos fundamentais para nos

aproximarmos da estrutura urbana da metrópole. A segmentação econômica do espaço metropolitano é identificada através de uma classificação que se baseia nas convergências e divergências entre as condições de geração e apropriação de riqueza. Já a divisão social do espaço terá como instrumento analítico uma tipologia socioespacial das áreas, baseada na estrutura sócio-ocupacional das metrópoles – o que será explicitado no capítulo 6.

Essa parte também lança questões muito pertinentes sobre as mudanças e permanências no modelo de organização do espaço metropolitano baseado na relação centro-periferia. Desde o intenso processo de urbanização e constituição dos aglomerados metropolitanos, tal modelo classificou os espaços mais providos de infraestrutura, acesso a bens e serviços diversos e com mais oportunidades como centro, e os demais espaços que careciam desses itens como sendo a periferia. Hoje, ao mesmo tempo em que algumas tendências permanecem, vemos que tal concepção não dá conta da diversidade social, econômica, cultural presente na metrópole. Sendo assim, consideramos que é preciso partir de uma visão menos substancialista, porém mais relacional sobre os diferentes espaços da metrópole.

No capítulo 6, nos centraremos de forma contextual com a dinâmica demográfica e a estruturação urbana na metrópole do Rio de Janeiro. Para tanto, analisamos a dinâmica demográfica metropolitana especialmente na sua relação com a organização ou divisão social do espaço. Aponta-se que a demografia não é apenas mais uma dimensão para ilustrar processos que ocorrem no espaço urbano, foi possível demonstrar que a dinâmica demográfica é em si mesma um processo social que interfere na organização social do espaço urbano, sendo também por ela influenciada, apresenta implicações bastante significativas para refletirmos sobre qual tipo de espaço urbano e metropolitano teremos num futuro próximo, mediante as profundas mudanças no comportamento da fecundidade em especial, e também da mortalidade e migrações urbanas, associada ainda à mobilidade cotidiana – ou seja, são dimensões da produção da existência.

No capítulo 7, pretende-se focar mais especificamente na análise dos movimentos populacionais na metrópole fluminense, mais que uma explicação temporal (que também é importante e será considerada), o objetivo maior é apreender as relações entre a mobilidade espacial (vista

operacionalmente através das migrações e movimentos pendulares) e a localização das pessoas no espaço urbano (no caso, por meio do lugar de residência na metrópole). As hipóteses sugeridas neste capítulo buscam investigar mais detidamente se as migrações intrametropolitanas ainda têm contribuído para determinar os processos de (re) distribuição populacional na metrópole e se há uma relação entre as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares para trabalho. Além disso, analisamos também se são as áreas mais pobres que têm maior atração de imigrantes intrametropolitanos nos municípios da região e se também são dessas áreas que saem mais pessoas para trabalhar em outro município.

No último capítulo, ao propor uma metodologia que analisa as diferentes áreas da metrópole segundo condições de mobilidade espacial, examinamos ainda se é possível e compreensível uma análise da organização do espaço urbano segundo grupos de mobilidade, ou seja, questiona-se se há uma estruturação do espaço metropolitano que também passa pelas condições de mobilidade espacial. Esses grupos se referem a uma distribuição da população metropolitana a partir de suas trajetórias espaciais intermunicipais – segundo migrantes e não migrantes, entre os que realizam ou não movimento pendular. Através dos procedimentos de análise fatorial por correspondência binária e de análise de cluster, identificamos alguns grupos de áreas segundo tais condições de mobilidade espacial, são áreas com maior ou menor concentração de pessoas que realizaram ou realizam movimentos migratórios e/ou pendulares – sendo possível notar uma estreita relação entre os tipos de áreas segundo mobilidade espacial da população e as características econômicas e sociais da metrópole.

O objetivo último será identificar algumas lógicas de mobilidade espacial. A ideia de “lógica” relaciona-se a proposições baseadas em análises de seus membros componentes, em nosso caso, os componentes de tais proposições referem-se aos processos migratórios e pendulares, aos indivíduos envolvidos e aos lugares, especialmente de destino. Diante da ausência de informações precisas, essas lógicas constituem uma espécie de síntese da relação entre a dinâmica urbana e populacional, por permitirem sistematizar as trajetórias e estratégias por parte da população diante dos constrangimentos da estrutura urbana, ou seja, uma possibilidade para analisar as estratégias de apropriação da cidade que pode orientar estudos posteriores.

Como é defendido nesta investigação, no contexto das migrações e da mobilidade urbana atual, há uma diversidade de tipos de movimentos que apresentam suas respectivas peculiaridades, ou seja, há mecanismos explicativos cada vez mais singulares e complexos que atuam sobre as decisões de mover-se no território metropolitano na escala intermunicipal. Por um lado, esta singularidade e complexidade relacionam-se com a questão teórico-analítica apresentada inicialmente, segundo a qual estaríamos em uma fase da relação entre demografia e cidade (ou dinâmica demográfica e dinâmica urbana) na qual o sentido é mais a apropriação da cidade, diferentemente da fase anterior que era chegar até a cidade. Podemos supor que anteriormente havia mais estratégias coletivas, o que criava fluxos mais homogêneos socialmente, atualmente a singularidade se expressa justamente pelo fato de que a mobilidade populacional no espaço das metrópoles traduz mais estratégias individuais e de pequenos grupos (como as famílias ou residentes no mesmo domicílio) para apropriação da cidade. Por outro lado, a singularidade e a complexidade se revelam na ocorrência da mobilidade espacial em contextos urbanos mais metropolizados do que antes, o que expressaria maior diferenciação socioespacial e socioeconômica em razão da diversidade dos constrangimentos à mobilidade.

É importante ressaltar que há inúmeras tentativas de criar tipologias de migrações, elaborar classificações ou mesmo encontrar padrões. Apesar de não ser possível desvencilhar-se da elaboração de certos “tipos”, o objetivo é compreender a dinâmica da movimentação de pessoas e a consequente distribuição populacional no espaço metropolitano, tendo em vista outros componentes da dinâmica demográfica assim como processos mais atuais da dinâmica urbana e metropolitana, como o acesso à terra, ao mercado de trabalho, às condições de mobilidade urbana, etc. Portanto, refletimos sobre uma diversidade de fluxos populacionais que expressam as suas respectivas particularidades, sendo difícil estabelecer padrões abrangentes.

É nesse sentido que as lógicas de mobilidade espacial são analisadas a partir desses mecanismos socioespaciais que operam sobre a realização ou não da mobilidade no espaço por parte da população, segundo a própria estrutura urbana da metrópole. Avaliamos se a mobilidade ou imobilidade espacial passa por perspectivas de escolha ou de constrangimento. Por isso, na última parte, nos centramos apenas no caso da metrópole fluminense, buscando identificar as

relações entre as mudanças em sua organização interna com tais lógicas de mobilidade ou imobilidade espacial. Ainda ressaltamos que a metodologia (envolvendo estatísticas descritivas, análise de regressão, análise fatorial e análise de cluster buscando relacionar os elementos do fenômeno migratório e pendular: o processo, a pessoa e o lugar – as áreas da metrópole) pode ser aplicada a outras espacialidades, talvez encontrando lógicas distintas e/ou semelhantes.

PARTE I

URBANIZAÇÃO, DINÂMICA POPULACIONAL
E ESTRUTURA URBANA: ENFOQUES HISTÓRICOS E TEÓRICOS

1. URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TENDÊNCIAS

“(...) em lugar da forma compacta de cidade, que outrora representava um processo histórico em formação há anos, existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social” (Gottdiener, 1993, p.14).

O crescimento da população urbana e das cidades brasileiras na segunda metade do século XX foi um processo bastante acelerado envolvendo grandes proporções do espaço e da população. Foi o próprio gigantismo de tais fenômenos que trouxe consigo a constituição do fato metropolitano – a chegada de elevados contingentes populacionais acabou por generalizar o urbano, ao mesmo tempo, as características próprias desse urbano e o modo de vida que engendra também influenciaram o comportamento da população e a sua distribuição nesses espaços adensados.

Um dos objetivos deste capítulo é retomar algumas dimensões do processo de urbanização brasileiro, principalmente em suas conexões com a conformação das metrópoles. Essa perspectiva histórica é importante para compreender algumas mudanças ocorridas e como chegamos ao contexto atual, além de lançar luz sobre o entendimento de mecanismos que ainda operam na estrutura urbana das metrópoles, simultaneamente à emergência de novos processos. É a partir dessa retomada sobre a urbanização e o papel das metrópoles frente ao contexto nacional que também será investigada a própria organização interna metropolitana em termos de dinâmica populacional, reconhecendo obviamente a influência das dimensões econômicas, políticas e espaciais.

O outro objetivo é ressaltar o pressuposto da relação entre a estrutura urbana e a dinâmica populacional, numa abordagem que reconhece a validade da escala nacional e macrorregional, mas que também contempla a escala da metrópole, da cidade e suas diferenças

espaciais internas. Nessa relação, ressaltamos ainda que, com as transformações demográficas ocorridas, a dimensão da mobilidade espacial ganha maior notabilidade nos processos de reorganização dos espaços metropolitanos, ou seja, os movimentos populacionais são importantes para a compreensão das mudanças na localização dos distintos grupos sociais, mudanças essas ligadas a diversos mecanismos sociais, econômicos, culturais, políticos, etc. que atuam sobre a estruturação do espaço urbano – ou que constituem essa própria estruturação.

1.1. Urbanização, metropolização e dinâmica populacional no Brasil

Ao retomar o processo de urbanização a partir dos anos 1950, período de substituição de importações, pode-se relembrar a articulação ocorrida entre os capitais nacional, estrangeiro e de Estado, a fim de promover a diversificação da economia nacional e estimular a industrialização – o que teve expressivo impacto na conformação do espaço urbano e na localização da população. A política urbana também foi orientada nesse sentido, já que para a expansão do mercado nacional as áreas urbanas eram fundamentais.

O processo de urbanização em sua conexão com a industrialização foi lido por Lipietz (1989) a partir do conceito de “fordismo periférico” para alguns países (considerados como periféricos ou do Terceiro Mundo em seu texto de finais dos anos 1980). Segundo este autor, a industrialização foi financiada por transferências de créditos e de tecnologia provenientes do “fordismo central”, ao mesmo tempo acompanhada de uma explosão urbana. No Brasil, esse fordismo esteve ligado à política de substituição de importações e às exportações de matérias-primas. O que abriu a oportunidade para esse processo em alguns países foi o surgimento, “nos anos 70, da conjunção de um capital local autônomo, de classes médias urbanas relativamente abundantes e de embriões significativos de uma classe operária com experiência” (LIPIETZ, 1989, p. 317).

Na verdade, tratava-se de um autêntico fordismo, com uma real mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis. Entretanto, prosseguiu com o caráter de periférico, já que os postos de trabalho e a produção nos níveis de fabricação qualificada permaneceram

em grande medida exteriores a esses países. Simultaneamente, os mercados correspondiam a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis, e das exportações dos produtos manufaturados de baixo preço para o centro.

É nesse contexto que as metrópoles nos países do fordismo periférico experimentaram uma “explosão”, decorrente também do próprio período de transição demográfica com fecundidade ainda muito alta e já diminuição da mortalidade, levando a um aumento na taxa de dependência (relação entre população jovem e idosa sobre a população em idade ativa), que opera de forma a reduzir a produtividade dos que trabalham. Além disso, esse período também foi marcado por expressivas migrações internas, especialmente com deslocamentos em direção às grandes cidades, o que contribuiria para ampliar o mercado de consumo urbano a fim de assegurar o fordismo, entretanto, essa “inserção urbana” ocorreu de forma muito precária para amplas camadas da população. No Brasil, conforme salienta Lipietz (1989, p. 331), esse processo foi bastante extremo, já que o campesinato foi perdendo aos poucos os direitos de uso da terra para agricultura de subsistência, sendo privado da possibilidade de permanecer no campo. Essa explosão nas metrópoles também refere-se ao fato de que o desenvolvimento do “fordismo periférico” opera em uma escala que exclui o espaço territorial e reduz os países a ‘pontos’. A modernização conservadora promoveu profundas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, mas acentuou elementos históricos da heterogeneidade estrutural do Brasil e não abarcou virtuosamente nem todo o espaço nem toda a população.

Para chegar a este sistema urbano atual que temos no Brasil, a migração e a distribuição da mão-de-obra foram aspectos marcantes no desenvolvimento regional brasileiro, na constituição dessa sociedade urbano-industrial e na conformação da sua força de trabalho, diante de uma considerável “assimetria de oportunidades” regionais. Segundo Brandão (2007), “massas populacionais imensas buscaram novos lugares geográficos (promovendo uma das maiores mobilidades espaciais do mundo, uma verdadeira transumância) e novos *loci* de status social” (BRANDÃO, 2007, p. 170).

As migrações internas para as cidades levaram a uma concentração elevada de população, dinâmica econômica, trabalho e recursos em grandes aglomerações urbanas – que geraram ou fortaleceram

os espaços metropolitanos. Na tabela 1.1, é possível notar como a migração interna foi elevadíssima até 1980 aproximadamente, e como é expressiva sobre a população rural a parte que dela saiu para as cidades. Já partir de 1980, há uma diminuição desse comportamento e certa estabilização do volume de migrantes.

**Tabela 1.1 – Estimativas da Migração Rural-Urbana Líquida - Brasil
1940/2000**

Migrantes	1940-1950 ¹	1950-1960 ¹	1960-1970 ²	1970-1980 ²	1980-1990 ³	1990-2000 ³
Migração líquida (em milhões)	3.0	7.0	13.6	17.4	9.2	9.5
Migrantes rural-urbanos como % da pop. Rural no início da década	10%	21%	35%	42%	24%	27%

Fonte: Calculado com base nos dados dos diversos Censos Demográficos do IBGE, citado de Martine e McGranahan (2010, p. 16). Notas dos autores:

¹Martine (1987, p. 60-61); ²Carvalho e Garcia (2002), tabelas, 92, 185, 284;

³Rodriguez e Busso (2009, p. 120).

Mas essa elevada migração campo-cidade acabou concentrando-se em algumas áreas que foram tornando-se grandes aglomerados urbanos, apresentando um caráter cada vez mais metropolitano, já que em 1970, quase um terço dos 93 milhões de brasileiros residia em aglomerações metropolitanas, se esse total fosse considerado apenas sobre a população urbana, a proporção subiria para quase 50%. “Levando em conta que foi somente na década de 60 que a população urbana superou a rural, pode-se afirmar que a transformação urbana no Brasil foi tão acelerada que fez coincidir, no tempo, a urbanização e a metropolização” (BRITO e SOUZA, 2005, p.50), gerando também graves problemas socioespaciais.

Tabela 1.2 – Distribuição Populacional nas Regiões Metropolitanas 1970-2000

RMs	1970	1980	1991	2000
Belém	669.768	1.021.486	1.401.305	1.794.981
Fortaleza	1.070.114	1.627.042	2.339.538	2.901.040
Recife	1.755.083	2.347.005	2.874.555	3.272.322
Salvador	1.135.818	1.752.839	2.474.385	2.988.610
Belo Horizonte	1.619.792	2.570.281	3.385.386	4.161.028
Rio de Janeiro	6.879.183	8.758.420	9.796.649	10.847.106
São Paulo	8.113.873	12.552.203	15.395.780	17.768.135
Campinas	644.490	1.221.104	1.778.821	2.215.027
Curitiba	809.305	1.427.782	1.984.349	2.634.410
Porto Alegre	1.590.798	2.307.586	3.029.073	3.495.119
Goiânia	424.588	807.626	1.204.565	1.606.955
Brasília	625.916	1.357.171	1.980.432	2.746.747
Total	25.338.728	37.750.545	47.644.838	56.431.480
População BR	93.134.846	119.002.706	146.825.475	169.544.443
(%)	27,2	31,7	32,4	33,3

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Portanto, esse urbano logo tornou-se metropolitano, fazendo com que no Brasil os processos de urbanização e metropolização fossem muito próximos, tivemos uma urbanização rápida e uma “metropolização precoce”. Em termos de rede urbana, o processo de urbanização concentrou, por um lado, grandes contingentes populacionais em um número reduzido de metrópoles e grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, outros espaços metropolitanos e capitais regionais e sub-regionais. Por outro lado, alimentou o crescimento da população urbana de um número grande e crescente de cidades de diferentes tamanhos, gerando um complexo sistema urbano e padrão de divisão territorial do trabalho (FARIA, 1995). No campo, intensos movimentos migratórios para as cidades transformaram as relações de trabalho nas áreas rurais. Na cidade, distintas formas de incorporação das massas trabalhadoras às relações sociais de caráter mercantil são marcadas por desemprego e subemprego, com muitos trabalhadores urbanos não inseridos ou mal inseridos no mercado formal de trabalho urbano. O sistema de cidades tornou-se bastante heterogêneo, “dentro das cidades – e tanto mais quanto mais complexa sua estrutura ocupacional e social – acentuou-se a segregação espacial e generalizou-se a existência de periferias urbanas” (FARIA, 1991, p. 105).

O rápido processo de urbanização por que passava o país, aliado ao adensamento demográfico, tornava evidente a necessidade de planejamento para resolver problemas de forma integrada de unidades político-administrativas interdependentes (ROCHA, 2000, p.7). Por conseguinte, no início dos anos 1970, foram criadas oficialmente as primeiras regiões metropolitanas, a fim de possibilitar melhor conhecimento e atuação sobre essas unidades espaciais. Entre os órgãos que tiveram as regiões metropolitanas como espaços de intervenção prioritária por parte do governo federal, é possível citar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Portanto, a questão metropolitana ganha proeminência justamente no período de maior crescimento populacional no país, devido à aglomeração nesses espaços. Conforma-se também o modelo de rede urbana fundado na primazia urbana de São Paulo e Rio de Janeiro. No final do ciclo, surge outro grande centro urbano que foi Belo Horizonte.

Apesar da primazia das regiões metropolitanas do Sudeste, com a implantação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) em 1974, logo após o primeiro choque do petróleo, São Paulo já passa por uma redução na participação na economia brasileira. Esse plano visava suplantar os impactos do choque do petróleo, expandindo o mercado interno a partir de uma visão mais integrada do desenvolvimento econômico. O II PND tinha por objetivo substituir a importação de bens intermediários e derivados do petróleo, expandir a exportação de produtos industrializados, promover a urbanização e distribuir o emprego no território nacional. Várias ações, programas e planos nesse período estiveram orientados para uma política urbana que visava à integração, ajustando a rede urbana. Foram ações voltadas tanto para as áreas metropolitanas e grandes aglomerações, quanto para o interior do país.

Sendo assim, as mudanças na concepção política do território nacional também têm impactos na dinâmica econômica e populacional. Como bem tratado por Cano (2008), a partir dos anos 1970, modificam-se as tendências de desenvolvimento econômico, de ações planejadas e de concentração da estrutura produtiva, já que, após esse período nota-se uma redução na participação do estado de São Paulo e também de sua região metropolitana em especial no setor industrial da atividade econômica – apesar de ocorrer diferentes tipos e subperíodos nesse processo de desconcentração (CANO, 2008).

Em termos de estrutura urbana, é importante destacar nesse período de metropolização que juntamente com a formação das metrópoles brasileiras constituiu-se um poderoso circuito de acumulação urbana cujo fundamento foi a apropriação de diversos tipos de renda urbana, como ressaltado por Ribeiro (1998). Tal apropriação era proporcionada pelas desigualdades nas condições de vida entre as áreas apropriadas pelos quem têm o poder de segregação e o conjunto da cidade formado pelas áreas mais precárias e com dificuldades de acesso a diversos serviços. Essa distinção teve expressivo reflexo na estrutura urbana da metrópole, pois ao mesmo tempo em que surgia uma classe média com considerável poder social e cultural, fazendo com que a cidade traduzisse suas demandas e necessidades, também crescia o contingente de pobres urbanos que expressava a demanda por moradia mais acessível, por exemplo.

Segundo Ribeiro (1998), estes circuitos constituem a versão urbana da aliança estrutural e histórica entre a propriedade da terra e o capital, base econômica do poder do atraso, responsável pela nossa lenta e seletiva modernização, manutenção das desigualdades sociais e pela subordinação política das camadas populares. Tal modelo veio desempenhando importante papel na expansão do capitalismo brasileiro, uma vez que permitiu a constituição daquilo que Lessa e Dain (1982 apud RIBEIRO, 1998) chamaram de “sagrada aliança” entre os interesses econômicos internacionalizados e os interesses locais. A cidade ficou nas mãos destes grupos, gerando uma política de proteção e favorecimento dos setores imobiliários, de obras públicas, de concessão de serviços e aos segmentos das classes médias. Simultaneamente, a sagrada aliança manifestou-se pela utilização perversa da cidade, pois as camadas populares eram integradas na sociedade urbana e no sistema político, mas de forma subalterna e regulada, em que o Estado operava com uma política de tolerância a todas as formas de apropriação da terra. O que decorre desse processo em termos de organização interna dos aglomerados urbanos assemelha-se ao ocorrido na escala nacional. De um lado, uma elevada concentração da riqueza nas áreas centrais desses aglomerados e, por outro lado, o contínuo deslocamento das fronteiras sobre as áreas periféricas, com um papel considerável da cidade ilegal (RIBEIRO, 1998; MARICATO, 2000; BRANDÃO, 2007).

Apesar do crescimento econômico, da expressiva industrialização, da integração via acumulação de capital e da modernização produtiva

de períodos anteriores, a crise dos anos 1980 e as constantes manipulações de instrumentos financeiros reduziram em muito a capacidade de fazer planejamento de longo prazo. A década de 1980 foi considerada como o fim da era industrial e início da era da informação. O país sofria com a alta estagflação (aumento contínuo da inflação e a queda no PIB), a economia passou a funcionar na dinâmica *stop and go* (ciclos de crescimento e estagnação). A situação de crise do modelo de desenvolvimento e suas repercussões no desmantelamento da aliança desenvolvimentista levaram a uma maior fragmentação do Estado. Havia dificuldades para a formação de um novo bloco de alianças que pudesse construir um novo projeto para o país. Esta dificuldade é agravada pela fragilidade do Estado em continuar a cumprir o papel que exerceu nesta fase anterior, como guarda-chuva para acomodar os interesses heterogêneos na política de compromisso (RIBEIRO et al., 2011). Tais condições adversas afetaram justamente as metrópoles que eram as áreas de concentração dos setores mais modernos e dinâmicos. Formou-se um ambiente extremamente adverso ao mercado de trabalho, com aumento do desemprego e maior desgaste das condições de inserção ocupacional, houve uma precarização e informalização do trabalho, simultaneamente ao aumento da pobreza nas metrópoles (ROCHA, 2000).

Nesse período, a população brasileira cresceu a uma taxa em torno de 2% ao ano (de 1980 a 1991) e a participação da população urbana na população total continuou crescendo – em 1980 era de 67,6% e em 1991 foi em torno de 75%. Também ocorrem alterações nas tendências de concentração populacional e de movimentos migratórios, ganhando maiores contornos a migração intrarregional. Para os movimentos interestaduais, o eixo em direção a São Paulo/Rio de Janeiro ainda era expressivo, mas reduziu-se consideravelmente o volume de imigrantes neste sentido. Apesar da diminuição dos enormes fluxos migratórios em direção aos espaços metropolitanos, a participação da população metropolitana era em torno de 32% da população total, sendo ainda quase 43% da população urbana.

Em meio a todo esse contexto de crise e recessão econômica nos anos 1980, ocorrem mudanças significativas na dinâmica demográfica. As transformações urbanas e industriais anteriores, os movimentos populacionais em direção às cidades e o convívio urbano modificaram os padrões de sociabilidade, o acesso à informação e serviços, o sistema de valores sociais e familiares, a participação no mercado de trabalho,

etc. Esse novo urbano também levou a alterações nas componentes demográficas, pois a fecundidade em geral começou a declinar consideravelmente no país, a esperança de vida continuou a aumentar e as taxas de mortalidade que já vinham em declínio diminuíram ainda mais, especialmente as taxas de mortalidade infantil. Essas ocorrências fazem parte do processo de transição demográfica e do conseqüente envelhecimento populacional, estreitamente ligado ao nível de urbanização e, no caso brasileiro, de acompanhada metropolização.

Essa inflexão da dinâmica demográfica, especialmente pela queda da fecundidade, incidiu diretamente sobre a redução da taxa de crescimento populacional, em especial nas metrópoles, apesar da população aí concentrada permanecer constante. É nesse contexto que a migração vai consolidando-se como um movimento urbano-urbano e os fluxos de longa distância vão sendo substituídos por fluxos intraestaduais.

Portanto, as mudanças demográficas foram sentidas primeiramente em espaços mais urbanizados, principalmente nas áreas metropolitanas, justamente onde as mudanças econômicas também foram mais evidentes. Nos anos 1980, com o processo de desconcentração populacional e o fato de os núcleos metropolitanos terem registrado decréscimos em suas taxas de crescimento populacional, o processo de periferização intensificou-se ainda mais, principalmente com os municípios da periferia exibindo taxas elevadas e superiores às do núcleo. A diminuição da ação do Estado, após um longo período em que exerceu forte poder de coordenação inter-regional, deixou um vazio no processo decisório referente ao desenvolvimento regional e urbano. A desregulação, ou uma nova regulação que favorecia a abertura de mercados, concedeu maior poder ainda às forças especulativas e conservadoras para atuar sobre a organização do espaço urbano e metropolitano.

Nesse contexto, boa parte dos pobres rurais havia se tornado pobres urbanos, geralmente metropolitanos. Tolosa (1991) e Rocha (2000) falam sobre uma “metropolização da pobreza”, pois enquanto ocorria uma redução da incidência da pobreza no país, associada às elevadas taxas de crescimento do produto, nas metrópoles aumentava, mesmo com a redução da pressão populacional – isso devido principalmente à evolução da renda metropolitana nesse período, que foi bastante desfavorável, inclusive no que se refere a um caráter redistributivo.

A década perdida apresentou um paradoxo. Ocorreu melhoria nas condições de acesso aos serviços de água, esgoto e eletricidade, em parte em razão da diminuição da pressão demográfica, também diminuíram os fluxos migratórios em direção às grandes metrópoles (ROCHA, 2000). Ao mesmo tempo, houve queda do salário e incerteza do emprego, colapso do sistema de provisão de moradia, encarecimento da terra na periferia, explosão das favelas, crise da política urbana, desmonte do BNH, desaparecimento do crédito imobiliário, favelização pela impossibilidade da continuidade do crescimento periférico, etc. E é justamente nesse contexto que ocorreu o processo de redemocratização do país e lutas por melhorias urbanas, ganhando também relevo os movimentos sociais urbanos.

A instabilidade econômica dos anos 1980 permaneceu durante o começo dos anos 1990, o crescimento econômico neste período foi reduzido e bastante inconstante. As iniciativas liberalizantes dos anos 1990 fizeram retroceder as políticas nacionais de desenvolvimento, gerando um contexto macroeconômico bastante desfavorável ao crescimento econômico e um grau elevado de incerteza para a realização de investimentos. Segundo Brandão (2007, p. 157), “mais do que uma ‘reestruturação produtiva’, o que tivemos nas empresas foi na verdade uma enorme racionalização organizacional defensiva”.

Esse período revelou uma oscilação expressiva nas taxas de crescimento econômico, também em contexto de enorme insegurança para investimentos. Apesar da modernização das empresas, não surgiram novos setores que pudessem contrabalançar os postos de trabalho que foram eliminados nem que gerassem novas ocupações. Para Fernandes e Negreiros (2004, p.26), os anos 1990 apresentam um percurso bastante distinto do que vinha sendo implantado na dinâmica econômica do Brasil até então. O enfoque neoliberal aplicado à reestruturação da economia e da sociedade acabou por enfraquecer a integração nacional e a redução dos desequilíbrios regionais e urbanos. Para estes autores, houve um esgarçamento das articulações dos espaços econômicos do país, acentuando uma polarização social. A configuração urbana do início do século XXI já refletia as escolhas políticas dos anos 1990, em favor de um número menor de espaços econômicos, produtores e consumidores, porém mais eficientes, seletivos e competitivos, escolhas estas liberadas da construção de um projeto civilizatório para a sociedade brasileira como um todo, dentro das fronteiras territoriais do país.

Mais uma vez todas essas transformações econômicas atingiram principalmente as áreas metropolitanas, por concentram as maiores chances de inserção ocupacional – obviamente segundo as diferenciações regionais diante da diversidade do espaço urbano brasileiro. O aumento do desemprego e a restrição das oportunidades de ocupação no mercado de trabalho nacional foram drásticos, contribuíram para uma piora generalizada nas condições de inserção dos trabalhadores, reduzindo as remunerações e a taxa de assalariamento no mercado de trabalho urbano, já bastante precarizado pelo elevado peso das ocupações informais – trabalhadores sem carteira, domésticos e por conta própria (SIQUEIRA e MAIA, 2010, p. 353).

Em 1994, com a estabilização trazida pelo Plano Real, diminuiu-se consideravelmente a pobreza de 1993 para 1995, o PIB teve um crescimento considerável e a renda média aumentou também. A proporção de pobres contraiu de 44,1% em 1993 para 33,2% em 1995, nas metrópoles essa atenuação foi mais expressiva, de 45,1% para 31,2%. Mas é importante ressaltar que as diferenças regionais permanecem, uma vez que o arrefecimento da pobreza nas metrópoles primazes de São Paulo e Rio de Janeiro foi mais evidente (ROCHA, 2000, p. 10-14). Apesar desses ganhos, o período pós-estabilização revela que a redução da pobreza não prosseguiu na segunda metade da década, ficando em torno de 34% nas metrópoles nesse período.

Esta retomada da urbanização e metropolização no Brasil nos leva a pensar também sobre o impacto dos modelos econômicos na constituição do sistema urbano nacional. Portes e Roberts (2005) mostraram, analisando alguns países da América Latina, como a mudança de um modelo baseado na industrialização por substituição de importações para um modelo de abertura de mercados teve enormes reflexos na configuração do sistema de cidades dos países da região e na própria estrutura urbana dos grandes aglomerados.

Em termos de dinâmica populacional e sistema de cidades, presenciamos uma complexidade nessa análise entre processos de distribuição e crescimento populacional, assim como de concentração e desconcentração no espaço urbano, não só no Brasil, mas também em vários países latinoamericanos. Análises iniciais de Rodriguez (2011) sobre o sistema de cidades na América Latina (AL)¹ sugerem, como afirma o próprio autor, que o segmento inferior do sistema de cidades (cidades pequenas) dificilmente será um segmento atrativo. Já o segmento superior deste sistema apresenta vantagens em termos de

acesso a diversos serviços, mas essa relação não é muito clara no que se refere a oferta de empregos, sendo difícil que mantenha os níveis de atração migratória do passado. O segmento de cidades médias apresenta relativamente melhores condições de vida e menores taxas de desemprego e, juntamente com as cidades grandes, também apresenta uma cobertura de serviços melhor – do que se espera que tenham níveis de atrativo migratório mais elevados. Com uma análise mais aprofundada, Rodriguez (2011, p. 26-33) afirma que a região como um todo (AL) não tem experimentado nada parecido a uma contraurbanização, termo utilizado por alguns autores para descrever uma mudança de sentido no crescimento das cidades, ou a uma desconcentração profunda do sistema urbano latinoamericano. Isso porque o único segmento do sistema de cidades que efetivamente perde população é o de cidades pequenas. O segmento superior da hierarquia urbana registra um saldo positivo, mesmo que quase todas as metrópoles com mais de 5 milhões de habitantes estejam apresentando perda migratória, seu porte populacional ainda é elevado, e o grupo de cidades de 1 a 5 milhões de habitantes registra um balanço positivo que também compensa a saída na camada superior deste segmento. Claro que há ainda um fortalecimento dos segmentos intermediários que, apesar de ser altamente valorizado no discurso dos tomadores de decisão e nas propostas dos planejadores urbanos como a força do futuro do sistema de cidades regional, apresenta um panorama muito diversificado e complexo, já que não se verifica um atrativo universal – tudo isso representa mais um processo de diversificação do sistema de cidades, não uma desconcentração profunda.

Portanto, a dimensão territorial importa muito para compreender as transformações urbano-metropolitanas recentes, já que os problemas da sociedade parecem cada vez mais relacionarem-se com problemas de ordem territorial. As mudanças na funcionalidade dos espaços e na sua organização social também se refletem na distribuição da população, o espaço de assentamento toma nova forma, podem surgir subcentralidades, mas tem permanecido uma integração funcional e hierárquica de organização social. Segundo Gottdiener (1993), desconcentração se refere ao aumento absoluto de população e à densidade de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões e centros populacionais, implica tanto um movimento socioeconômico que sai das cidades centrais antigas para áreas mais afastadas quanto o surgimento de novas aglomerações e formação de densidade social

em áreas mais distantes. Esse processo pode ser verificado sob escalas diferenciadas, como a da região ou mesmo do país. No Brasil, podemos indicar que em escalas regionais, como a da metrópole, ocorreu uma periferação, já na escala nacional, houve uma desconcentração da população e da atividade produtiva, em parte uma desconcentração concentrada (CANO, 2008). Para Cunha (2003), esse processo foi evidente a partir dos anos 1970, especialmente no contexto da metrópole paulista. A realidade da desconcentração metropolitana é apenas visível, e também relativa, no grande centro econômico e demográfico do país, representado pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, fortemente afetados pela grave crise econômica que assolou o país nos anos 1980. Uma das consequências foi a redução significativa do crescimento de suas áreas metropolitanas, em função de uma redução importante da imigração e também de um aumento da emigração intra e interestadual. Assim, segundo Cunha (2003), pode-se dizer que, a não ser no caso destes estados, o processo de metropolização brasileiro, sob essa perspectiva, continuou com significativo fôlego no resto do país.

Na verdade, entendemos que a metropolização muda de sentido ou é complementada, pois se antes representava tendências de concentração, aglomeração, passa a associar-se cada vez mais ao surgimento e crescimento de novos espaços metropolitanos – que às vezes ainda são considerados como interior – e a mudanças internas nas próprias áreas metropolitanas. Nesse sentido, não se deve pensar apenas em termos quantitativos, é preciso avaliar também as mudanças qualitativas que vêm ocorrendo no interior das áreas metropolitanas.

Nessa ampliação do espaço de assentamento torna-se importante considerar uma articulação espacial que envolva diversas escalas, a expansão metropolitana evidencia a necessidade de ter uma perspectiva mais regional, já que a urbanização prossegue se expandindo para outras regiões do país, apresentando também características de metropolização. Processos como este podem ser apontados, como a integração urbana e econômica entre a RMSP e as quatro áreas urbanas industriais próximas, constituídas por Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos. O estudo de Diniz e Campolina (2007) também indica a possibilidade de formação de uma cidade-região com grande força polarizadora nessa escala, a intensidade dos fluxos pendulares é uma singular expressão dessa articulação. Outro exemplo dessa articulação escalar do urbano e do regional é o estudo de Moura (2009) que identificou no país a

constituição de arranjos urbano-regionais, aglomerados complexos devido à multiplicidade de escalas e fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, finanças, inovações e de relações de poder, que se materializam em seu interior. São eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília/Goiânia, Porto Alegre, Curitiba, Leste Catarinense, Belo Horizonte, Salvador e Recife/João Pessoa. Para tanto, foram utilizados indicadores dos movimentos da população e da economia, dotação e qualificação funcional dos centros, presença de infraestrutura e de ativos institucionais. Estudo de Ruiz e Pereira (2007) também analisou a constituição dos GEUBs (Grandes Espaços Urbanos Brasileiros) e as potencialidades de seu alcance na rede urbana, identificando suas áreas de influência. Para citar um exemplo latinoamericano, trabalho semelhante no México, no contexto de urbanização acelerada e processos simultâneos de concentração e dispersão, identificou a formação de regiões urbanas (SOBRINO, 2011), referindo-se a uma superfície que contém uma grande área metropolitana e zonas urbanas circunvizinhas de menor tamanho ou a um número de áreas urbanas de tamanho milionário ou médio sem grande dominância por parte de algumas delas. Nessa configuração de assentamentos, ocorre uma série de relações e interdependências que se traduzem na redistribuição da população e atividades econômicas, especialização produtiva de cada centro populacional e complexos problemas sociais (MELTZER, 1984, p. 163 apud SOBRINO, 2011, p. 11). Também neste caso os movimentos pendulares ou *commuting* foram essenciais na identificação desse processo.

No caso das metrópoles e grandes cidades, as mudanças econômicas, sociais e demográficas envolvendo essa dispersão para além da cidade central contribuíram para alterar a estrutura socioespacial das regiões e promover maiores deslocamentos entre a casa e o trabalho. As mudanças no espaço de assentamento também decorrem de transformações no interior das próprias cidades, assim como de processos inter e intrametropolitanos de desconcentração. Há uma desigualdade tanto no sentido demográfico e de inserção na estrutura social quanto de desenvolvimento econômico e de condições de assentamento. O padrão metropolitano de uso da terra é constituído de áreas muito distintas umas das outras, que diferem grandemente na qualidade de vida desfrutada por seus moradores. Além disso, as políticas públicas não têm sido capazes de atuar satisfatoriamente no que se refere à segregação socioespacial.

Para Gottdiener, as mudanças espaciais são um resultado dialético de fatores políticos, culturais e econômicos que se manifestam através da linha de frente dos padrões de desenvolvimento imobiliário que congregam a intervenção do Estado, formas de acumulação de capital e a manipulação dos mercados de terra (GOTTDIENER, 1993, p.235). Isso também parece válido para as mudanças nas metrópoles brasileiras, que parecem estar justamente em meio a processos simultâneos de concentração e dispersão, resultantes complexos dessas mudanças espaciais.

A desconcentração populacional realmente se coloca como um fenômeno característico da conformação do espaço urbano brasileiro, mas não foi e nem vem se processando de maneira tão pulverizada quanto muitas vezes se coloca. Desde os anos 1970, já se identificava que a maior parte dessa desconcentração ocorria para núcleos urbanos próximos e/ou com dinâmica econômica bastante atrelada às metrópoles. Com maior expressividade nos anos 1980 e 1990, foi observado o retorno de migrantes para seus estados de origem e as próprias metrópoles fora do Sudeste passaram a dinamizar os movimentos em suas respectivas regiões. A rede urbana brasileira havia se tornado mais densa, pois ao mesmo tempo em que a população se concentrou em determinados espaços, especialmente metropolitanos, ocorreu a proliferação do número de cidades, mas com manutenção da concentração populacional nas metrópoles. Cabe investigar, portanto, as tendências mais recentes da organização interna desses espaços.

1.2. Metrópoles brasileiras: entre a concentração e a dispersão

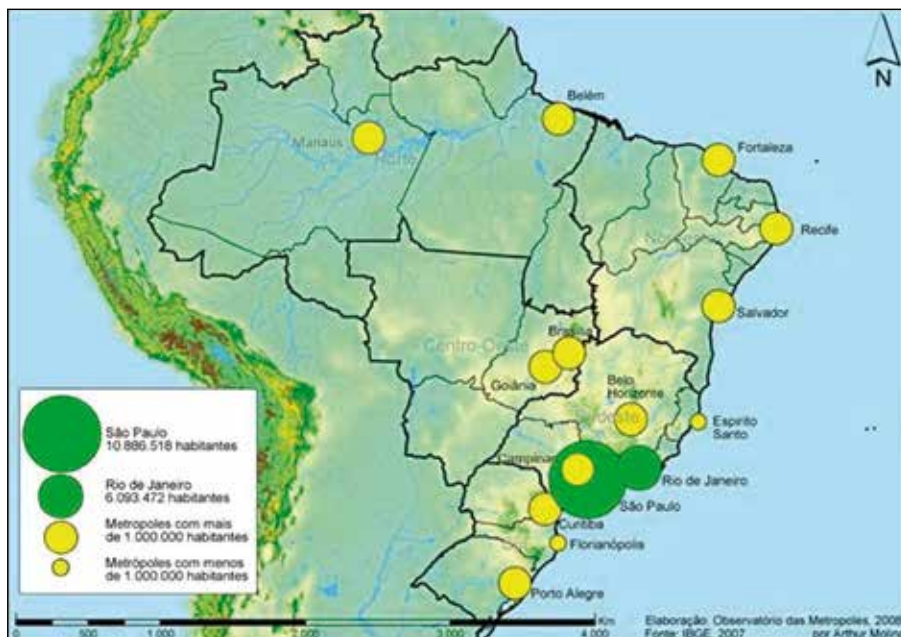
Até os anos 1970, aproximadamente, as metrópoles brasileiras seguiram apresentando expressivo crescimento. Como visto, em torno desse período, algumas mudanças ocorreram na dinâmica demográfica, nos ritmos de crescimento populacional e nos sentidos dos movimentos populacionais. Mesmo assim, esse universo metropolitano ainda apresenta grande participação em diversas dimensões do sistema urbano brasileiro, tanto populacional, quanto economicamente.

Diante disso, os objetivos desta seção são: considerar brevemente a dinâmica populacional metropolitana frente ao contexto nacional e, mais detidamente, avaliar os processos de concentração e dispersão populacional na organização interna das metrópoles.

Conforme trabalho realizado por pesquisadores do Observatório das Metrôpoles, o território nacional é articulado por uma rede de 37 unidades de espaços urbanos constituídos por regiões metropolitanas, RIDES e capitais com forte capacidade de polarização no território nacional, organizando-se em redes e sub-redes de cidades. São espaços singulares no contexto urbano, regional e econômico brasileiro, tanto pela escala, como também pela densidade econômica e demográfica², nesses espaços residem aproximadamente 87 milhões de pessoas (em torno de 45% da população nacional em 2010). Entre estes grandes espaços urbanos, 15 foram identificados como espaços urbanos com funções metropolitanas, por apresentarem atributos próprios das novas funções de coordenação, comando e direção das grandes cidades na “economia em rede” emergente com a globalização e a reestruturação produtiva. Conforme sugere a literatura, o papel das cidades, e especialmente das metrôpoles, vai transformando-se a partir de uma maior integração dessas às redes da economia mundial (VELTZ, 1996; SASSEN, 1991; CASTELLS, 2000). Essa globalização acarretaria mudanças expressivas nos mercados de trabalho, com empregos altamente qualificados e elevada remuneração em contraposição a empregos com pouca ou nenhuma qualificação e com salários mais baixos, isso ocorreria ainda num contexto de redução da atividade industrial e expansão dos serviços, crescendo também o trabalho informal.

Diante disso, o conceito de metrópole utilizado aqui foi o adotado e empiricamente operacionalizado em anterior trabalho organizado por Ribeiro (2009), que considera as características dos aglomerados que os dotam da capacidade de centro do poder econômico, social e político, portanto, capazes de polarizar o território nas escalas nacional, regional e local, segundo diversos indicadores para cada dimensão considerada³: a) tamanho e concentração; b) capacidade de centralidade; c) grau de inserção na economia; d) poder de direção; e) gestão pública. Por outro lado, utilizamos a classificação dos municípios destes aglomerados segundo os níveis de integração⁴, uma tipologia baseada nas diferenças entre os municípios quanto à integração na dinâmica da metrópole correspondente.

Mapa 1.1 – Metrôpoles Brasileiras



A metrópole é identificada então como um espaço urbano com características metropolitanas que apresenta uma posição entre os aglomerados urbanos, ao mesmo tempo em que apresenta integração interna, maior ou menor conforme o município. Quando utilizamos o termo metrópole, portanto, estamos tratando de espaços urbanos complexos e grandes (aglomerações com mais de um milhão de habitantes), de conjuntos de unidades político-administrativas (municípios) diversas, com diferentes tamanhos e níveis de integração entre essas unidades, que conjuntamente apresentam caráter metropolitano.

Apesar de muitos olhares apontarem tendências de desconcentração populacional a partir das metrópoles, pode-se notar que, no geral, elas seguem abarcando significativa parcela da população brasileira⁵. O Censo Demográfico de 2010 revelou que o Brasil tinha em torno de 190 milhões de pessoas, destas, 84% residiam em áreas urbanas. Embora com menores ritmos de crescimento, que não podem ser ignorados, a participação da população metropolitana permanece constante, teve aumento de 1991 para 2000 e praticamente permanece com a mesma participação de 2000 para 2010, em torno de 36%. São quase 70 milhões

de brasileiros residindo nas metrópoles – em pouco menos de 300 municípios, em um universo de mais de 5 mil.

Nos anos 1990, o Brasil cresceu a uma taxa de 1,63% a.a., as metrópoles tiveram uma taxa de crescimento de 2,00% enquanto o interior cresceu 1,43% a cada ano. Normalmente se fala em baixo ritmo de crescimento populacional nas metrópoles, mas quando analisamos segundo os diferentes espaços, podemos perceber diferenças consideráveis. Os núcleos seguiram apresentando menor ritmo de crescimento (1,33%), enquanto as periferias das metrópoles apresentaram quase 3,00% a.a. de crescimento populacional na década de 1990 – nestas, podemos ver que foram os municípios com alta e média integração⁶ que apresentaram maior crescimento populacional (mais de 3,00%).

Quanto à distribuição populacional, como já dito, as metrópoles aumentam um pouco sua participação nos anos 1990, que praticamente se mantém no decorrer dos anos 2000, especialmente a participação da periferia metropolitana aumenta nesse todo populacional – o que não corrobora as análises que tratam de uma perda populacional expressiva por parte das áreas metropolitanas. As perdas populacionais podem ocorrer pela migração, que seriam saldos migratórios líquidos negativos, mas que não precisam necessariamente ser acompanhadas de diminuição da população total. Já nos anos 2000, a taxa de crescimento se reduz em quase todos os espaços, como uma tendência populacional geral, que pode e deve ser analisada também à luz das mudanças na dinâmica demográfica, como a diminuição da fecundidade. Aliás, este é um dos pontos importantes a serem ressaltados. Obviamente, como as áreas metropolitanas são espaços que primeiramente apresentam os indícios das mudanças demográficas, as taxas de crescimento são mais reduzidas nestes espaços, seguindo as tendências observadas desde os anos 1980.

O Brasil cresceu a uma taxa de 1,17% a.a. na primeira década deste século, as áreas metropolitanas tiveram uma taxa de crescimento de 1,23% enquanto o interior cresceu 1,14% – ainda um pouco menor que as metrópoles. Nestas, podemos ver que há ainda muitas diferenças considerando-se os níveis de integração, pois os núcleos e os municípios muito altamente integrados à dinâmica metropolitana apresentam as menores taxas de crescimento, o que sugere uma propagação dos avanços na dinâmica demográfica, enquanto os municípios com muito baixa integração passam a apresentar as maiores taxas de crescimento no universo metropolitano.

Tabela 1.3 – População por faixas de tamanho e nível de integração dos municípios – 1991/2010

Tipo de Município	População			Distribuição (%)			Tx. Cresc.	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991 2000	2000 2010
Metrópoles	51.271.319	61.247.033	69.207.764	34,9	36,1	36,3	2,00	1,23
Núcleo	31.008.958	34.920.618	38.647.700	21,1	20,6	20,3	1,33	1,02
Periferia	20.262.361	26.326.415	30.560.064	13,8	15,5	16,0	2,95	1,50
Muito Alta	12.949.905	16.645.274	18.645.262	8,8	9,8	9,8	2,83	1,14
Alta	4.281.180	5.680.904	7.009.472	2,9	3,3	3,7	3,19	2,12
Média	2.027.331	2.766.098	3.400.742	1,4	1,6	1,8	3,51	2,09
Baixa	588.640	757.770	912.105	0,4	0,4	0,5	2,85	1,87
Muito Baixa	415.305	476.369	592.483	0,3	0,3	0,3	1,54	2,21
Interior	95.544.496	108.552.137	121.524.930	65,1	63,9	63,7	1,43	1,14
> 500 mil	3.057.698	5.902.469	10.711.583	2,1	3,5	5,6	7,58	6,14
> 100 até 500 mil	21.572.466	25.602.038	29.930.056	14,7	15,1	15,7	1,92	1,57
> 50 até 100 mil	16.572.762	17.347.273	19.183.093	11,3	10,2	10,1	0,51	1,01
> 20 até 50 mil	26.375.918	27.044.687	29.694.909	18,0	15,9	15,6	0,28	0,94
Até 20 mil	27.965.652	32.655.670	32.005.289	19,0	19,2	16,8	1,74	-0,20
Total	146.815.815	169.799.170	190.732.694	100,0	100,0	100,0	1,63	1,17

Fonte: Censos Demográficos IBGE.

Essas tendências coincidem também com o comportamento migratório intrametropolitano que tem sido observado nos últimos anos. Num primeiro momento, os municípios com integração muito alta atraíram mais pessoas, enquanto que esse segundo segmento formado pelos municípios com alta e média integração passaram a atrair mais pessoas com os processos de dispersão espacial e expansão urbana (ocorrido também no interior das próprias metrópoles), visto que deveriam contar também com um maior estoque de moradia e de terra do que a periferia consolidada (SILVA e RODRIGUES, 2010).

Quanto aos diferenciais segundo o nível de integração entre as metrópoles, Ribeiro, Silva e Rodrigues (2011) mostraram que as metrópoles mais antigas apresentam menores taxas de crescimento, principalmente em seus núcleos; mas também é possível observar crescimento expressivo em vários agrupamentos de municípios. Já Brasília, Goiânia, Florianópolis e Manaus apresentaram nos anos

2000 um crescimento acima de 2,0% a.a. – comparável também ao crescimento dos seus próprios núcleos. Os núcleos de Campinas e Vitória apresentaram crescimento mais reduzido. Na metrópole do Rio de Janeiro, por exemplo, identificou-se um grupo de municípios com alta integração que cresceram a 3,5% a.a. nos anos 2000, entre estes destacam-se Itaboraí e Itaguaí. Observa-se também crescimento considerável na periferia de Salvador e Fortaleza – revelando que as metrópoles do Nordeste apresentam crescimento ainda expressivo, assim como a periferia de Belém. O município com baixa integração nesta metrópole é Santa Bárbara do Pará, que cresceu a 4,2% na última década. Já no grupo seguinte, na metrópole de Goiânia, é Goianira que se destaca com elevado crescimento – 6,2% no período.

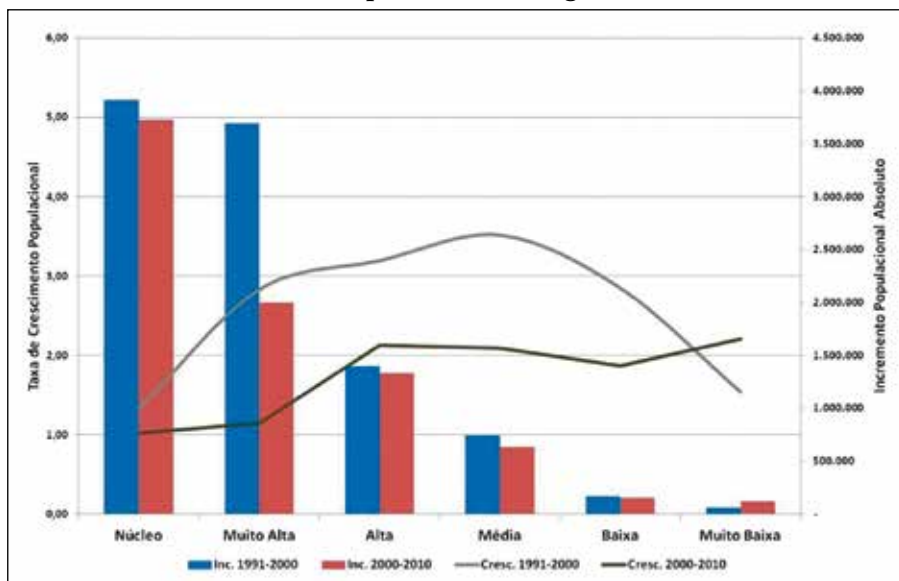
Se tomarmos apenas a dimensão do crescimento, aspecto entre os mais ressaltados nos estudos sobre dinâmica populacional, as taxas realmente mostram um ritmo menos acelerado nos núcleos, especialmente nos anos 1990, conforme o gráfico 1.1. Como já visto, as condições econômicas e sociais adversas dos anos 1980 e 1990 afetaram mais as metrópoles e principalmente seus núcleos metropolitanos – que eram as áreas de concentração dos setores mais modernos e dinâmicos. Sendo assim, os núcleos das áreas metropolitanas foram os primeiros espaços a experimentar a desaceleração das taxas de crescimento populacional. Mas o que podemos observar nos anos de 2000 a 2010 é que os demais municípios metropolitanos, mesmo que ainda sejam espaços com ritmos de crescimento mais acentuado, também passam a apresentar redução nessas taxas (à exceção dos municípios com muito baixa integração).

A observação digna de nota talvez seja um certo nivelamento nos ritmos de crescimento populacional, experimentados primeiro pelos núcleos, depois para os municípios de alta a média integração, e mais recentemente aqueles de baixa integração – é possível que num momento próximo ocorra uma estabilidade populacional. Nesse contexto, o enorme estoque populacional dos núcleos metropolitanos é que ganha relevo, e é aí que nos interessamos em contemplar os números absolutos do incremento populacional.

No gráfico 1.1, apresenta-se também o incremento populacional absoluto nos diferentes espaços das áreas metropolitanas. Os núcleos metropolitanos tiveram um incremento populacional de 1991 para 2000 de quase 4 milhões de pessoas, nesse período os municípios com muito alta integração também tiveram aumento considerável, de

aproximadamente 3,6 milhões de habitantes, mesmo assim ainda abaixo dos núcleos. Já os municípios com alta integração aumentaram em 1,4 milhão de pessoas, enquanto os demais municípios metropolitanos conjuntamente aumentaram um pouco menos de 1 milhão. De 2000 para 2010, na primeira década deste século, em todos os espaços há uma diminuição do incremento populacional absoluto, com exceção dos municípios com muito baixa integração (também pelo fato do porte populacional menor, qualquer alteração é mais significativa nesses espaços). Mesmo assim, os núcleos metropolitanos tiveram um aumento de sua população residente da ordem de 3,7 milhões de pessoas. Já os municípios com muito alta integração, que na década anterior haviam tido um incremento mais próximo ao do núcleo, aumentam em cerca de 2 milhões de pessoas. Os demais municípios apresentam incremento bem parecido, mas também com redução. Portanto, mesmo com menores ritmos de crescimento populacional, os núcleos apresentaram incremento bem maior que os demais agrupamentos de municípios metropolitanos pelo nível de integração.

Gráfico 1.1 – Metrôpoles brasileiras: Taxa de crescimento populacional e incremento absoluto por nível de integração – 1991/2010



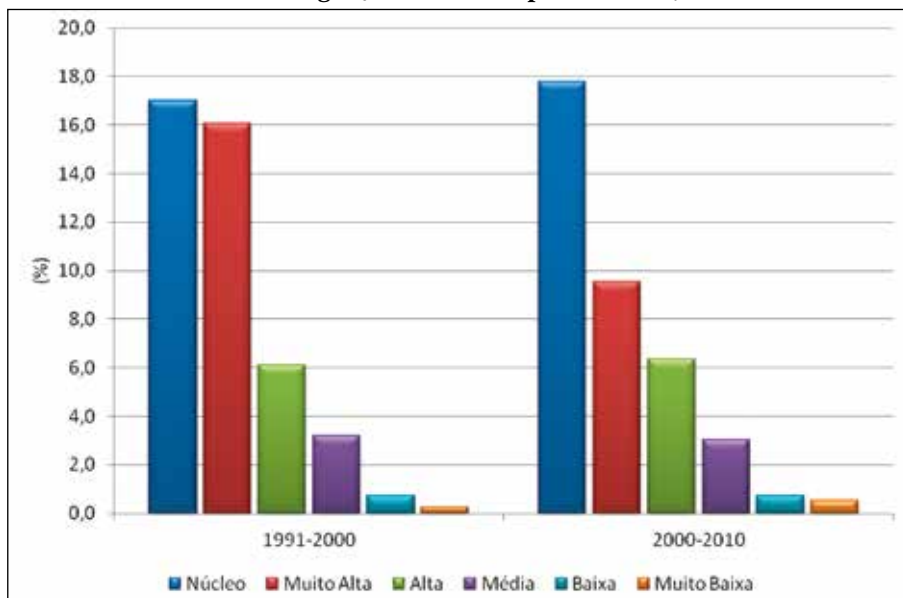
Fonte: Censos Demográficos IBGE.

A contribuição percentual desse incremento populacional, ou seja, a fatia de participação de cada nível no conjunto das metrópoles (gráfico 1.2), também confirma a predominância dos núcleos metropolitanos, que fica ainda mais evidente de 2000 a 2010, já que os núcleos mantêm sua participação no incremento populacional em torno de 17% (chegando a aumentar alguns décimos percentuais), enquanto a faixa subsequente de municípios com expressiva parcela de participação (os municípios com muito alta integração) diminui seu percentual consideravelmente nos anos 2000. Os demais municípios permanecem com participação mais semelhante no incremento populacional da metrópole de uma década a outra.

Portanto, essa predominância do incremento populacional nos núcleos sugere um reforço à hipótese de que os núcleos metropolitanos apresentam persistentes processos de concentração populacional. Apesar disso, ao mesmo tempo, as periferias metropolitanas constituem espaços que revelam processos de dispersão populacional – já que experimentam crescimento populacional considerável e significativas mudanças socioespaciais, como será ainda abordado.

Segundo Moura (2009), nessas densas regiões urbanizadas, o padrão de crescimento populacional dos polos, que assumiram seletivamente funções mais qualificadas, cedeu lugar ao crescimento elevado dos municípios periféricos, onde o valor da terra era mais baixo, mas apresentando pobreza e carências sociais, formando um conjunto de espaços desiguais. Simultaneamente surgem novas aglomerações urbanas e o fortalecimento de centros não aglomerados no interior dos estados, contribuindo para um reforço da rede urbana nacional. Diante da elevada concentração, na qual determinadas áreas passam a operar como transmissoras de recursos humanos, materiais e de conhecimento, redesenha-se forte articulação em rede entre pontos do território nacional. Enquanto as metrópoles são cada vez mais dotadas de funções superiores e ocupações em atividades da nova economia, a maior parte de suas áreas periféricas e mesmo muitas ocupações intersticiais centrais permanecem desempenhando atividades tradicionais e apresentando indicadores de pobreza (MOURA, 2009, p. 16). Neste sentido, torna-se importante uma abordagem que diferencie os espaços metropolitanos tanto interna quanto externamente, pois vale ressaltar que essa periferia é bastante diversa, reunindo municípios diferentes no que tange ao tamanho populacional, ao nível de integração ao núcleo metropolitano e, principalmente, ao nível social.

Gráfico 1.2 – Distribuição percentual do incremento populacional por nível de integração nas Metrôpoles – 1991/2010



Fonte: Censos Demográficos IBGE.

Em termos de dinâmica populacional, com as informações disponíveis, não dá para apostar numa redistribuição populacional em cada metrópole que reverta a predominância dos núcleos no geral, nem é possível embarcar num discurso de resolução da pressão sobre as áreas centrais a partir dessa perspectiva que tem sido colocada. Isso se deve ao fato de que os demais municípios metropolitanos também vêm sofrendo significativas transformações no mercado de moradias, na inserção no mundo do trabalho e na dinâmica demográfica, aspectos que ainda demandam maior compreensão.

Quando tais municípios avançarem ainda mais no processo de transição demográfica e envelhecimento populacional, ainda teremos um estoque populacional elevado nos núcleos, que já apresentam uma população mais envelhecida e, atualmente, com maior destaque para a população em idade ativa. Pensar sobre as transformações que ainda ocorrem nos grandes espaços metropolitanos, considerando seu enorme porte populacional, seus conflitos e seus problemas, a precariedade habitacional, o acesso ao mercado formal de trabalho, os limites e possibilidades de deslocamento cotidiano, entre outros aspectos, ainda é uma agenda de investigação de grande importância.

As estratégias adotadas pela população na busca pela apropriação da cidade, como as suas trajetórias espaciais, constituem reflexo dessas dimensões, ao mesmo tempo em que também exercem influência sobre a estruturação urbana do espaço.

Essas dimensões parecendo ora complementares ora contraditórias nos levam ao desafio de compreender as metrópoles num contexto entre a concentração e a dispersão, afinal, ao mesmo tempo em que municípios da periferia apresentam maiores taxas de crescimento populacional, os núcleos metropolitanos também apresentam estoque e incremento populacional elevado, além de concentrarem a maior parte dos postos de trabalho metropolitanos – o que ainda expressa a pressão sobre as áreas centrais, evidente especialmente pelo drama da mobilidade urbana – dimensões que serão aprofundadas na parte II.

Este capítulo inicial buscou enfatizar que, juntamente com as dimensões econômicas e políticas dos fatos urbanos, o papel da demografia também apresenta significativa relação com as forças que organizam o espaço. Além disso, recolocar a dimensão demográfica e dos movimentos populacionais em tela torna-se muito importante em função das mudanças ocorridas em suas conexões com o território, geralmente consideradas nas escalas do país e grandes regiões, muito menos na microescala, como pequenas regiões, as cidades, suas zonas e bairros. Diante de um relativo nivelamento nas tendências de comportamento da fecundidade e da mortalidade, as perspectivas relacionadas à migração também ganham maior expressividade para compreender os processos de (re) distribuição populacional no espaço, especialmente no que envolve as metrópoles. Aliados às migrações, também destacam-se os movimentos temporários, que permitem outras aspirações em relação ao local de residência para além da relação migração-trabalho, ao mesmo tempo em que expressam estratégias diferenciadas dos indivíduos e grupos sociais em sua apropriação da cidade, e é essa articulação que pretendemos investigar mais profundamente nos espaços metropolitanos.

Nesse sentido, um olhar que considere a estrutura urbana, se nos apresenta como uma perspectiva que permite relacionar as tendências de divisão econômica e social do espaço e as “dinâmicas demográficas”, sendo possível ainda nos aproximar das possíveis peculiaridades dos movimentos populacionais. Ou seja, partimos do pressuposto de que a dimensão urbana – espacial, de planejamento, de desenvolvimento – também está articulada com a demográfica,

diante das quais os processos relacionados ao mercado de trabalho, dinâmica da moradia e o sistema de mobilidade no espaço urbano também contribuem na compreensão das tendências de redistribuição populacional. Antes de tratarmos mais detidamente sobre os movimentos populacionais, é sobre a relação entre estes mecanismos sociais, econômicos e espaciais com a dinâmica da população e suas trajetórias espaciais que o capítulo seguinte irá tratar, buscando articular a problemática urbana e demográfica.

Notas

¹ As definições utilizadas pelo autor para sistema de cidades e para segmento inferior, médio e superior desse sistema podem ser conferidas em Rodriguez (2011).

² Cf. RIBEIRO, L. C. Q. (org). Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2009. Disponível no site www.observatoriodasmetrosoles.net.

³ As dimensões e indicadores utilizados foram: a) tamanho e concentração: como expressão de tamanho foi considerado o volume populacional; para as atividades econômicas foram considerados o número de agências bancárias, o volume total de operações bancárias/financeiras e a massa de rendimento mensal; b) capacidade de centralidade: foi tomada a existência de serviço raro, em nível nacional, como o movimento aeroportuário de passageiros; c) grau de inserção na economia: medido pelo número de empregos formais em atividade de ponta como proxy da capacidade de inovação e incorporação tecnológica; d) poder de direção: considerado a partir do número de sedes de empresas classificadas entre as 500 maiores do país; e) gestão pública: definição político-administrativa de capital estadual ou capital federal no caso de Brasília.

⁴ As variáveis utilizadas para essa classificação foram: taxa média geométrica de crescimento populacional (1991-2000); densidade demográfica; contingente de pessoas que realizam movimento pendular; proporção de pessoas que realizam movimento pendular; proporção de emprego não-agrícola (Observatório das Metrôpoles, 2004).

⁵ Esta parte está baseada em vários estudos e artigos que já vinham sendo desenvolvidos pela autora na linha de Dinâmica Demográfica e Metropolização no Observatório das Metrôpoles: a) RIBEIRO L. C. Q.; RODRIGUES, J. M.; SILVA, E. T. “Esvaziamento das Metrôpoles e Festa do Interior?”. Boletim Regional, Urbano e Ambiental do IPEA, 2009; b) SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. “Mobilidade Espacial nas Metrôpoles Brasileiras”. Revista Territorios, Bogotá-Colômbia, 2010; c) SILVA, E. T. Censo 2010: As Metrôpoles na Dinâmica Demográfica. Boletim Semanal Do Observatório das Metrôpoles, n. 174, de 23/02/2011; d) RIBEIRO L. C. Q.; SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. “Metrôpoles Brasileiras: diversificação, concentração e dispersão”. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.120, p.171-201, jan./jun. 2011.

⁶ É importante ressaltar que os níveis de integração foram elaborados com os dados do ano de 2000. Ao fazer uma comparação segundo este recorte de 1991 a 2010, estamos considerando os municípios segundo sua definição em 2000, ou seja, não foi considerada uma possível mudança de nível. Apesar disso, no contexto global a análise não fica prejudicada dada a dimensão das metrôpoles brasileiras e a quantidade de municípios.

2. DINÂMICA URBANA E DEMOGRÁFICA: CONTORNOS DE UM DEBATE

“As pessoas nascem, vivem, morrem, vivem bem ou mal. E é no cotidiano que ganham ou deixam de ganhar a sua vida, não sobreviver, sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente” (LEFEBVRE, 1991, p. 27).

As condições de vida e sobrevivência na atualidade passam em grande medida pelo acesso às oportunidades existentes no espaço urbano, já que grande parte da população vive em áreas urbanizadas. Neste capítulo, investigamos as relações entre a transição demográfica com a problemática urbana, lançando elementos para o pressuposto de que o papel da demografia também é relevante para auxiliar na da estrutura urbana, ao mesmo tempo em que a organização do espaço também influencia a dinâmica populacional. Uma breve análise sobre o comportamento demográfico nas metrópoles revela o quanto há distintas dinâmicas numa mesma região. Em uma cidade, por exemplo, é possível encontrar tanto um grupo social com composição etária semelhante a dos países desenvolvidos, como grupos sociais com composição semelhante a dos países mais pobres da África. Além disso, esses grupos apresentam ainda uma espacialização bem marcante, o que essas informações podem nos dizer?

Reflexões sobre a relação entre a cidade e as dimensões demográficas já vêm há muito fazendo parte da sociologia. Halbwachs (1939) utilizava em sua morfologia social os dados demográficos para caracterizar as grandes cidades e o que ele chama de “cidades gigantes,” “cidades colossais” ou “metrópoles cosmopolitas,” que não assemelhavam-se com formas anteriores de agrupamentos e exerciam uma ação extremamente poderosa sobre outros assentamentos urbanos e sobre o meio rural. A Escola de Chicago apresentou uma nova reflexão sobre a cidade como “laboratório social”, valendo-se de análises empíricas e de instrumental quantitativo para apreender as transformações socioeconômicas e demográficas na cidade. Havia o objetivo de buscar soluções práticas para uma cidade considerada como problema, com intenso processo de industrialização e urbanização. Para Park (1987),

“a cidade é concebida como uma entidade físico-territorial empiricamente constituída e delimitada no espaço por critérios geográficos, demográficos, numéricos e político-administrativos”. Segundo Sant’ana (2003), apesar das críticas ao pensamento da Escola de Chicago, no sentido de tratar a cidade a partir da existência de um urbano *per se*, certamente não se torna inválida a sua importância sobre a elaboração de um pensamento específico sobre a cidade e mesmo a constituição de uma sociologia urbana. De acordo com Wirth (1987), com uma vertente culturalista, a cidade gera uma cultura urbana, apresentando o urbanismo como modo de vida, a cidade se expressa para além dos limites físicos. Castells (1983) critica esta ideia, afirmando que não é que haja uma cultura da cidade em si, mas há, na verdade, uma cultura da sociedade capitalista (SANT’ANNA, 2003).

De qualquer forma, o que se pretende destacar aqui é a relação entre a cidade, o urbano e o metropolitano com a demografia, pois assim como é tão importante, no campo dos estudos urbanos e regionais, considerar as mudanças na estrutura produtiva, no mercado de trabalho, no mercado imobiliário, apontamos a relevância de também considerar a localização da população e seu comportamento demográfico, que servem bem como indicadores de outras dimensões sociais, econômicas e mesmo culturais. Em países como o Brasil, com uma urbanização mais tardia, porém extremamente acelerada, a transição demográfica que acompanhou esse processo é de grande importância para elucidar alguns aspectos da própria constituição do urbano. Sendo assim, problemas relacionados à moradia, mercado de trabalho, mobilidade, violência, acesso à saúde e educação estão estreitamente relacionados à demografia – ao volume populacional, à densidade, ao comportamento reprodutivo, à formação de famílias, à estrutura etária, etc.

Não se pode ignorar que, com maior ou menor autonomia, a população também tem suas escolhas, mesmo com todos os determinantes sociais, políticos e econômicos – estes últimos entre os mais ressaltados, são os próprios indivíduos e famílias que decidem seu comportamento reprodutivo, quantos filhos pretende ter, os arranjos familiares, os locais de moradia e de trabalho, a forma e o lugar de sua sobrevivência, a maneira como vive ou suporta viver. Na verdade, as escolhas refletem as estratégias individuais e coletivas adotadas, uma vez que todos estes aspectos estão estreitamente relacionados às condições socioeconômicas e espaciais às quais esta população foi submetida.

Simultaneamente, o urbano também influenciou a demografia, uma vez que as relações políticas, econômicas, sociais e culturais próprias dessa espacialidade também modificam o modo de vida das pessoas. Portanto, a via de análise ou a fundamentação para este estudo é a problematização da relação entre a dinâmica da população e as mudanças no espaço urbano. Atualmente, o urbano não é apenas uma variável dependente, passa a constituir-se também numa variável que contribui para explicar a própria dinâmica demográfica, já que esta é uma resposta da população às transformações do urbano. Nesse sentido, os estudiosos sobre o urbano nem sempre consideram a demografia, ao mesmo tempo, os demógrafos muitas vezes desconsideram a cidade. Conforme trataremos na seção a seguir, a relação entre a transição urbana e demográfica é de autoinfluência, não é uma correspondência simples de causa e efeito, mas são conexões imbricadas em que essas dimensões se interpenetram numa relação dialógica.

2.1 Transição urbana e demográfica

Quando pensamos sobre a cidade, pensamos sempre em um espaço com características próprias – áreas de lazer, moradia, serviços, consumo, produção, etc. A dimensão espacial sempre é a primeira a se apresentar. Mas a cidade é muito mais que isso. A cidade envolve práticas cotidianas, sistema de valores e percepções, mobilidade, proximidades e distanciamentos físicos, mas também sociais, entre outros aspectos.

Ainda no século XVIII, a maior parte da população mundial vivia em áreas rurais e as taxas de natalidade e mortalidade eram muito elevadas. Com a Revolução Industrial, o surgimento de máquinas e equipamentos, a utilização da energia, os avanços do desenvolvimento científico e tecnológico permitiram a formação de uma sociedade urbana industrial. Num primeiro momento, esse crescimento desordenado não trouxe ganhos nas condições de vida, mas com os avanços na ciência e na produtividade, a melhoria das técnicas agrícolas e a evolução nos tratamentos de saúde e no saneamento básico, foi possível uma posterior melhoria das condições de vida nas cidades, levando à redução da mortalidade, por exemplo. Alves (2010) critica algumas abordagens que identificam a *transição urbana* como a simples passagem de uma sociedade tradicional (ou feudal) para a sociedade moderna (ou urbana e industrial), sendo a transição urbana

a causa principal da *transição demográfica*. Concordamos com este autor ao afirmar que “as duas *transições* se autoinfluenciam e se reforçam, convivendo no mesmo espaço e tempo” (ALVES, 2010). Portanto, uma maior pressão demográfica nas cidades permitiu a transição urbana e esta, por sua vez, contribuiu para a transição demográfica. Nessa relação os movimentos populacionais também foram fundamentais.

Conceitualmente, Castells (1983) relembra que a ideia da urbanização remete a dois sentidos distintos: concentração e difusão. A concentração refere-se a uma aglomeração de população a partir de certos limites de dimensão e densidade. Já a difusão refere-se à propagação do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominados da cultura urbana, esta refere-se ao sistema cultural da sociedade industrial capitalista. A dimensão demográfica sempre é tomada como um aspecto que contribui para a compreensão do urbano, o que precisa ser considerado ainda é que a população também responde a essa organização espacial e às formas de sociabilidade que ela engendra.

Para Lefebvre, o fenômeno urbano se dá pela expansão da cidade, através de processos simultâneos de implosão, sobre sua própria centralidade, e de explosão sobre o espaço circundante, a extensão do tecido urbano, forma e processo socioespacial. Interessante a proposta também empreendida por Silva e Monte-Mór (2010), ao sugerirem a promoção de um encontro entre os estudos de populações e a reflexão sobre a natureza e dinâmica do fenômeno urbano, aos termos de Lefebvre (1999), retomando a teoria das transições demográficas e trazendo a ideia da transição urbana.

Portanto, esse crescimento das cidades e aglomeração de pessoas consolidou o fenômeno urbano, o que permitiu mudanças profundas e estruturais nos aspectos sociais, culturais e comportamentais, frutos da modernização. Apesar de não muito tratada no que tange à transição demográfica, a migração também é uma componente peculiar nesse processo, já que é o grande deslocamento espacial para as cidades que permite tais transformações, posteriormente também haverá a contribuição do próprio crescimento vegetativo com fecundidade ainda alta neste período. Na cidade, as pessoas passam a ter acesso a noções higiênico-sanitárias e a condições de saúde e preservação do ambiente, mesmo que ainda precários. Tais mudanças sociais que se aprofundam com a industrialização e urbanização produzem inicialmente a queda da mortalidade, que era bastante alta nas sociedades no período pré-

transição. Esse declínio também permite uma maior sobrevivência de crianças e jovens, o que contribui posteriormente para uma demanda mais reduzida da quantidade de filhos, fator importante nas populações pré-transição de economias rurais, com alta demanda por “braços” nas lavouras (MONTE-MÓR, 2010, p.3).

Em linhas gerais, o processo que foi chamado pelos demógrafos de “transição demográfica” constitui-se, basicamente, na redução dessas taxas de mortalidade e fecundidade em períodos diferentes, alguns esquemas são elaborados visando explicar o processo, mas certamente ocorreu de forma diferenciada nas diversas regiões do mundo. Em linhas gerais, a transição demográfica abrange alguns momentos, primeiramente a taxa de mortalidade diminui e a taxa de natalidade continua alta, levando a um rápido crescimento populacional. Posteriormente, a taxa de natalidade começa a declinar, restringindo o ritmo de crescimento da população, por fim, a existência de baixas taxas de mortalidade e natalidade resulta em lento crescimento demográfico (ALVES, 2002, p.28).

O declínio das taxas de mortalidade constitui-se em algo surpreendente alcançado pela humanidade, gerando um elevado crescimento populacional (já que morriam menos pessoas e ainda nasciam muitos filhos). As regiões mais avançadas economicamente iniciaram esse processo mais cedo, por volta de fins do século XVIII. Portanto, a conquista da redução da mortalidade não se deu de forma igual em todos os países, mas foi no século XX que quase todo o mundo atingiu esse processo. As transformações econômicas, políticas e culturais características das novas áreas urbanas e advindas com a modernização se evidenciaram também no ambiente familiar. A família numerosa vai se tornando algo cada vez mais difícil, uma vez que a mobilidade espacial e social dos casais aumenta, ocorre uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e as dificuldades e custos no meio urbano são maiores. Com o posterior declínio da fecundidade, surge um novo padrão demográfico. São essas mudanças que constituem, em linhas gerais, a *primeira transição demográfica*.

Claro que essa sequência entre modernização, mudanças comportamentais e dinâmica demográfica não se deu da mesma forma e temporalidade nas distintas sociedades. Os indivíduos e famílias mudam de lugar, estabelecem novos padrões de reprodução, inserem-se ou não em novas relações de produção, criam outras articulações com o espaço, a sociedade e a economia conforme sua realidade e

escolhas. As mudanças nos valores sociais e culturais também são de grande importância.

Novos padrões de comportamento emergiram: individualismo ou autonomia individual crescente, proeminência de interesses pessoais, desapego a tabus e normas tradicionais. Estes cedem lugar a *instituições laicas* emergentes, como a *escola* e a *empresa capitalista*, expressões culturais da sociedade urbano-industrial, onde prevalecem critérios de *racionalidade e cálculo* que se impõem ao comportamento reprodutivo, *rompendo* o cenário anterior onde este tipo de comportamento era ausente ou apenas desviante (NOTESTEIN, 1945 apud MONTE-MÓR, 2010, p.4).

Outro conjunto de mudanças relacionadas especialmente a novos arranjos familiares passa a ser considerado como a *segunda transição demográfica*. Como indicado por Alves (2002), há várias características dessa segunda transição: declínio acentuado do número médio de filhos; aumento da idade média da primeira união e mesmo redução das taxas de nupcialidade; aumento também da idade média da mulher à primeira gravidez; crescimento do número de divórcios, separações e filhos fora do casamento – contribuindo para uma maior diversificação dos arranjos familiares; crescimento da coabitação; aumento de casais vivendo em casas distintas; ampla utilização de métodos eficientes de contracepção aliada a maior escolaridade e participação feminina no mercado de trabalho (ALVES, 2002, p.39).

Alguns autores chegam a colocar a ocorrência de uma *terceira transição demográfica*, caracterizada por níveis baixíssimos de fecundidade com famílias que não optam pela procriação e adotam a fecundidade zero. O casal DINC¹ é um exemplo de arranjo familiar que dá mais valor para a autossatisfação e para a realização dos desejos presentes de consumo e lazer, do que para a satisfação futura de novas gerações, ou seja, não há a perspectiva de ter filhos. A este quadro, soma-se também a elevada imigração internacional (BARROS, ALVES e CAVENAGHI, 2008, p.8).

Essa relação entre as dimensões urbana e demográfica era mais enfatizada especialmente no período de elevado crescimento populacional e acelerada urbanização. Atualmente, é preciso estimular a criação ou reforço de um campo de convergência maior entre problemas que são frequentemente abordados mais de forma separada do que conjunta: a mudança entre regimes demográficos, com seus compo-

nentes sócio-históricos, e a produção e reprodução do espaço urbano e, conseqüentemente, as implicações socioespaciais da distribuição e reprodução da população no território, conforme ressaltam Silva e Monte-Mór (2010). Para estes autores, cabe observar que os estudos sobre população não podem conferir à sua interface com a questão urbana um status menor do que foi no passado. Essa associação foi bastante acentuada no período da intensa migração rural-urbana, quando este fenômeno ganhou expressivo relevo nos estudos acadêmicos e nas intervenções políticas. Além da importância de acentuar essa relação, é preciso considerar que há distintos grupos sociais com dinâmicas demográficas diferenciadas.

Essas camadas populacionais geralmente também apresentam uma localização distinta. Diante disso, além de partir da relação entre o fenômeno urbano-metropolitano à dinâmica demográfica, sugerimos também que a forma de materialização das diferenças sociodemográficas no espaço urbano passa cada vez mais por uma microescala. Ou seja, há muitas distinções em espaços muito próximos, condições que precisam ser consideradas tanto pelo lado dos estudos urbano-regionais quanto pelo lado das investigações na área da demografia.

Complementarmente a essa reflexão, a teoria da transição urbana aborda a predominância da população urbana em determinado espaço, com enfoques diferenciados conforme a sociedade que se esteja considerando². Em linhas gerais, pode-se apontar que a transição urbana teria duas fases, uma *primeira transição urbana* seria o momento em que a população urbana supera a população rural e o grau de urbanização se eleva sustentadamente. Já o que poderíamos chamar de *segunda transição urbana* é uma fase em que as tendências de crescimento populacional urbano perdem sua força para dar lugar à acomodação dessa população dentro de seu tecido urbano (OJIMA, 2006, p. 3 apud SILVA e MONTE-MÓR, 2010). Ou seja, a primeira seria uma dimensão mais quantitativa do processo de urbanização, já a segunda remete mais a uma dimensão qualitativa. Também é possível interpretar que essas fases estão estreitamente relacionadas com a dinâmica demográfica e as migrações, foco deste trabalho. No primeiro momento, é a elevada migração para as cidades e os filhos tidos por estes migrantes que permitem a superação da população urbana (ou seja, a demografia constitui o urbano, como já dito). Posteriormente, o foco passa a ser a adaptação desta população no

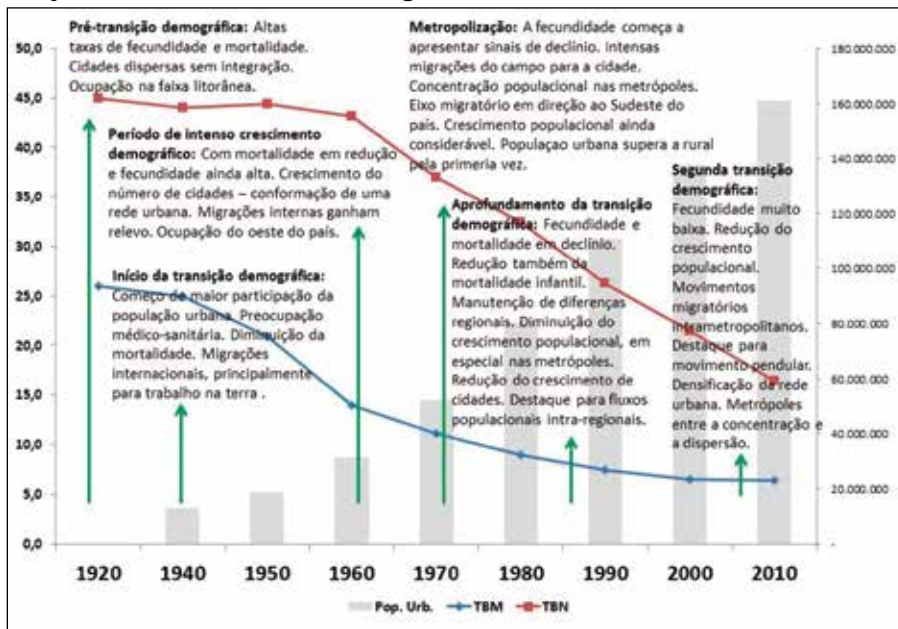
modo de viver urbano, nas condições sobrevivência, nas formas de produzir (o urbano influenciando a demografia).

A investigação aqui empreendida sobre os movimentos populacionais nas metrópoles terá como pano de fundo essas transições, pois é possível colocar que, num primeiro momento, a preocupação era *o que fazer para estar na cidade*, era a conquista da cidade. No período seguinte, que de certa forma se estende até a atualidade, a preocupação é *como fazer para apropriar-se da cidade*, não apenas habitar nesse ambiente, mas ter acesso às oportunidades, bens e serviços que esse espaço oferece – remete as estratégias adotadas pelos distintos grupos sociais para efetivar a conquista desse espaço.

Para contextualizar todo esse processo no caso do Brasil, o quadro a seguir permite notar algumas dessas fases na constituição do espaço urbano e no comportamento demográfico. O declínio da mortalidade começou nos anos 1940 e a redução da natalidade em torno de 1960, porém, uma redução mais drástica desta última ocorreu nos anos 1980 – o que coincide com as próprias características do desenvolvimento da rede urbana no país. Enquanto aumenta a população urbana, aprofundam-se consideravelmente as fases da transição demográfica.

Essas fases envolvendo as estratégias individuais e coletivas para a conquista e apropriação da cidade também se ligam aos processos de desenvolvimento econômico, ao papel do Estado, às mudanças no mercado de trabalho e de moradias, às condições de mobilidade – aspectos tratados a seguir.

Quadro 2.1 – Transição Demográfica e Urbana no Brasil – 1920/2010



Elaboração própria. Fonte das TBM (Taxas Brutas de Mortalidade) e TBN (Taxas Brutas de Natalidade):

Para 1872 a 1950: Merrick e Graham (1981, p.5).

Para os demais: http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/panel_population.htm

2.2 Estrutura urbana e localização da população no espaço

A transição urbana e a transição demográfica também apresentam forte relação com a estrutura urbana e com os modelos de desenvolvimento econômico, como visto no capítulo anterior. Um aspecto interessante levantando por Roberts e Portes (2005) nessa relação se refere às dimensões da segregação e integração espacial em cidades da América Latina. Segundo os autores, durante o período de rápido crescimento das cidades latinoamericanas nas décadas de 1960 e 1970, impulsionado pelo modelo de desenvolvimento adotado, os migrantes que se dirigiram para as cidades não dispunham de recursos suficientes para formar um mercado para o setor imobiliário (estatal ou privado). A consequência disso foi que boa parte dessa população construiu suas moradias ocupando terrenos de forma ilegal ou semilegal. Foi nessa situação que boa parte das periferias das cidades latinoamericanas foram edificadas, gerando uma urbanização sob a “lógica da desordem” (KOWARICK, 1979; ROBERTS e PORTES, 2005, p. 432).

Com esta pressão demográfica sobre as cidades, a urbanização ocorreu diante de uma certa “dificuldade” do mercado em organizar a localização das pessoas ou das classes sociais no território segundo a lógica exclusivamente decorrente do próprio mercado. Por isso, as formas de produção da moradia e o acesso ao solo urbano foram bastante diversificados, indo da autoconstrução às iniciativas empresariais, passando por formas mistas (RIBEIRO, 1997). O que passa a ocorrer com a mudança para o modelo de desenvolvimento baseado na desregulação e no livre mercado, é que este consegue se impor ainda mais. A população mais pobre sofre com as mudanças no mercado de trabalho e reestruturação produtiva – aumentam as relações de trabalho precárias e a informalidade, além do acesso ao mercado de terras se tornar mais seletivo. Ou seja, essa população mais pobre que havia conseguido inserir-se primeiramente no urbano, pode ter passado a experimentar maior dificuldade de inserção, o que certamente teve impacto sobre as suas condições de movimentar-se e localizar-se neste espaço.

Portanto, a ideia colocada por Robert e Portes (2005) é que as cidades que experimentaram uma pressão demográfica muito acentuada em seu processo de urbanização acabaram por permitir uma maior aproximação espacial de classes sociais distintas. Com a diminuição dessa pressão demográfica – evidente, por exemplo, pelos menores ritmos de crescimento populacional – e com a maior atuação das forças de mercado diante das mutações nas lógicas ligadas ao mercado imobiliário em especial, e também ao mercado de trabalho, aprofundaram-se os processos de periferização e de segregação socioespacial. Em nossa análise que busca relacionar tal processo com os movimentos populacionais, podemos supor que parte da população pode ter se movido no interior da cidade ou migrado para outros municípios da metrópole, outros ainda podem ter retornado para as antigas áreas de origem, ainda outro grupo pode ter permanecido nas áreas originais de residência, porém com incorporação mais precária, às vezes garantindo a proximidade com o local de trabalho. São algumas dessas possibilidades que serão avaliadas nas partes seguintes.

É nesse sentido que passamos a considerar que a localização no espaço urbano se mostra cada vez mais como de extrema importância para potencializar ou restringir o acesso a distintas oportunidades de inserção social, educacional, ocupacional – ou seja, dimensões relacionadas ao como fazer para não apenas estar na cidade, mas também apropriar-se dela. A distribuição das atividades no território também influencia

diretamente a distribuição da população. No âmbito da distribuição das atividades produtivas, por exemplo, resulta em uma reestruturação territorial, com uma abrangência da escala global à local. Já no âmbito da distribuição da população, cabe estudar a sua localização estratégica diante das novas redes de comunicação e transportes, lugar de moradia e trabalho, através de sua integração ou separação em relação aos fluxos da produção. Pode-se dizer que as transformações em curso representam novas estratégias para a acumulação, mudam a dinâmica demográfica, criam novas condições para a mobilidade do capital e para a mobilidade espacial da força de trabalho (que podem ser obstáculos ou talvez potencialidades, dependendo das condições socioeconômicas).

Sendo assim, a acentuação ou atenuação no processo de segregação socioespacial e a conseqüente localização da população no espaço urbano perpassam várias dimensões que estão estritamente relacionadas ao papel do Estado, às decisões locais públicas ou privadas em áreas como transporte, zoneamento, localização dos bens públicos e de moradias etc. Entre essas dimensões, a capacidade do capital de exercer maior seleção sobre a localização destaca a importância das condições de produção de um lugar – diferenças na oferta de mão-de-obra, na infraestrutura e nos recursos, na regulação e tributação governamental, assumem relevância bem maior. Portanto, o Estado – que vem alterando suas funções reguladoras passando por processos de reescalonamento com uma abrangência da escala local a global (BRENNER, 2010) – passa a orientar-se de forma a oferecer ambiente propício aos negócios, sob diferentes formas de intervenções governamentais. Numa perspectiva local, isso pode contribuir para aumentar as diferenças de riqueza e de renda, assim como para ampliar o empobrecimento urbano (HARVEY, 2006, p. 179, 182).

O fator complicador para as cidades consideradas como um conjunto é que o objetivo dessa reorganização territorial não é a composição de uma política ou projeto nacional de desenvolvimento, mas manter a competitividade de um lugar específico, ou seja, as escalas não convergem em uma escala nacional, essa manifestação também foi colocada no Brasil por Brandão (2007). Portanto, enquanto as cidades operam como nós urbanos em uma hierarquia mundial, os Estados se reorganizam para melhorar a competitividade de suas grandes cidades e regiões, em que as próprias escalas se tornam objeto de disputa. No geral, essas intervenções “glociais”, como sugere Swyngedouw (1992, 1997), são focadas em megaprojetos, visando melhoria da capacidade

produtiva dos lugares e não melhora das condições de vida da população. As cidades, enquanto lugar de sobrevivência, se tornam fragmentadas e deficientes, não são pensadas enquanto um sistema onde se localizam atividades produtivas, postos de trabalho, e também pessoas com recursos e oportunidades diferenciados.

Segundo Gottdiener (1993), as mudanças socioespaciais na cidade são reguladas pela lógica da acumulação de capital, e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento desigual e injustiças sociais que são distribuídas espacial e demograficamente – desigualdades que podem ser apreendidas tanto em uma escala mais ampla das grandes regiões e nações quanto na escala da cidade e de seus espaços internos. Essas desigualdades manifestam-se permanentemente no espaço urbano gerando problemas sociais dos mais diversos, percebidos cotidianamente pela população que reside e se movimenta neste espaço ou que, de forma contrária ou coexistente, pode residir precariamente ou não ter condições de movimentar-se.

Em seu livro, *A justiça social e a cidade*, Harvey (1973) analisa os processos sociais e as formas espaciais no sistema urbano, ressalta que é preciso atentar para os efeitos distributivos de tais decisões sobre a renda real de diferentes grupos populacionais. Isso porque esses efeitos apresentam uma estreita relação com o processo de valorização do solo, já que a formulação das políticas urbanas por parte do Estado acaba sendo muito determinada pelos interesses do setor privado, principalmente aqueles relacionados ao setor imobiliário, que são cada vez mais os principais agentes na estruturação do solo urbano. Portanto, é de grande relevância reconhecer os mecanismos relativos à alocação e distribuição desses itens, pois ultrapassam a renda direta do trabalhador e a alocação física de bens e recursos, já que envolvem vantagens geradas a partir da localização.

Acessibilidade a oportunidades de emprego, recursos e serviços de bem-estar pode ser obtida por um preço, e esse preço é, geralmente, igualado ao custo de superar distâncias, de usar o tempo, etc. Mas não é fácil medir o preço que as pessoas pagam. (...) o preço social que as pessoas são forçadas a pagar, para ter acesso a certas facilidades, é algo que pode variar desde o simples custo direto envolvido no transporte até o preço emocional e psicológico imposto a um indivíduo que tem resistência intensa a fazer alguma coisa (HARVEY, 1973, p.45).

O conceito de renda real inclui aquilo que pode ser monetarizado, mas também o que decorre de vantagens e oportunidades geradas. Sem entrarmos em definições estritas de renda, pode-se dizer que ela envolve tanto o salário ganho durante determinado tempo mediante trabalho realizado ou rendimentos sem trabalho, como envolve também valor de propriedade e mecanismos de acesso aos recursos e aos seus preços. “A questão que surge então é de como as mudanças na forma espacial da cidade e nos processos sociais, que operam na cidade, provocam mudanças na renda do indivíduo” (HARVEY, 1973, p.42). Harvey argumenta, por exemplo, que o processo social de determinação do salário é parcialmente modificado pelas trocas na localização das oportunidades de emprego (por categorias), comparadas com trocas nas oportunidades de moradia (por tipo). O fracasso do emprego e das oportunidades de moradia em manter-se em equilíbrio têm imposto custos de acessibilidade para alguns grupos na população em relação a outros. O autor expõe a noção das ‘vantagens marginais’, que são geradas pelas trocas no sistema urbano e são distribuídas desigualmente pela população urbana.

Portanto, a dimensão da acessibilidade remete às noções de distância e espaço também. Já como proximidade, pode-se apontar como sendo o efeito de estar junto de algumas pessoas ou coisas, sem necessariamente fazer disso qualquer uso direto. Esta proximidade pode gerar certos custos ou benefícios, como estar próximo de um ambiente poluído ou decadente, ou estar próximo a áreas de lazer ou recursos naturais. “Deveria ser autoevidente que assim como mudamos a forma espacial da cidade (por realocação de residências, vias de transporte, oportunidades de emprego, fontes de poluição etc.) também mudamos o preço de acessibilidade e o custo de proximidade de qualquer moradia” (HARVEY, 1973, p.45). As atitudes sociais da população também desempenham um papel na consideração dessas mudanças, produzindo as substanciais redistribuições de renda.

Quanto maior e mais complexo o sistema urbano, mais significado têm esses efeitos, pois boa parte das intervenções que ocorrem na cidade, principalmente na área política, podem ser entendidas como “tentativa de organizar a distribuição dos efeitos externos para obter vantagens de renda. Na medida em que essas tentativas são bem sucedidas, elas são uma fonte de desigualdade de renda” (HARVEY, 1973, p.46). O problema é que a utilidade dos serviços não é distribuída homogeneamente entre a população, e é possível notar a influência

determinante de posições sociais, econômicas e políticas nesta utilização ou na própria disposição espacial dos bens e serviços públicos e privados – ou seja, uma expressão da relação entre o lugar enquanto espaço físico e o lugar enquanto espaço social. Como afirma Bourdieu (1997), o lugar pode ser um ponto do espaço físico, seja como localização (tem lugar, existe), seja como posição (sob um ponto de vista relacional). O espaço social (como estrutura de justaposição de posições sociais) se retraduz no espaço físico nem sempre de maneira totalmente clara, mas a posse do capital que é distinta entre os grupos sociais permite um poder sobre o espaço, “sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos” (BOURDIEU, 1997, p. 160).

Diante dessas distinções entre apropriação do espaço físico que passa pela posição dos agentes no espaço social, há sempre uma reorganização na localização – com redistribuição de populações, atividades, bens e serviços no espaço – e ajustamento do sistema urbano, levando a mudanças na forma espacial da cidade e na distribuição de renda também.

A mudança de localização da atividade econômica na cidade significa uma mudança de localização de oportunidades de emprego. A mudança de localização da atividade residencial significa mudança de localização de oportunidades de moradia. Ambas devem, presumivelmente, estar associadas a gastos em transporte. Mudanças em transporte afetam certamente, em grande escala, o custo de acesso a oportunidades de emprego a partir da localização das moradias (HARVEY, 1973, p. 49).

Muitas vezes quem tem que se realocar no espaço urbano são os grupos sociais, impactando principalmente a população de renda mais baixa, às vezes constrangida a se mover. A inabilidade do mecanismo de mercado para alocar eficiente e igualmente os recursos relacionados à moradia, trabalho, mobilidade, etc. – associado ainda ao quadro exposto anteriormente de competitividade entre cidades e regiões e de disputa entre escalas com certo aval do Estado e governos locais – revela a importância da análise da estrutura urbana sobre a dinâmica populacional.

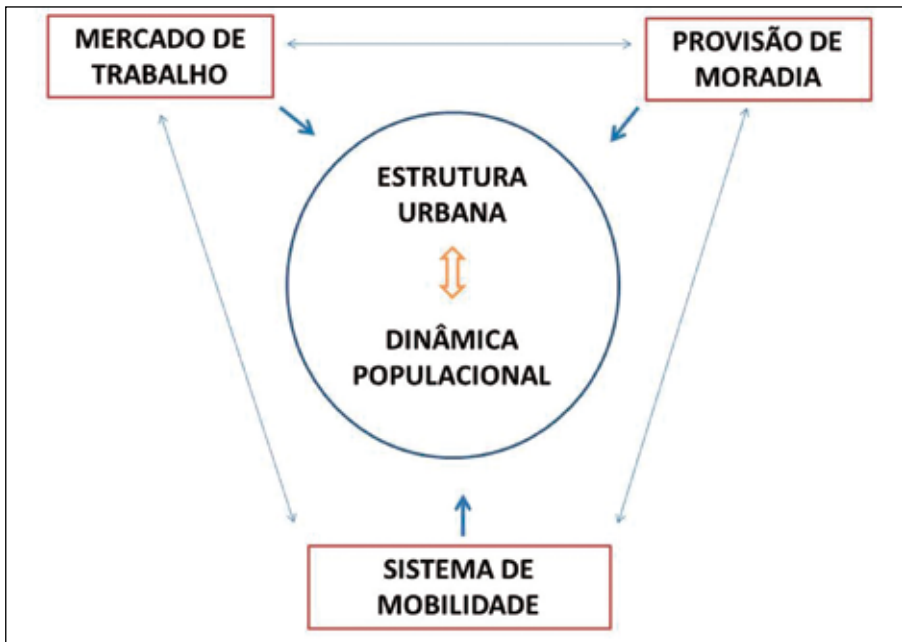
Como afirma Castells (1983), ao falarmos que o espaço urbano é estruturado, significa que apresenta uma organização não aleatória, “os processo sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os

determinismos de cada tipo e de cada período da organização social” (CASTELLS, 1983, p. 182). Passamos a considerar algumas dessas dimensões sociais, espaciais, políticas e econômicas do urbano que operam sobre a localização da população, são os elementos da estrutura urbana – com reflexo direto nas condições de mobilidade espacial. São diversos mecanismos que organizam a distribuição da população no território, entre estes, as dimensões relacionadas ao trabalho, à moradia e à mobilidade nos parecem essenciais, constituindo-se em chaves de leitura analítica, portanto, interpretativas do processo de conformação da estrutura urbana. O trabalho se relaciona com a forma segundo a qual as atividades se distribuem conformando uma divisão econômica do espaço metropolitano, esta divisão está associada às características do mercado de trabalho e da estrutura produtiva, à sua espacialização. Outro mecanismo se relaciona com a distribuição territorial das formas de provisão de moradia, como veremos à frente, falamos em formas de provisão em razão da existência de uma pluralidade de sistemas de produção e circulação da moradia, indo da autoconstrução às formas empresariais, passando pela provisão pública de habitação. Podemos falar que cada cidade tem uma estrutura de provisão de moradia resultante da diversidade das formas existentes e de sua articulação, desta espacialização temos uma divisão social do espaço da metrópole. Já a componente mobilidade, é conformada por dois elementos: sistemas de transportes em suas diversidades (coletivo x individual; público x privado; etc.) e o sistema físico de circulação, em princípio este terceiro componente deveria ser entendido como resultante dos outros dois. Esquemáticamente então, as divergências/convergências entre a espacialização dos mercados de moradia e trabalho no espaço urbano podem ser contornadas pela espacialização das condições de mobilidade, conformando-se em elementos da estrutura urbana que, por sua vez, está relacionada também à dinâmica populacional. Claro que a estrutura urbana envolve outras dimensões, como acesso a serviços públicos e privados, a gestão urbana, aspectos morfológicos e políticos, mas estes primeiros que temos elencado aqui são os mais fundamentais para nossa reflexão.

As possíveis divergências entre a espacialização destes elementos foram enunciadas por Castells (1983) ao tratar sobre a questão urbana, mostrando que o fenômeno metropolitano caracteriza-se pela dissociação entre o espaço da acumulação do capital e o espaço da reprodução social. Geralmente, as concepções sobre o urbano

focalizam em duas visões: o urbano enquanto lugar da *reprodução* da força de trabalho e das relações sociais no cotidiano que se expressam através do consumo – em que podem ser considerados especialmente os lugares de moradia; e o urbano enquanto lugar da *produção*, com a reprodução das relações sociais de produção, na perspectiva da reprodução dos bens de produção – em que podem ser considerados os lugares de trabalho. A *troca* se dá pela circulação das pessoas e produtos e pela comercialização (os transportes exercem influência fundamental); há também o elemento da *gestão*, relacionada aos processos que regulam os elementos anteriores, como a gestão pública e as intervenções no espaço urbano.

Quadro 2.2 – Esquema analítico



A moradia é um dos mecanismos mais importantes que determinam as condições de mobilidade espacial, pois as formas de acesso ao solo urbano juntamente com o acesso ao mercado de trabalho, às oportunidades educacionais, culturais e de lazer, também determinam as opções ou imposições de movimento neste território. A moradia, enquanto lugar de residência, resume em si a própria localização do indivíduo no espaço urbano, enquanto uma dimensão de oportunidades, refere-se às vantagens ou ônus advindos dessa localização, envolve vários aspectos da posição do indivíduo tanto no espaço físico quanto social, remetendo às lógicas que pode acessar na escolha de sua localização ou no constrangimento ao qual é submetido.

Quanto às políticas habitacionais, estas têm grande relação com as demais políticas urbanas, não podem estar desconectadas de políticas nas áreas de infraestrutura, saneamento, transporte, com risco de serem inviáveis. Além disso, alguns investimentos em outras áreas podem ter um impacto até maior no acesso à moradia do que a própria política habitacional, como maior investimento em saneamento, regularização fundiária, aumento do nível de emprego e rendimento (AZEVEDO, 2007). Diante da urbanização acelerada e de um modelo de industrialização que não abarcou todos os trabalhadores urbanos, o déficit de moradia vem sendo um dos problemas mais evidentes no espaço urbano-metropolitano brasileiro há várias décadas. Em uma sociedade ainda desigual e heterogênea como a brasileira, Azevedo (2007) coloca que um tema como habitação não dá para ser tratado de forma única, já que apresenta inúmeras dimensões, necessidades habitacionais, aluguel, habitação adequada, tamanho de terreno, infraestrutura apresentam significados muito distintos dependendo ainda dos setores sociais que se aborda.

Segundo Abramo (2008), o acesso ao solo urbano nas áreas metropolitanas é determinado essencialmente por duas lógicas. Uma é a lógica que tem o Estado como mediador, exige dos indivíduos e dos grupos sociais alguma acumulação de capital que pode ser político, institucional, simbólico ou de outra natureza. Já a lógica do mercado é unidimensional no que se refere aos requerimentos para acessar a terra urbana: a possibilidade de acesso à terra e sua magnitude está diretamente ligada ao tamanho do capital monetário, acumulado pelos indivíduos e pelos grupos sociais (ABRAMO, 2008, p.57).

Entretanto, nos países latinoamericanos e em boa parte da Ásia e da África, a urbanização acelerada do pós-guerra, as desigualdades

sociais e as grandes dificuldades financeiras dos Estados nacionais permitiram que surgisse uma terceira lógica de acesso à terra urbana, que Abramo (2008, p.58) chama de “lógica da necessidade”, relacionada à urbanização pela “lógica da desordem” (KOWARICK, 1977), como citado anteriormente. Para entender esse diferencial, é importante considerar o regime urbano prevalecente em cada espaço metropolitano, a própria arquitetura institucional urbana e a regulação necessária à reprodução do ambiente construído. É neste sentido que, ao considerar a habitação nas metrópoles brasileiras, é preciso falar em formas de provisão de moradia, pois a própria configuração urbana destas áreas passa por essas distintas lógicas de acesso à terra urbana.

Para Abramo (2008), até os anos 1990, os pesquisadores do urbano no Brasil estiveram considerando, sobretudo, as intervenções do Estado no espaço urbano, identificando as principais políticas urbanas – de moradia, infraestrutura, transportes. A partir da segunda metade dos anos 1990, as transformações no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, e as crises dos Estados nacionais conduziram os pesquisadores a debruçar-se sobre perspectivas de política urbana considerando as transformações globais ou focalizando na escala local. Nessa perspectiva, as ideias de estratégias urbanas, desenvolvimento local e racionalidade dos atores ganham relevo (ABRAMO, 2008, p.59). Ainda segundo este autor, a literatura sobre a lógica da necessidade e do acesso ao solo é marcadamente latinoamericana e tem como principal objeto de estudo os processos de ocupação de terrenos, foi especialmente no contexto de elevado crescimento populacional e aumento da população urbana que essa lógica foi consolidando-se. Apesar disso, o autor aborda as dificuldades em estudar e operacionalizar essa lógica.

Wacquant (2001) ao analisar a pobreza urbana nas metrópoles norteamericanas e francesas, especialmente através dos guetos e subúrbios, também contribui para repensar as consequências de uma urbanização repleta de ilegalidades e a própria marginalidade em países como o Brasil. Sua análise permite identificar a condição social característica de algumas áreas da cidade e sua função social no contexto metropolitano, como buscaremos empreender aqui em caráter mais sociodemográfico a respeito da mobilidade espacial. Citando o Brasil, o autor afirma que parte dessas áreas “servem como reservatórios ativos e elásticos de força de trabalho de baixa qualificação, outras são apenas armazenamento de população

excedente sem utilidade política e econômica identificável no novo capitalismo dualizante” (WACQUANT, 2001). Ainda exemplifica que, neste país, “o rótulo de favela pode conter áreas estáveis que continuam a oferecer abrigos sólidos de integração da classe trabalhadora dentro da cidade” (WACQUANT, 2001). Sendo assim, pode-se dizer que, no Brasil, a institucionalização de um regime de propriedade paralelo, por exemplo, acaba por não garantir aos indivíduos a segurança da propriedade, pois esse regime baseia-se numa normatividade local e precária, ineficiente, onde muitos não têm condições de mover-se, mas através desses “abrigos sólidos” garantem uma incorporação à vida urbana – essa abordagem será retomada ao final, quando identificamos as lógicas de mobilidade e imobilidade espacial na metrópole.

Assim, as favelas tornam-se uma solução adversa para essas necessidades – “o custo de estar no centro da metrópole é estar excluído do direito à cidade”, como indica o relatório do Observatório das Metrôpoles (2009). Segundo Ribeiro (2008), essa é a consequência da combinação organizada pelo *laissez faire* urbano e pela política de tolerância total com todas as formas de apropriação da cidade. Maricato (2002) também coloca que como parte das regras do jogo, a ocupação de terras urbanas sempre foi tolerada, já que o Estado não tem exercido, como manda a lei, o poder de polícia. Para a autora, se essa gigantesca ocupação de terras não fosse tolerada e a população pobre ficasse sem alternativa nenhuma, teríamos uma situação de guerra civil, considerando os números envolvidos. Não é a norma jurídica, mas a lei de mercado que se impõe, demonstrando que nas áreas desvalorizadas ou inviáveis para o mercado (beira de córregos, áreas de proteção ambiental, por exemplo), a lei pode ser transgredida. O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. O critério definidor é o do mercado ou da localização (MARICATO, 2002, p. 161).

Articulando moradia, trabalho e (i)mobilidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Lago (2007) coloca que, quanto ao primeiro item, a difusão do mercado informal por todo o tecido urbano evidencia mudanças na histórica conjugação entre as formas mercantis e não-mercantis de produção e consumo da habitação. A crescente mercantilização dos territórios populares interfere fortemente nas estratégias de localização dos segmentos sociais desfavorecidos. Já no que se refere ao mundo do trabalho, a redução do emprego estável e da capacidade de endividamento das famílias tem elevado o contingente

de trabalhadores em busca diária por atividades geradoras de alguma renda (LAGO, 2007, p. 276), certamente essas dimensões têm seus impactos sobre a mobilidade espacial dos trabalhadores.

Atualmente, no Brasil e especialmente nas áreas metropolitanas, os pobres têm migrado para espaços e até municípios mais distantes das áreas centrais, em muitos casos, afastando-se dos espaços com oportunidades maiores de emprego (SILVA e RODRIGUES, 2009; BRITO e SOUZA, 2005). Esse debate se cruza também com algumas abordagens que acentuam os processos de escolha (não apenas em termos econômicos, mas também simbólicos) quanto ao lugar de moradia por parte da população. Essas áreas centrais podem não ter características que sejam do agrado dessa população, ou seja, a chance de estar num bairro residencial ou até mesmo de construir essa possibilidade pode ser interessante, como se vê em trabalhos sobre moradia popular e experiência de autogestão coletiva (LAGO, 2011), que considera a atuação dos movimentos sociais buscando soluções conjuntas com os representantes do poder.

Quanto ao mercado de trabalho, a mobilidade espacial e sua relação com a produtividade e a expansão física do capital foram tratadas por Gaudemar (1977) ao abordar a mobilidade da força de trabalho. Oliveira (2010) trouxe muito dessa reflexão na análise da dinâmica do mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro. Segundo este autor, a passagem do fordismo para os padrões de acumulação flexível, a reestruturação do mercado de trabalho, os regimes mais flexíveis, a precarização da força de trabalho, os movimentos do emprego no setor de serviços, os complexos industriais em pontos distintos do espaço, as mudanças nos transportes e comunicações, a contraposição entre economias de escala e de escopo acarretaram transformações nas condições de mobilidade dos trabalhadores. Conseqüentemente, esses fenômenos mudaram também as estratégias dos indivíduos e famílias para garantir suas condições de existência, ou seja, é o universo do trabalhador, mas não se restringe apenas a estes. Muitas vezes, a perspectiva do trabalho influenciando os movimentos populacionais não significa necessariamente que o trabalho numa área de destino seja o fator de atração, mas é a perspectiva de assegurar a reprodução da existência que constitui uma lente de análise cada vez mais importante para compreender os movimentos populacionais atuais.

Apesar da suposta proximidade das atividades produtivas e da população, as pautas de descentralização industrial têm uma

lógica territorial que, embora aparentem semelhanças em linhas gerais, seguem caminhos e/ou velocidades distintos para essas duas dinâmicas (populacional e econômica). A população que ocupa os postos de trabalho e que tem normalmente menos recursos está mais dispersa nos espaços metropolitanos, com pouca possibilidade para mudar de residência e aproximar-se das novas localizações das atividades econômicas. Ou às vezes, devido à revalorização das áreas centrais e novas dinâmicas no setor de serviços, apresenta dificuldade de estar próximo aos empregos nestes espaços, ou ainda, passa a optar pela precariedade habitacional, porém com proximidade aos postos de trabalho – isso tem forte impacto sobre as migrações intrametropolitanas e os movimentos cotidianos.

Quanto aos padrões socioeconômicos da mobilidade, as teorias predominantes provêm dos Estados Unidos e estão marcadas pelas peculiaridades e tendências históricas da configuração socioterritorial das metrópoles deste país. Um exemplo é a proposta do *spatial mismatch*³, o modelo social e urbano de referência tem sido marcado pela segregação espacial, mediante a segregação étnica, a suburbanização dos estratos médios altos, a proeminência do automóvel, o papel notável dos agentes imobiliários, a importância das políticas urbanas e de moradia, a presença de atores federais e locais, e a constituição de cidades difusas e policêntricas (RODRIGUEZ, 2008a). Obviamente, essas características e forma de abordagem não podem ser transportadas diretamente para um estudo no caso do Brasil, mas a ideia geral de considerar divergências entre lugar de moradia e trabalho se mostra bastante pertinente. O *spatial mismatch* provém justamente destas dificuldades de escolha do lugar de moradia e de mobilidade, das condições de circulação no espaço por camadas mais desfavorecidas socialmente. Nas metrópoles brasileiras, as segmentações do mercado de trabalho e de moradia ocorrem em uma situação de crise de mobilidade urbana (OBSERVATÓRIO, 2009).

Para KAZTMAN, ao contrário dos estabelecimentos industriais que podem estar geralmente localizados em solos urbanos de menor valor, o setor de serviços, em especial os serviços pessoais tendem a responder às necessidades das classes médias e altas que habitam solos mais caros. Nestas circunstâncias, as distâncias entre o local de residência e trabalho assumem importância maior do que no passado para os trabalhadores de menor qualificação (KAZTMAN apud RODRIGUEZ, 2008, p.44), especialmente aqueles que prestam serviços para estas

classes médias e altas. A estas mudanças na estrutura produtiva, destaca-se também a nova estrutura do mercado de trabalho que se diferencia entre a qualificação de alguns grupos e a precarização de outros: empregos qualificados (profissionais, técnicos superiores, comerciais, etc.) frente a um conjunto de empregos flexíveis associados a tarefas rotineiras e de escasso valor (PALOMARES, 2008). Em ambos os casos, porém especialmente entre os últimos, a precarização do trabalho e as contratações em tempo parcial são habituais. Essa nova divisão do trabalho gera distinções nos impactos sobre a mobilidade. Temos trabalhadores mais qualificados com maiores condições de se movimentar e trabalhadores pouco qualificados com mais dificuldade de articular-se aos espaços de trabalho através da mobilidade, a diminuição dos trabalhadores na produção direta também diminui o transporte de trabalhadores de massa.

A relação entre a estruturação do espaço intraurbano e as condições de deslocamento também foram trabalhadas por Villaça (1998), ao apontar que um dos principais mecanismos físicos que operam sobre as diferenças entre o regional e o intraurbano é o transporte, aliado às comunicações, porém o papel dos deslocamentos de produtos e pessoas ainda tem um poder estruturador muito maior do que os movimentos de energia e informação. Enquanto o espaço regional é influenciado pelo deslocamento desses itens, o espaço intraurbano é estruturado essencialmente pelo deslocamento das pessoas (pela mobilidade cotidiana realizada por diferentes grupos sociais): que pode ser um deslocamento para a produção – geralmente os movimentos entre lugar de moradia e lugar de trabalho – ou um deslocamento para a reprodução – que envolvem as diferentes atividades realizadas no espaço urbano, para consumo, lazer, escola, etc. Segundo Villaça, as áreas comerciais e de serviços apresentam enorme poder estruturador intraurbano, a começar pelo próprio centro urbano, “tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos da força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços” (VILLAÇA, 1998, p. 20).

Para envolver-se nas atividades urbanas, portanto, é necessário que haja um aparato físico que Villaça (1998) chama de rede de infraestrutura – as vias, pontes, pavimentação, etc. É imprescindível também a existência do deslocamento, do meio de transporte em si, e de condições para que ele se efetive. A acelerada propagação

do avanço tecnológico modificou os meios de transporte e as comunicações, assim como sua produção e sua organização. Desde a década de 1960, a influência do pensamento modernista e o modelo de desenvolvimento econômico baseado no crescimento da indústria automobilística impuseram ao país uma cultura rodoviária, resultando no quase abandono dos demais modos de transporte. No mesmo período, o processo de urbanização acontecia de forma vertiginosa e desorganizada, ou seja, as cidades formaram-se dentro de uma cultura voltada para o automóvel. Segundo Lentino (2005), o modelo modernista de planejamento urbano, desarticulado do planejamento de transporte, tratou o modo rodoviário como sistema principal, permitindo maior espraiamento urbano, isto é, menor vinculação do uso do solo à acessibilidade estrutural por meios coletivos, conferindo ao automóvel maior valor de uso. De acordo com Moura et al. (2005), o automóvel é considerado como um dos maiores responsáveis pela gama e variedade de movimentos no desenrolar da vida cotidiana de uma grande cidade.

Uma análise das ações dos governos, relativas ao planejamento urbano no que tange aos transportes ao longo das últimas décadas, revela que não se chegou a estabelecer uma política consistente para o setor. Os programas e projetos parecem ter sido definidos em função de circunstâncias – sob aspectos conjunturais e não com perspectiva de prosseguimento e integração entre os modos e necessidades reais da população, especialmente dos trabalhadores e principalmente das periferias.

O Estado passou a considerar o transporte como serviço público essencial e transferiu aos municípios a responsabilidade de geri-los juntamente com o trânsito. As administrações municipais, surpreendidas pelo crescimento do número de automóveis, expandiram seus sistemas viários e elaboraram algumas formas de operar este sistema. A implicação decorrente foi esta contribuição ao transporte individual, provocando maiores desequilíbrios nas possibilidades ou desafios à mobilidade diária do trabalhador, especialmente segundo diferentes condições sociais.

Entretanto, a grande maioria da população depende do transporte coletivo para o seu deslocamento nas cidades. De acordo com Lentino (2005), nessa mesma época, foram feitos investimentos em infraestrutura de transporte coletivo por ônibus, entretanto com uma abrangência bem mais reduzida. Na atualidade, o modo rodoviário encontra-se bastante

saturado, prejudicando até mesmo a população de alta renda, antes protegida pela utilização de automóveis particulares, ou seja, a situação na área de mobilidade se encontra em um drama tão complexo que todos já arcam com relativo ônus desse modelo.

Apesar destas dificuldades de planejamento e conciliação de transporte coletivo e individual, ocorreu ampliação no sistema de transporte tanto no que se refere à parte física de circulação quanto em sua diversidade de tipos, permitindo o aumento da mobilidade. O que precisa ser revisto, todavia, são as condições deste serviço, que está estreitamente relacionado ao movimento das pessoas nos grandes aglomerados urbanos, principalmente em direção aos postos de trabalho. Parece haver uma maior demanda de deslocamento, mas não uma manutenção compatível da infraestrutura de transporte e de facilidades de acesso, o que contribuiu na geração de muitos problemas de circulação urbana que as cidades precisam lidar.

É claro que isso afeta mais a população de baixa renda. Segundo trabalho de Gomide (2003), é possível ver claramente como o peso dos gastos com transporte na despesa corrente média familiar é muito maior para a população com menor renda, bem maior que os gastos com energia elétrica, saneamento e telefonia – em alguns casos, maior do que esses três últimos conjuntamente. Além disso, o autor mostra também que, nas regiões metropolitanas analisadas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife) em 2003, mais de 40% das famílias relatam ter problemas com o transporte público, entre estes problemas, o principal é pagar o preço da passagem, seguido de dificuldades relacionadas à demora para passar e ponto de parada distante. Ribeiro e Rodrigues (2011) mostram também que há uma crise da mobilidade urbana, com grandes congestionamentos, aumento do tempo de locomoção e perdas econômicas – a realidade na maioria das 15 metrópoles que analisam é que o número de automóveis aumentou em 66% entre 2001 e 2010, enquanto a população cresceu por volta de 10,7%.

Sendo assim, na atualidade e em especial no contexto urbano, ao pensar em políticas voltadas para a movimentação das pessoas especialmente em função de trabalho, o primeiro item que se coloca é o da mobilidade urbana, envolvendo problemas relacionados ao custo dos transportes, trânsito intenso, perda de tempo, precariedade do serviço, desgaste físico, mental, etc. Se anteriormente as políticas voltadas para o movimento do trabalhador preocupavam-se, na

verdade, com a ocupação do território e a integração nacional, hoje elas devem atuar numa articulação sob outra escala, especialmente em espaços internos nos grandes aglomerados urbanos.

Essa problematização a partir das transições urbana e demográfica, ressaltando ainda as dimensões relacionadas ao mercado de trabalho, moradia e mobilidade urbana, entre outros aspectos, teve por objetivo destacar as questões atuais envolvendo a dinâmica urbana e demográfica, afinal todos os fatores elencados nesta parte afetam diretamente a estrutura urbana e a distribuição da população em seu interior.

As distintas formas de ocupação territorial provocaram também processos diferenciados na localização da moradia e do trabalho, especialmente em termos de acessibilidade segundo condições sociais. Porém, intervenções planejadas que articulassem a distribuição populacional, mercado de trabalho e atividades produtivas, ou se fizeram ausentes, ou não demonstravam interesse pelas condições de moradia e ocupação do trabalhador em si, ou seja, sua qualidade de vida e trabalho. Essas condições de mobilidade, mesmo que problemática e às vezes precária, tem apresentado expressiva articulação com a própria mudança de residência no espaço urbano e metropolitano em especial, como será visto na parte seguinte para as metrópoles brasileiras.

Notas

¹ “Duplo Ingresso, Nenhuma Criança”. No inglês se usa DINC = Double Income, No Children, ou DINK = Dual Income, No Kids. Os autores se baseiam em texto de COLEMAN, David. *Immigration and Ethnic change in Low-fertility Countries: A Third Demographic Transition*. PDR: 32 (3), Washington, 2006.

² Torres, Alves e Oliveira, 2007; UNFPA, 2007; Ojima 2007, Alves, 2009; Ojima e Carvalho, 2009 apud Silva, Monte-mór, 2010.

³ Kain (1968 y 1994); Wilson (1987), Lund e Mokhtarian (1994); Arnott (1997), Wheaton (2002). Cf. Rodriguez (2008).

PARTE II

A MOBILIDADE ESPACIAL NA ESTRUTURA
URBANA DAS METRÓPOLES

3. ENFOQUES TEÓRICOS E OPERACIONAIS SOBRE MOBILIDADE ESPACIAL

(...) tudo o que parece acontecer é as pessoas se deslocarem fisicamente de um lugar para outro. Na realidade, elas sempre se deslocam de um grupo social para outro... (ELIAS, 2000, p. 174).

A mobilidade espacial da população é um processo social marcante na constituição do espaço urbano, já que cada vez mais esses deslocamentos populacionais ocorrem entre cidades, devido ao predomínio da população urbana. Além disso, é também um fenômeno que decorre das transformações da sociedade, dos modelos econômicos, da localização das atividades produtivas, das chances de acesso aos bens e serviços públicos e privados, entre outros fatores, faz parte das estratégias de localização no espaço urbano dos diferentes grupos sociais. Simultaneamente, a mobilidade espacial também influencia a organização da sociedade no espaço, já que a chegada de certo contingente populacional numa determinada área poderá modificar sua estrutura demográfica, suas condições de crescimento, as demandas por políticas públicas, acesso à educação, saúde, trabalho, etc.

Apesar dessa relação intrínseca entre a mobilidade espacial e a conformação da estrutura urbana, os movimentos populacionais são bastante diversificados atualmente, especialmente pelo fato de que hoje não há grandes eixos de movimento (enormes fluxos populacionais para um mesmo destino e/ou saídas expressivas de uma mesma origem) como ocorria no período de intensa urbanização, visto na parte anterior. Pode-se dizer que há uma diversidade de fluxos, com mecanismos explicativos mais peculiares. Ou seja, há diversos tipos de movimento e cada um destes tipos deve apresentar suas especificidades na produção da existência no espaço urbano. Em meio a dificuldades de se encontrar padrões, especialmente quando observamos escalas mais reduzidas para analisar o fenômeno da mobilidade espacial, nossa sugestão é que essa dupla face dos movimentos entre cidades (diversidade de tipos x especificidades dos tipos) é o que se pode apontar como característica fundamental, especialmente aqueles mais intrarregionais.

Neste capítulo, trabalha-se com alguns aportes teóricos e abordagens empíricas sobre a mobilidade espacial, segundo as migrações e os movimentos pendulares. Por se tratar de uma abordagem teórica deveria constar na parte I, entretanto, por já referir-se especificamente à mobilidade espacial, considerou-se pertinente sua inserção nesta parte II, que é toda dedicada a este tema. A partir da contextualização da urbanização e metropolização brasileiras vista anteriormente, nosso olhar agora estará mais voltado para essa dimensão da mobilidade espacial. Nos capítulos seguintes dessa mesma parte, investigam-se os movimentos populacionais nas metrópoles em períodos recentes.

3.1. Abordagens teóricas na análise das migrações

A relação entre urbanização e movimentos populacionais está presente em diversas análises sobre o espaço urbano, há vários enfoques sobre o fenômeno da mobilidade espacial. Apesar de não haver um corpo teórico consensualmente fundamentado sobre os movimentos migratórios, vários autores indicam que constituem um processo social, que envolve desde deslocamentos entre áreas próximas (entre municípios do mesmo estado ou até de uma mesma microrregião) até deslocamentos entre grandes regiões e mesmo a migração internacional. Segundo Simmons (1991), os modelos explicativos existentes são geralmente aplicáveis a contextos particulares ou preocupações conceituais específicas e parecem incapazes de integrar os diversos padrões de movimento, ambientes históricos e perspectivas disciplinares. A teoria moderna de migração teve origem com Ravenstein (1885) e durante o século XX as diferentes concepções sobre migração estiveram ligadas à constituição e consolidação da sociedade urbana e industrial. A migração era considerada um fenômeno intrínseco ao processo de modernização, ao crescimento econômico e à mobilidade do trabalhador, tais considerações eram aplicadas tanto em escala internacional, quanto nacional e regional.

Como indica Oliveira (2011), o debate entre as abordagens teóricas acerca do fenômeno migratório, por muito tempo, dividiu-se entre o aporte neoclássico-funcionalista e o estruturalista. Exemplo deste último é a reflexão desenvolvida por Paul Singer sobre as migrações internas nos países em desenvolvimento, aporte teórico que vamos referenciar aqui,

já que muito se relaciona com as condições históricas de urbanização e industrialização experimentadas pelo Brasil nesse tema.

De acordo com Singer (1977), no período de impulso industrial, as migrações funcionaram como um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas, são fenômenos historicamente condicionados, fazem parte do processo social. O progresso técnico e a acumulação de capital são duas tendências que se alimentam. Mas assim como a concentração do capital tende a ultrapassar os limites mínimos impostos pelo progresso técnico, a concentração espacial também tende a ser muito maior do que a decorrente das necessidades técnicas do processo produtivo (SINGER, 1977, p.35-36). As empresas usufruem das economias de aglomeração, as deseconomias ficam para a sociedade, as empresas ficam relativamente “isentas” do ônus das irracionalidades do processo de industrialização. Surge grande demanda de serviços públicos urbanos. A carência de serviços e a dificuldade de localização no espaço urbano são piores para os mais pobres, especialmente devido ao solo urbano mais caro e mercado imobiliário acirrado.

Os desequilíbrios regionais são aprofundados e a escala de materialização destas divergências também vai se alterando, sofrendo fragmentações. Como disse o autor em finais dos anos 1970, “a grande maioria das nossas atividades produtivas, suscitadas pelas medidas de desenvolvimento regional acaba se localizando em uma ou duas áreas urbanas, desviando para estas os fluxos que antes iam aos grandes centros nacionais” (SINGER, 1977, p.40). É apenas uma mudança de escala. As empresas, ou o capital, têm grande poder de mobilidade e quando se deslocam para outros espaços, ainda podem desperdiçar serviços e infraestrutura. Já a população não tem esse mesmo poder de mobilidade e nem sempre acompanha simultaneamente os deslocamentos das atividades econômicas e produtivas. Paul Singer destaca que a demanda por força de trabalho era o mais importante fator de atração. Mas havia também muitos obstáculos entre o migrante e a oportunidade econômica, como qualificações necessárias, bagagem cultural, insuficiência de recursos, condições de mobilidade, etc. O autor ressalta que as mudanças tecnológicas e industriais nos países desenvolvidos ocorrem sob um processo de amadurecimento das forças produtivas. Já nos países não desenvolvidos, o ritmo de industrialização e urbanização foi muito veloz, gerando efeitos

socioeconômicos muitas vezes desfavoráveis, com não absorção de toda a população na economia de mercado (SINGER, 1977).

Essa abordagem de Singer segue uma linha mais histórico-estruturalista. É claro que existem outras abordagens, como a neoclássica-funcionalista de Lee (1980). No enfoque de Lee, encontra-se o indivíduo que, de forma racional, após analisar o custo-benefício do movimento decide se empreende ou não o deslocamento. Na base dos deslocamentos populacionais estaria o desenvolvimento econômico, o binômio modernização-desenvolvimento econômico está no centro das questões – sua abordagem, embora funcionalista, não é restrita temporalmente. Os eixos propostos por Lee em seu quadro analítico podem ser implementados a qualquer tempo, “já a análise de Singer, mais robusta conceitualmente, é datada pela quadra da história onde os deslocamentos migratórios rural-urbano eram predominantes” (OLIVEIRA, 2011, p. 13). Em linhas gerais, as principais teorias migratórias foram elaboradas neste contexto, associado à industrialização e ao desenvolvimento econômico. Desta forma, os fluxos eram percebidos como expressão de uma lógica macroeconômica do progresso técnico que constitui a essência da industrialização. Como já ressaltado, esse quadro teórico parte de um contexto histórico muito marcante.

Como contraponto a estas teorias, há uma abordagem que propõe a adoção do domicílio como unidade de análise para tentar relacionar tanto a perspectiva micro (individual) com a macro (histórico-estrutural). Essa abordagem considera que as decisões quanto à mudança para outro espaço são empreendidas por grupos de pessoas que vivem mais proximamente, que têm sua expressão mais imediata na família e/ou no domicílio.

[As famílias ou domicílios] agem coletivamente para maximizar a renda esperada, minimizar os riscos e superar dificuldades associadas às imperfeições do mercado. Tal como colocado por WOOD (1982), entre as possíveis estratégias adotadas pela unidade domiciliar como resposta aos choques econômicos pode-se destacar, como componente central, a mobilidade geográfica de um ou de todos os membros do domicílio. A distribuição dos membros do domicílio em atividades produtivas distintas pode ser uma boa estratégia para se diversificar o risco quando os ganhos em várias localidades não são correlacionados entre si. Além disso, o domicílio também pode adotar uma série de medidas compensatórias para superar a crise, por exemplo: a intensificação da produção agrícola, alterar a divisão

sexual do trabalho dentro do domicílio, pegar dinheiro emprestado, iniciar a produção de artesanatos, reduzir o consumo entre os membros do domicílio, etc. (MUNIZ, 2001, p.6).

Tal enfoque parece interessante para relacionar as mudanças na localização da população no espaço urbano e as perspectivas ligadas tanto com a inserção no mercado de trabalho, quanto com o acesso à moradia e ao deslocamento, ou seja, é uma perspectiva que remete mais às garantias das condições de existência no espaço urbano por parte das famílias. Isso será retomado mais à frente.

Essas concepções, mesmo sob enfoques diferenciados, foram e ainda são de grande importância, mas deve-se reconhecer que a realidade urbana atual complexifica as possíveis explicações para os movimentos de população. O grande problema é que as bases teóricas dos novos modelos explicativos são geralmente muito frágeis e as classificações são muito mais descritivas do que analíticas (SIMMONS, 1991, p.8). O que interessa definir e classificar são os processos (a migração), as pessoas (os migrantes) ou os contextos (os lugares), ou uma junção destes elementos? Reconhecemos o desafio de buscar reunir esses elementos. A análise das migrações passa pelos variados tipos de movimento da população, enquanto outros eventos demográficos como natalidade, nupcialidade, mortalidade são muito mais precisos (até por serem diretamente documentados/registrados) do que o evento migração, já que este depende das distâncias percorridas, da duração do movimento, das fronteiras político-administrativas, etc.

Em termos demográficos, é comum falar apenas de migrantes de um modo geral e conceber a migração como prática que se refere somente a mudanças espaciais. Mas em termos sociológicos, ao abordar mais especificamente a conceituação do processo e dos atores sociais nele envolvidos, consideramos a importância de analisar mais profundamente a visão da mobilidade. Segundo Norbert Elias (2000), às vezes, os aspectos migratórios da mobilidade social são concebidos simplesmente como aspectos geográficos:

(...) tudo o que parece acontecer é as pessoas se deslocarem fisicamente de um lugar para outro. Na realidade, elas sempre se deslocam de um grupo social para outro. Sempre têm que estabelecer novos relacionamentos com grupos já existentes. Têm que se acostumar como o papel de recém-chegados que tentam fazer parte de grupos com tradições já estabelecidas ou que são forçados a uma interdependência com eles, tendo que lidar com

os problemas específicos desse novo papel. Muitas vezes lhes é atribuído o papel de *outsiders* em relação aos grupos estabelecidos e mais poderosos, cujos padrões, crenças, sensibilidade e costumes são diferentes dos seus (ELIAS, 2000, p. 174).

Os conceitos de estabelecidos e *outsiders* podem ser relativos, e também auxiliam na reflexão sobre a hipótese de lógicas diferenciadas operando sobre os movimentos populacionais, uma vez que esse conceito remete a uma posição social dos sujeitos envolvidos na mobilidade/imobilidade. Temos, assim, uma parte da população que se dirige para novas áreas com uma rede de relações já efetivadas, característica, por exemplo, dos profissionais inseridos em empregos altamente qualificados. Virilio (1994, apud HAESBAERT, 2004) chama de “novos nômades” os intelectuais globalizados ou executivos de grandes corporações, entre outros deste tipo, cujo deslocamento está traçado dentro de um circuito previsto e articulado, para estes deve operar uma lógica de mobilidade espacial por escolhas, diante das alternativas possíveis. Vemos, simultaneamente, pessoas que se movimentam em busca de melhores oportunidades sem nenhuma articulação prévia, se “aventuram” em lugares que “parecem” ser promissores em determinado momento. Esses seriam o que Virilio (1994 apud HAESBAERT, 2004) chama de “globalizados de baixo”, trabalhadores em emprego temporário e sem estabilidade, vivem mudando de cidade em busca de trabalho. Talvez para estes a lógica seja uma mobilidade espacial por constrangimento, por dificuldades de conseguir trabalho ou moradia nas áreas de origem. Ainda há o tipo de movimento daqueles já inseridos em alguma articulação na região de destino, mas que não se desvincularam da região de origem, movimentando-se frequentemente de uma área a outra. No contexto metropolitano, é possível que haja lógicas relacionadas tanto a processos de periferização como suburbanização.

Desta forma, a concepção usualmente empregada de migrantes engloba uma diversidade de processos de mobilidade que apresentam muitas diferenças sociais e econômicas às vezes num mesmo contexto. Ou seja, numa abordagem demográfica, temos os migrantes em termos de fluxos, volumes e proporções de pessoas que se movimentam/deslocam. Mas ao analisarmos sob a perspectiva da mobilidade, com o sentido sociológico que este conceito também envolve, podemos apreender diferenças significativas entre população móvel/imóvel, já que nos referimos às características essenciais e definidoras da

população envolvida no fenômeno: aqueles que podem ou são constringidos a mudar de residência e aqueles que podem ou não mover-se de suas residências ao local de realização das atividades.

3.2. Abordagens sobre as migrações e os movimentos pendulares

Nesta seção, tratamos ainda sobre a abordagem que será dada ao tema da mobilidade espacial. A dinâmica demográfica é comumente analisada a partir de três componentes principais: a fecundidade, a mortalidade e a migração, além dessas dimensões clássicas há também as dimensões da composição familiar, dos deslocamentos cotidianos, de gênero, etc. que se somam às anteriores. Essas dimensões atuam conjuntamente para a compreensão da reprodução e distribuição populacional no espaço. Para este trabalho, pretendemos focar na relevância e efeitos da terceira dimensão, a migração, pois artigos recentes sobre dinâmica populacional e migrações em grandes aglomerados urbanos (BAENINGER, 1998; CUNHA, 2002; RIGOTTI, 2008; BRITO, 2009) têm apontado a importância da dimensão da mobilidade para explicar a dinâmica populacional, uma vez que as taxas de fecundidade e mortalidade vêm apresentando expressivo declínio.

Além da migração que implica mudança de residência, é possível destacar também o deslocamento temporário, ou seja, aquele que ocorre para fins de trabalho ou estudo com retorno ao município de origem, o que chamamos de movimento pendular, está geralmente ligado à expansão de uma determinada região que exerce uma influência em termos de centralidade, em boa parte das vezes, do mercado de trabalho. Em termos operacionais, há algumas controvérsias sobre os problemas e/ou limitações de variáveis referentes à migração e ao movimento pendular. A migração geralmente é considerada por movimentos que implicam mudança de residência, mas essa mudança pode ocorrer em distintas distâncias, inclusive por movimentos intraurbanos. Os *surveys* censitários e amostrais realizados por instituições de pesquisa comumente consideram por migração a mudança de residência em nível municipal, os censos demográficos no Brasil consideram três aspectos da migração: o lugar de nascimento; o lugar de residência anterior, segundo o tempo ininterrupto de residência atual; e o lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa (IBGE, 2000) – esse “lugar” é um município. Já o movimento pendular é estudado essencialmente sob uma pergunta

do censo que diz: “qual município ou país estrangeiro em que trabalha ou estuda?”, sendo assim, o movimento se refere às pessoas que se deslocam com certa regularidade para trabalhar ou estudar em algum município que não seja o seu de residência – não abrangendo também deslocamentos intramunicipais. Entretanto, ao pensarmos nas diversas etapas de uma pesquisa, a operacionalização de conceitos é um momento crucial, e aí nos deparamos com um questionamento em sentido inverso. Até que ponto precisa-se partir do conceito operacional para um conceito teoricamente construído? Além disso, em que medida o movimento pendular não é confundido com migração, uma vez que se tem movimento pendular entre UFs muito distantes e até países? Parte desse problema será contornada quando for possível a utilização dos microdados do Censo Demográfico de 2010, já que foi incluída uma pergunta sobre a frequência do movimento pendular.

Para nosso caso, esclarecemos os termos que serão utilizados neste estudo:

- **Mobilidade** espacial: ao tratarmos sobre mobilidade espacial, nos referimos aos movimentos populacionais de maneira geral, envolvendo tanto as migrações (com mudança de residência) como os movimentos pendulares (temporários).
- Movimento **migratório**: a migração implica mudança de residência entre municípios. A fonte de dados primordial que será trabalhada são os censos demográficos que também trazem essa concepção. Para as análises desenvolvidas neste estudo é considerada a migração por data fixa, que toma o movimento realizado nos cinco anos anteriores à data de referência do censo¹.
- Movimento **pendular**: é o deslocamento geralmente frequente entre o município de residência e o município de trabalho ou estudo, será tomado também como uma aproximação para trabalhar com a *mobilidade urbana* na dimensão da metrópole. Para este estudo, será dada mais ênfase ao movimento em função de trabalho, com as indicações a serem feitas no decorrer do texto.

Ao retomar as abordagens sobre o Censo de 1970, Oliveira et al (2011), relacionam as migrações com o período de mudanças no processo de urbanização e metropolização no Brasil, com expressiva marca da população urbana buscando inserir-se na economia urbano-industrial que fez surgir e consolidou novas áreas metropolitanas no país. “No contexto

metropolitano, a migração interna passa a ter um peso importante e, ao mesmo tempo, se torna seletiva, no sentido que os movimentos de população refletem a estrutura de classes da sociedade vigente” (OLIVEIRA et al., 2011, p.51). Os estudos da época refletiam a preocupação com tais mudanças, buscando compreender o impacto do fenômeno migratório na urbanização e metropolização brasileiras. Segundo Jardim (2001 apud OLIVEIRA, 2011), as análises a partir do Censo Demográfico de 1980 revelaram que a concentração e expansão metropolitanas também tiveram expressiva influência sobre os movimentos que ocorreram internamente nas UF's, acrescidas às migrações intrametropolitanas, que contribuíram para o adensamento das metrópoles brasileiras. Surgem novas espacialidades, em que os movimentos pendulares no interior desses grandes centros metropolitanos ganha expressividade.

Ao mesmo tempo em que o Censo de 1991 revelou a drástica redução das taxas de crescimento populacional, redução maior do que a esperada, revelou também a redução do volume da migração. O Estado de São Paulo, após período de intenso crescimento, foi o que mais experimentou essa drástica redução, também em função das mudanças nos movimentos populacionais. Segundo Pacheco et al. (1997), os anos 1980 revelaram uma significativa mudança nos fluxos, em que o saldo migratório deste Estado passou de 2 milhões de pessoas na década de 1970 para cerca de 500 mil no decênio seguinte, conforme definição e operacionalização dos autores (PACHECO et al., 1997, p. 37). A ideia da circularidade (relacionada ao grau de estabilidade e tempo de permanência dos migrantes) já estava presente nos estudos desse período, surgem vários processos de deslocamentos inter e intrarregionais no estado de São Paulo, por exemplo. Segundo tais autores, “a década de 80, embora em quantidades menores, envolveu expressivos contingentes de pessoas que entraram e deixaram a área, com movimentos de retorno, circularidades, movimentos de passagem e intensas modalidades de redistribuição interna” (PACHECO et al., 1997, p. 48). Essa circularidade esteve estreitamente ligada à crise social e econômica que afetou de maneira mais adversa justamente os espaços que mais cresceram no período de substituição de importações. Baeninger e Cunha (1999) também apontam tendências neste sentido, revelando a expressiva inflexão na dinâmica migratória na década de 1980. Mais uma vez pode-se colocar que o principal drama que passa a vigorar para os migrantes urbanos é o que fazer para apropriar-se da cidade

e das possibilidades que este espaço pode oferecer, até porque boa parte da população já reside no espaço urbano.

Essas tendências seguiram em curso também nos anos 1990. A dinâmica demográfica no país e, em especial, nos grandes aglomerados urbanos transforma-se consideravelmente. Com o relativo nivelamento no comportamento dos indicadores demográficos, onde em quase todos os espaços, as taxas de fecundidade e mortalidade se reduzem, há uma diminuição nos ritmos de crescimento populacional, apesar do incremento ainda ser elevado, e as migrações mudam de perfil – o que tem relação com o próprio desenvolvimento capitalista, já que as migrações não são mais tão necessárias para a consolidação de um mercado de trabalho urbano, formação de mercado consumidor, modernização da sociedade, etc., como eram anteriormente. O padrão migratório anterior no caso do Brasil, como afirma Brito (2009), “é típico da primeira fase da transição demográfica, quando fecundidade alta e mortalidade em forte declínio possibilitavam altas taxas de crescimento populacional nos grandes reservatórios de mão-de-obra” (BRITO, 2009, p. 14-15), ou seja, as metrópoles já passaram a contar com seu próprio excedente populacional para o funcionamento do mercado de trabalho.

Em publicação recente do IBGE sobre os deslocamentos populacionais, os pesquisadores expõem a demanda por explicações teóricas para os novos processos que têm ocorrido no Brasil, destacam ainda alguns aspectos, como o redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; os deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; os movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos. Nesta mesma publicação, Oliveira (2011) aponta algumas tendências: i) a inversão nas correntes principais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; ii) a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; iii) o aumento da retenção de população na Região Nordeste; iv) os novos eixos de deslocamentos populacionais em direção às cidades médias no interior do País; v) o aumento da importância dos deslocamentos pendulares; vi) o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; e vii) a migração de retorno para o Paraná.

Portanto, nesse contexto, os movimentos pendulares também ganham expressividade e passam a apresentar relações com as possibilidades de mudança de residência. Inclusive para este tipo de

mobilidade espacial ocorreu o inverso do movimento migratório, já que apresenta uma ampliação das distâncias percorridas e deixa de ser uma característica apenas metropolitana, apesar de ainda ser muito marcante nessas aglomerações. No Brasil, 7.403.456 pessoas trabalhavam e/ou estudavam em município que não era o seu de residência em 2000. Para saber o destino em nível municipal destes deslocamentos, o Censo Demográfico de 2000 continha uma pergunta sobre município ou país estrangeiro em que a pessoa trabalhava ou estudava, revelando que o total de pessoas que realizavam esse movimento no país com identificação da origem e do destino era de 7.030.250, ou seja, 4,1% da população total do país em 2000. A maior parte deste movimento ocorre no interior da própria Unidade da Federação (UF), especialmente nas regiões metropolitanas, mas tivemos 9,2% destes deslocamentos no Brasil sendo realizados para outra UF.

Só a região Sudeste abrangia mais de 55% dessas pessoas, sendo tanto origem como destino dos deslocamentos. Podemos notar que, apesar de vários municípios, inclusive do interior dos Estados apresentarem altas taxas de atração, são especialmente os núcleos das regiões metropolitanas que apresentam estas taxas conjugadas com baixas taxas de repulsão. Além disso, em torno destes núcleos conforma-se um “anel” de municípios com altas taxas de saída de pessoas, evidenciando a centralidade que o núcleo da metrópole ainda exerce na região considerada, mesmo com outros municípios apresentando às vezes maiores taxas de atração (RIBEIRO e SILVA, 2008). Segundo Moura e outros (2005), as informações sobre este tipo de deslocamento constituem importante referencial para analisar a metropolização e a expansão urbana. As centralidades dessas áreas são facilmente perceptíveis e contribuem também na identificação de processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e trabalho – aspecto que pretendemos destacar ao final do trabalho para maior investigação.

De acordo com Adams (1995 apud MOURA et al, 2005), a área metropolitana relaciona-se a um sistema de assentamento orientado para a produção, com origens na cidade industrial. Nesse sistema, os deslocamentos em função de trabalho integram o núcleo metropolitano às áreas do entorno residencial. Com o avanço tecnológico e o aprimoramento e crescimento do sistema de transportes e comunicações, ocorrem mudanças nos padrões demográficos e na vida cotidiana da população urbana, onde é

possível verificar uma expansão das áreas urbanas existentes com uma diversidade socioespacial crescente. Com essa ampliação do espaço metropolitano há, conseqüentemente, uma ampliação do movimento das pessoas neste território – o movimento pendular se torna mais que uma característica da vida metropolitana, passando mesmo a ser um indicador desta articulação e do seu espaço de atividade.

Boa parcela das teorias elaboradas sobre os processos migratórios no Brasil partiram de contextos específicos, especialmente entre os anos 1960/1970, quando ocorria a clássica migração rural-urbana, principalmente para as grandes cidades. Mas hoje, temos uma diversidade de fluxos com mecanismos sociais, econômicos e políticos mais complexos. A perspectiva que vamos considerar como orientadora de nossa reflexão é essa que compreende a mobilidade espacial como uma dimensão da produção da existência, especialmente pelas mudanças ocorridas nos volumes, trajetórias e significados desses movimentos no espaço urbano, que podem relacionar-se tanto com a busca por trabalho e/ou moradia, quanto com aspectos socioculturais das pessoas e dos lugares de origem e destino – isso será novamente retomado na última parte na qual, após a análise das hipóteses colocadas e das informações trabalhadas, buscamos sistematizar as lógicas e os mecanismos que devem estar operando sobre a mobilidade espacial. Neste sentido, para analisar um processo social, como os movimentos populacionais, deve-se compreendê-lo também em sua perspectiva histórica e na relação que apresenta com a sociedade em que ocorre.

Ao reconhecer essas questões e adotar alguns procedimentos metodológicos, entendemos que estaremos nos aproximando da dimensão da mobilidade espacial (enquanto mudança de residência e deslocamentos cotidianos) a partir destes indicadores de migração e movimento pendular (que constituem uma *proxy* da mobilidade espacial), afinal essas dimensões ultrapassam os dados utilizados. A seguir analisamos como têm se dado os movimentos populacionais envolvendo as metrópoles, visando apreender as relações entre a dinâmica urbana e metropolitana com os movimentos populacionais.

Notas

¹ Onde for apropriado será especificada a utilização de outro tipo de migração, por tempo de residência.

4. OS SENTIDOS DA MOBILIDADE ESPACIAL NAS METRÓPOLES

“A vida urbana é toda ela colocada sob o signo da mobilidade, diz Grafmeyer (1995). E os fluxos migratórios, os deslocamentos espaciais e mobilidades habitacionais, os percursos ocupacionais e suas inflexões no tempo e no espaço, traduzem na escala dos destinos individuais e coletivos a dinâmica das transformações urbanas”
(TELLES, 2006, p. 4).

Os novos sentidos para os movimentos populacionais apresentam uma duplicidade, pois se referem tanto ao movimento enquanto deslocamento, trajetória, mudança de direção, como à lógica, razão, significado que esses movimentos passam a apresentar no contexto de desenvolvimento capitalista, dinâmica econômica e demográfica e transformações socioespaciais. Como visto, se antes havia fluxos migratórios massivos, com grandes eixos de movimento, passa-se a ter uma diversidade de fluxos, com origens e destinos diferenciados e, conseqüentemente, com mecanismos explicativos mais peculiares e complexos, ponto que defendemos como crucial na busca por interpretações destes processos. Ao mesmo tempo, a dimensão da mobilidade também torna-se relevante na própria estrutura urbana da metrópole.

Sendo assim, após a contextualização realizada e as abordagens conceituais e operacionais colocadas, pretende-se começar a responder algumas questões sobre as mudanças no comportamento dos movimentos populacionais, especialmente no que concerne aos sentidos, volumes e lógicas que tais movimentos passam a apresentar. A dimensão territorial no interior da metrópole nos parece muito cara neste estudo, sendo assim, ao focar nos movimentos populacionais metropolitanos, pretende-se identificar os principais tipos de fluxos em termos de origem e destino (neste primeiro momento o destino segundo núcleo e periferia). Além disso, também temos por objetivo apontar quais os agrupamentos de municípios, segundo os níveis de integração à dinâmica metropolitana, têm maior atratividade migratória.

Finalmente, intentamos ainda avaliar a distinção entre lugar de moradia e lugar de trabalho. A hipótese geral que está norteando a investigação neste capítulo é a de que o território metropolitano, visto a partir do núcleo ou da periferia, apresenta grande influência na dinâmica populacional. Ao utilizarmos o conceito de metrópole estamos nos referindo aos aglomerados urbanos com funções metropolitanas indicados anteriormente. Já ao falarmos em região metropolitana (RM) – como na seção em que se trabalhará com nove RMs a partir de bases de dados da PNAD – estaremos nos referindo aos espaços institucionalizados oficialmente como tais.

4.1. Movimentos Populacionais Metropolitanos

Qual a relação entre a mobilidade espacial e a estrutura urbana? Qual o papel dos movimentos populacionais nos processos de reorganização social interna nas metrópoles? Para responder a essa questão, ou aproximar-se dessa resposta, serão considerados os movimentos migratórios e pendulares nas metrópoles, entendendo a mobilidade espacial como uma das estratégias empreendidas pela população na produção da existência, em nosso caso no espaço urbano-metropolitano. Como visto no capítulo inicial, durante o período de intensa urbanização, as grandes cidades e áreas metropolitanas atraíam elevado contingente de pessoas que iam residir nestes espaços principalmente em busca de trabalho e mobilidade social. Entretanto, atualmente, não há uma razão majoritária para explicar os movimentos populacionais, defendemos assim que há diversos aspectos operando sobre as lógicas de mobilidade. Quanto à mobilidade cotidiana, Palomares (2008) afirma que passamos do contexto de uma mobilidade de massas para uma mobilidade singular¹. Já em termos de mobilidade espacial pelas migrações, uma “regionalização dos fluxos” tem sido observada, levando ao encurtamento de distâncias. Pode-se dizer que ocorre também uma “fragmentação dos fluxos” – emergência de novos centros regionais que se espalharam no território nacional: mais áreas de retenção da migração do que uma tendência polarizadora de longa permanência (RIGOTTI, 2008). Sobre os movimentos em espaços metropolitanos, segundo Brito e Marques (2005), na sua grande maioria os imigrantes interestaduais preferem as capitais e os do interior preferem as periferias metropolitanas. Já os emigrantes, sejam para o interior ou

para os outros estados, partem mais da capital do que da periferia metropolitana, o que mostra que a capacidade de retenção migratória das capitais tem diminuído. Vale destacar alguns processos que já foram observados em algumas metr6poles.

Nos anos 1970, especialmente para a aglomeração metropolitana de São Paulo que foi a que mais cresceu no período de intensa urbanização, já era possível identificar algumas tendências particulares no interior da própria metr6pole – simultaneamente ao reforço da concentração populacional nos municípios metropolitanos, havia processos de realocização populacional interna nestes espaços. Na década de 1970, o município de São Paulo ainda mantinha sua condição de polo de atração populacional, praticamente todos os demais municípios da Grande São Paulo também podiam ser classificados como zonas de atração, pois tinham saldos migratórios positivos, de acordo com Cunha (1990). Neste período era possível identificar que a maioria dos municípios mais atrativos nesta periferia eram os mais próximos à capital, com volume populacional elevado e taxa de imigração alta. Quanto aos movimentos internos, foram mais de 920 mil pessoas que se deslocaram no interior da RMSP nesta década. O autor constata certos eventos, em conformidade com algumas leis de Ravenstein: a) “a maioria dos migrantes internos movem-se a distâncias curtas”, pois as trocas na RMSP aconteciam mais entre municípios mais próximos; b) “os migrantes de maior distância se dirigem geralmente para grandes centros comerciais e industriais”, por exemplo, São Paulo atraía pessoas de maior distância; c) “para cada corrente migratória numericamente importante se produz uma contracorrente compensatória”, como as que ocorriam entre São Paulo e outros municípios como Osasco, São Bernardo do Campo, Santo André, e vice-versa. Além disso, para os demais municípios da periferia, já se verificava que a origem em São Paulo era muito marcante, ou seja, os movimentos do núcleo para a periferia já eram possíveis de se identificar na RMSP a partir dos dados censitários de 1980. Enquanto no processo migratório global, São Paulo era área de imigração, no contexto intrametropolitano, já era uma área de evasão populacional – alguns municípios de atração já constituíam as cidades-dormitório, onde a moradia fosse mais acessível, ou seja, a questão do custo da terra já determinava esses movimentos populacionais. Segundo o mesmo autor, as migrações intrametropolitanas na RMSP estiveram ligadas ao desdobramento de dois processos: a periferização

da população (fruto de problemas urbanos ligados à utilização e valorização do solo) e a redistribuição espacial da atividade produtiva dentro da região (CUNHA, 1990, p. 28).

Já na RMRJ, segundo Jardim (2001), com os dados de 1991, também foi possível identificar no interior da metrópole fluminense três grandes fluxos migratórios, que o autor chama de a) “expansão do núcleo da periferia”, referindo-se aos emigrantes do município do Rio de Janeiro com boas condições de renda que foram morar em municípios como Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo; b) “periferização do núcleo”, referindo-se a alguns imigrantes intrametropolitanos que saíram da periferia e foram residir no núcleo que, segundo o autor, corresponderam ao aumento e adensamento da população residindo em favelas e o distanciamento socioeconômico entre os bairros do município; e finalmente c) os movimentos denominados de “periferização da periferia”, envolvendo as trocas populacionais nos próprios municípios da periferia metropolitana, que apesar de no geral envolver uma população de renda mais baixa, no interior deste fluxo ainda havia grande diversidade econômica e social. Como se verá na parte III, esses processos se complexificam, por exemplo, para os que saem do núcleo da metrópole não dá para dizer que é uma simples “expansão do núcleo” com movimentos de camadas sociais com melhores rendimentos, pelo contrário, nossa hipótese é a de que para muitos grupos sociais há dificuldades de permanência no núcleo que impulsionam movimentos de mudança de residência para a periferia.

Para a RMBH, já mais recentemente, Brito e Souza (2005) ressaltam que o padrão de expansão urbana na região tem como uma de suas características básicas a segregação espacial da população mais pobre. A expansão metropolizou a segregação social (BRITO e SOUZA, 2005, p.52) e tem seguido direções espaciais semelhantes à expansão da própria cidade de Belo Horizonte, a partir do rígido sistema viário, formando os vetores de expansão urbana metropolitanos. Para o vetor oeste, por exemplo, a expansão se dá numa combinação entre crescimento industrial e urbanização desordenada. Já o vetor norte-central foi marcado pela possibilidade de loteamentos para assentamentos populares, e acabou se tornando um “polo de atração de pobreza” (BRITO e SOUZA, 2005, p.56). Enquanto os saldos migratórios negativos da capital aliados à baixa fecundidade têm sido os responsáveis pelos menores ritmos de crescimento populacional, a

periferia apresenta saldos positivos. Os autores testam a hip6tese de uma redistribui73o espacial da pobreza, sugerindo que as migra73oes resultantes do movimento do capital imobili3rio e da pr6pria atua73o do Estado t6m promovido uma redistribui73o social e espacial da popula73o na RMBH, t6m reproduzido as desigualdades sociais no espa73o. Esta hip6tese 6 confirmada pelos dados analisados, uma vez que os emigrantes do n6cleo s3o geralmente os mais pobres, embora haja alguns diferencias entre os vetores. Al6m disso, verifica-se tamb6m que boa parte dos que sa6ram de Belo Horizonte trabalham neste munic6pio, ampliando os deslocamentos pendulares.

Portanto, essas mudan73as internas nas metr6poles j3 ocorriam em alguns casos desde os anos 1970 e 1980, passando a coexistir com processos ainda mais amplos no contexto da din3mica urbana e populacional, como a redu73o dos fluxos migrat6rios de longa dist3ncia, a intensifica73o da migra73o de retorno, o fortalecimento da migra73o entre 3reas urbanas, a maior relev3ncia dos movimentos pendulares, e indica73oes de aumento da circularidade dos migrantes – fen6menos j3 abordados anteriormente.

Esta se73o² tem por objetivo identificar quais as mudan73as e perman6ncias nesse processo de redistribui73o populacional atualmente para o conjunto metropolitano. Para isso, pretende-se apontar os principais tipos de fluxos populacionais nas metr6poles segundo n6cleo e periferia e indicar quais os agrupamentos de munic6pios, segundo os n6veis de integra73o 3 din3mica metropolitana, tiveram maior atratividade migrat6ria, com especial interesse sobre os movimentos intrametropolitanos mais recentes. Na rela73o entre migra73oes e movimentos pendulares, tamb6m objetiva-se avaliar a distin73o entre lugar de moradia e lugar de trabalho.

Nesta parte, tomamos o recorte espacial dos munic6pios metropolitanos de 14 das metr6poles explicitadas anteriormente³. Diante dos estudos citados, 6 poss6vel notar que as mudan73as na distribui73o interna das metr6poles estiveram ligadas a processos de periferiza73o, geralmente associadas a migra73oes intrametropolitanas de camadas sociais mais pobres. Ao analisar as metr6poles conjuntamente com dados at6 o Censo Demogr3fico de 2000 e com algumas informa73oes das PNADs para os anos de 2001 a 2009, buscamos compreender as mudan73as no comportamento desses movimentos populacionais. Na parte seguinte, em que ser3 analisada a rela73o entre estrutura urbana e l6gicas de mobilidade na metr6pole do Rio, ser3 poss6vel avaliar mais

detidamente a hipótese da permanência de processos de periferização ou se também há processos diferenciados como a suburbanização no interior da metrópole.

Ao abordar apenas a imigração, a fim de explorar o poder de atratividade das áreas metropolitanas, apresentamos os diversos tipos de fluxos (intrametropolitano, intraestadual e interestadual) na metrópole ou em direção a ela. Obviamente ao trabalharmos com o tipo de fluxo, acabamos por considerar a emigração, pois ao identificar o espaço de origem também aborda-se a saída de pessoas desta região.

Ao observar a taxa de imigração⁴ (última coluna das tabelas 4.1 e 4.2) nas metrópoles em 1991⁵, Goiânia e Vitória foram as que apresentaram maior taxa (por cada mil residentes), mas outras metrópoles também tiveram valores acima de 100 migrantes por mil, como Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre e Recife. Já as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo tiveram menor participação, apesar de São Paulo ter ficado com 92,3. De 1995 para 2000, na maior parte diminuiu a participação de pessoas que mudaram de município de residência, exceto para Rio de Janeiro e Florianópolis – o maior aumento foi em Florianópolis que passou de 132,3 em 1991 para 147,8 migrantes por mil residentes em 2000.

Interessante observar que Goiânia permanece com a maior taxa de imigração, seguida mais de perto por Brasília, que quase não sofreu alteração. Nestas duas áreas em 2000, a participação maior foi da migração interestadual em direção ao núcleo, ou seja, os municípios de Brasília e Goiânia. Segundo Rigotti (2008), especialmente nestas áreas, o período 1995-2000, em grande medida, é uma continuação do período anterior (1986-1991), segundo o autor, o poder de atração de suas microrregiões aumenta. A microrregião de Goiânia não só continua sendo atraente para as regiões do próprio estado, mas também para áreas distantes, principalmente do Maranhão e Piauí.

Tabela 4.1 – Distribuição dos Imigrantes segundo tipo de fluxo e Taxa de Imigração (por mil) – 1991

Metrópole	Distribuição por Tipo de Fluxo (%)								Taxa de Imig.*
	Núcleo Periferia	Periferia Núcleo	Periferia Periferia	Intra estadual Núcleo	Intra estadual Periferia	Inter estadual Núcleo	Inter estadual Periferia		
Belém	20,5	1,2	1,5	40,5	10,6	22,5	3,2	105,1	
Belo Horizonte	29,6	2,7	12,0	18,8	20,0	9,2	7,8	122,1	
Brasília	17,3	4,6	2,9	5,5	3,8	52,4	13,5	153,2	
Campinas	9,0	1,8	7,9	13,5	30,0	16,2	21,5	165,4	
Curitiba	20,9	2,6	5,8	27,8	16,6	18,8	7,4	141,6	
Florianópolis	13,5	4,2	14,3	15,3	19,4	20,8	12,5	132,3	
Fortaleza	20,7	3,6	3,8	35,6	15,0	17,5	3,8	118,4	
Goiânia	27,8	1,4	1,2	22,1	11,3	25,6	10,6	190,3	
Porto Alegre	19,6	3,4	21,7	13,0	28,7	5,1	8,6	124,3	
Recife	30,1	3,2	17,6	10,1	16,0	10,9	12,1	103,5	
Rio de Janeiro	26,4	4,5	20,8	3,3	6,2	24,9	13,9	50,5	
Salvador	12,4	3,1	2,3	47,2	13,7	16,7	4,8	79,5	
São Paulo	22,4	1,6	12,0	4,3	4,2	33,0	22,4	92,3	
Vitória	10,8	1,9	15,9	4,7	24,4	8,7	33,6	181,9	
Total	22,0	2,7	11,6	14,1	13,4	23,2	15,0	107,0	

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

* A taxa de imigração é o quantitativo de imigrantes data fixa na metrópole por cada mil da população total de cinco anos ou mais.

Segundo os tipos de fluxo, para os movimentos intrametropolitanos em 1991 (ainda na tabela 4.1), já predominavam os fluxos em direção à periferia, especialmente aqueles originados no núcleo. Em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, as trocas migratórias na própria periferia metropolitana já abrangiam mais de 20% dos migrantes nestas metrópoles. Em 1991, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Recife apresentaram as maiores participações de migrantes do núcleo para a periferia.

Em 2000, elevada participação para o fluxo núcleo-periferia (quase 30%) também foi identificada nas metrópoles de Belém, Belo Horizonte e Recife (tabela 4.2). Em termos de mudança na proporção, este tipo de migração teve maior aumento em Belém e Brasília. Já os movimentos na periferia tiveram maior aumento em pontos percentuais em Porto Alegre e São Paulo, permanecendo com valores maiores no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Para os demais movimentos além das trocas metropolitanas, a participação no geral é maior no fluxo interestadual

em direção ao núcleo, especialmente Brasília recebe muitas pessoas de fora⁶. Nesta metrópole, assim como em Goiânia, Fortaleza, Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória a participação de migrantes de outras UFs é expressiva tanto em 1991 como em 2000 (no caso de Vitória, a migração interestadual para a periferia).

Tabela 4.2 – Distribuição dos Imigrantes segundo tipo de fluxo e Taxa de Imigração (por mil) – 2000

Metrópole	Distribuição por Tipo de Fluxo (%)							Taxa de Imig.*
	Núcleo Periferia	Periferia Núcleo	Periferia Periferia	Intra estadual Núcleo	Intra estadual Periferia	Inter estadual Núcleo	Inter estadual Periferia	
Belém	28,6	1,8	3,3	26,2	17,7	15,9	6,6	100,6
Belo Horizonte	29,5	4,3	15,8	14,8	19,5	8,0	8,0	114,6
Brasília	22,3	3,4	4,2	5,5	4,3	42,0	18,4	152,1
Campinas	9,8	3,3	9,8	14,2	31,1	13,3	18,5	131,1
Curitiba	21,5	3,5	9,4	21,8	16,9	17,6	9,4	136,3
Florianópolis	12,3	4,4	14,5	14,6	18,3	25,5	10,6	147,8
Fortaleza	22,2	3,9	5,1	26,0	12,3	25,4	5,2	82,1
Goiânia	23,1	1,8	1,9	20,4	10,8	27,5	14,5	168,9
Porto Alegre	17,6	5,9	25,9	13,9	24,2	5,5	7,1	101,6
Recife	28,2	6,1	19,1	9,1	14,6	11,5	11,3	80,7
Rio de Janeiro	22,8	5,3	24,3	3,2	5,1	25,5	13,9	60,0
Salvador	17,3	3,5	3,4	39,3	13,6	17,6	5,3	71,0
São Paulo	23,5	3,1	16,1	4,8	4,6	27,7	20,1	84,2
Vitória	11,7	4,0	19,0	3,7	16,7	7,8	37,0	132,2
Total	20,9	3,6	13,4	11,2	11,5	20,3	13,7	99,8

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

* A taxa de imigração é o quantitativo de imigrantes data fixa na metrópole por cada mil da população total de cinco anos ou mais.

Como já comentado, em 1991, os núcleos metropolitanos de Brasília, Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram maior atração para os migrantes que vieram de fora das suas UFs. Já em Belém, Curitiba, Fortaleza e Salvador, os núcleos tiveram maior participação de pessoas que vieram da própria UF. Vitória teve comportamento diferenciado, em que a sua periferia atraiu maior contingente de pessoas de outras UFs em 1991. Em Belo Horizonte, Campinas, Porto Alegre e Recife, as suas periferias já apresentavam forte atração de pessoas da própria UF.

Ainda sobre os movimentos migratórios do próprio estado, se tratando de Campinas, temos que considerar que o restante da própria UF inclui a região metropolitana de São Paulo, cujo peso demográfico deve influenciar a taxa de imigração intraestadual. No caso de Belo Horizonte, esse tipo de migração predomina historicamente, como afirma Matos (2005):

A influência da migração nordestina em Belo Horizonte, por exemplo, não fincou raízes profundas, como no caso da metrópole paulistana. Minas Gerais tem seu próprio nordeste: um amplo arco territorial que agrega centenas de municípios estagnados situados nas porções norte, nordeste e leste do estado, integrantes das bacias do São Francisco, Jequitinhonha, Mucuri e Doce. Os migrantes pobres que buscam a região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) são originários principalmente dessas regiões (MATOS, 2005, p. 88).

Em 2000, as capitais Brasília, Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro continuaram apresentando maior participação de migrantes vindos de outras UFs. Florianópolis também passa a apresentar tal comportamento (tabela 4.2). Belém, Curitiba e Salvador seguem apresentando considerável atração do núcleo para pessoas vindas de outros municípios da UF, que não metropolitanos, já Fortaleza diminuiu este tipo de atratividade. Em Belo Horizonte, Campinas, Porto Alegre e Recife também prossegue a tendência de atração de suas periferias para municípios da UF.

Para confirmar este quadro, apresentamos na tabela 4.3 apenas a distribuição dos migrantes nas metrôpoles, separadamente para os fluxos realizados na periferia ou no núcleo. Enquanto nos núcleos há muito mais participação de imigrantes que vieram de outras UFs, nas periferias metropolitanas, há maior participação de imigrantes que saíram do núcleo. Se juntarmos esses últimos com aqueles que fizeram trocas migratórias na própria periferia, em 2000 somavam cerca de 55% do total de imigrantes na periferia, revelando o peso que a própria dinâmica metropolitana possui na atratividade da periferia enquanto lugar de moradia.

Tabela 4.3 – Distribuição dos Migrantes por Fluxos Populacionais nas Metrópoles – 1991 e 2000

Núcleos				
Tipos de Fluxo	1991	(%)	2000	(%)
Intra Periferia-Núcleo	120.115	6,2	195.312	9,5
Intraestadual Núcleo	674.999	34,7	680.722	33,1
Interestadual Núcleo	1.148.504	59,1	1.183.318	57,5
Total	1.943.618	100,0	2.059.352	100,0
Periferias				
Tipos de Fluxo	1991	(%)	2000	(%)
Intra Núcleo-Periferia	1.000.328	34,5	1.140.826	33,7
Intra Periferia-Periferia	515.343	17,8	717.387	21,2
Intraestadual Periferia	637.312	22,0	709.412	21,0
Interestadual Periferia	749.218	25,8	813.462	24,1
Total	2.902.201	100,0	3.381.087	100,0

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Portanto, os fluxos populacionais realmente se distribuem distintamente conforme se considere os núcleos ou as periferias das metrópoles, pois apesar dos movimentos que envolvem outras regiões de seus respectivos estados e até de outros estados serem ainda bastante expressivos, o que se observa em linhas gerais é uma diminuição da imigração de longa distância, embora para este tipo de movimento, os núcleos metropolitanos ainda exerçam maior poder de atração (com exceção de algumas metrópoles, como Campinas e Porto Alegre, em que a periferia ainda tem maior taxa de imigração para aqueles que vêm de outros municípios de suas UFs). Em termos de distribuição populacional e atratividade, nota-se assim que para os movimentos intraestaduais e interestaduais (uma *proxy* de maior distância), apesar de estar diminuindo em algumas metrópoles, os núcleos ainda exercem maior atratividade.

Já para os movimentos intrametropolitanos, os núcleos não exercem maior atração, pois vêm perdendo população pela migração para os demais municípios das metrópoles, o que já foi evidenciado em outros trabalhos (SILVA e RODRIGUES, 2011). Mas as regiões metropolitanas se mostram ainda como fundamentais na distribuição populacional no Brasil, especialmente as maiores metrópoles aumentaram as trocas na própria periferia, e os movimentos do núcleo para a periferia ainda seguem como tendência.

Analisa-se tamb6m a participa76o de imigrantes recentes na popula76o total metropolitana atrav6s da taxa de imigra76o⁷ segundo o n6vel de integra76o⁸ dos munic6pios, a fim de distinguir os munic6pios da periferia metropolitana (tabela 4.4). 6 poss6vel notar que h6 muitas diferen76as dependendo da escala de an6lise⁹. Ao observar a migra76o total, em 1991 havia 107 imigrantes para cada mil habitantes nas metr6poles, esse valor reduz em 2000 para quase 100 por mil, ou seja, cerca de 10% da popula76o metropolitana em 2000 havia mudado de resid6ncia nos 6ltimos cinco anos anteriores a este censo. Entretanto, fazendo essas mesmas considera76es segundo os diferentes agrupamentos de munic6pios metropolitanos, v6-se que a participa76o dos imigrantes nos polos 6 a mais reduzida entre os n6veis de integra76o – obviamente isso precisa ser relativizado em fun76o do grande porte populacional dos n6cleos.

Em 1991, eram os munic6pios com alta e muito alta integra76o, respectivamente, que tinham a maior participa76o de imigrantes. Em 2000, em linhas gerais, h6 uma diminui76o da taxa de imigra76o, mas os munic6pios com alta integra76o permanecem com maior participa76o (praticamente 156 imigrantes por mil), seguidos mais de perto daqueles com m6dia e depois com muito alta integra76o. Cabe observar que os munic6pios com baixa integra76o diminuem pouco na participa76o dos imigrantes em sua popula76o, e aqueles com muito baixa integra76o constituem o 6nico recorte espacial em que aumenta a participa76o de imigrantes. Esse processo pode indicar uma dispers6o dos fluxos populacionais em e para as metr6poles, que passa a abranger n6o apenas os polos e munic6pios mais integrados, mas tamb6m os que fazem parte das regi6es metropolitanas e n6o s6o t6o integrados – comportamento que vai ao encontro da din6mica descrita em cap6tulo anterior sobre o incremento e crescimento populacional nestes espa76os.

Na parte seguinte ainda da tabela 4.4, s6o apresentadas essas taxas desagregadas apenas para os fluxos intrametropolitanos (ou seja, estes est6o contidas no anterior, por isso sempre com valores menores). A situa76o 6 um pouco diferente nesse caso, j6 que aumenta um pouco a participa76o de imigrantes intrametropolitanos na popula76o total, de 36,4 para 37,9 por mil da popula76o de 5 anos ou mais. Nestes fluxos intrametropolitanos, os n6cleos tamb6m aumentam um pouco na participa76o de imigrantes que vieram da periferia, entretanto, sob patamares muito reduzidos se comparados com os demais n6veis de

integração. É interessante notar que o processo observado na periferia para a migração total, fica mais nítido na dinâmica intrametropolitana, já que os municípios com muito alta e alta integração, apesar de ainda terem as maiores taxas em 2000, são os que diminuem essa participação no período, enquanto os municípios com média, baixa e principalmente muito baixa integração, aumentam as taxas de imigração.

Tabela 4.4 – Taxa de Imigração nas Metrôpoles segundo Nível de Integração (por mil) – 1991/2000

Metrôpoles	Nível de Integração dos Municípios						Total
	Polo	Muito Alta	Alta	Média	Baixa	Muito Baixa	
Migração Total							
1991	71,5	157,1	187,3	147,7	118,1	88,7	107,0
2000	67,1	139,0	155,9	140,4	115,2	107,0	99,8
Migração Intrametropolitana							
1991	4,6	86,2	97,2	60,1	51,9	34,0	36,4
2000	6,5	78,0	87,2	69,9	55,5	49,1	37,9

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Em trabalho de Silva e Rodrigues (2011), os autores mostram que esse processo de espraiamento residencial parece ter iniciado primeiramente em metrôpoles já mais consolidadas, como São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto metrôpoles de constituição mais recente, como as de Vitória e Florianópolis, ainda apresentam atratividade e crescimento populacional considerável nos núcleos. Os municípios com integração muito alta atraíam mais pessoas no passado, especialmente nas metrôpoles mais antigas, enquanto que essa “segunda coroa” formada pelos municípios com alta e média integração passaram a atrair mais pessoas num momento posterior. Claro que há também especificidades locais de cada metrôpole.

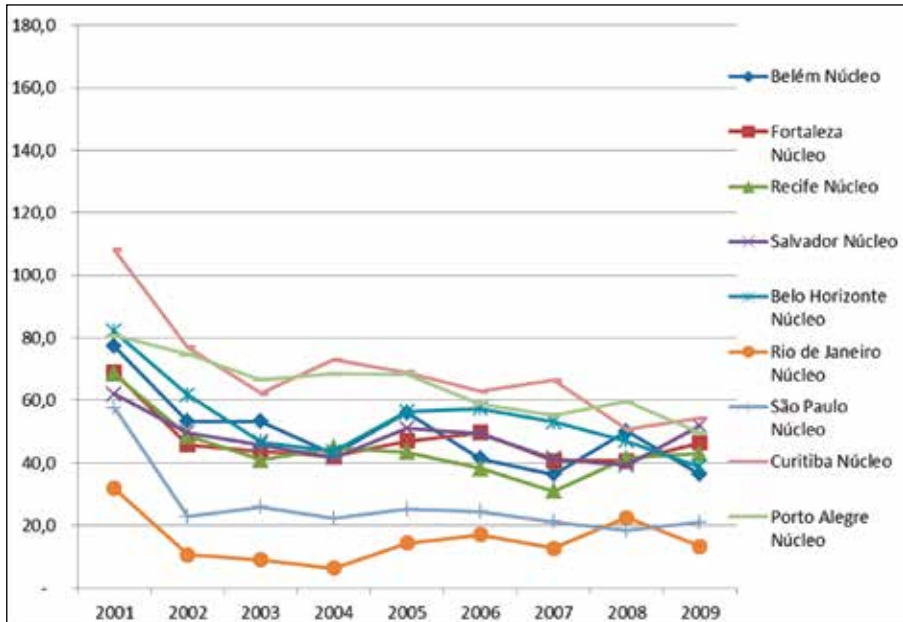
Para ter uma noção do comportamento migratório nas metrôpoles em período ainda mais recente, apresenta-se a participação da migração na população metropolitana de 2001 a 2009, a partir de dados das PNADs. Ressalta-se que a migração nesse caso será considerada a partir do quantitativo populacional que mora em algum município metropolitano até 4 anos, ou seja, toma o total de pessoas que fez uma mudança de residência num período recente em relação à data de referência da pesquisa, segundo as nove regiões metropolitanas da

PNAD¹⁰. À exceção dos movimentos entre estados, com as PNADs, não é possível identificar claramente a origem dos movimentos envolvendo os espaços metropolitanos, portanto, os migrantes considerados aqui abrangem a quantidade de pessoas que mudaram de residênciã nesse período recente, podendo ter vindo de outro estado do país, do próprio estado, e até mesmo ter feito trocas migratórias na própria região metropolitana.

Ao observar a taxa de imigração¹¹ nas regiões metropolitanas durante os anos 2000, vê-se que no geral a participação de pessoas que fizeram alguma mudança de residênciã intermunicipal (com origem em qualquer município do país) no período vem diminuindo, tanto no núcleo quanto na periferia. Apresentamos os gráficos 4.1 e 4.2 na mesma escala (variando de zero a aproximadamente 180 migrantes para cada mil da população) para possibilitar uma comparação adequada entre núcleo e periferia. Em 2001, as taxas se mostram maiores tendo considerável decréscimo em 2002, principalmente nos núcleos metropolitanos. Apesar de possíveis flutuações nestes dados e das próprias dificuldades em trabalhar com migração numa escala menor que a dos estados nas PNADs, essa redução é compatível em linhas gerais com as tendências observadas desde o Censo 2000 de diminuição na proporção dos fluxos migratórios.

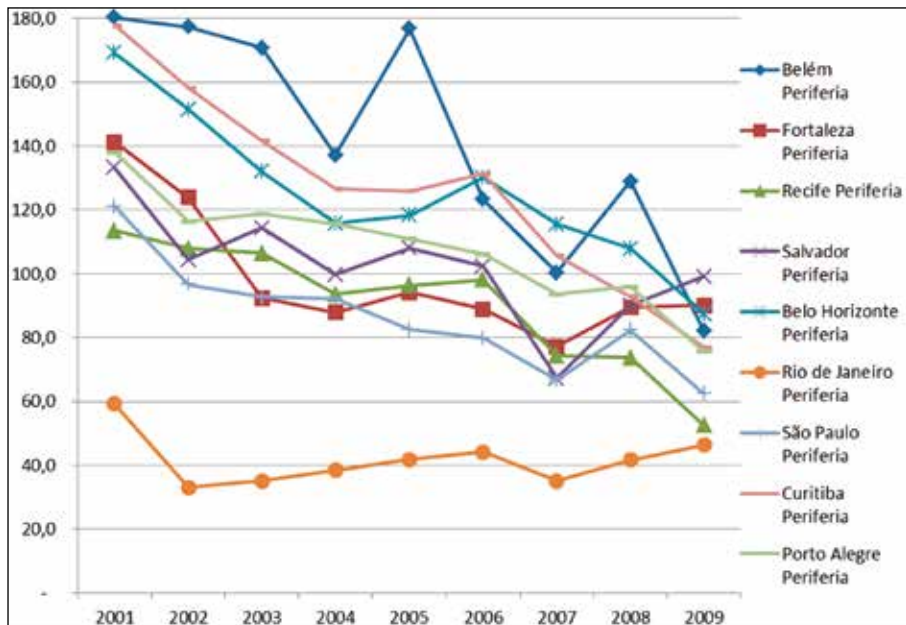
Mas ao notar o comportamento da migração nos núcleos metropolitanos a partir de 2002 (gráfico 4.1), podemos ver que a participação dos migrantes nos municípios de Rio de Janeiro e São Paulo é bem menor em relação aos demais núcleos metropolitanos, claro que em números absolutos a participação nestes dois grandes núcleos metropolitanos do país é maior, porém, em termos proporcionais à população do próprio município é menor. O Rio de Janeiro diminuiu no início da década, a partir de 2005 apresenta aumento e no final do período volta a ter redução. Enquanto isso, apesar das flutuações, os núcleos de Curitiba e Porto Alegre apresentam uma participação maior de pessoas migrantes durante a década, mas no final do período passam a apresentar comportamento semelhante aos demais núcleos metropolitanos, tendo participação de migrantes em torno de 40 a 60 para cada mil da população total. No geral, comparando núcleo e periferia, nota-se que, embora em números absolutos seja maior nos núcleos, o peso proporcional da migração é muito maior na periferia também durante os anos 2000.

Gráfico 4.1 – Taxa de Imigração nos Núcleos Metropolitanos – 2001 a 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNADs 2001 a 2009.

As periferias metropolitanas também apresentam redução na participação da migração na década, migração esta vista apenas a partir das pessoas que foram para estas regiões ou se moveram em seu interior até 4 anos ininterruptos, conforme a data de referência de cada pesquisa (gráfico 4.2). A periferia de Belém, apesar do declínio e de muitas oscilações é a que permanece com participação mais elevada de migrantes, seguida pela periferia de Curitiba e Belo Horizonte. A periferia do Rio de Janeiro, assim como seu núcleo, também apresenta as taxas mais reduzidas, ficando sempre em torno de 40 por mil a partir de 2002. As periferias das demais regiões metropolitanas ficam em torno de 60 a 140 migrantes para cada mil de sua população. Assim como em 2001 os valores eram muito elevados para todas as regiões, em 2007, praticamente em todas também há um declínio, não dá para afirmar se isso realmente ocorreu ou se é devido a algum problema nos dados no que se refere à amostragem, no caso das migrações nas PNADs.

Gráfico 4.2 – Taxa de Imigração nas Periferias Metropolitanas – 2001 a 2009

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNADs 2001 a 2009.

Nota-se também que as periferias de Salvador, Fortaleza e também do Rio de Janeiro apresentaram certo aumento na migração no final da década. No geral, o período apresenta declínio da participação de pessoas que moram nos municípios metropolitanos até 4 anos ininterruptos. Ao mesmo tempo, há certa convergência no comportamento entre as regiões metropolitanas, já que também no final deste período, as diferenças são menores que no início. Nas periferias, por exemplo, as taxas variavam entre 59,2 no Rio de Janeiro e 180,3 em Belém no ano de 2001. Já em 2009, a periferia do Rio de Janeiro permanece com o menor valor – 46,3 – e o maior fica em 99,1 migrantes por mil na periferia de Salvador.

A diminuição dos fluxos migratórios nas metrópoles e o patamar mais reduzido ainda nos núcleos podem relacionar-se a vários processos que vêm ocorrendo no espaço urbano-metropolitano. Um primeiro aspecto já colocado por diversos autores no Brasil se refere ao processo de redistribuição das atividades econômicas, em especial pela desconcentração relativa das indústrias (PACHECO, 1998; CANO, 2008), que promoveu mudanças na espacialização das atividades produtivas não só na escala das grandes regiões do país, mas

também no interior dos próprios estados. Além disso, no que se refere às migrações, houve também o surgimento de polos¹² econômicos no interior de alguns estados, como em São Paulo (CUNHA, 2003; BAENINGER, 2000), e no Rio de Janeiro¹³ (CRUZ et al., 2004; SANTOS, 2003), por exemplo.

Apesar de desde os anos 1970 já ser possível identificar tendências distintas na dinâmica demográfica e nos movimentos populacionais em relação ao que vinha sendo observado, como a redução da fecundidade nas grandes cidades e migrações intrametropolitanas favorecendo a periferia (CUNHA, 1986; PACHECO e PATARRA, 1998), foi nos anos 1980 que houve uma inflexão marcante nessa dinâmica populacional. Sendo assim, outra dimensão importantíssima foi a crise econômica e social pelas quais as metrópoles passaram, como tratado em capítulo anterior. As condições sociais e econômicas adversas nos anos 1980 e 1990 afetaram principalmente aquelas metrópoles que mais cresceram na fase anterior (de substituição de importações, fordismo periférico). A diminuição da ação do Estado (ou uma redefinição em sua escala de intervenção) e a desregulação (ou uma nova regulação que favorecia a abertura de mercados) concederam maior poder ainda às forças especulativas, conservadoras para atuar sobre a organização do território urbano e metropolitano (ROBERTS e PORTES, 2005). Portanto, essas dimensões certamente contribuíram para reduzir o volume migratório em direção às grandes cidades e metrópoles, ou dificultaram a sua retenção populacional.

Sendo assim, novas modalidades migratórias e novas lógicas também passam a operar sobre a mobilidade espacial: mudança na clássica relação migração-trabalho; novos perfis dos grupos sociais envolvidos na mobilidade – maior mobilidade da classe média e a população menos escolarizada não é mais o grupo de grandes movimentos; novos perfis dos grupos demográficos envolvidos na mobilidade: jovens, estudantes, idosos, etc.; formação de centros e subcentros regionais com maior absorção de sua força de trabalho; novo papel da mobilidade urbana com os movimentos pendulares.

4.2. A mobilidade urbana na dimens6o da metr6pole

A mobilidade urbana constitui um dos principais elementos da forma7o e consolida7o dos espa7os urbanos, traduz as pr6prias transforma76es urbanas, pois “a vida urbana 6 toda ela colocada sob o signo da mobilidade” (GRAFMEYER, 1995 apud TELLES, 2006). Sugerimos que a mobilidade urbana, operacionalizada atrav6s do movimento pendular, tamb6m torna-se uma dimens6o importante na decis6o de mudar ou n6o da localidade de resid6ncia. Com a possibilidade deste movimento – fruto do pr6prio processo de urbaniza7o (especialmente com a melhoria da rede de transporte) e das novas formas de redistribui7o espacial da popula7o – a mudan7a de emprego n6o corresponde necessariamente a uma mudan7a de resid6ncia, com altera76es dos movimentos migrat6rios intra e inter-regionais (BAENINGER, 1998, p.75). Entretanto, deslocar-se no espa7o, especialmente o metropolitano, tem constitu6do-se num verdadeiro drama urbano. Dificuldades relacionadas 6 acessibilidade, envolvendo localiza7o, tempo de percurso, pre7o, dist6ncia s6o cada vez mais recorrentes.

Em trabalho anterior¹⁴, nos perguntamos em que medida os migrantes que mudaram de munic6pio de resid6ncia na metr6pole mudaram tamb6m de local de trabalho ou “permaneceram” trabalhando no munic6pio de origem da migra7o. Buscando relacionar migra7o intrametropolitana, movimento pendular e mercado de trabalho, cruzamos os tr6s tipos de fluxos intrametropolitanos com a vari6vel do Censo Demogr6fico de 2000 que pergunta sobre o munic6pio de trabalho ou estudo, vari6vel utilizada para medir o movimento pendular no Brasil, ou *commuting*. Interessante observar atrav6s da tabela que, do total de migrantes intrametropolitanos ocupados (1995-2000), 51,3% fazia movimento pendular em 2000, destes que realizavam tal deslocamento, quase 70% o fazia retornando para trabalhar no munic6pio de origem da migra7o.

Ao relacionar essa informa7o tamb6m com os tipos de fluxos, nota-se que entre aqueles que sa6ram do n6cleo para a periferia, esses percentuais s6o mais elevados. Podemos dizer que 60% dos migrantes intrametropolitanos ocupados realizavam movimento pendular, destes, 88% se deslocavam frequentemente para trabalhar no munic6pio n6cleo. Apesar de, em n6meros absolutos, esse contingente n6o ser t6o grande, no contexto da rela7o entre migra7o

intrametropolitana e movimento pendular, essa expressividade ganha contornos bastante razoáveis.

Entre os migrantes que saíram da periferia para o núcleo metropolitano, apenas 12,5% realizava movimento pendular (entre estes 60% fazia para o município de origem na periferia). Já entre os que migraram entre municípios da própria periferia, 50% fazia movimento pendular (entre estes, 32% era para o município de origem na periferia).

Tabela 4.5 – Migrantes Intrametropolitanos que fazem movimento pendular para trabalho – 2000

Origem/Destino	Faz Mov. Pendular	Faz para o Mun. Origem*
Núcleo-Periferia	59,8	88,3
Periferia-Núcleo	12,5	60,3
Periferia-Periferia	50,2	32,2
Total	51,3	68,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000.

* Percentual apenas entre os que fazem movimento pendular.

Na tabela 4.6, temos essa informação para cada metrópole, segundo os fluxos realizados, considerando diretamente entre os migrantes intrametropolitanos de 1995 a 2000 o percentual daqueles que retornam para trabalhar no município de origem da migração. No geral, podemos perceber que esse retorno é bem expressivo entre aqueles que saíram do núcleo metropolitano. No total, 52,8% retorna para o núcleo, com algumas diferenças, os percentuais para cada metrópole giram em torno desse valor. Para os migrantes vindos da periferia que residem no núcleo, apenas 7,5% retornam para o município de origem para trabalhar. Entre as trocas periferia-periferia, temos em torno de 16% que faz esse retorno.

Na metrópole de Brasília, havia o maior percentual de migrantes ocupados que realizavam movimento pendular para o núcleo, em torno de 68% como apontado em outros trabalhos (SILVA e RODRIGUES, 2010). Esses migrantes têm maior participação de trabalhadores sem especialização, talvez não possuindo condições de manter residência do núcleo, mas passando a residir na periferia e deslocando-se para trabalho. Já Salvador apresentou o menor percentual de migrantes intrametropolitanos que saíram do núcleo e que retornam para nele trabalhar – 37%. Nesta região, há o polo petroquímico de Camaçari, que destaca-se na dinâmica da periferia metropolitana. As demais

regiões metropolitanas apresentaram esse percentual em torno de 50 a 55%, valores que consideramos também elevados, indicando que, apesar desses trabalhadores terem saído do núcleo para a periferia, boa parte deles ainda trabalha no núcleo – o que nos leva a relativizar esse movimento núcleo-periferia, em termos de redução de “pressão” pelo menos ao nível do mercado de trabalho nas áreas centrais.

Embora com valores em números absolutos bem menores, para os que saíram da periferia e foram para o núcleo, há um percentual um pouco maior de pessoas que saem para trabalhar na periferia nas regiões de Campinas, Florianópolis, Salvador e Vitória – acima de 10%. Entre as trocas realizadas na própria periferia, o percentual de pessoas que migraram e que se movimentam para trabalho é um pouco mais elevado, sendo mais expressivo em Campinas, com 23%.

Tabela 4.6 – Taxa de Deslocamento para Trabalho no município de origem da migração* – 2000

RM	Núcleo-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia	Total
Belém	55,4	3,2	14,0	18,0
Belo Horizonte	53,6	7,1	15,9	18,0
Brasília	68,1	1,8	2,9	13,1
Campinas	47,7	12,4	23,1	9,6
Curitiba	55,4	8,9	10,9	12,5
Florianópolis	54,2	10,2	11,5	9,3
Fortaleza	47,1	3,5	10,4	10,1
Goiânia	56,7	4,5	2,4	13,3
Porto Alegre	56,1	4,6	15,5	13,4
Recife	56,1	9,0	11,7	18,8
Rio de Janeiro	51,2	7,4	19,0	15,1
Salvador	37,1	16,2	13,6	7,4
São Paulo	49,2	8,3	17,6	13,3
Vitória	47,3	12,0	14,6	9,8
Total	52,8	7,5	16,2	13,5

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000. * Percentual entre os migrantes intrametropolitanos que trabalham no município de origem da migração.

Portanto, a clássica relação entre migração e trabalho, em que a primeira ocorreria por uma busca por melhores condições de vida associadas ao segundo, deixa de ser a perspectiva predominante especialmente sobre as mudanças de residência no espaço metropolitano. A migração intrametropolitana redistribui a população no espaço metropolitano, mas não há uma dinâmica semelhante na distribuição

dos postos de trabalho. Como visto, tendências nesse sentido foram apontadas por Cunha (1990; 1994) para a metrópole de São Paulo desde os anos 1970 e 1980, e como se vê ainda permanece na organização espacial e populacional nas metrópoles.

A pendularidade se apresenta então, em nossa reflexão, não apenas como uma característica do processo de conurbação na metrópole e caminho para incorporação no mercado de trabalho urbano, mas também como uma dimensão da própria dinâmica populacional e do comportamento das migrações. O movimento pendular traduz boa parte da dimensão relacional entre os espaços internos da metrópole, especialmente pela relação núcleo-periferia, mas também pelos distintos “núcleos” e “periferias” que vão se constituindo pelo desenvolvimento desigual dos espaços, já que ao mesmo tempo também há uma retenção da população ocupada na periferia.

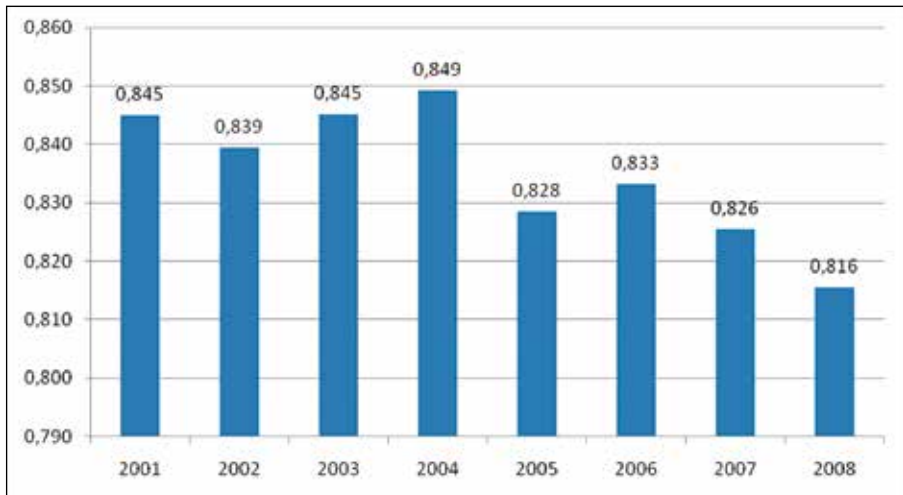
Outra dimensão da mobilidade, que gostaríamos de destacar aqui, é a que envolve tempo de deslocamento. Para ter uma ideia das condições de deslocamento diário no espaço metropolitano (já que vimos que além dos movimentos intramunicipais, os movimentos diários intermunicipais são consideráveis), tomamos uma dimensão do Índice de Bem-Estar Urbano¹⁵ (IBEUrb), produzido por pesquisadores do Observatório das Metrópoles (2010). Como o índice é baseado em dados da PNAD, aqui as informações se referem às nove RMs da PNAD, mais Brasília nesse caso. O índice é composto por três dimensões: 1) atendimento de serviços coletivos; 2) condições habitacionais; 3) mobilidade urbana. Para nossa reflexão aqui, apresentamos o gráfico 4.3 apenas com esta última dimensão.

O índice mostra o percentual de pessoas que gasta até 1h de deslocamento, sendo assim, quanto maior o índice específico de mobilidade, melhor, pois menos pessoas estão se deslocando mais de 1 hora. Apesar de não haver diferenciais tão elevados, especialmente no tempo, o que se observa nas regiões metropolitanas ao longo dos anos 2000, com base nos dados da PNAD, é que o índice de mobilidade diminuiu. Ou seja, há um percentual um pouco maior de pessoas que estão levando mais de uma hora para deslocar-se cotidianamente nas RMs – o que aponta que o tempo de deslocamento e as condições de mobilidade podem estar piorando no espaço metropolitano.

As potencialidades de movimento envolvem um conjunto de fatores próprios do espaço urbano, como acesso ao mercado de trabalho, ao solo urbano, às condições de deslocamento e às próprias características

socioecon6micas das pessoas e de seus lugares de moradia. Diante das mudan7as observadas no geral entre os imigrantes nas 6reas metropolitanas brasileiras, podemos lembrar que, historicamente, a riqueza e a popula76o foram concentrando-se nas 6reas centrais das regi6es metropolitanas. Com efeito, sempre ocorreu uma forte press6o pela sua ocupa76o como condi76o de acesso ao emprego, 6 renda e 6 moradia para amplos segmentos da sociedade, tanto por trabalhadores subempregados – resultando na eleva76o da ocupa76o prec6ria, informal e transit6ria, principalmente no setor de servi7os em geral e, em especial, nos servi7os pessoais –, como por camadas sociais de maior rendimento, sendo que estas concentradas em alguns espa7os ou mesmo isoladas socialmente.

Gr6fico 4.3 – IBEUrb das RMs: Dimens6o da Mobilidade Urbana 2001 a 2008 (PNAD)



Fonte: Observat6rio das Metr6poles (2010). O resultado mostra o percentual de pessoas que gastam at6 1h de deslocamento. Quanto maior o 6ndice espec6fico de mobilidade, melhor, pois menos pessoas est6o se deslocando mais de 1 hora.

Simultaneamente, ao buscar relacionar condi76es de moradia, de expans6o urbana e de movimentos populacionais, Rodriguez (2008a) aponta que as cidades tamb6m se propagam lateralmente, j6 que os terrenos para uso residencial no centro da cidade acabam, 6 um processo complexo que pode apresentar muitas formas diferentes. Segundo o autor, na Am6rica Latina, tem sido tradicionalmente expresso em crescimento r6pido na periferia das metr6poles, onde o pre7o baixo de terras ou a sua disponibilidade para assentamentos atraiu imigrantes, a

maioria deles pobres, provenientes de outras partes do país ou mesmo das metrópoles. Como resultado do crescimento periférico, as principais cidades das unidades da federação, estados, ou províncias em uma série de países (por exemplo, Buenos Aires, na Argentina; o Distrito Federal, no México; Montevidéu, no Uruguai; o Distrito Capital na República Bolivariana da Venezuela; assim como grandes cidades do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte) têm experimentado emigração líquida, apesar de ter melhores salários e condições de vida. Mas essa poderosa atração migratória da periferia contrasta com as dificuldades de sobrevivência nessas áreas para algumas camadas sociais, aliadas à crise da mobilidade urbana e das formas de provisão de moradia.

Apesar dessa histórica pressão pelas áreas centrais, foi possível observar que algumas mudanças nas tendências de movimento das pessoas, e certamente de trabalhadores, estão ocorrendo especialmente a partir das regiões metropolitanas ou em seu interior. Já foi observado que os municípios-núcleo das áreas metropolitanas vêm apresentando crescimento populacional mais reduzido e declínio da imigração, devendo-se ressaltar a baixa fecundidade que é característica desses espaços – embora a tendência seja de redução da fecundidade também nos demais municípios, principalmente das metrópoles de ocupação mais consolidada.

A discutida relação centro-periferia, em suas diversas escalas, deve ser analisada sob outros enfoques especialmente nesse contexto de dispersão urbana, pois temos observado processos distintos e simultâneos envolvendo incremento e crescimento populacional, mudanças no mercado de trabalho, possíveis novas centralidades, entre outros processos de permanência e continuidade. Assim, qualquer análise sobre o comportamento migratório nas áreas metropolitanas deve levar em conta a expansão urbana da metrópole.

Segundo Rodriguez (2008b), para efeitos operacionais, isso significa que a migração deve passar por uma análise sob maior nível de desagregação possível, o que pretendemos considerar na parte III sob a perspectiva da relação entre a estrutura urbana, segundo uma divisão social do espaço, e a mobilidade espacial. Podemos afirmar que a busca por melhores condições de vida foi e ainda é um dos ímãs mais potentes para os migrantes. Contudo, essas condições, que são o resultado de um longo processo, ficam geralmente desajustadas com o dinamismo econômico e a criação de empregos, tornando mais complexa e singular a combinação de fatores a ser considerada na decisão de migrar. Ademais,

outra raz6o que pode potencializar as migra76es intrametropolitanas 6 a fixa76o de resid6ncia em espa7os com caracter6sticas sociais, culturais ou ambientais mais atraentes e acessar o mercado de trabalho em outro munic6pio atrav6s do movimento pendular. Ou em sentido inverso, esse movimento tamb6m pode permitir morar no lugar que as condi76es socioecon4micas permitem (6s vezes em 6reas mais pobres), mas trabalhar onde 6 necess6rio (onde h6 disponibilidade de postos de trabalho). Claro que acompanha tais movimentos o processo atual de mercantiliza76o da cidade – evidente sobretudo pela atua76o dos setores imobili6rio, de servi7os e de transportes.

Assim, a rela76o entre as condi76es de vida, 6rea de resid6ncia e migra76o 6 mais complexa do que costumava ser, e pode deixar de ser descrita apenas em termos de uma funcional transfer6ncia da popula76o entre 6reas desfavorecidas e favorecidas, como o era quando a migra76o do campo para as cidades era a regra. Portanto, analisar os motivos para a migra76o no espa7o metropolitano poder6 contribuir na compreens6o dos mecanismos socioespaciais que explicam esses movimentos populacionais.

Notas

¹ De certa forma, essa passagem de uma mobilidade de massas para uma mobilidade singular tamb6m pode ser considerada para os movimentos migrat6rios.

² Esta parte tamb6m vem sendo trabalhada pela autora com outros pesquisadores, alguns resultados prov6m de artigos como: SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. “Mobilidade Espacial nas Metr6poles Brasileiras”. Revista Territorios, Bogot6-Col6mbia, 2010. SILVA, E.T.; RODRIGUES, J. M.; RIBEIRO, L. C. Q. “Mobilidade Residencial e Reconfigura76o Territorial nas 6reas Metropolitanas Brasileiras”. Anais do XVII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu – MG, setembro/2010. SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. “Algumas Dimens6es da Mobilidade Espacial no Territ6rio Metropolitano”. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro – RJ, maio/2011.

³ Aqui ser6o consideradas 14 das 15 metr6poles, j6 que em 2000 – ano de refer6ncia para as principais informa76es que contribuir6m na identifica76o dos munic6pios metropolitanos e dos seus n6veis de integra76o – a metr6pole de Manaus era constitu6da apenas por este munic6pio, portanto, n6o era poss6vel tra7ar fluxos intrametropolitanos nem fluxos diferenciados para a metr6pole.

⁴ O que estamos denominando em todo o texto por “taxa de imigra76o” reflete simplesmente a participa76o de migrantes recentes sobre a popula76o total de cinco anos ou mais por mil. Ou seja, 6 o n6mero de pessoas que foram residir na metr6pole ou mudaram de munic6pio de resid6ncia nela pr6pria para cada 1000 residentes de cinco anos ou mais de idade (esse filtro de idade deve-se 6 utiliza76o do migrante data fixa – munic6pio de resid6ncia anterior cinco anos antes da data do censo).

⁵Na tabela 4.1 são os que migraram de 1986 a 1991 e na tabela 4.2 são os que migraram de 1995 a 2000.

⁶ Brasília aqui foi considerada fazendo trocas migratórias metropolitanas com municípios da RIDE e trocas intraestaduais com Goiás.

⁷Essa taxa de imigração expressa apenas o volume de pessoas que realizaram migração recente (data fixa) pela população total de 5 anos ou mais, ou seja, para os municípios com muito alta integração, por exemplo, temos a quantidade de pessoas que é imigrante nesse agrupamento para cada mil da população de 5 anos ou mais. Entre estes, pode ter ocorrido trocas migratórias no próprio agrupamento de municípios com muito alta integração, por isso a ideia é de ter uma expressão da participação de pessoas “em movimento” sobre a população total.

⁸Os níveis de integração constituem-se em uma tipologia já explicitada no capítulo 1. Mais uma vez ressaltamos que foram elaborados com os dados do ano de 2000. Portanto, ao comparar 1991 e 2000, estamos considerando os municípios segundo sua definição em 2000, apenas retrocedendo com seu quantitativo migratório em 1991.

⁹Para ver esses valores por metrópole, conferir Silva, Rodrigues e Ribeiro (ABEP, 2010).

¹⁰Diferentemente da variável considerada nos censos demográficos que é por data fixa. Portanto, nesta parte de migração nos anos 2000, os dados se referem à migração até 4 anos considerando ainda as nove regiões metropolitanas da PNAD, e não as 15 metrópoles do estudo do Observatório das Metrópoles.

¹¹A taxa de migração aqui se refere simplesmente à participação da população que mora até 4 anos ininterruptos nos municípios de cada RM pela população total da referida RM.

¹²Segundo Baeninger (2000), “esses polos foram definidos a partir de trocas migratórias estabelecidas, na década de 70, entre regiões circunvizinhas, com as tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980. Paralelamente, com o auxílio da literatura econômica especializada, pôde-se observar que se tratavam de regiões dinamizadoras de atividades econômicas e urbanas. No interior de São Paulo destacaram-se como municípios-pólos: Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Nesses municípios, a realização de grandes investimentos, seja na indústria seja na agricultura, propiciou a expansão econômica em diferentes direções; tais investimentos tiveram efeitos multiplicadores favorecendo a formação de um setor terciário moderno absorvedor de grandes contingentes de força-de-trabalho. Veja-se Patarra e Baeninger (1989)”.

¹³A densificação dos fluxos populacionais pelo estado relacionam-se com algumas mudanças na dinâmica econômica no Estado do Rio de Janeiro, principalmente em três regiões do estado: a região do médio Paraíba com a instalação do polo metal-mecânico; a dinâmica da indústria petrolífera no norte fluminense e as atividades turísticas e expansão da periferia metropolitana, envolvendo especialmente as Baixadas Litorâneas (SILVA, 2010).

¹⁴Cf.: SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. “Algumas Dimensões da Mobilidade Espacial no Território Metropolitano”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Rio de Janeiro – RJ, maio/2011.

¹⁵Índice elaborado sob a coordenação do Prof. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, com responsabilidade da equipe: André Salata, Lygia Costa e Marcelo Ribeiro.

5. OS MOTIVOS PARA A MOBILIDADE ESPACIAL METROPOLITANA

“os fatores que retêm e os que atraem ou repelem as pessoas não são compreendidos exatamente nem pelo cientista social, nem pelas pessoas diretamente afetadas” (LEE, 1980 apud LISBOA, 2008).

Os motivos para os movimentos populacionais decorrem da existência de fatores tanto nas áreas de origem quanto nas áreas de destino. Os estudos sobre migração geralmente consideraram os fatores relacionados ao desenvolvimento econômico como os mais expressivos determinantes das origens e destinos dos fluxos populacionais. Por conseguinte, a demanda por trabalho em certos espaços e as condições salariais oferecidas seriam então as dimensões mais imediatas para os indivíduos e famílias na decisão de empreender ou não o movimento migratório. Nessa perspectiva sugere-se que espaços com maior disponibilidade e diversidade de empregos seriam áreas de atração, enquanto espaços em que haveria menor disponibilidade e variedade na oferta de trabalho seriam áreas de evasão populacional. Ou seja, a dimensão econômica especialmente no que se refere ao trabalho sempre foi muito preponderante.

Entretanto, como já observado na contextualização inicial e em capítulo anterior, há outros elementos da estrutura urbana que interferem nos movimentos migratórios. Atualmente, a migração ocorre muito mais entre áreas urbanas, especialmente com distâncias mais curtas, e é nesse contexto que as mudanças de residência entre municípios da metrópole também são notáveis. Além do motivo ligado ao trabalho, aumentam os movimentos em razão do acesso à moradia, seja pela atuação do mercado imobiliário que redistribui as camadas sociais no espaço urbano, seja pela atuação do Estado através de políticas habitacionais que também levam a mudanças do espaço. Por um lado, as lógicas que operam sobre os movimentos migratórios podem ser por constrangimento, em que indivíduos e famílias são forçados a mover-se por dificuldades de permanência onde estão ou por não encontrarem trabalho; por outro lado, podem

ser por escolha – em que há preferência por residir em outros espaços por razões que ultrapassam perspectivas estritamente econômicas, como clima, segurança, trânsito mais livre, menor densidade, etc., além de ser possível mover-se em razão de uma oportunidade de trabalho na área de destino.

Há também a influência da dinâmica demográfica, que constitui outro fator a influenciar os movimentos populacionais. Os novos arranjos familiares com famílias mais reduzidas geram novas demandas habitacionais. A participação elevada de jovens em determinadas áreas também cria necessidades em torno da educação, especialmente o aumento de jovens em busca do ensino superior. Ainda há o processo de envelhecimento populacional, que leva à mudança na estrutura etária, aumentando a proporção de idosos – o que pode potencializar também demanda por moradia em áreas com maiores amenidades ou com melhor oferta de serviços de saúde, por exemplo.

Este capítulo tem por objetivo investigar os motivos para a migração. A identificação das principais razões que levam à mudança de residência para outro município é muito importante, no sentido de contribuir para indicar as relações entre alguns elementos da estrutura urbana e os movimentos populacionais, conforme temos ressaltado. Além de já lançar luz para os aspectos mais relevantes a serem acionados na análise sobre as lógicas de mobilidade espacial que operam no espaço metropolitano.

Há poucas informações empíricas sobre os motivos relacionados à migração. Ao trabalhar com as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), vemos que em 2001 foram coletadas informações sobre esses motivos. “Foi nessa edição da pesquisa – que incluía crianças, adultos e idosos – que foi levantado o motivo predominante para a realização do último movimento migratório nos últimos quatro anos, como um quesito pré-codificado” (OLIVEIRA e JANNUZZI, 2005, p.134). Se considerarmos o total de migrantes¹, no geral, entre os motivos para a migração predominam aqueles relacionados ao acompanhamento de membros da família (45%). O trabalho ficou em segundo lugar (24,6%), seguido ainda pelos motivos relacionados à moradia (16%), os demais motivos apresentam percentuais menores que 10% (tabela 5.1). Como já dito, a amostra dos migrantes envolve todas as faixas etárias, diante do que, essa participação do motivo “acompanhar a família” se eleva², já que apenas um motivo é indicado por pessoa, a razão principal. Se observarmos como os

migrantes se distribuem entre estes motivos segundo o sexo, já há distinções consideráveis. Para as mulheres, a participação dos motivos relacionados ao acompanhamento da família é bem mais elevada (54%), enquanto para os homens fica em torno de 35%. Já os motivos relacionados ao trabalho são mais expressivos para os homens (33,6%) do que para elas (16%). Essas informações nos levam a sugerir que a expressividade do motivo relacionado a acompanhar família deve ser relativizada, já que possivelmente esses membros da família que apenas acompanham devem sofrer indiretamente outro motivo, pois podem estar seguindo alguém que foi por trabalho, estudo, moradia, etc. Um exemplo típico é o responsável pelo domicílio que muda por motivos relacionados à moradia ou ao trabalho, e o cônjuge e filhos que o acompanham.

Tabela 5.1 – Distribuição percentual dos Motivos para a migração por Sexo nas RMs – 2001

Motivos da Migração	Masculino	Feminino	Total
Trabalho da própria pessoa	33,6	16,0	24,6
Estudo da própria pessoa	3,6	3,8	3,7
Saúde da própria pessoa	1,1	1,5	1,3
Moradia	17,7	14,8	16,2
Acompanhar a família	35,4	54,1	45,0
Dificuldade no relacionamento familiar	1,6	2,0	1,8
Outro motivo	7,0	7,8	7,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE 2001.

Como a dimensão territorial é muito importante em toda reflexão que temos desenvolvido sobre a localização no espaço urbano e os determinantes dos movimentos populacionais, sugerimos que a distinção a partir dos núcleos ou das periferias das regiões metropolitanas também deve ter diferenças na distribuição dos motivos para a migração em direção a estes territórios. Na tabela 5.2, selecionamos apenas os quatro principais motivos para a migração, separando entre os migrantes que foram para o núcleo ou para a periferia em cada RM. Tanto em um como em outro espaço, a dimensão relacionada aos aspectos microssociais envolvendo a família continuam sendo preponderantes. Mas algumas observações muito pertinentes podem ser feitas, especialmente quanto aos outros três motivos principais.

A moradia apresenta maior expressividade na periferia, assim como o próprio motivo relacionado ao acompanhamento de familiares também revela maior participação em todas as periferias do que nos núcleos, exceto em Belo Horizonte, onde fica a mesma coisa (39,4% tanto no núcleo quanto na periferia). Já os motivos relacionados ao trabalho têm maior participação nos núcleos metropolitanos, onde os motivos envolvendo o estudo também são maiores do que nas periferias em todas as RMs.

Tabela 5.2 – Distribuição dos migrantes nas RMs entre núcleo e periferia por principais motivos de migração – 2001

Motivos da Migração	Belém		Fortaleza		Recife	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	22,3	12,8	30,1	14,1	21,3	12,2
Estudo própria pessoa	11,1	4,3	6,2	1,2	5,3	0,8
Moradia	6,7	25,5	5,8	21,1	14,0	23,3
Família	43,9	50,7	43,8	53,3	47,2	49,9
Motivos da Migração	Salvador		Belo Horizonte		Rio de Janeiro	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	30,1	22,5	31,2	16,4	35,8	13,5
Estudo própria pessoa	11,9	1,8	8,3	0,5	3,2	0,6
Moradia	6,2	16,5	10,5	36,8	4,8	26,6
Família	37,5	43,9	39,4	39,4	34,5	47,8
Motivos da Migração	São Paulo		Curitiba		Porto Alegre	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	38,0	18,7	34,5	18,8	31,5	24,8
Estudo própria pessoa	6,1	1,3	6,6	0,8	9,5	1,4
Moradia	5,8	20,9	7,4	17,4	6,0	18,5
Família	39,2	50,4	43,8	56,3	41,0	46,8

Fonte: PNAD/IBGE 2001.

A questão da moradia para quem migrou para a periferia teve participação muito alta em Belo Horizonte (36,8%), sendo quase igual ao motivo acompanhar família. Nas periferias do Rio de Janeiro e de Belém, também há uma participação considerável – acima de 25% dos migrantes foram para lá em 2001 por motivos de moradia. Nas periferias destas três RMs e também nas de Fortaleza, Recife e São Paulo, o motivo moradia aparece como o segundo com maior

participação. É interessante notar que nas periferias de Salvador, Curitiba e Porto Alegre, o segundo principal motivo é o trabalho. Na RM de São Paulo, a diferença de participação entre moradia e trabalho também é pequena. Portanto, nas RMs de São Paulo, Salvador, Curitiba e Porto Alegre, as periferias também têm atração por motivos de trabalho mais consideráveis.

Como vimos anteriormente, o peso dos motivos relacionados ao acompanhamento de familiares é muito considerável, podendo na verdade ocultar reais motivos relacionados à migração. Para refinar essa abordagem, na tabela 5.3 consideram-se apenas os responsáveis pela família, a fim de apreendermos melhor esses motivos segundo as condições familiares. No total, entre estes responsáveis, 45,8% afirmaram que o principal motivo para a mudança de residência foi o próprio trabalho, enquanto para 27,6% foram motivos relacionados à moradia, e apenas 9,8% das pessoas de referência declararam ter mudado para acompanhar membro da família. Mas considerando apenas esse universo das pessoas de referência na família (uma aproximação para os responsáveis) por recorte territorial, vemos que as diferenças são muito mais evidentes entre núcleo e periferia, conforme está na tabela 5.3.

Sendo assim, ao considerar os motivos da migração observando as pessoas de referência na família, nota-se que nos núcleos metropolitanos, predominam os motivos relacionados ao trabalho. Já nas periferias das regiões metropolitanas, predominam motivos relacionados à moradia. As periferias com maior participação de migrantes responsáveis por motivos de moradia são: Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Rio de Janeiro – acima de 40%. Em Salvador, os migrantes que foram para a periferia metropolitana o fizeram mais por motivo de trabalho (46,8%). Em São Paulo também é interessante notar a força do motivo relacionado ao trabalho, o núcleo desta RM e o de Curitiba apresentam as maiores participações de migrantes que para lá foram por razões de trabalho – acima de 60%, mas também as suas periferias apresentam motivos de migração por trabalho bastante consideráveis, juntamente com Porto Alegre – estas são metrópoles com periferias industriais, o que certamente influencia nesses movimentos.

Tabela 5.3 – Distribuição dos migrantes nas RMs entre núcleo e periferia por principais motivos de migração (apenas de pessoas de referência na família) – 2001

Motivos da Migração	Belém		Fortaleza		Recife	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	46,6	29,6	52,6	36,5	39,5	26,2
Estudo própria pessoa	5,0	1,2	2,6	1,2	5,2	0,0
Moradia	8,1	46,7	9,3	41,2	27,6	47,1
Família	16,1	12,4	10,8	8,2	9,0	8,2
Motivos da Migração	Salvador		Belo Horizonte		Rio de Janeiro	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	54,4	46,8	51,7	32,9	58,3	35,2
Estudo própria pessoa	7,2	0,0	7,4	0,0	0,9	0,0
Moradia	9,7	23,8	12,8	47,7	6,5	40,3
Família	7,2	7,1	13,4	10,1	9,3	11,3
Motivos da Migração	São Paulo		Curitiba		Porto Alegre	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	60,2	38,4	65,9	41,1	57,5	46,5
Estudo própria pessoa	8,2	0,0	5,8	0,6	8,8	1,2
Moradia	9,2	39,7	8,0	34,9	7,2	32,7
Família	8,2	9,4	11,6	11,4	10,4	7,3

Fonte: PNAD/IBGE 2001.

Na RM de Salvador, a força do motivo relacionado ao trabalho nas migrações para a periferia metropolitana pode ser explicada pela dinâmica econômica nessa região, como a importância do Pólo de Camaçari. Na RM de São Paulo, a periferia metropolitana também tem uma dinâmica econômica diversificada, onde há, por exemplo, há os municípios de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Santo André, com alta integração na dinâmica metropolitana e considerados como elite industrial, “constituíram o berço da indústria metalúrgica, automobilística e metal-mecânica do Estado de São Paulo” (BÓGUS e PASTERNAK, 2009).

Entretanto, esses achados podem estar sofrendo influência de outras variáveis. O mercado de trabalho, por exemplo, apresenta significativos diferenciais de gênero. A dimensão da idade também influencia a inserção no mercado de trabalho, assim como a constituição de novas famílias, a busca por novos tipos de moradia, etc. Ou seja, o

fato de mudar para o núcleo ou para a periferia e os motivos para tal mudança podem relacionar-se a características individuais e familiares que às vezes ultrapassam a dimensão dos motivos em si. Diante disso, examinamos a hipótese de que há diferenciais significativos entre aqueles que migraram por motivos relacionados ao trabalho ou à moradia, mesmo controlando por características sociodemográficas e territoriais desses migrantes nas regiões metropolitanas. Entre estas variáveis, buscamos avaliar em especial se os motivos para a migração apresentam significativas diferenças conforme o território de destino. Para testar tal hipótese que defende a relevância da localização no espaço metropolitano para determinar as condições de mobilidade espacial das pessoas, utilizamos a análise de regressão logística a fim de analisar os motivos para a migração relacionados ao trabalho ou à moradia. A escolha por estes motivos se deve à discussão teórica enunciada nos capítulos 2 e 3, e aos apontamentos do capítulo 4. De qualquer forma, ao examinar um ou outro motivo, será sempre em comparação com os demais.

O objetivo é compreender as variações nos motivos da migração a partir de diversas características dos indivíduos que migraram, cada qual sendo analisada a partir do controle das outras variáveis. A análise de regressão nos permite quantificar a relação entre essas variáveis, observando a influência de cada uma sobre a variável dependente. No caso da análise de regressão em que a variável dependente é qualitativa, o objetivo é encontrar a probabilidade de que algo aconteça, no nosso caso, a probabilidade de que o motivo da migração seja relacionado à moradia ou não (1 ou 0), ou que seja relacionado ao trabalho ou não (1 ou 0), segundo determinadas características – são modelos de probabilidade (GUJARATI, 2006, p.470). Para tanto, realizamos duas análises³, uma em que a variável dependente é ter migrado por motivo de moradia e outra que é ter migrado por motivo de trabalho. As variáveis independentes ou de controle são relacionadas à idade, sexo, rendimento, posição na família e recorte territorial, como descritas abaixo no quadro 5.1⁴.

Quadro 5.1 – Variáveis para a Análise de Regressão Logística

Variável dependente:		
<i>Moradia</i>	(binária)	Ter migrado por motivo relacionado à moradia
<i>Trabalho</i>	(binária)	Ter migrado por motivo relacionado a trabalho
Variáveis de controle:		
Dimensões	Variável	Explicação
<i>Idade</i>	Adulto	Pessoas de 25 a 59 anos em relação aos jovens (ref.)
	Idoso	Pessoas de 60 anos e mais em relação aos jovens (ref.)
<i>Sexo</i>	Mulher	Mulheres em relação aos homens (ref.)
<i>Rendimento</i>	Renda	Logaritmo da renda (contínua)
<i>Família</i>	Referencia	Pessoa de referência em relação aos demais (ref.)
<i>Território</i>	Periferia	Periferia em relação ao núcleo (ref.)
	Favela	Favela em relação a espaços que não são favela (ref.)

Como vimos anteriormente pelas estatísticas descritivas, há um peso considerável dos motivos para a migração relacionados a acompanhar a família, o que pode ocultar os motivos principais para a família. Por isso, segundo nossos propósitos, retiramos da análise as pessoas que migraram para acompanhar familiares, considerando assim todos os demais motivos, esse filtro baseia-se na suposição de que tais migrantes acompanharam pessoas que migraram por algum dos outros motivos, ou seja, os que acompanharam também foram influenciados por outro motivo. Além disso, trabalhamos apenas com as pessoas de 15 anos ou mais. Finalmente, a população considerada foi de migrantes intermunicipais recentes nas nove regiões metropolitanas da PNAD de 2001 – aqueles que residiam nos referidos municípios metropolitanos até 4 anos ininterruptos – de 15 anos ou mais de idade, exceto aqueles que migraram apenas para acompanhar familiares. Utilizamos a análise de regressão logística segundo o método em que as variáveis são inseridas sequencialmente. Nesse sentido, trabalhamos com o modelo 1, que considera como variáveis independentes a idade (adulto e idoso em relação aos jovens); o modelo 2 que considera a idade e o sexo (mulher em relação a homem); o modelo 3 que considera a idade, o sexo e o rendimento; o modelo 4 que abrange as variáveis anteriores e a posição na família (responsáveis em relação aos demais membros); e os modelos 5 e 6 que incluem variáveis referentes ao recorte territorial (periferia em relação ao núcleo e favela em relação a não favela, respectivamente).

Na tabela 5.4, apresentamos os resultados da análise para a migração por motivo de moradia. No modelo 1, com relação à idade, vemos que os resultados são significativos, revelando especialmente

que quanto maior a idade maior a chance de as pessoas terem migrado por motivos relacionados à moradia, pois os adultos têm muito mais chance de migrar por este motivo do que os jovens, para os idosos a chance é ainda maior. Claro que, mesmo sendo por moradia, as lógicas que operam sobre esse movimento não devem ser as mesmas para adultos e idosos, como se sabe, na fase jovem e adulta, a moradia está muito relacionada à constituição de novas famílias, à geração de filhos, aos custos habitacionais, etc. Já entre os idosos, além das próprias dimensões familiares, há também algumas perspectivas em relação ao lugar – aos serviços oferecidos, ao clima, ambiente cultural, etc. Ou seja, a migração por motivo de moradia nas regiões metropolitanas aumenta com a idade, mas possivelmente deve passar por lógicas sociais, familiares e culturais diferenciadas.

Ao inserir a variável sexo no modelo 2, nota-se que a dimensão da idade permanece significativa e a chance de migrar por motivo de moradia é menor para mulheres em relação aos homens. No modelo 3, ao inserir a variável relativa ao rendimento, observa-se que a relação é inversa, pois quanto maior a renda menor a chance de migrar por questão de moradia, e as demais dimensões continuam significativas.

No modelo 4, a variável sexo não foi significativa com $\alpha^5 = 0,05$, como está na tabela 5.4, provavelmente isso se deve à importância da pessoa de referência, como também foi visto na análise descritiva. De qualquer forma, quanto à família, podemos comparar aqui os responsáveis e os demais membros da família, notando assim, que as pessoas de referência apresentam chance maior de declarar que o motivo de terem migrado foi relacionado à moradia (em relação aos outros membros da família). Portanto, a questão habitacional pesa muito sobre a pessoa de referência na família, e as questões familiares e intergeracionais realmente se mostram como de grande importância para explicar os fluxos migratórios metropolitanos. Com a introdução desta variável e das seguintes, a probabilidade de migrar por motivo de moradia em relação à idade diminui, mas continua significativo.

Tabela 5.4 – Resultados da Regressão Logística: Probabilidade de migrar por motivo de moradia – 2001

Variáveis	Coeficientes						
	Coef./Exp(B)	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Adulto	Coef.	*0,877	*0,865	*0,977	*0,722	*0,522	*0,531
	Exp(B)	2,404	2,374	2,658	2,058	1,685	1,701
Idoso	Coef.	*1,467	*1,447	*1,499	*1,133	*1,115	*1,132
	Exp(B)	4,337	4,251	4,477	3,104	3,051	3,102
Sexo	Coef.		*-0,293	*-0,375	***-0,026	***0,070	***0,085
	Exp(B)		0,746	0,687	0,974	1,073	1,089
Log_renda	Coef.			*-0,183	*-0,223	**0,087	***-0,074
	Exp(B)			0,833	0,800	0,917	0,928
Referencia	Coef.				*0,849	*0,808	*0,804
	Exp(B)				2,337	2,242	2,235
Periferia	Coef.					*1,689	*1,715
	Exp(B)					5,415	5,555
Favela	Coef.						**0,330
	Exp(B)						1,391

Fonte: PNAD/IBGE, 2001. Elaboração própria.

Nota: * $p \leq 0,001$; ** $p \leq 0,05$; ***não significativo.

Mesmo com essa importância, a variável que vai apresentar uma probabilidade muito alta é a que se refere ao território. Ressaltamos que quando comparamos um grupo numa certa variável com o outro grupo de referência, todas as demais variáveis são controladas. Sendo assim, no modelo 5, entre aqueles que migraram e moravam na periferia, a chance de ter migrado por motivo de moradia é muito maior do que entre os que foram morar no núcleo. Ou seja, a dimensão da moradia é importantíssima na compreensão dos fluxos migratórios nas aglomerações metropolitanas, principalmente para quem foi para a periferia. Como vimos anteriormente, nestas áreas predominam fluxos intrametropolitanos, envolvendo aqueles que saíram do núcleo e aqueles que fizeram trocas migratórias na própria periferia. Com a introdução desta variável “periferia”, o sexo continua não sendo mais significativo e a variável renda é significativa ao nível de 0,05.

A outra variável referente ao território é a favela, inserida no modelo 6, revelando que entre os que foram para favela, a chance de ter ido por motivos de moradia é maior do que quem foi para não-

favela (também só é significativa com $\alpha = 0,05$, como consta na tabela 5.4). Ao inserir esta variável a dimensão do rendimento também deixa de ser significativa e aumentam as razões de chance da periferia e da idade. Em linhas gerais, pode-se afirmar que as dimensões ligadas a maior idade, menores rendimentos, a responsabilidade no domicílio e o recorte territorial da periferia são as que têm uma relação mais forte com a migração por motivos de moradia nas regiões metropolitanas.

Em seguida apresentamos os resultados para a análise da probabilidade de migrar por motivos relacionados ao trabalho (tabela 5.5). Ao considerar apenas a idade, no modelo 1, os resultados não foram significativos, o que pode expressar que na migração por motivo de trabalho não há diferença expressiva entre ser adulto ou idoso em relação aos jovens, analisando apenas a idade. Já ao inserir a variável sexo no modelo 2, esta é significativa, revelando que as mulheres têm menos chance de migrar por questão de trabalho do que os homens (isso deve ocorrer também porque muitas mulheres migram para acompanhar a família, 54% como visto anteriormente).

É a partir do modelo 3 que a idade será significativa, ao inserir a variável rendimento juntamente com o sexo (indicando uma relação entre renda e idade). Os resultados revelam que quanto maior a idade menor a chance de migrar por motivo de trabalho, sendo algo esperado, já que quanto mais idoso maior a chance de não estar trabalhando. Além disso, vimos como é expressivo o fato dos idosos migrarem mais por motivos de moradia. Inversamente, quanto maior a renda, maior a chance de ter migrado por motivo de trabalho.

No modelo 4, nota-se que a pessoa de referência na família tem mais chance de migrar por motivo de trabalho do que os demais membros. Já ao introduzir a variável referente ao território no modelo 5, os dados são contundentes mais uma vez. Para aqueles que migraram para a periferia, a chance de ter ido por motivos de trabalho é menor do que entre os que foram para o núcleo, sugerindo que a migração por motivo de trabalho ocorre muito mais para o núcleo do que para a periferia (mesmo controlando por dimensões de idade, sexo, rendimento e posição na família). Também nesta análise do motivo de trabalho, a variável referente à favela inserida no modelo 6 não é tão expressiva, nesse caso, não foi significativa.

Tabela 5.5 – Resultados da Regressão Logística: Probabilidade de migrar por motivo de trabalho – 2001

Variáveis	Coeficientes						
	Coef./Exp(B)	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Adulto	Coef.	***-0,054	***-0,097	*-0,264	*-0,387	*-0,241	*-0,240
	Exp(B)	0,948	0,908	0,768	0,679	0,786	0,786
Idoso	Coef.	***-0,354	***-0,433	**0,515	*-0,698	*-0,658	*-0,657
	Exp(B)	0,702	0,648	0,598	0,498	0,518	0,519
Sexo	Coef.		*-0,778	*-0,679	*-0,527	*-0,612	*-0,610
	Exp(B)		0,459	0,507	0,590	0,542	0,543
Log_renda	Coef.			*0,268	*0,248	*0,160	*0,161
	Exp(B)			1,308	1,282	1,173	1,175
Referencia	Coef.				*0,391	*0,503	*0,502
	Exp(B)				1,479	1,653	1,652
Periferia	Coef.					*-1,030	*-1,027
	Exp(B)					0,357	0,358
Favela	Coef.						***0,035
	Exp(B)						1,035

Fonte: PNAD/IBGE, 2001. Elaboração própria.
 Nota: * $p \leq 0,001$; ** $p \leq 0,05$; ***não significativo.

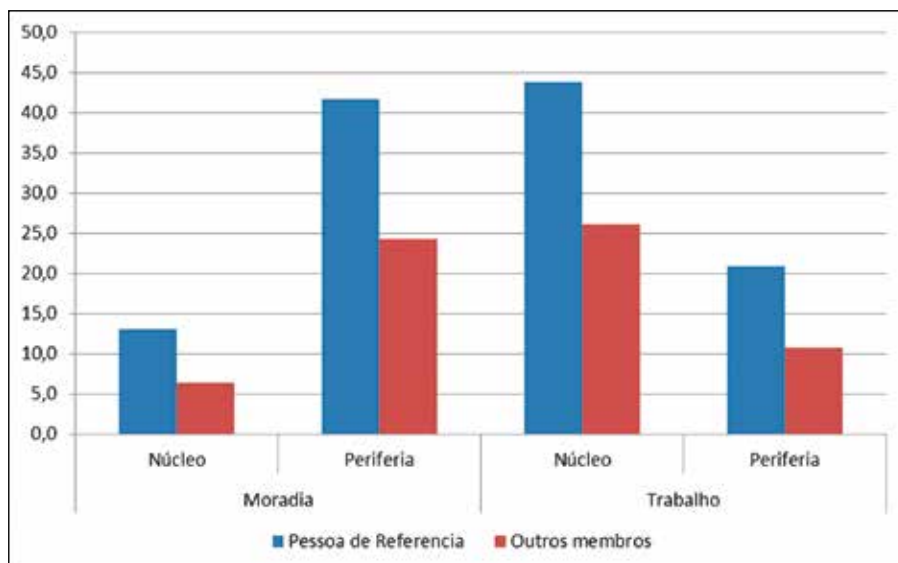
Esses resultados ficam mais claros ao utilizarmos as probabilidades preditas pelos modelos. Tais probabilidades são obtidas através de simulações, em que para a variável dicotômica a ser comparada (por exemplo, entre responsáveis e os demais membros do domicílio), separamos dois indivíduos em cada uma das categorias, para as demais variáveis são imputados valores médios ou modais, dependendo da natureza da variável. Ou seja, esse procedimento simula uma comparação entre indivíduos com características sociodemográficas semelhantes, diferindo apenas na variável a ser destacada – o que permite observar a probabilidade de ocorrência dessa variável mesmo para pessoas com atributos iguais. O gráfico a seguir mostra as probabilidades preditas para uma pessoa de referência no domicílio e outra que não é pessoa de referência em relação ao território.

Para o primeiro modelo referente à moradia, os responsáveis têm 13% de probabilidade de ter migrado para o núcleo por motivo de moradia, enquanto os outros membros têm 6%. Já na periferia, os responsáveis têm quase 42% de probabilidade de ter migrado por questão de

moradia, enquanto para os demais membros a probabilidade é de 24% – apesar de menor, ainda é bem maior do que no núcleo.

Já quanto ao segundo modelo concernente ao trabalho, a probabilidade dos responsáveis migrarem para o núcleo por motivo de trabalho é de 43%, enquanto para os demais é de 26%. Na periferia, a probabilidade dos responsáveis migrarem por razão de trabalho é de quase 21% (bem menor que por motivo de moradia), enquanto para os demais membros do domicílio essa probabilidade é de 10%.

Gráfico 5.1 – Probabilidades previstas pelos modelos: Chance de migrar por motivo relacionado à moradia ou ao trabalho – 2001



Fonte: PNAD/IBGE, 2001. Elaboração Própria.

Portanto, as características sociodemográficas e territoriais apresentam uma relação considerável com os motivos para a migração destacados aqui. Ao comparar os migrantes por motivos de moradia com aqueles que migraram por motivos de trabalho, os dois grupos apresentam maior participação na fase adulta de 25 a 49 anos (em torno de 62 a 63%). Entretanto, para o restante das faixas etárias, há maior participação dos primeiros (por moradia) em idades mais avançadas, enquanto para os segundos (por trabalho), há maior participação entre jovens. Para os dois motivos há predominância de homens, já que muitas mulheres migram para acompanhar a família. Apesar disso, os homens apresentam maior participação ainda entre os

que migraram por razões de trabalho do que entre os que migraram por razões de moradia.

Apesar de não considerada diretamente na análise de regressão, o tipo de família também é uma dimensão importante. Os que migraram por motivo de moradia têm participação maior em arranjos familiares do tipo casal com filhos. Já os que migraram por motivo de trabalho têm participação maior entre casais sem filhos e outros tipos de família – vale considerar que esta categoria “outros tipos” abrange também as pessoas que vivem sozinhas, chamadas de famílias unipessoais.

Quanto ao recorte territorial, a maior parte dos indivíduos que migrou por razões de moradia nas metrópoles foram para a periferia (83%). Entre os que migraram por motivos de trabalho, a distribuição é menos concentrada, entretanto, mesmo assim, 60% destes foram para o núcleo. Os migrantes por motivo de trabalho tem participação um pouco maior nas faixas de escolaridade mais elevadas, apresentam também média de rendimentos maior do que os migrantes por motivo de moradia.

Essas considerações confirmam e permitem um melhor contorno para os achados da análise de regressão. Portanto, ao analisar especialmente os motivos relacionados à moradia e ao trabalho, há uma distinção bastante considerável, tanto comparando indicadores sociodemográficos entre os migrantes, quanto analisando cada variável separadamente e controlando pelas demais, confirmando a hipótese colocada inicialmente.

Nosso interesse de investigação era analisar algumas variáveis socioeconômicas e territoriais relacionadas aos movimentos principalmente por razão de moradia e trabalho, aspectos que mais se conectam com nossa reflexão. Num esforço de síntese da reflexão, podemos indicar que para os migrantes por motivos relacionados à moradia destacam-se características como maior idade, famílias de casais com filhos, distribuição mais semelhante entre homens e mulheres, predominância do destino para a periferia e menores rendimentos – comparativamente a quem migrou por razões de trabalho. Para estes, há maior participação de jovens e famílias do tipo casal sem filhos ou outros tipos (incluindo quem mora sozinho), maior participação para os homens e para os que tiveram o núcleo da metrópole como destino, além de apresentarem também maiores rendimentos.

Esta parte sobre os movimentos populacionais nas metrópoles trouxe apontamentos importantes sobre a relação entre elementos da estrutura urbana e a mobilidade espacial, já que o acesso à moradia e ao mercado de trabalho contribui para a compreensão dos sentidos e motivos para os movimentos migratórios. Nessa perspectiva que analisa o território metropolitano na escala dos municípios (o núcleo e os demais), podemos dizer que a distinção entre núcleo e periferia ainda tem considerável expressividade, especialmente no que se refere aos movimentos populacionais. Mas essa escala também pode ser relativizada sob um recorte intraurbano, abordagem que será realizada na parte seguinte.

Notas

¹ Neste capítulo considera-se como migrantes aqueles que residiam nos respectivos municípios metropolitanos até 4 anos (das nove RMs da PNAD: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre).

² “A não-primazia do trabalho como motivação principal para migração, na PNAD, deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que o quesito acerca dos motivos de migração foi aplicado a todos os indivíduos que fizeram um deslocamento nos últimos quatro anos, indistintamente da idade. (...) O fato de o trabalho não figurar como motivação principal da migração deve-se também, como já observado, à presença de filhos na amostra de entrevistados” (OLIVEIRA e JANNUZZI, 2005, p. 135-136).

³ Assim como nos estudos de Ribeiro et al. (2011) e Silva (2003) “é importante salientar que para rodar todos os modelos multivariados deste trabalho utilizamos os pesos inerentes à PNAD multiplicados pela fração amostral. Dessa maneira, os parâmetros que obtivemos serão exatamente iguais àqueles que seriam obtidos caso utilizássemos os pesos originais, mas as estimativas dos erros padrão refletirão o tamanho real da amostra (SILVA, 2003, p. 122). Destarte, os testes de significância dos parâmetros se tornarão mais “rigorosos”, permitindo uma melhor avaliação dos efeitos das variáveis independentes sobre nossa variável dependente” (RIBEIRO et al., 2011, p. 14).

⁴ Em todos os testes realizados a escolaridade não se mostrou uma variável interessante na composição do modelo, também não sendo muito significativa, já que tinha variação pequena segundo os motivos. Por isso, optou-se por utilizar o logaritmo da renda como indicador socioeconômico. Isso não quer dizer que não haja diferenciais de escolaridade entre os migrantes, a questão é que entre os motivos não há distinção tão significativa.

⁵ O nível de significância é denotado pela letra grega α , expressa o nível de probabilidade em que a hipótese nula pode ser rejeitada com confiança e a hipótese de pesquisa pode ser aceita com confiança. Adotamos aqui $\alpha = 0,05$. Ou seja, aceitamos até menos de 5 chances em 100 (5%) que a diferença amostral possa ser consequência de erro amostral e não de uma relação real na população.

PARTE III

A DINÂMICA POPULACIONAL E A ESTRUTURA URBANA DA
METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

6. A ESTRUTURA URBANA NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: CONTEXTO HISTÓRICO E O DEBATE

“(...) não basta pensar em termos de estrutura urbana; é preciso definir os elementos da estrutura urbana e suas relações antes de analisar a composição e a diferenciação das formas espaciais” (CASTELLS, 1983, p. 191).

A análise do espaço urbano-metropolitano passa por várias dimensões, como aquelas relacionadas aos aspectos sociais, econômicos, demográficos, políticos que se expressam no espaço. Na parte anterior, a dimensão espacial foi apreendida através da organização interna das metrópoles principalmente entre os núcleos e as periferias, o que já nos revelou a importância dessa escala. Apesar disso, reconhecemos que ocorrem muitas distinções na estrutura urbana se considerarmos os espaços internos tanto dos núcleos quanto das periferias, o que nos indica a importância de empreender, reconhecendo os desafios, análises sobre a dinâmica populacional sob maior desagregação espacial. Isso porque o aglomerado metropolitano se organiza em zonas ou áreas comerciais, industriais, residenciais, por exemplo, que se sobrepõem aos limites político-administrativos do município. A organização urbana passa por processos que distribuem, conformam e relacionam as unidades espaciais, em que estas apresentam as suas especificidades, para Castells (1983, p. 185-186) esses processos formalmente são: concentração, centralização/descentralização, segregação, circulação, invasão-sucessão – estreitamente relacionados com a distribuição das atividades econômicas, culturais, de serviços e lazer, e com a distribuição da população conforme sua diferenciação social. Ou seja, a estrutura urbana também manifesta-se através de uma divisão econômica e social do espaço, e a integração entre os espaços se dá pelo sistema de acessibilidade.

Sendo assim, para compreender de forma mais aprofundada os achados anteriores no espaço intraurbano, realizamos a partir deste capítulo uma análise da metrópole segundo a divisão social do espaço,

considerando também características da divisão econômica existente. Essas dimensões da estrutura urbana – aproximações sobre como o espaço se organiza –, serão apreendidas através de metodologias já realizadas que permitiram elaborar uma divisão das diferentes áreas da metrópole.

Além disso, ressaltamos que, a partir deste capítulo, trabalharemos apenas com a metrópole do Rio de Janeiro, já que estamos abordando relações mais específicas que demandariam um esforço maior de conhecimento da realidade local na análise e interpretação dos resultados. Após uma apresentação sobre a dinâmica populacional, econômica e social na metrópole fluminense, o objetivo deste capítulo será compreender alguns aspectos da dinâmica demográfica na análise do espaço metropolitano do Rio de Janeiro sob escalas mais reduzidas. Avaliamos a existência de diferenças significativas na dinâmica demográfica metropolitana segundo a divisão social do espaço. Embora nossa abordagem principal seja a respeito dos movimentos populacionais, a explicação dos processos de (re)distribuição e crescimento populacional no território metropolitano, como vimos anteriormente, transitam por relações imbricadas envolvendo fecundidade, mortalidade, migração, estrutura familiar, condições de mobilidade, etc. Apesar disso, sugerimos que o papel da dinâmica demográfica passa cada vez mais a ser resultante de mudanças do movimento das pessoas no território.

6.1. Posição da metrópole na hierarquia metropolitana nacional, demografia e economia

A divisão do território fluminense apresenta seis mesorregiões geográficas, que são Baixadas, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Sul Fluminense. A população do Estado do Rio de Janeiro ainda está bastante concentrada na Região Metropolitana, apesar do ritmo de crescimento de outras regiões como o Norte e o Sul Fluminense e, principalmente, as Baixadas, terem sido maiores do que o crescimento populacional da metrópole em períodos recentes. As mudanças na dinâmica da população e a maior densidade dos fluxos populacionais pelo estado se referem a alguns processos, como a fixação do polo metal-mecânico na região do médio Paraíba, com destaque para Resende, Barra Mansa e Volta Redonda; os impactos da exploração petrolífera, que confirmam

a posi o de Macaé e Campos como pontos importantes na cadeia de fluxos da economia e da popula o fluminense; e também a explora o das atividades turísticas e expansão da periferia metropolitana, que envolve as Baixadas Litorâneas, destacando-se os municípios de Cabo Frio e Araruama (SANTOS, 2003).

Ao identificar os arranjos urbano-regionais no Brasil, Moura (2009) indica no arranjo do Rio de Janeiro algumas centralidades classificadas conforme estudo do IBGE (2008) em capitais regionais e centros sub-regionais. Como capitais regionais, identifica Campos dos Goytacazes, Volta Redonda/Barra Mansa e até Juiz de Fora (que extrapola os limites do estado); como centros sub-regionais estão: Duque de Caxias, Nova Friburgo, Cabo Frio, Itaperuna, Macaé, Resende e Teresópolis. Um dos pontos de identifica o dos arranjos   a expansão física de suas aglomera es urbanas e também a distribui o seletiva das atividades econômicas. Estas apresentam um setor terciário avançado que privilegia áreas mais centrais, enquanto a indústria e outras atividades de comércio e serviços que vão sendo alocadas ao longo dos eixos de comunica es; já as atividades menos rentáveis ou relativamente degradantes são relegadas às periferias. O sistema rodoviário também   importante neste aspecto, no Rio de Janeiro, rodovias duplicadas ligam este município a Volta Redonda e Barra Mansa pela BR 116, e também a Juiz de Fora pela BR 040, cobrindo também pequeno trecho entre Niterói e Rio Bonito. Ha ainda a BR 101 que liga o Rio a Macaé e Campos – o que sugere que o crescimento e maior dinamismo econômico no interior do estado não deixa de estar relacionado a possibilidades de conexão com a metrópole.

Na perspectiva nacional, desde o pós-guerra, a metrópole fluminense veio reduzindo sua fun o de centro do poder econômico e produtivo nacional, tornando-se uma metrópole de características mais terciárias e com baixo dinamismo em rela o   metrópole de São Paulo, por exemplo. Também ocorreram mudanças na dimensão política, pois a transferência da capital nacional para Brasília diminuiu o poder político da região, especialmente com a perda de empregos públicos com altas remunera es (RIBEIRO, CORREA e RODRIGUES, 2008).

Tabela 6.1. – MetrÓpole do Rio de Janeiro: MunicÍpios, PopulaÇão e Crescimento – 1991/2010

MunicÍpios	NÍvel de IntegraÇão	PopulaÇão			DistribuiÇão (%)		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Belford Roxo	Muito Alta	-	434.474	469.261	-	4,0	4,0
Duque de Caxias	Muito Alta	667.821	775.456	855.046	6,8	7,1	7,2
Guapimirim	MÉdia	-	37.952	51.487	-	0,3	0,4
ItaboraÍ	Alta	162.743	187.479	218.090	1,7	1,7	1,8
ItaguaÍ	Alta	113.057	82.003	109.163	1,2	0,8	0,9
Japeri	Alta	-	83.278	95.391	-	0,8	0,8
MagÉ	Alta	191.734	205.830	228.150	2,0	1,9	1,9
Mangaratiba*	Outros	17.924	24.901	36.311	0,2	0,2	0,3
MaricÁ*	Outros	46.544	76.737	127.519	0,5	0,7	1,1
NilÓpolis	Muito Alta	158.092	153.712	157.483	1,6	1,4	1,3
NiterÓi	Muito Alta	436.155	459.451	487.327	4,4	4,2	4,1
Nova Iguaçu	Muito Alta	1.297.704	920.599	795.212	13,2	8,5	8,1
Paracambi	MÉdia	36.427	40.475	47.074	0,4	0,4	0,4
Queimados	Alta	-	121.993	137.938	-	1,1	1,2
Rio de Janeiro	Polo	5.480.768	5.857.904	6.323.037	55,8	53,8	53,2
São Gonçalo	Muito Alta	779.833	891.119	999.901	7,9	8,2	8,4
São João de Meriti	Muito Alta	425.772	449.476	459.356	4,3	4,1	3,9
Seropédica	MÉdia	-	65.260	78.183	-	0,6	0,7
TanguÁ	Baixa	-	26.057	30.731	-	0,2	0,3
Total	MetrÓpole	9.814.574	10.894.156	11.875.063	-	-	-

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

*Mangaratiba não faz parte oficialmente da RMRJ, mas é considerada como parte da metrÓpole em nossos estudos. Como Mangaratiba e MaricÁ não faziam parte da RMRJ não foram computados na elaboraçÓo dos nÍveis de integraÇÓo à Época do estudo. Mesquita não é considerada, pois não era emancipada ainda em 2000 – em 2010 estÁ junto com Nova Iguaçu.

A crise dos anos 1980 com a erosÓo da aliança desenvolvimentista e a ausÉncia de um projeto nacional, em que o paÍs passou por ciclos de crescimento e estagnaÇÓo, trouxe graves consequÉncias para a metrÓpole do Rio de Janeiro. Toda essa instabilidade econÔmica que tambÉm perdura pelos anos 1990 produziu sÉrios impactos no mercado de trabalho, principalmente das metrÓpoles, aumentando inclusive a pobreza metropolitana, como visto no capÍtulo inicial. Desde esse

período até início do século XXI, a metrópole do Rio de Janeiro passou por período de estagna o econômica, experimentando uma condi o de marginaliza o em rela o a outras áreas que se tornaram mais dinâmicas no próprio Sudeste do país. Estudo de Ruiz e Pereira (2007) evidenciam a ocorrência de problemas relacionados   organiza o da produ o interna na metrópole, com perda de participa o no PIB nacional e no próprio conjunto formado pela região e sua área de influência. Ainda segundo estes autores, entre os maiores grandes espaços urbanos brasileiros, o Rio de Janeiro   o único que apresenta uma rela o reduzida entre capacidade tecnológica e base industrial, sendo incapaz de capturar espacialmente os ganhos do progresso tecnológico por ele gerados internamente.

Mesmo diante de tais condi es adversas, a metrópole do Rio de Janeiro manteve sua posi o de segunda maior metrópole do país, abrangia em 2010 cerca de 11,8 milhões de pessoas. O caráter mononuclear de sua organiza o interna ainda   muito marcante – 6,3 milhões residiam no município núcleo em 2010, que concentrava também 69% do PIB e 74% dos empregos formais da metrópole em 2009. Os demais municípios dividem-se ao norte, os municípios que formam a Baixada Fluminense: Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados e Belford Roxo – esses municípios geralmente apresentam alto nível de integra o na dinâmica metropolitana. Ao fundo da Baía de Guanabara, os municípios de Magé e Guapimirim. A leste da Baía de Guanabara, o eixo leste metropolitano, estão os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá e Maricá. A oeste, no limite da região, encontram-se os municípios de Mangaratiba e Itaguaí, junto da Baía de Sepetiba. E a noroeste, os municípios de Seropédica e Paracambi (CARDOSO et al., 2007). Essa   uma divisão da metrópole fundamentada nas dire es espaciais, que guardam maior rela o com o processo de ocupa o do território. No geral, a metrópole tem apresentado baixos ritmos de crescimento populacional, em torno de 1% a.a. nas últimas décadas. Apesar disso, alguns municípios da periferia metropolitana, consideradas áreas de expansão, apresentam ainda crescimento considerável como Guapimirim e Itaguaí, e mais ainda Mangaratiba e Maricá.

6.2. A segmentação econômica do espaço

No contexto metropolitano pode haver problema na utilização de PIBs locais em municípios muito interligados. Esse problema pode ocorrer devido ao fato de que parte da riqueza produzida pelo município pode não estar sendo apropriada apenas pelos residentes, mas por não residentes também. Sendo assim, pode ocorrer distinção entre as condições de vida local – determinada pela renda apropriada, no caso a renda familiar per capita – e a geração de riqueza local – que tem como *proxy* o PIB per capita municipal. A análise desenvolvida por Ruiz e Pereira (2007) explora as divergências entre estas duas medidas. Na busca de criar uma categorização municipal, tais divergências são tomadas como uma medida de segregação econômica em aglomerações urbanas – posteriormente incorporam também a heterogeneidade da renda média dos municípios.

Ao verificar como se dá essa diferenciação em cada aglomerado¹, foi elaborada uma categorização dos municípios segundo a estrutura geração de riqueza e apropriação de renda municipal, tendo como referência a média nacional; desta relação. Já o nível de renda tem como referência a renda média de cada GEUB. Através da relação PIB per capita e renda familiar per capita, foi feito o corte para a classificação dos municípios: valores absolutos elevados indicam um desequilíbrio maior, quando o produto gerado é bem superior a média da renda da população, o que representa uma cidade-produção; no caso inverso, teremos uma cidade-renda; e há ainda os municípios de natureza intermediária, com uma relação dentro da média².

É importante notar que o aspecto comum para cada uma dessas categorias elaboradas (cidades produção, renda ou mix) não está na natureza de pobreza ou de riqueza de sua população, mas no nível de desarmonia espacial do produto gerado em relação à renda apropriada. Essa diferenciação social é incorporada então classificando a renda familiar em subcategorias: alta, média e baixa³. Foram criadas assim nove categorias: Produção/Alta; Produção/Média; Produção/Baixa; Renda/Alta; Renda/Média; Renda/Baixa; Mix/Alta; Mix/Média; Mix/Baixa.

Essa divisão econômica do espaço realizada por Ruiz e Pereira (2007) também foi feita para o GEUB do Rio de Janeiro. A análise desenvolvida por Ribeiro et al. (2008) identificou os municípios-renda que concentram elevadas parcelas do bem-estar social e as atividades de alta qualificação, que são Rio de Janeiro e Niterói, com renda alta e baixíssimo crescimento populacional. Embora esse baixo crescimento

seja um fato, as favelas da cidade do Rio de Janeiro e os espaços mais populares e periféricos são partes do território da metrópole que ainda crescem de maneira acelerada; além disso, o crescimento de domicílios supera consideravelmente o crescimento populacional especialmente nos espaços mais periféricos, sugerindo mudanças nos padrões de ocupação residencial – que deve relacionar-se com as mudanças demográficas e os novos arranjos familiares com menos membros (RIBEIRO, CORREA e RODRIGUES, 2008).

Na perspectiva do rendimento médio, os demais municípios foram todos classificados como renda baixa. Em Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Queimados e Tanguá a geração de riqueza se mostrou maior que a apropriação de renda, por isso, foram classificados como cidades-produção. Em Caxias, encontrava-se o maior PIB per capita da região,   uma cidade de natureza operária que apesar da renda per capita baixa tem condições de vida melhores, se comparadas a outras da periferia metropolitana. As maiores taxas de crescimento populacional entre essas cidades ficaram para Guapimirim e Itaguaí – municípios que apresentam camadas populares e operárias onde prevalecem níveis médios de condições pessoais e coletivas de vida.

Como cidades-mix foram classificados os municípios de Belford Roxo, Itaboraí, Japeri, Magé, Nova Iguaçu e Seropédica, que apresentaram uma relação entre geração de riqueza e apropriação de rendimento em torno da média nacional, apresentam ainda crescimento populacional baixo ou um pouco acima da taxa da metrópole. Apesar de não ter nem o PIB nem o rendimento per capita muito elevados, Nova Iguaçu apresenta a maior renda familiar per capita deste grupo, também   um município com certa centralidade na Baixada Fluminense. Destas cidades-mix, Belford Roxo, Japeri e Magé apresentaram os níveis mais baixos de bem-estar individual e coletivo.

Nilópolis, São João de Meriti e São Gonçalo apresentaram-se como cidades-renda, ou seja, expressam uma apropriação de renda muito próxima do que produzem, ou talvez apropriam-se de renda de outros municípios – o que   mais provável. Estas também são cidades de natureza operária que apresentam melhores condições de vida na periferia (em termos de indicadores sociais estão mais próximas de Duque de Caxias e Nova Iguaçu). Neste grupo de cidade-renda também encontra-se Paracambi, só que este apresenta indicadores de bem-estar individual e coletivo bem piores. Ainda nesse grupo, Nilópolis e São João de Meriti apresentaram baixíssimo crescimento

populacional na década de 2000, são municípios totalmente ocupados e com densidade bastante elevada, enquanto Paracambi e São Gonçalo tiveram crescimento acima da média da metrópole.

Já Mangaratiba e Maricá não receberam classificação no estudo referido, mas pode-se dizer que a primeira estaria com a relação PIB per capita por renda per capita em torno dos valores relativos às cidades-mix, já que apresenta PIB per capita mais elevado e renda per capita acima dos demais municípios da periferia metropolitana (à exceção de Niterói). Maricá, por sua vez, apresenta valores de PIB e renda per capita que a aproxima das cidades-renda, como PIB per capita considerável, sendo que mais próximo da renda per capita. Estes dois municípios vêm apresentando as maiores taxas de crescimento populacional no contexto metropolitano.

Diante do exposto, podemos apresentar uma compreensão em nível municipal da metrópole entre os municípios renda, que exercem maior centralidade metropolitana; municípios de natureza mista entre apropriação e geração de riqueza, que apresentam melhores condições de vida e uma diversificação social na periferia, chegando a atuar como subcentros na própria periferia; e outros municípios renda e produção, que se dividem entre aqueles com dinâmica demográfica mais estável, com menores ritmos de crescimento, e outros com características diferenciadas especialmente em termos de crescimento populacional mais elevado.

Ao tomar essa tipologia do espaço da metrópole, distribuímos o pessoal ocupado em empregos formais por setores de atividade econômica, conforme tabela 6.3. No geral, as atividades relacionadas ao comércio têm maior participação entre os recortes espaciais analisados. O Rio de Janeiro, núcleo da metrópole e cidade-renda, apresenta uma composição dos ocupados bem diferenciada em relação aos demais espaços, neste município a maior participação por setores é na administração pública, defesa e seguridade social (19%), seguido das atividades de comércio e reparação (18%) e das atividades imobiliárias, de aluguéis e serviços prestados às empresas (quase 17%). A indústria de transformação também abrange 9% dos empregos formais no núcleo metropolitano. Já em Niterói, a outra cidade-renda, além da predominância das atividades de comércio e reparação, também destacam-se as atividades imobiliárias, de aluguéis e serviços prestados às empresas (18,5% – maior participação entres os tipos de espaços analisados). Também em educação, saúde e

serviços coletivos, sociais e pessoais Niterói tem maior participação, se comparado aos outros espaços, ou seja,   uma cidade com elevada demanda desses serviços.

Tabela 6.2 – Metr pole do Rio de Janeiro: Dados municipais – 1991/2010

Municípios	PIB per capita	Renda per capita	PIB pc / Renda pc	Categoria	Nível de Renda	Tx. Cres. 2000/2010
Rio de Janeiro	821,60	596,65	1,38	renda	alta	0,8
Niterói	629,80	809,18	0,78	renda	alta	0,6
Duque de Caxias	1098,60	226,14	4,86	prod	baixa	1,0
Guapimirim	937,50	234,77	3,99	prod	baixa	3,1
Itaguaí	851,70	246,45	3,46	prod	baixa	2,9
Queimados	581,00	183,00	3,17	prod	baixa	1,2
Tanguá	530,80	180,78	2,94	prod	baixa	1,7
Belford Roxo	381,30	182,33	2,09	mix	baixa	0,8
Itaboraí	381,70	202,29	1,89	mix	baixa	1,5
Japeri	331,00	156,45	2,12	mix	baixa	1,4
Magé	443,60	209,61	2,12	mix	baixa	1,0
Nova Iguaçu	352,30	237,50	1,48	mix	baixa	0,5
Seropédica	561,90	234,75	2,39	mix	baixa	1,8
Nilópolis	336,60	298,30	1,13	renda	baixa	0,2
Paracambi	348,00	269,85	1,29	renda	baixa	1,5
São Gonçalo	376,20	268,79	1,40	renda	baixa	1,2
São João de Meriti	319,10	233,12	1,37	renda	baixa	0,2
Mangaratiba	730,04	330,35	2,21	-	baixa	3,8
Maricá	525,30	321,41	1,63	-	baixa	5,2
Metr�pole	798,38	414,64	1,93	-	-	0,9

Fonte: Ruiz e Pereira (2007) e Censos Demográficos de 2000 e 2010.

O mais notável nas cidades-produção, que confirma sua classificação,   a maior participação de empregos formais nas indústrias de transformação (20,8%) atrás apenas de comércio e reparação (27,3%), também este grupo de cidades tem a maior participação de ocupados em atividades de transporte, armazenagem e comunicações (10,5%) e,   exceção das cidades-renda, também tem a mais elevada proporção de ocupados nas atividades imobiliárias, de alugueis e serviços prestados às empresas na periferia da metrópole.

Já a participação dos ocupados em empregos formais nas cidades-mix e demais cidades-renda seguem composição muito semelhante: a maior parte em atividades de comércio e reparação (mais de 30%), em segundo lugar maior proporção de ocupados nas indústrias de transformação (em torno de 15%), e em terceiro lugar, as atividades de administração pública, defesa e seguridade social (com cerca de 10%).

Tabela 6.3 – Ocupados em empregos formais por setores de atividade na Metrópole do Rio de Janeiro – 2000

Atividades	Rio de Janeiro	Niterói	Cidades Produção	Cidades Mix	Cidades Renda	Demais
Indústrias de transformação	9,0	5,8	20,8	14,3	15,5	6,7
Construção	3,2	4,9	3,3	4,2	3,0	6,1
Comércio; reparação	18,0	24,1	27,3	33,9	32,9	27,0
Alojamento e alimentação	5,6	5,9	4,3	4,2	4,5	7,7
Transporte, armazenagem e comunicações	7,4	6,1	10,5	8,5	9,8	8,1
Intermediação financeira, etc.	3,4	2,3	1,1	1,1	1,0	0,7
Atividades imobiliárias (...), serviços às empresas	16,9	18,5	13,3	7,3	8,0	13,7
Administração pública, defesa e seguridade social	19,4	9,3	8,5	9,6	10,7	18,2
Educação	5,6	7,3	4,3	6,4	6,7	3,1
Saúde e serviços sociais	4,0	7,2	2,0	4,1	4,5	1,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	6,6	7,4	3,5	2,9	3,0	3,2
Outros setores	1,0	1,3	0,6	1,0	0,3	4,2
Total (100%)	1.915.381	126.677	127.710	133.457	145.706	13.130

Fonte: IBGE/CEMPRE.

É interessante observar que nos demais municípios, Mangaratiba e Maricá, além da elevada proporção de ocupados nas atividades de comércio e reparação e administração pública, defesa e seguridade social, há a maior proporção no setor de construção e alojamento e alimentação entre os recortes analisados. Deve-se ressaltar também que, em números absolutos, a quantidade de ocupados em empregos formais no Rio ainda é muito maior, mesmo no setor industrial.

Quanto ao mercado de trabalho geral, a tendência à informalização na metrópole do Rio de Janeiro nos anos 1990 e início dos anos 2000 foi tratada por Ribeiro, Correa e Rodrigues (2008), ao mostrar que diminuiu consideravelmente a proporção de trabalhadores com carteira assinada, enquanto cresceu a participação de trabalhadores por conta

própria e sem carteira. Ao mesmo tempo, identifica-se uma dualiza o do mercado de trabalho nas próprias atividades terciárias, pois há um reforço do segmento dinâmico ligado   inser o produtiva da metrópole nos processos de reestrutura o econômica do país, assim como h  uma expansão dos serviços pessoais e domésticos, geralmente em ocupa es organizadas informalmente. Num contexto de estabilidade populacional, há um ajuste do mercado de trabalho que passa pelo fenômeno do desemprego, que também aumentou nesse período, e pela fragilidade ocupacional⁴ que atingia 36% dos adultos de 25 a 59 anos ocupados, sendo ainda mais elevada nas áreas de contexto social⁵ mais inferior. Ou seja, o acesso a melhores condi es de emprego mant m razoável associa o com o local de moradia.

Por sua vez, a distribui o dos distintos grupos e classes sociais no espaço resulta das condi es de acesso ao solo dotado de equipamentos e serviços urbanos – do acesso   moradia. Esse acesso   em grande parte determinado pelo mercado imobiliário, mas, como já dito, há distintas formas de provisão de moradia que também são evidentes na metrópole fluminense, conforme já foi verificado por Ribeiro (1997), IPP (2001) e Cardoso et al. (2007). Portanto, a segregac o residencial e a segmenta o do território apresentam rela o estreita com as condi es de acesso ao mercado de trabalho e de moradia.

Nesse sentido, a distância casa-trabalho, o tempo e o custo despendidos no trajeto são aspectos relevantes na abordagem sobre os mecanismos que reproduzem as desigualdades socioespaciais, por conseguinte, a mobilidade urbana   outra dimensão de suma importância. Na escala intermunicipal, sabe-se que são os municípios da periferia metropolitana que apresentam as maiores taxas de saída, medidas através do movimento pendular, para outro município – principalmente para o núcleo. Já ao considerar a mobilidade cotidiana de forma geral, como o número de viagens realizadas diariamente, observa-se que são as áreas de contexto superior que apresentam maior  ndice de mobilidade, enquanto as áreas mais inferiores são as que apresentam menor  ndice⁶. Essa rela o entre mobilidade espacial e divisão social do espaço será nosso foco de reflexão no capítulo seguinte.

6.3. A divisão social do espaço e o debate: mudanças no modelo núcleo-periferia

A segmentação econômica do espaço metropolitano também se relaciona com a divisão social do espaço. Os estudos sobre a dinâmica de organização social e espacial das metrópoles, desde o intenso processo de urbanização que consolidou especialmente os maiores aglomerados, apoiaram-se no modelo centro-periferia, classificando os espaços mais providos de adequadas condições de moradia, de mercado de trabalho e acesso a bens e serviços diversos como centro, e os demais espaços que careciam desses itens como sendo a periferia. Ou seja, era uma visão dual da metrópole que prevaleceu até os anos 1980, uma perspectiva substancialista da relação centro-periferia que, na realidade, ultrapassa essa oposição.

Já a partir dos anos 1990, a análise do espaço metropolitano esteve considerando a divisão da metrópole entre espaços de inclusão/integração e espaços de exclusão/fragmentação. Atualmente, o debate envolve justamente perguntas relacionadas a uma questão fundamental: Estamos vivenciando rupturas do modelo centro-periferia ou o modelo permanece na lógica de organização socioespacial de nossas metrópoles? Mesmo que em estágios e intensidade diferenciadas, essa questão tem perpassado diversas reflexões não apenas no Brasil, mas também em outros países latinoamericanos. De Mattos (2002) analisa, por exemplo, as mudanças da inserção no mercado de trabalho metropolitano na Grande Santiago do Chile, e também traz à tona a discussão se o dualismo seria realmente o modelo que expressaria a forma em que estão se cristalizando as novas desigualdades, aponta ainda a perspectiva de relações mais complexas na organização social das metrópoles latinoamericanas. Já Rodriguez (2008), como citado, aborda essa temática num caráter mais espacial, ressaltando discussões em termos de centralidade ou novas centralidades nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Santiago do Chile e Cidade do México, envolvendo análise empírica para avaliar se tais espaços são policêntricos ou monocêntricos, indicando que o monocentrismo ainda é predominante nas metrópoles.

Nossa reflexão sobre as mudanças na composição social nas áreas metropolitanas e dinâmica demográfica, com foco espacial sobre os movimentos populacionais (permanentes ou temporários), também deve atravessar essa reflexão, inclusive estamos considerando que

uma abordagem a partir da mobilidade espacial nas metrópoles pode auxiliar na compreensão dessas “possíveis” alterações. No Brasil, as questões envolvendo os trabalhos desenvolvidos nessa perspectiva consideraram as metrópoles especialmente sob os efeitos dos processos de reestruturação econômica nos anos 1980 e 1990. “Fatos novos emergem nas cidades, tais como os condomínios fechados, os “shoppings”, as vias públicas privatizadas, a territorialização da violência, a privatização dos serviços públicos, a difusão da informalidade do trabalho e da moradia, entre outros” (MAMMARELLA e LAGO, 2009, p.4).

Ao analisar a evolução da organização social dos territórios metropolitanos no Brasil, o relatório do Observatório das Metrópoles (2009) indica a manutenção do modelo centro-periferia, sendo constatadas, simultaneamente, algumas tendências de diversificação. Por exemplo, no núcleo das metrópoles, observou-se o crescimento das moradias em favelas nos anos 1980 e 1990, principalmente nas áreas socialmente mais centrais do município polo ocupadas densamente pelas camadas superiores. Enquanto nas periferias populares, observou-se o surgimento de territórios de enclave que concentram também camadas mais superiores da estrutura social. Perguntamos se seria esta uma real ascendência social destas áreas ou uma tendência à suburbanização (com deslocamentos de pessoas mais abastadas para tais espaços). Os pesquisadores apresentam três observações.

A *primeira observação* sugere tendências para mudanças da escala de materialização da histórica divisão social do espaço das metrópoles brasileiras, saindo da macro para a micro escala – tal constatação nos parece de suma importância para nosso estudo. Se antes estudávamos as alterações sociais e espaciais envolvendo o nível dos municípios – compreendendo o centro como o município núcleo que dá nome à própria metrópole e a periferia como todo o resto dos municípios metropolitanos –, ou se considerávamos como centro as áreas mais providas de serviços e periferia os espaços mais carentes de infraestrutura, na atualidade é preciso relativizar esses espaços sob outras escalas (menores, se possível), não deixando de compreender o aspecto relacional que fazem destes espaços o centro e a periferia no conjunto metropolitano.

A *segunda observação* se refere às diferenças dos graus de centralidade e das intensidades com que crescem áreas mais pobres nos territórios socialmente centrais das metrópoles. Tais diferenças

decorrem de fatores históricos relacionados às morfologias herdadas do período desenvolvimentista e de fatores políticos e culturais que estruturam o *regime urbano*⁷ de gestão das relações de classe no território nas metrópoles em função das necessidades e condições da legitimação do poder urbano, em especial nos municípios polos. Os pesquisadores buscam ainda algumas interpretações para essas alterações, considerando o que denominaram de processo de infiltração: de camadas populares em áreas mais abastadas e de grupos socioeconômicos em melhores condições em espaços considerados periféricos. Desta segunda observação há duas interpretações:

A primeira interpretação dessa observação decorreria de limites ao exercício do poder de segregação. Em certas metrópoles, com efeito, o regime urbano constrange o exercício da prática de manutenção das camadas mais pobres distanciadas territorialmente dos bairros elitizados, o Rio de Janeiro é típico exemplo disso, sendo referenciado em diversos trabalhos. Fatores histórico-morfológicos e histórico-políticos possibilitam a resistência das camadas populares ao processo de distanciamento.

A segunda interpretação possível da tendência à diversificação dos núcleos seria a utilização deste processo como instrumento de gestão do conflito urbano inerente a uma sociedade organizada sob extremas desigualdades sociais. Nesta via interpretativa, a ilegalidade/irregularidade urbana e a precariedade seriam uma forma de acomodação do conflito distributivo expresso na cidade e, ao mesmo tempo, instrumento de inserção subalterna das classes populares ao direito à cidade. O regime urbano se expressaria através de uma política de tolerância que mantém sob a tutela do clientelismo político a população concentrada nos territórios infiltrados. Isso fica bastante nítido se pensarmos nos graves problemas relacionados à moradia e às condições de mobilidade na metrópole, como se observará.

A *terceira observação* que os autores ressaltam refere-se aos mecanismos que estão organizando estas tendências, que sistematizamos como vias de análise para nossa investigação. A diversificação do modelo núcleo-periferia vem ocorrendo em função dos efeitos combinados da segmentação dos mercados de trabalho, de moradias e da mobilidade urbana, destacando a estrutura de oferta dos transportes públicos. Os dois primeiros produzem efeitos sobre a distribuição espacial da população e das atividades econômicas em termos da segmentação formal/informal destes mercados - entre

ocupac es precárias e protegidas, descentraliza o territorial em fun o da localiza o na periferia de empreendimentos industriais e de serviços, etc. (OBSERVATÓRIO, 2009).

Tais observa es, portanto, foram possíveis através de estudos aprofundados sobre a divisão social do espaço da metrópole. O modelo metodol gico⁸ utilizado para a análise da estrutura social nas metrópoles tem como princípio a centralidade do trabalho na estrutura o e no funcionamento da sociedade (Anexo I). Esta metodologia parte de estudos como os de Preteceille e Ribeiro (1999), Ribeiro e Lago (2000), Ribeiro (2004). A estrutura social   entendida como, simultaneamente, um espaço de posi es sociais e um espaço de indivíduos ocupando estes postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas hist rias⁹. Através de procedimentos estatísticos que incorporaram tais princípios, foi possível construir uma “topografia” do espaço social enquanto um mapa no qual as proximidades e distâncias entre as ocupa es revelassem estruturas de propriedades similares ou diferentes.

A partir de alguns princípios gerais de divisão na sociedade capitalista, chegou-se a uma hierarquia sócio-ocupacional (uma *proxy* da estrutura social) composta por vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais (chamadas de CATs) reunidas em oito grandes grupos: 1) Dirigentes; 2) Profissionais de nível superior; 3) Pequenos empregadores; 4) Ocupa es médias; 5) Trabalhadores do Terciário; 6) Trabalhadores do Secundário; 7) Trabalhadores do Terciário Não-Especializado; 8) Agricultores. Ao aplicar técnicas estatísticas com a distribui o da popula o por tais categorias segundo as diferentes áreas da metrópole, elaborou-se uma tipologia dos espaços metropolitanos – chegando a diferentes agrupamentos de áreas com perfis semelhantes, que resultaram das distin es entre as estruturas ocupacionais e dos processos de organiza o social do espaço em cada metrópole.

Na metrópole do Rio de Janeiro, foram identificados os tipos socioespaciais “superiores”, “médios”, “operários”, “populares” e “agrícolas”, estes tipos foram subdivididos de acordo com as especificidades internas de cada agrupamento¹⁰. Vale ressaltar que essa tipologia baseou-se fundamentalmente na ocupa o das pessoas e seus lugares de moradia, ou seja, de maneira consistente, o espaço foi classificado de acordo com o local de residência da popula o ocupada – que certamente se apresenta como uma boa aproxima o

do contexto social de um lugar, remetendo às características mais homogêneas de uma área.

Essa tipologia socioespacial possibilitou extensas e exaustivas análises sobre a divisão social do espaço metropolitano, articulando-se assim com as transformações urbanas nas últimas décadas, mudanças no mercado de trabalho, crise da provisão de moradias, problemas na mobilidade urbana, etc. A relevância da hierarquia sócio-ocupacional e da tipologia socioespacial é o fato de constituírem ferramentas de análise consistentes que permitem aprofundar-se na reflexão sobre a divisão social do espaço metropolitano, geralmente analisado a partir do clássico modelo centro-periferia.

Neste trabalho, considera-se a tipologia socioespacial para a metrópole fluminense com uma menor quantidade de tipos¹¹, a fim de facilitar a análise sobre a dinâmica demográfica e os movimentos populacionais segundo esse instrumento operacional e analítico, para nos aproximarmos do conceito de divisão social do espaço. Quanto ao perfil da estrutura sócio-ocupacional em 2000, observa-se uma predominância de quatro grandes categorias: as ocupações médias, os trabalhadores do terciário especializado e não especializado e os trabalhadores do secundário, já que em todas as metrópoles essas categorias somadas correspondiam a mais de 80% dos ocupados. Quanto às tendências da estrutura sócio-ocupacional nos anos 1990, o fenômeno da desindustrialização foi marcante, já que em praticamente todas as metrópoles diminuiu a participação dos trabalhadores do secundário. É possível que parte desse operariado da indústria de transformação tenha sido absorvida pelo setor terciário especializado, especialmente pelo setor de serviços que cresceu relativamente mais do que o setor de comércio – que apresentou participação bem próxima nos dois períodos (1991 e 2000). Já os prestadores de serviços especializados aumentaram sua participação em diversas metrópoles. As ocupações consideradas mais populares apresentam grande diversidade, no geral com algum aumento. A grande tendência observada no conjunto das metrópoles foi a queda relativa dos grandes e pequenos empregadores e um pequeno aumento no peso dos dirigentes dos setores público e privado (MAMMARELLA e LAGO, 2009, p. 11-12). Para a metrópole do Rio de Janeiro, Mammarella e Lago (2009) observaram que reduziram, consideravelmente, os espaços operários, mas ampliaram-se as áreas populares, em proporções semelhantes. Em 1991, a metrópole era predominantemente de tipos

médio e operário, passando a apresentar em 2000 delineamentos de tipos médio e popular.

6.4. Estrutura urbana e dinâmica demográfica

A organiza o do espaço metropolitano passa pela divisão econômica do espaço, com segmenta o territorial das atividades econômicas evidente, por exemplo, pelas divergências entre gera o de riqueza e apropria o de renda. O espaço também se organiza conforme o acesso ao mercado de trabalho gerado por essa divisão, o acesso   moradia e ainda segundo as condi es de acessibilidade. Mas a popula o que se distribui no espaço a partir dessas dimensões também responde a essa dinâmica, gerando por sua vez novos impactos sobre a organiza o do espaço da metrópole.   especialmente essa rela o que tomamos como pressuposto de investiga o.

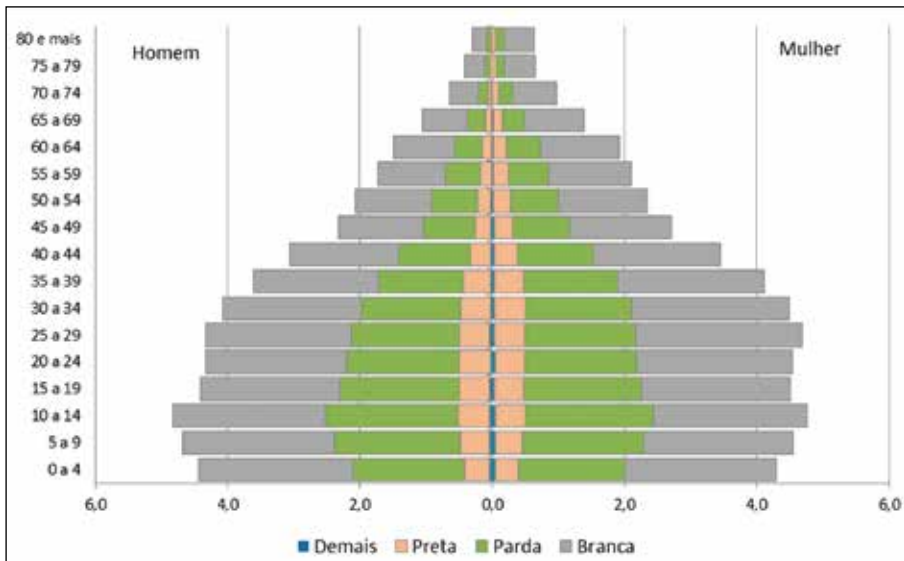
A dinâmica demográfica   geralmente analisada pelas altera es nos padrões de fecundidade, mortalidade e migra o, a dimensão relacionada   família também   muito importante. A estrutura etária de uma popula o   bastante representativa da dinâmica demográfica e pode remeter a outras dimensões socioculturais, econômicas e urbanas da sociedade. Nesse sentido, pirâmides etárias com bases mais largas e que vão estreitando conforme aumenta os grupos de idade geralmente representam popula es com regimes de fecundidade mais altos e que ainda não experimentaram de forma mais visível o processo de envelhecimento populacional – provavelmente com crescimento ainda significativo, geralmente em áreas menos urbanizadas, apesar de não ser esta uma rela o estritamente necessária.

O processo de envelhecimento de uma popula o não está necessariamente relacionado   longevidade, mas sim   mudança na estrutura etária da popula o, pois quando a fecundidade se reduz, menos crianças nascem e a base da pirâmide vai se estreitando, ao mesmo tempo a propor o de pessoas em idades avançadas aumenta na popula o. O processo que foi chamado pelos demógrafos de “transi o demográfica”, como já apontado na parte inicial sobre dinâmica demográfica e problemática urbana, constitui-se, basicamente, na redu o das taxas de natalidade e mortalidade em momentos diferentes, sendo um fenômeno marcante no século XX e que acontece uma única vez. A metrópole do Rio de Janeiro   um dos espaços brasileiros em processo mais avançado de envelhecimento

populacional, principalmente o núcleo da metrópole, em especial a zona sul carioca tem elevada proporção de idosos. Nos anos 1990, como se nota pelas pirâmides etárias metropolitanas de 1991 e 2000, o envelhecimento avançou ainda mais na metrópole – diminui a base da pirâmide e tornam-se mais robustas as faixas de idade intermediária, simultaneamente aumenta a proporção de pessoas em idade avançada. Quanto à dimensão da cor, tanto em um ano como em outro (1991 e 2000), é considerável a participação de população branca na metrópole do Rio de Janeiro, mas os pretos e pardos conjuntamente tem participação semelhante a dos brancos.

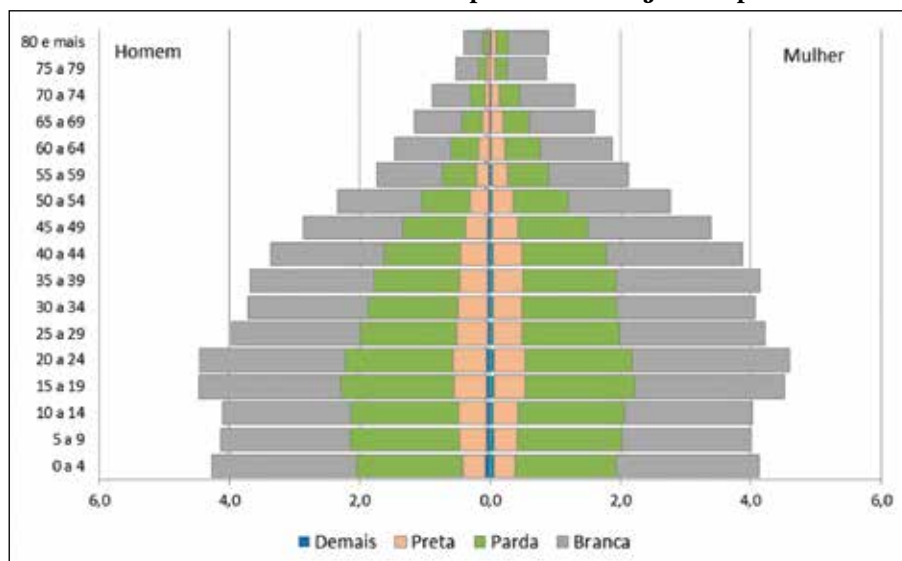
As transformações relacionadas à transição demográfica, que se processam em escalas nacionais e macrorregionais, também se refletiram nas áreas metropolitanas e espaços intraurbanos, ou seja, defendemos também aqui a importância de se considerar essas mudanças na escala da metrópole, na escala da cidade. Ao seguir esse raciocínio, nossa hipótese é a de que, considerando a divisão social do espaço através da tipologia socioespacial apresentada para metrópole do Rio de Janeiro, podemos avaliar em que medida a dinâmica demográfica se apresenta de maneira diferente conforme a organização social das subáreas da metrópole.

Gráfico 6.1 – Estrutura Etária na Metrópole do Rio de Janeiro por cor – 1991



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 1991.

Gráfico 6.2 – Estrutura Etária na Metr pole do Rio de Janeiro por cor – 2000



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

A estrutura etária entre os tipos socioespaciais já   uma indica o importante de que há distintas “dinâmicas demográficas” na metrópole. Ressaltamos que, apesar dos dados referirem-se ao que ocorria nesta metrópole há cerca de doze anos atrás, a validade destas informa es e análises são de suma importância, visando muito mais apreender as rela es entre a divisão social do espaço e o comportamento das dimensões demográficas. No quadro 6.1 reduzido a seguir, temos apenas a “forma” das pirâmides segundo essas informa es.   possível notar que, mais que as diferenças temporais, são as diferenças entre os tipos socioespaciais que sobressaem. A base da pirâmide   bastante larga no tipo operário e mais ainda no popular, nas áreas de tipo médio há uma redu o na propor o de crianças e jovens (primeiras faixas de idade de baixo para cima), o que   ainda mais evidente no tipo superior.

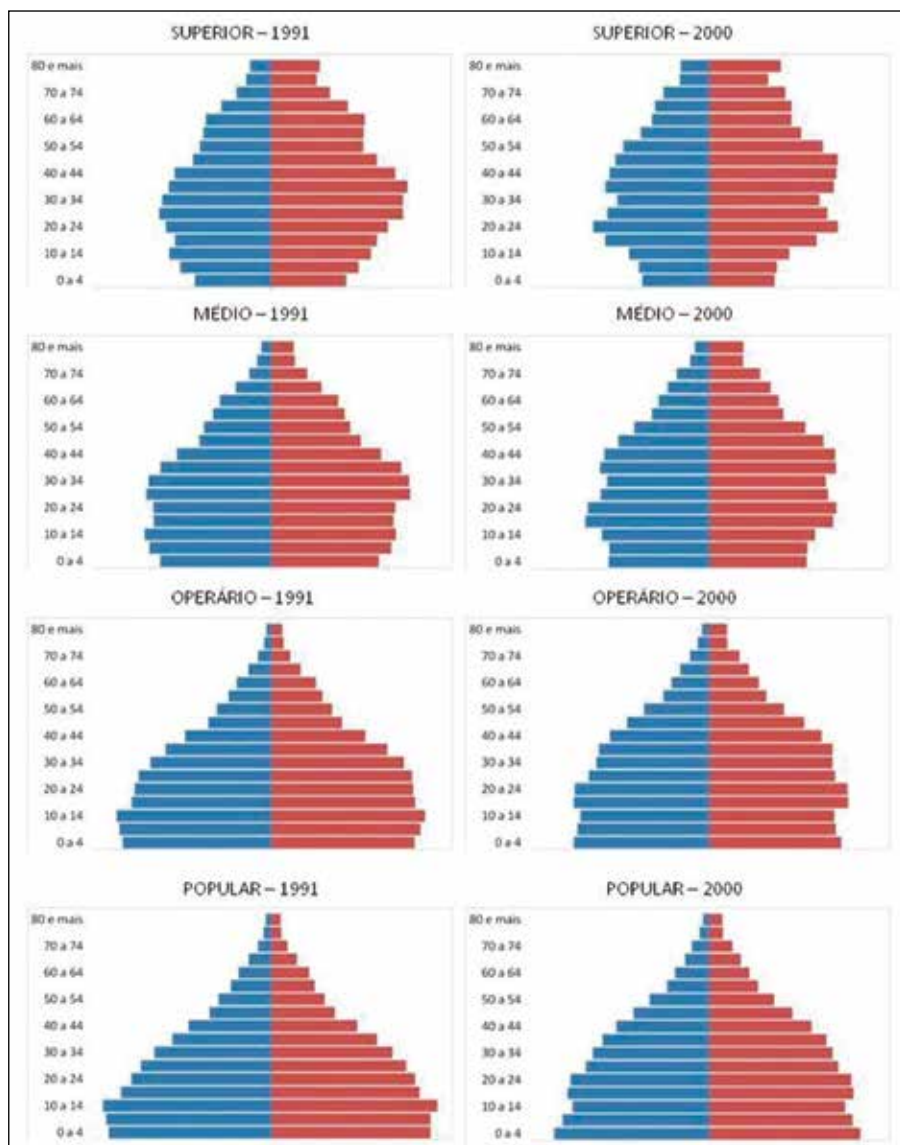
Nas áreas de tipo **superior**, podemos observar padrões de fecundidade mais reduzidos, pois a base da pirâmide   bem mais estreita. Já em 1991 as faixas referentes   popula o jovem eram mais estreitas que as demais, o que se aprofunda em 2000 – revelando o processo de envelhecimento nestas áreas. Considerando as grandes faixas de idade, nota-se maiores participa es de adultos (até 44 anos em 1991 e até 49 anos em 2000 aproximadamente). Ou seja, as áreas

superiores têm maiores proporções de pessoas em idade ativa na fase adulta e madura (PIA) – o que remete à ideia do bônus demográfico¹², especialmente considerado através da razão de dependência. A maior proporção de idosos nas áreas superiores é bastante expressiva em relação às demais áreas, com participação maior das mulheres. Nas áreas de tipo **médio**, há uma população relativamente mais jovem em relação ao tipo superior. Em 1991, a base da pirâmide já apresentava estreitamento em relação às demais, o que se aprofunda em 2000, inclusive para as faixas mais acima. Nestas áreas, também é mais evidente o processo de envelhecimento.

Nas áreas de tipo **operário**, a pirâmide etária demonstra uma dinâmica demográfica já mais diferenciada do que nas áreas superiores e médias. A “forma” da pirâmide ainda se apresenta no estilo base larga que vai estreitando-se com o aumento das faixas de idade, mas em 1991 a faixa de 10 a 14 anos já era maior do que as faixas anteriores, ou seja, já havia um estreitamento das primeiras faixas de idade, revelando uma redução da fecundidade. Isso também já ocorria nas áreas de tipo **popular**, as pirâmides nesses dois tipos são mais parecidas. Apesar disso, em 2000, a pirâmide das áreas operárias é mais envelhecida, com estreitamento sequencial a partir de 25 a 29 anos. Já nas áreas populares, a pirâmide ainda era mais robusta para crianças e jovens, como há uma redução na faixa de 10 a 14 anos (provavelmente devido a impactos de coortes em idade reprodutiva nas faixas de 0 a 10 anos), é a partir de 15 a 19 anos tem-se ainda uma “pirâmide” bem marcante.

Como a estrutura etária das áreas populares e operárias se mostrou muito parecida, à dimensão territorial dos tipos socioespaciais acrescentamos uma separação dos espaços entre núcleo, periferia e áreas de favela, já que diversos estudos sobre as metrópoles brasileiras indicam a importância dessas dimensões territoriais (RIBEIRO et al, 2008; ABRAMO, 2008). Isso foi feito apenas para as pirâmides etárias de 2000, a fim de apreender os diferenciais demográficos.

**Quadro 6.1 – Estrutura Etária segundo Tipo Socioespacial:
Metr pole do Rio de Janeiro – 1991 e 2000**



Fonte: Elaboração própria a partir de Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

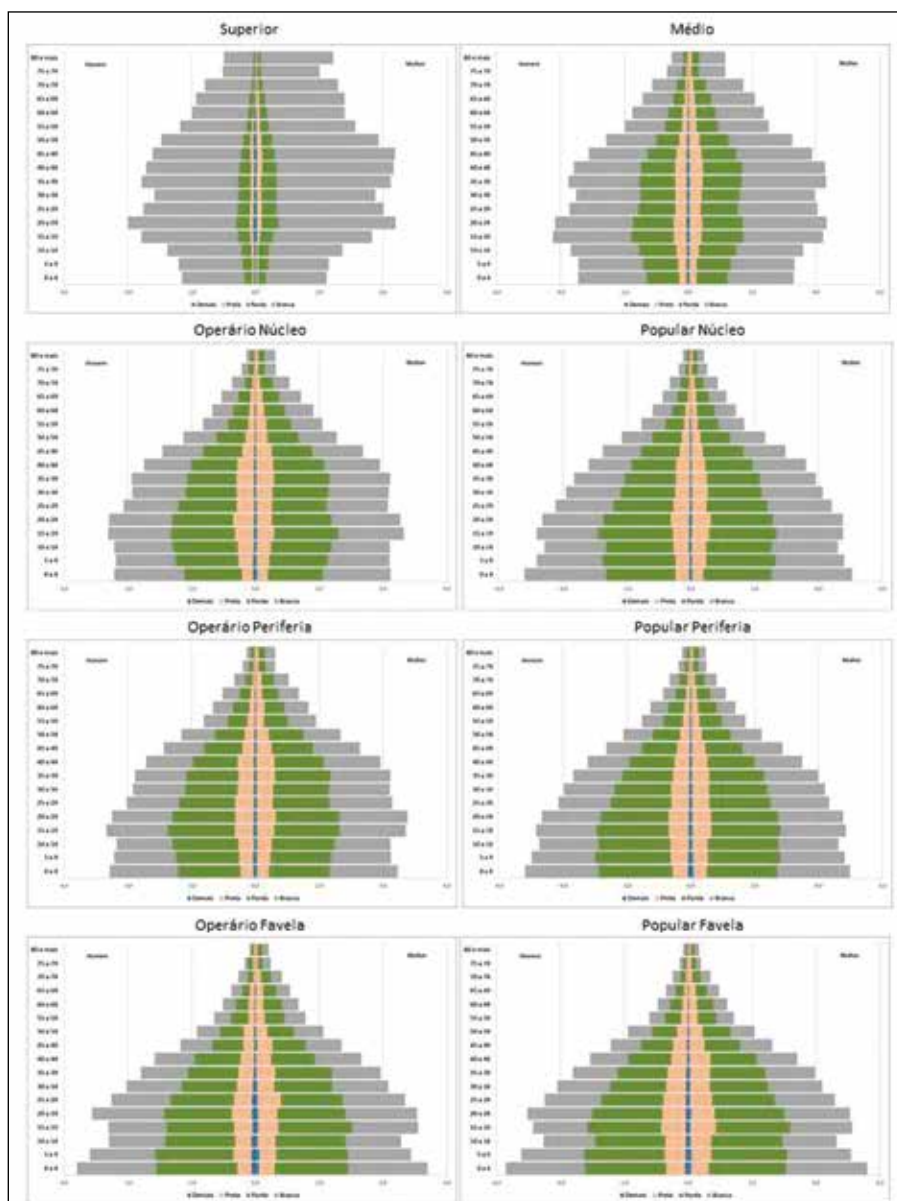
Nota: Cada barra refere-se aos grupos etários de 5 em 5 anos, começando de baixo para cima.

Como as áreas superiores e médias são mais reduzidas em número e população, não foram subdivididas no quadro 6.2, permanecendo com a mesma separação. Já para as áreas operárias e populares separamos entre núcleo e periferia (áreas de não favela) e áreas de favela. Para estes recortes espaciais, considerou-se ainda as pirâmides etárias segundo composição por cor. Como já visto, nas áreas superiores, a pirâmide revela uma estrutura etárias bem mais envelhecida, observa-se também a predominância da população branca nestas áreas. Nas áreas operárias, a proporção de brancos também é elevada, entretanto, há também uma participação razoável de pretos e pardos.

Quanto aos diferenciais territoriais nas áreas operárias e populares (ainda no quadro 6.2), nota-se que as pirâmides do núcleo e da periferia são distintas entre os tipos, porém são muito parecidas no mesmo tipo. Já as áreas de não favela têm pirâmide mais envelhecida do que os espaços de favela. Ou seja, nas áreas de favela, a diferença entre os tipos não é tão evidente, pois nos dois tipos operários e populares a estrutura ainda é estilo base larga, também com maior participação de pardos e pretos.

Podemos apreender desta parte que existem dinâmicas demográficas distintas numa mesma metrópole, o que revela que a população apresenta comportamento diferenciado conforme o espaço em que se localiza, tanto social quanto fisicamente. Claro que essa localização é determinada por características sociais e econômicas e pelas condições de acessibilidade ao espaço, bens e serviços urbanos. Entretanto, a população é impactada e responde de maneira distinta, resposta esta que, por sua vez, também terá efeitos sobre a própria estruturação do território numa trama de relações sociais, econômicas, espaciais e demográficas. Observemos algumas dessas dimensões do comportamento da população.

Quadro 6.2 – Estrutura Etária segundo Tipo Socioespacial e Núcleo-Periferia-Favela por cor: Metr pole do Rio de Janeiro – 2000

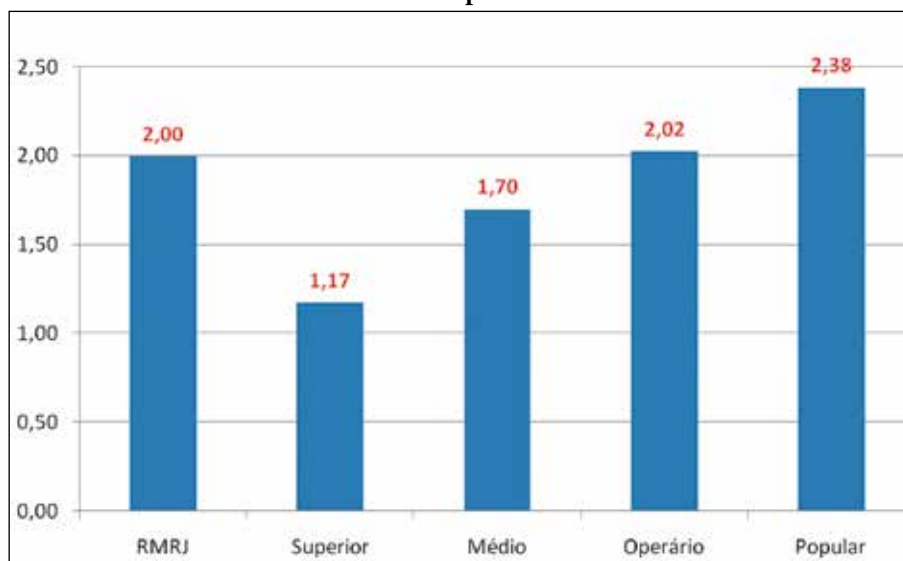


Fonte: Elabora o própria a partir de Microdados do Censo Demográfico de 2000.
Nota: Cada barra refere-se aos grupos etários de 5 em 5 anos, começando de baixo para cima.

A taxa de fecundidade total (TFT) é considerada uma dimensão de extrema relevância para a compreensão da dinâmica demográfica, busca dimensionar a condição reprodutiva da mulher, uma vez que mede o número de filhos, em média, que cada mulher deve ter até o término de seu período reprodutivo, mantido constante o regime de fecundidade atual. Esse indicador é importante para a gestão de políticas públicas na área de planejamento familiar e saúde reprodutiva. Essas taxas também estão fortemente relacionadas ao processo de urbanização, à participação da mulher no mercado de trabalho, ao nível educacional e à utilização de métodos contraceptivos. Para que a fecundidade estivesse tão baixa como é atualmente, era necessário passar pelo processo de transição demográfica, do qual já falamos inicialmente. Em 2000, a TFT no Brasil foi de 2,4 filhos por mulher, já em 2010 a TFT alcançou 1,90 filhos por mulher – abaixo do nível de reposição. Em muitos países, o aprofundamento da transição da fecundidade acarretou o fato de que o número médio de filhos passou a ficar abaixo do nível de reposição, que seria de 2,1 filhos, para que ao menos haja a reposição do casal. Esse fenômeno é geralmente referido por *segunda transição demográfica*, como visto no capítulo 2, sendo marcado pelo baixo número de filhos, aumento da idade média ao primeiro casamento e da primeira gravidez para a mulher, aumento de separações, divórcios e filhos fora do casamento, avanço nos métodos contraceptivos, etc.

Podemos perceber que as condições econômicas, de rendimento e de acesso a determinados serviços e bens também apresentam relação com o regime de fecundidade. Sendo assim, para melhor trabalhar com as evidências encontradas anteriormente na escala dos agrupamentos de áreas segundos os tipos socioespaciais, calculamos a taxa de fecundidade total para cada grande tipo e as diferenças também foram consideráveis. Essas taxas (e as demais apresentadas a seguir) foram calculadas através do método P/F de Brass (BRASS, 1975) para todos os grupos.

Gráfico 6.3 – Taxas de Fecundidade Total (TFT) segundo Tipo Socioespacial:



Metr pole do Rio de Janeiro – 2000

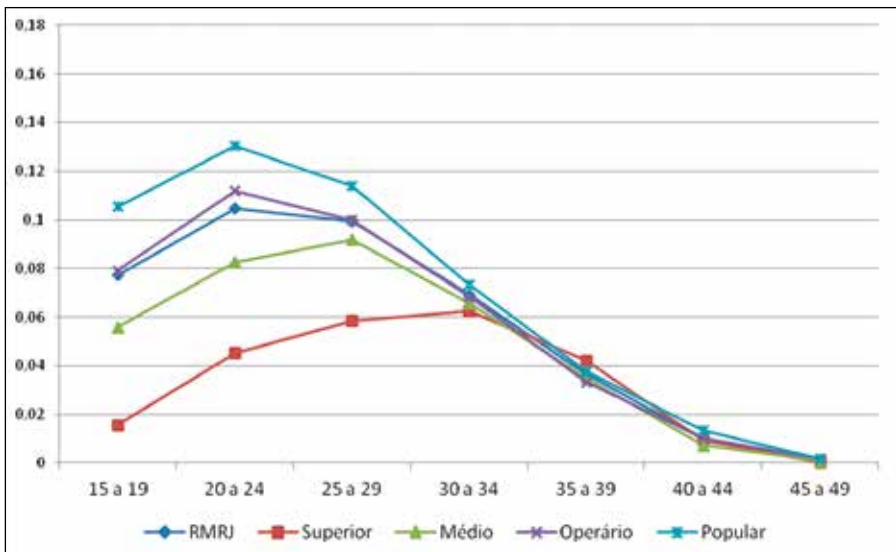
Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Em linhas gerais, as metrópoles, como expressão de espaços mais urbanizados também apresentam maior avanço nas tendências da dinâmica demográfica, ou mesmo de sua transi o. A metrópole do Rio apresentou baixa fecundidade em 2000, o que já vinha se manifestando na composi o familiar cada vez mais reduzida, como indicado por Ribeiro (2005, p.7) em análise sobre famílias e desigualdades de renda nesta metrópole. Ao considerarmos suas diferentes áreas a partir de uma aproxima o da estrutura social que se materializa no espaço, vemos que as taxas de fecundidade estiveram em torno de 1,17 a 2,38 filhos por mulher em 2000. As áreas mais abastadas, com maior presença de camadas superiores na hierarquia sócio-ocupacional, apresentam taxas de fecundidade mais reduzidas – o que   esperado, enquanto as áreas mais populares apresentam fecundidade mais elevada. Pela estrutura etária vista anteriormente, provavelmente as áreas de favela devem apresentar fecundidade ainda mais alta¹³.

Portanto, nota-se claramente que, apesar dos níveis reduzidos de fecundidade no geral, as taxas vão aumentando consideravelmente conforme as áreas apresentem posi o mais inferior na hierarquia

socioespacial. Apesar da metrópole fluminense apresentar baixa fecundidade, se comparadas com algumas áreas não-metropolitanas do Nordeste e Norte do Brasil, por exemplo, nas áreas populares e operárias a fecundidade ainda não estava abaixo do nível de reposição, é importante observar como se comporta a fecundidade segundo os grupos de idade da mãe. Para tanto, calculamos as Taxas Específicas de Fecundidade (TEF), que são na verdade as taxas que compõem a TFT, mas expressam os níveis de fecundidade para cada coorte de mulheres (gráfico 6.4).

Gráfico 6.4 – Taxas Específicas de Fecundidade segundo Tipo Socioespacial: Metrópole do Rio de Janeiro – 2000



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

É interessante notar que o comportamento da fecundidade se apresenta de maneira diferente tanto entre os grupos etários como entre os tipos socioespaciais. Até a coorte das mulheres de 25 a 29 anos, o comportamento reprodutivo é bem menor conforme aumenta a posição na hierarquia socioespacial, ou seja, nas áreas superiores a fecundidade é mais baixa na juventude enquanto nas áreas populares e operárias é maior – nestas últimas, o pico da fecundidade se dá na faixa de 20 a 24 anos. Nas áreas de tipo médio, a fecundidade mais alta está para as mulheres de 25 a 29 anos, já nas superiores, adia-se mais o nascimento dos filhos, quando o pico encontra-se na faixa de 30 a

34 anos. Portanto, a fecundidade nas áreas médias e populares é alta mais cedo e já começa a declinar a partir dos 20 a 24 anos – mesmo mantendo-se mais elevada que nas demais áreas, enquanto estas ainda estão em processo de aumento.

A partir dos 30 aos 34 anos, os níveis de fecundidade segundo os tipos começam a encontrar-se – é quando a fecundidade esteve mais semelhante tanto para as mulheres que moram em áreas superiores quanto para aquelas que residem em áreas populares. Na passagem dos 30 aos 34 anos até a faixa de 35 a 39 anos, a fecundidade das mulheres nas áreas superiores ultrapassa aquelas das outras áreas – mostrando a fecundidade tardia para essas mulheres, o que certamente está ligado à inserção no mercado de trabalho, ao nível educacional e a um maior acesso aos serviços de saúde, até mais especializados.

As transformações demográficas acarretadas por diversos fatores, entre eles destacando-se a queda da fecundidade, apresentam muitos desafios para as políticas públicas. Segundo Berquó e Cavenaghi (2004), os níveis de fecundidade têm preocupado não apenas os estudiosos da área, mas, sobretudo, os formuladores de políticas públicas, dadas as suas implicações sociais. O envelhecimento populacional tem sido crescente e tem ocorrido simultaneamente a uma onda de jovens, fenômeno com grande impacto no mercado de trabalho nas três últimas décadas.

Apesar do reduzido crescimento populacional, alguns espaços mesmo com fecundidade abaixo do nível de reposição continuam crescendo. Isso ocorre devido ao que denomina-se de “inércia demográfica”, pois até todas as coortes de idade experimentarem essas alterações, temos ainda o impacto reprodutivo de umas coortes sobre outras. Com maior participação de jovens e adultos, apesar das pessoas terem menos filhos, há um maior potencial reprodutivo, pois pode haver muitas mulheres tendo filhos (mesmo que em menor quantidade por mulher). Além disso, é preciso considerar o impacto das migrações, que têm passado a exercer um papel cada vez mais significativo no crescimento populacional de algumas áreas.

Juntamente com a fecundidade, a mortalidade também é uma componente importante da dinâmica demográfica. As transformações no acesso e condições de saúde são realmente de grande significância sobre essa dimensão, estas, por sua vez, também relacionam-se com o nível de desenvolvimento e qualidade de vida de cada sociedade. Uma das mudanças mais relevantes que marcaram o último século foi

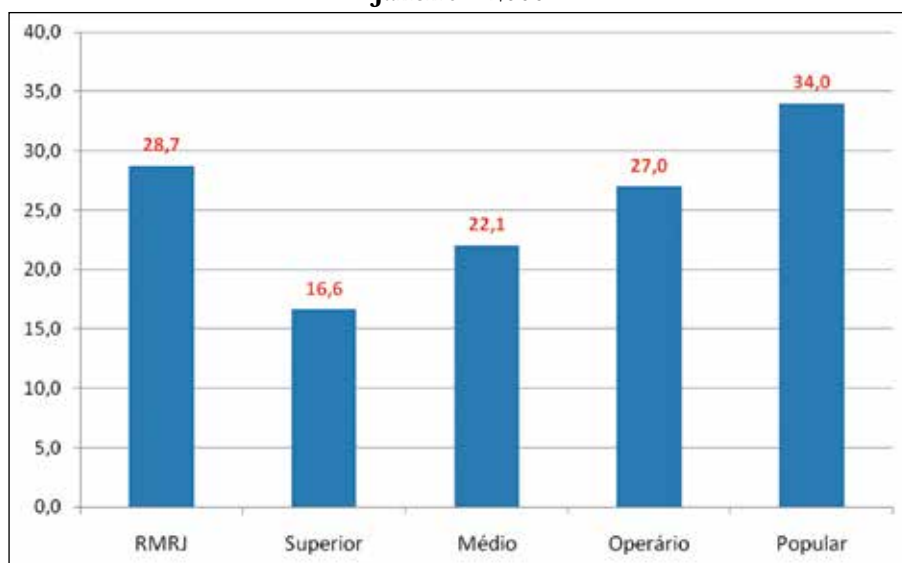
a grande redução da mortalidade, “a queda da mortalidade atingiu, *grosso modo*, todos os grupos etários, desde o período intrauterino até as idades mais avançadas, acarretando implicações bastante importantes na família e na sociedade” (BELTRÃO, CAMARANO e KANSO, 2004, p. 6).

Um dos indicadores relacionados à mortalidade é a esperança de vida, que corresponde ao número médio de anos que um indivíduo viverá a partir de determinada idade, considerando o nível e a estrutura de mortalidade por idade observados naquela população. As esperanças de vida são obtidas através de tabelas de sobrevivência, permitindo, assim, comparar níveis de mortalidade entre populações diferentes. Segundo Carvalho, Sawyer e Rodrigues (1998), as esperanças de vida não dependem da estrutura etária das populações reais em estudo, mas apenas de sua mortalidade. Diante da melhoria das condições de saúde, muitas doenças foram vencidas, diminuindo a mortalidade e aumentando também a expectativa de vida, entretanto, outros tipos de doenças passaram a predominar diante dessa maior quantidade de anos alcançados. Todas essas transformações implicam não apenas em mudanças nos padrões de mortalidade, mas também de morbidez, pois as doenças deixam de ser um processo que frequentemente terminam em morte e levam a um quadro onde as pessoas continuam a viver, às vezes com algumas restrições, principalmente entre as mais velhas (FRENK, 1989).

Como o cálculo de esperança de vida e taxa bruta de mortalidade no espaço intraurbano é bastante complexa, para nos aproximarmos dessa dimensão, trabalhamos com a perspectiva da sobrevivência das crianças. Através dos dados censitários referentes ao número total de filhos tidos nascidos vivos, número de filhos nascidos vivos no ano anterior ao Censo, e número de filhos sobreviventes na data do Censo por idade da mãe, é possível calcular estimativas indiretas de mortalidade sobre o número de filhos tidos nascidos vivos e número de filhos sobreviventes. Essas estimativas têm sido comum para estudar diferenciais socioeconômicos e têm sido utilizadas no Brasil desde a década de 1970 (CARVALHO e WOOD, 1978). O método de estimativas indiretas de mortalidade em idades jovens (antes dos 20 anos) foi proposto inicialmente por Brass em 1964, mas foi desenvolvido por outros demógrafos¹⁴, todas utilizando a razão de mortalidade de filhos não-sobreviventes por filhos tidos nascidos vivos, chegando assim a probabilidade de morte na infância (5q0).

Essa razão de mortalidade foi calculada, a partir dos dados censitários segundo o método indireto de Brass para filhos sobreviventes (FREIRE, 2009), para cada grande tipo socioespacial na metrópole do Rio de Janeiro em 2000, conforme gráfico 6.3. Pode-se mais uma vez notar a grande diferença entre a sobrevivência dos filhos para cada tipo. A probabilidade de morte até cinco anos era de 29 por mil nascidos vivos no geral. Entretanto, nas áreas superiores, essa razão   bastante inferior (17,0) e vai aumentando consideravelmente conforme diminui a posi o das áreas na hierarquia socioespacial, chegando a 34,0 nos espaços considerados como populares.

Gráfico 6.5 - Razão de Mortalidade Total segundo Tipo Socioespacial - Filhos Não-Sobreviventes (por mil nascidos vivos): Metr pole do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Portanto, confirmando as observa es realizadas através das pirâmides etárias, foi possível notar um comportamento diferenciado da fecundidade e da mortalidade segundo os tipos socioespaciais na metrópole do Rio de Janeiro. Além destas duas componentes demográficas, a fecundidade e a mortalidade, torna-se cada vez mais importante considerar também a mobilidade espacial dos diferentes grupos sociais, especialmente vista através da migra o. Com a diminui o da fecundidade e da mortalidade, sugerimos que essa

dimensão também terá cada vez mais importância na compreensão nas mudanças na organização social do território.

Como se pode notar tabela 6.4, a participação dos migrantes em 1991 era maior nas áreas operárias (33%) e nas áreas populares (30%). Os processos de diminuição de áreas consideradas operárias e o aumento de áreas populares também se refletiram nos destinos da migração, já que em 2000 mais de 50% dos imigrantes recentes na metrópole do Rio de Janeiro foram para áreas populares. Ou seja, também para a dimensão da migração temos indícios de que há diferenças na inserção dos migrantes segundo o tipo socioespacial de destino.

Tabela 6.4 – Distribuição dos Imigrantes por Tipo Socioespacial: Metrópole do Rio de Janeiro – 1991 e 2000

Tipos Socioespaciais (destino)	Distribuição (%)		Taxa (por mil)	
	1991	2000	1991	2000
Superior	14,3	11,7	58,9	70,8
Médio	22,6	22,4	33,0	43,3
Operário	33,1	14,2	52,0	53,4
Popular	30,0	51,7	75,4	84,0
Total (100%)	455.160	637.906	51,0	63,9

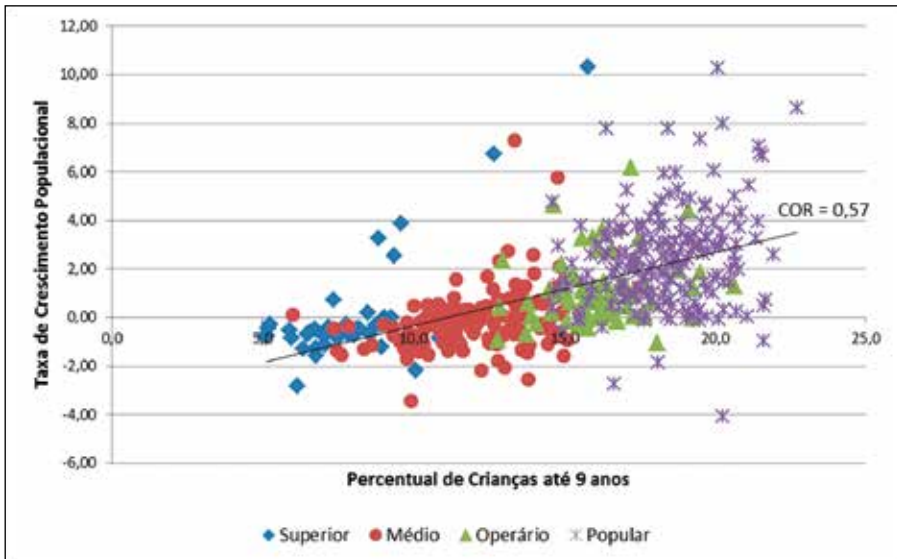
Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Ao considerar o crescimento populacional nas 443 áreas da metrópole do Rio de Janeiro de 1991 para 2000, foram transcorridos 9 anos, e os determinantes desse crescimento, como vimos, estão relacionados ao crescimento vegetativo (natalidade menos mortalidade) e ao crescimento através da chegada de novas pessoas para residirem nestas áreas (menos os que saíram também). Para termos uma noção da relação entre esse crescimento populacional e as componentes demográficas (já que não há essas informações sistematizadas por área), foi feito um gráfico de dispersão e cálculo do coeficiente de correlação entre o crescimento populacional e indicadores aproximativos para cada uma dessas dimensões.

Para a dimensão da natalidade/fecundidade, utilizamos a proporção de crianças até 9 anos sobre a população total, ou seja, uma aproximação do acréscimo populacional decorrente dos que nasceram durante esse período de 1991 a 2000, isso porque realizar cálculo de taxa de fecundidade para áreas às vezes muito pequenas pode gerar resultados

err neos. A correla o entre a taxa de crescimento populacional anual em cada área e a propor o de crianças que foram acrescidas nesse período foi bastante positiva, ou seja, quanto maior a participa o de crianças, maior o crescimento populacional, com um coeficiente de correla o de 0,57. A rela o com a divisão social do espaço, vista através das marca es diferentes no gráfico 6.6 para cada grupo da tipologia socioespacial, também   muito clara, pois enquanto as áreas superiores têm as menores taxas de crescimento e menores propor es de crianças, as áreas populares têm as maiores taxas de crescimento e maiores propor es de popula o de 0 a 9 anos. Isso indica que mesmo em declínio, a natalidade ainda tem grande peso na determina o dos ritmos de crescimento populacional nas áreas da metrópole.

Gráfico 6.6 – Correla o entre taxa de crescimento populacional e propor o de crianças até 9 anos nas áreas da Metr pole do Rio de Janeiro – 1991/2000



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Para a mortalidade ou esperança de vida   mais difícil obter dados através de informa es censitárias, ainda mais para áreas tão reduzidas¹⁵. Como aproxima o para a longevidade, utilizamos o percentual de idosos na popula o de cada área, já que uma maior propor o de idosos deve indicar maior longevidade nestas áreas. A rela o entre a taxa de crescimento e a propor o de idosos  

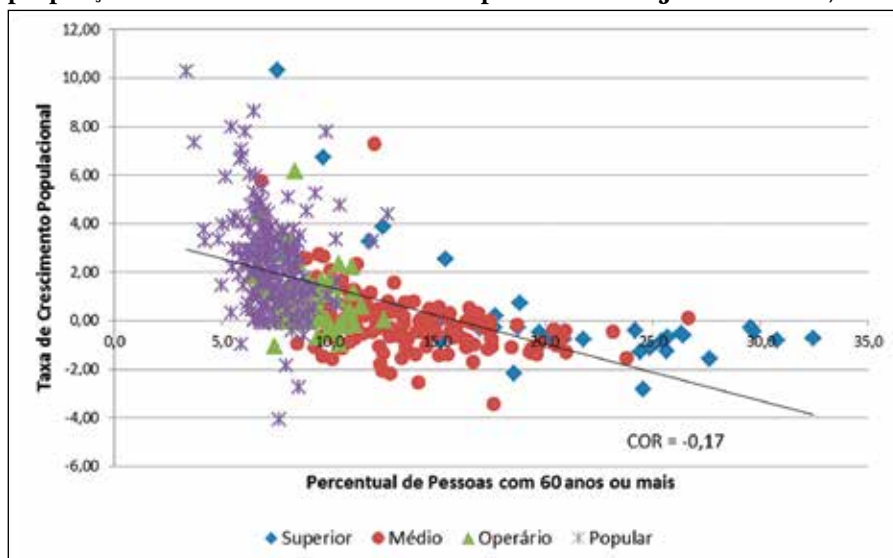
inversa, ou seja, quanto maior a proporção de idosos menor a taxa de crescimento populacional das áreas. Aparentemente essa relação parece ser contraditória já que mais pessoas em idade avançada traria maior quantitativo populacional, entretanto, como se sabe, a maior proporção de idosos decorre de uma diminuição da participação dos demais grupos etários, principalmente das crianças e jovens que vêm diminuindo – o que passa a ter maior força na redução dos ritmos de crescimento populacional. Por isso a relação é inversa e o coeficiente de correlação foi de -0,17 – com menor correlação também.

Quanto aos tipos socioespaciais, ainda no gráfico 6.7, as áreas vão se alinhando no gráfico sequencialmente – as áreas populares como menor proporção de idosos e maiores taxas de crescimento, seguidas das áreas operárias, e depois das áreas médias. Há áreas superiores com alta e baixa proporção de idosos, entretanto, predominam nas faixas de maiores proporções de idosos.

Quanto à dimensão da migração (gráfico 6.8), utilizamos a proporção de migrantes que residem até 9 anos no município metropolitano¹⁶. Tal proporção apresenta uma relação positiva forte com a taxa de crescimento populacional nesse período de 9 anos para as áreas da metrópole fluminense, com coeficiente de correlação de 0,52. Isso revela que a migração também tem uma incidência expressiva sobre os ritmos de crescimento populacional, próximo ao próprio crescimento das áreas em decorrência dos nascimentos (que apresentou coeficiente de 0,57).

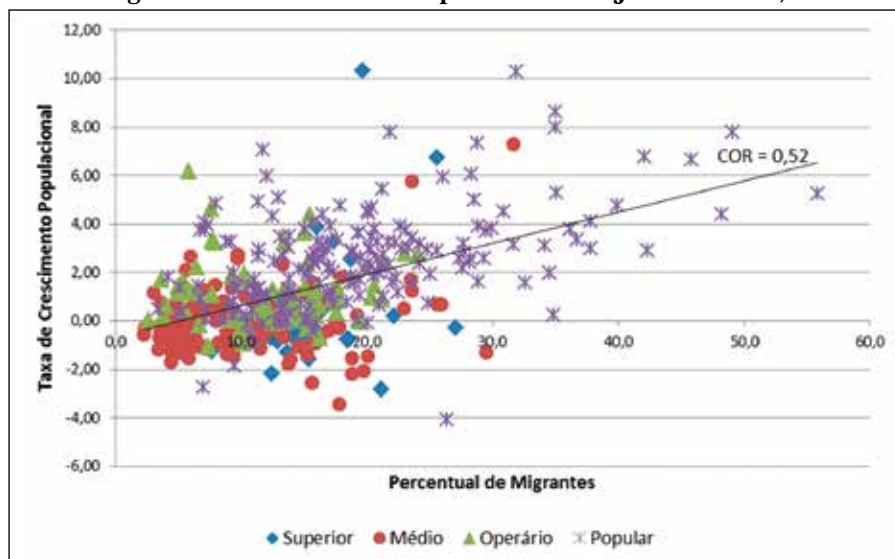
Na relação com o tipo socioespacial, o comportamento é mais disperso, mas é possível observar que as áreas médias e operárias concentram-se nas faixas de menores proporções de migrantes. As áreas superiores ficam em posição intermediária, já as áreas populares espalham-se por todo o gráfico, mas nota-se que acima de 25% de migrantes há predomínio de áreas populares – o que revela o peso considerável da migração sobre os ritmos de crescimento populacional nessas áreas. Como a dimensão da migração é o foco deste estudo, será explorada mais detidamente na parte seguinte, quando trataremos das distintas lógicas de mobilidade espacial também através de um olhar sobre o espaço que contemple a escala intrametropolitana, através dos tipos socioespaciais.

Gráfico 6.7 – Correla o entre taxa de crescimento populacional e propor o de idosos nas áreas da Metr pole do Rio de Janeiro – 1991/2000



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Gráfico 6.8 – Correla o entre taxa de crescimento populacional e propor o de migrantes nas áreas da Metr pole do Rio de Janeiro – 1991/2000



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

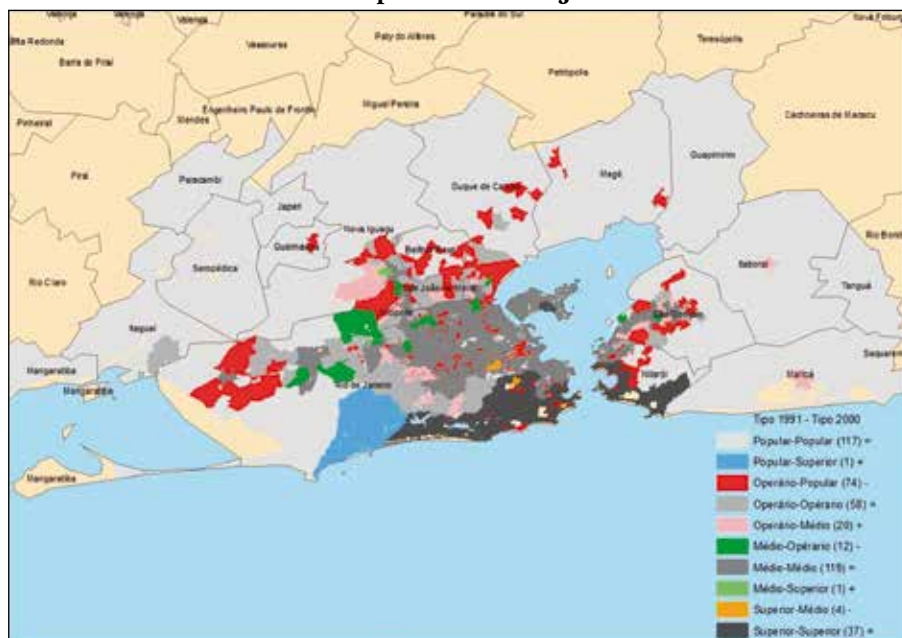
Para finalizar este capítulo que teve por objetivo retomar a relevância da dimensão demográfica na compreensão das transformações ocorridas na metrópole e avaliar sua relação com a divisão social do espaço, ressaltamos ainda a importância de estudar as mudanças ou permanências das áreas nos tipos socioespaciais de um período a outro.

A alteração nos tipos de área de 1991 para 2000 pode ter decorrido efetivamente de transformações na inserção ocupacional da população, mas as alterações demográficas podem ter influenciado na composição de uma referida área – como os ritmos de crescimento populacional, o aumento da população jovem ou adulta, a saída de pessoas do mercado de trabalho pelo envelhecimento ou a chegada de novos migrantes, etc. – que também modificam a estrutura social dos espaços. Pode-se perguntar, por exemplo, em que medida a diminuição de áreas operárias decorre da desclassificação em direção a áreas populares? Em que medida esta desclassificação decorre da migração? Apenas para sinalizar essa possibilidade, já que tal abordagem demanda estudo mais específico, apresentamos as áreas da metrópole do Rio de Janeiro segundo a mudança de tipo socioespacial no mapa 6.1.

Nota-se que o município do Rio de Janeiro passou por mudanças e permanências na divisão social do espaço, já a maior parte dos demais municípios era popular e permaneceu popular – claro que deve-se considerar que vários desses municípios têm uma quantidade bem menor de subáreas devido à densidade populacional reduzida. Apesar disso, algumas áreas da Baixada Fluminense e de Niterói e São Gonçalo também apresentaram mudanças (no mapa, os tons de cinza indicam as permanências).

Ao observar os indicadores demográficos segundo a mudança das áreas, podemos notar que realmente as áreas populares apresentaram maior crescimento populacional, a única área do Recreio dos Bandeirantes que era popular e se tornou superior, num claro processo de elitização, teve a maior taxa de crescimento (claro que com porte populacional reduzido, se comparado às demais, porém elevado crescimento). Essa área também apresentou alto percentual de migrantes durante os nove anos decorridos entre um censo e outro, e ainda tinha elevada participação de crianças, sugerindo talvez o afluxo de famílias mais jovens com filhos menores (como se sabe, aqui não temos as mudanças de residência no próprio município, o que poderia auxiliar a desvendar a mobilidade residencial intraurbana para esta área também).

Mapa 6.1 –  reas por Mudança de Tipo 1991-2000 na Metr pole do Rio de Janeiro



Fonte: Elabora o própria baseada em tipologia socioespacial do Observatório das Metr poles.

*Em tons de cinza são as áreas que não mudaram de tipo socioespacial.

Ainda sobre espaços que ascenderam na estrutura socioespacial, as áreas operárias que se tornaram médias encontravam-se em alguns pontos da zona norte do Rio de Janeiro e em algumas áreas centrais ou próximas aos centros de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí – ou seja, algumas áreas mais centrais da periferia deixaram de ser espaços operários e se tornaram áreas médias. A  rea central de Nova Iguaçu também passou por algo semelhante, sendo que era uma área média que tornou-se superior. Portanto, essas áreas conheceram o processo de ascendência social mais consistente (já que o processo popular-superior foi acentuado, mas envolveu apenas uma área), geralmente são centros em seus respectivos municípios também com processo de esvaziamento demográfico, já que apresentaram crescimento reduzido ou negativo.

A mudança mais expressiva ocorrida nos anos 1990 (em termos de quantitativo populacional e de áreas envolvidas) foi para os espaços operários que se tornaram populares. Entre as áreas que experimentaram mudança (exceto esse caso mais peculiar do Recreio),

foram as que tiveram maior crescimento populacional (de 1,6% a.a. entre 1991 e 2000), maior proporção de crianças (18%) e de migrantes até 9 anos de residência (13,7%) e menor proporção de idosos no ano 2000. Ou seja, o grupo de áreas que passou pela “maior mudança descendente” apresentou uma dinâmica populacional mais acentuada, abrangia ainda 14,6% dos migrantes de toda a metrópole durante a década. Mesmo com essa proporção de migrantes (para os quais poderia ser avaliado também suas características ocupacionais), certamente a mudança do tipo dessas áreas tem relação com a mudança na inserção no mercado de trabalho para seus moradores.

Apesar da grande perda por parte dos espaços operários, doze áreas médias se tornaram operárias, como áreas de Bangu, Campo Grande, Guadalupe e Vigário Geral no município do Rio, Vila São Luiz em Caxias, Mesquita que fazia parte de Nova Iguaçu e áreas de São Gonçalo. Estas apresentaram crescimento populacional no período de 1,5% a.a. (considerável diante do baixo crescimento de outras áreas), mas com participação menor de migrantes (7,7% sobre o total de sua população). Ainda sobre mudança descendente na estrutura socioespacial, algumas áreas superiores do Rio tornaram-se médias (área em Copacabana, Andaraí e Meier). Portanto, a divisão social do espaço, considerada através da tipologia socioespacial, e as mudanças que ocorrem nessa divisão guardam relação com as características sociais dos grupos populacionais residentes, mas também com a dinâmica demográfica que esses grupos apresentam, especialmente no processo de redistribuição através dos movimentos populacionais – o que será avaliado especificamente no próximo e no último capítulo.

Tabela 6.5 –  reas por Mudança de Tipo 1991-2000 na Metr pole do Rio de Janeiro: Indicadores demográficos

�reas por Mudança de Tipo 1991-2000 (n� de áreas)	Distribui�o Populacional (%)		Taxa de Cresc. Pop.	Participa�o de Grupos* (%) 2000			Migrantes até 9 (%) 2000
	1991	2000		Crianças	Idosos	Migrantes	
1 - Popular-Popular (117) =	20,8	25,0	3,3	18,7	7,1	21,6	37,3
2 - Popular-Superior (1) +	0,2	0,4	11,5	15,8	7,6	19,7	0,6
3 - Operário-Popular (74) -	14,7	15,2	1,6	18,0	7,5	13,7	14,6
4 - Operário-Operário (58) =	13,8	14,0	1,3	16,5	8,6	12,7	12,6
5 - Operário-Médio (20) +	4,3	3,9	0,2	14,0	10,4	13,2	3,8
6 - Médio-Operário (12) -	3,0	3,1	1,5	14,7	9,9	7,7	1,7
7 - Médio-Médio (119) =	31,1	27,6	-0,2	12,0	14,1	8,5	17,6
8 - Médio-Superior (1) +	0,2	0,2	-0,9	10,9	15,2	13,0	0,2
9 - Superior-Médio (4) -	1,2	1,0	-1,2	7,6	22,1	8,3	0,6
10 - Superior-Superior (37) =	10,7	9,5	-0,1	7,9	20,6	14,6	11,0
Total	9.810.528	10.890.735	1,2	15,0	11,0	13,8	1.280.784

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE). Em cinza, as áreas que não mudaram.

*Crianças: De 0 a 9 anos; Idosos: 60 anos ou mais; Migrantes: residência até 9 anos.

Este capítulo tinha dois objetivos gerais a serem colocados: apresentar uma lente de análise para as transforma es demográficas que contemplasse a microescala e avaliar a hipótese de que deveria haver diferenças significativas na dinâmica demográfica metropolitana segundo a divisão social do espaço, o que se confirma. Mais do que uma explica o estritamente temporal, já que os dados referem-se ao ano 2000, nosso objetivo maior foi apresentar estas possíveis rela es entre a organiza o do território e a dinâmica demográfica, o que deverá ter prosseguimento com a disponibiliza o de informa es mais atuais.

Sendo assim, não resta d vida de como   interessante e relevante trazer os estudos demográficos para escalas “menores” de análise. Uma vez que os estudos urbanos e metropolitanos têm identificado

mudanças na escala de materialização das desigualdades sociais passando cada vez mais para a microescala, torna-se essencial que os estudos populacionais também contemplem essas mudanças, diante do que foi possível identificar a existência de distintas dinâmicas demográficas, às vezes em territórios muito próximos. Nos estudos urbanos e regionais, muito se trata da dimensão econômica, da localização das atividades produtivas e do mercado de trabalho na estruturação do território urbano-metropolitano em especial. Enquanto isso, a dimensão populacional – a forma como é impactada e como responde a tais transformações sociais, econômicas, políticas e culturais – nem sempre é considerada na mesma medida.

Inicialmente, vimos como a dinâmica demográfica guarda relações com a divisão social do espaço, ou seja, vimos como a estrutura etária, o comportamento da fecundidade e da mortalidade são distintos conforme a localização dos grupos sociais – aproximação obtida através da tipologia socioespacial baseada numa categorização sócio-ocupacional. Ao mesmo tempo, pode-se sugerir que enquanto a dinâmica demográfica sofre efeitos dessa dimensão social, ela também volta a apresentar impacto expressivo na organização do espaço, já que as áreas populares que cresceram muito na década, cresceram como decorrência das mudanças na inserção ocupacional da população em idade ativa, mas cresceram também em sua própria composição, pois apresentaram maior taxa de fecundidade e maior participação de migrantes em 2000. Portanto, uma maior ou menor quantidade de filhos, população mais ou menos jovem, adulta e/ou idosa irá modificar a organização do espaço, as demandas por políticas públicas, a localização de bens e serviços urbanos, as próprias condições de mobilidade espacial, tão relevantes no espaço metropolitano atualmente. Diante disso, a tendência comum nos estudos urbanos e regionais de usar indicadores relativos a quantitativo populacional, taxas de crescimento, migração, distribuição populacional apenas para “ilustrar o urbano” deve ser mais aprofundada.

Assim, podemos apreender que, na linha do que foi comentando anteriormente na parte que trata sobre transição urbana e transição demográfica, tanto os estudos urbanos e regionais têm muito a contribuir com a demografia, como os estudos populacionais também têm sua relevância para a compreensão da dinâmica urbana atual, no nosso caso, mais especificamente metropolitana. No capítulo seguinte, tratamos sobre a dimensão da mobilidade espacial segundo

essa divisão social do espaço metropolitano. Como visto, a migra o parece ter grande expressividade também na determina o dos ritmos de crescimento populacional, portanto, pretende-se ainda apreender as possíveis lógicas que estejam operando sobre os movimentos populacionais metropolitanos.

Notas

¹ O recorte espacial utilizado por Ruiz e Pereira (2007) são os Grandes Espaços Urbanos (GEUBs) que, no contexto metropolitano, praticamente correspondem às metrópoles.

² Tipo de Município quanto   rela o PIB/Renda: 1) Renda – Propor o PIB/Renda 85% inferior ao padrão nacional; 2) Produ o: Propor o PIB/Renda 150% superior ao padrão nacional; 3) Mix: Propor o PIB/Renda num intervalo entre 85% a 150% do padrão nacional.

³ Tipo de Município quanto ao nível de renda: 1) Alta: Renda municipal 120% superior   média do próprio GEUB; 2) Média: Renda municipal num intervalo de 70 a 120% do valor da média do GEUB; 3) Baixa: Renda municipal 70% inferior a média do GEUB.

⁴ As ocupa es frágeis são avaliadas através da variável do censo “Posi o na Ocupa o principal”: 1) Conta própria não contribuinte com sistema de previdência; 2) Empregado doméstico com carteira de trabalho assinada; 3) Empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada; e 4) Empregado sem carteira de trabalho assinada, não contribuinte com sistema de previdência (RIBEIRO, CORREA e RODRIGUES, 2008, p. 36).

⁵ A identifica o do contexto social utilizada por Ribeiro, Correa e Rodrigues (2008) parte de uma análise tipológica utilizando como variável a média da escolaridade domiciliar dos adultos acima de 25 anos de idade (Clima Educativo) os domicílios foram agrupados em quatro faixas de escolaridade: a) menor que 4 anos; mais de 4 a 8 anos; b) 8 a 12 anos; e, c) mais de 12 anos. Dada a porcentagem de domicílios em cada faixa e nas áreas de pondera o, a constru o da tipologia foi feita sob uma classifica o das áreas através da aplica o da técnica de Análise Fatorial por Combina o Binária, seguida da Classifica o Hierárquica Ascendente. O resultado foi a divisão das áreas em três tipos:  reas de baixo, médio e alto clima educativo.

⁶ Ribeiro, Correa e Rodrigues (2008) utilizaram a variável do  ndice de mobilidade das Macrozonas definidas pelo Plano Diretor de Transporte Urbano da RMRJ (PDTU), que por sua vez foi elaborado a partir dos dados da Pesquisa de Origem-Destino 2002-3003.

⁷ Compreendemos essa ideia do regime urbano aqui de acordo com Ribeiro (2008), segundo o qual: “Por regime urbano, entendemos as condi es e formatos institucionais que em cada cidade regulou o processo de incorpora o das camadas populares ao poder urbano comandado pelas elites políticas locais e as forças da acumula o urbana”. O autor ainda destaca que: “  importante assinalar que a eficácia dos regimes urbanos de cada cidade teve como fundamento a manuten o no plano nacional de um regime político caracterizado fortemente por governos autoritários e ditatoriais que permitiram a instaura o de um processo controlado de negocia o na incorpora o das massas urbanas no sistema político e nos benefícios do crescimento econômico acelerado” (RIBEIRO, 2008, p. 227, nota 7).

⁸ Para esclarecimentos sobre a metodologia de identificação da hierarquia sócio-ocupacional e da elaboração da tipologia socioespacial, conferir o Anexo I. Conferi também: Preteceille e Ribeiro (1999), Ribeiro e Lago (2000), Ribeiro (2004), Ribeiro e Ribeiro (2011).

⁹ Desroisière, Goy e Thévenot (1983) apud Ribeiro e Lago (2000); Bourdieu, (2007).

¹⁰ Não será considerado aqui o tipo “agrícola” identificado em 1991, devido ao número reduzido de pessoas e áreas que compuseram esse tipo – apenas duas áreas com cerca de 23 mil pessoas.

¹¹ Conferir mapas da tipologia socioespacial para a metrópole fluminense em 1991 e 2000 no anexo I.

¹² Cf. Alves (2005).

¹³ Os cálculos para taxas de fecundidade por tipos e ainda segundo núcleo, periferia e favela poderiam ficar comprometidos pela representatividade da amostra em alguns tipos mais reduzidos.

¹⁴ Brass (1975); Coale e Trussel (1978); Palloni e Heligman (1985); Arriaga and Associates (1993) apud Monteiro (2004).

¹⁵ Na parte anterior em que foram apresentados os dados de taxas de fecundidade e probabilidade de morte, os cálculos foram para os agrupamentos de áreas, como todas as áreas populares, por exemplo. Mas aqui o cálculo do coeficiente de correlação é por cada área, portanto, realizar esses cálculos tão específicos não seria um procedimento confiável.

¹⁶ Portanto, distintamente da migração por data fixa, aqui utiliza-se a variável sobre tempo de residência no município, isso quer dizer que a pessoa pode ter mudado de residência internamente no município durante esse período, entretanto, a aproximação para a participação dos migrantes que chegaram nas áreas nesse tempo parece bastante razoável.

7. ESTRUTURA URBANA E MOVIMENTOS POPULACIONAIS

“os deslocamentos da população estão relacionados à produção da existência, onde a temporalidade social decorrente das condições econômicas e sociais se reflete nas condições de vida da população em cada contexto espacial e temporal” (JARDIM e ERVATTI, 2006).

Com a diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade, devido às transformações sociais, econômicas e culturais que ocorreram especialmente a partir do acelerado processo de urbanização, muitas mudanças ocorreram nos ritmos de crescimento populacional de todas as áreas do país, assim como na importância das componentes demográficas sobre a distribuição e o crescimento populacional entre os espaços. É preciso ressaltar que essas mudanças na distribuição espacial da população decorrem dos nascimentos em uma determinada área, dos óbitos ocorridos e da quantidade de pessoas residentes que chegam e saem através da mobilidade espacial, como indicado em capítulo anterior. Além dessas dimensões clássicas da análise demográfica, outras dimensões relacionadas à estrutura etária e ciclo de vida, aos novos arranjos familiares, assim como às condições de deslocamento também são importantes para uma análise sobre a dinâmica populacional urbana. Nesse sentido, a mobilidade espacial vai se tornando um fenômeno notável para determinar as modificações na distribuição espacial da população, tanto na escala intrametropolitana como inter-regional. Como já indicado, a mobilidade espacial é uma dimensão da produção da existência, pois as mudanças ocorridas nos volumes, trajetórias e significados desses movimentos no espaço urbano podem relacionar-se tanto com a busca por trabalho, moradia, estudo, saúde, quanto com aspectos socioculturais das pessoas e dos lugares de origem e destino. A migração, enquanto mudança de residência entre municípios, é uma das dimensões desse processo, pois reconhecemos que a mobilidade espacial ultrapassa a escala municipal.

Nossa questão, portanto, está na relação entre a estrutura urbana e os movimentos populacionais, visando responder como a diversidade

de movimentos no próprio espaço urbano pode ser apreendida a partir da divisão social do espaço da metrópole, tendo como instrumento de análise a tipologia socioespacial já descrita anteriormente. Sendo assim, o objetivo deste capítulo será avaliar como os movimentos populacionais na metrópole se comportam a partir dessa divisão social do espaço.

Com o predomínio da migração entre áreas urbanas, especialmente movimentos de distância mais curta, passa-se a ter relativamente uma condição espacial similar entre origem e destino, o que não torna apropriada uma análise focada apenas em grandes eixos de movimento, é preciso uma análise que abarque a diversidade destes movimentos. Como temos defendido, os movimentos são diversos em quantidade de tipos, ao mesmo tempo são peculiares na explicação e qualificação destes tipos.

Essa diversidade interna entre os fluxos no próprio espaço urbano também é ressaltada por Rodriguez (2011), uma vez que os fatores explicativos são mais amplos e complexos, sendo necessário trabalhar com modelos conceituais para distintos tipos de migração entre cidades. Rodriguez aponta quatro destes tipos, que podem ser resumidos da seguinte forma para nosso estudo: a) **migração clássica por trabalho**: que envolve perda e busca de trabalho, sendo esta última mais próxima das perspectivas de racionalidade econômica; pressupõe-se também que o movimento seja de áreas com alto nível de desemprego para áreas com baixo nível; b) **migração socioeconômica clássica**: que envolve a busca por melhores condições de vida, como acesso a serviços básicos, saúde, educação primária e secundária, acesso a novas tecnologias, cobertura de proteção social e chances de mobilidade social ascendente; pressupõe-se que o fluxo seja de áreas com piores condições de vida para áreas consideradas com condições melhores; c) **migração por educação**: envolve a busca por oportunidades de formação, normalmente superior; pressupõe-se que ocorra de áreas com menores vagas na universidade para áreas com maiores opções de ensino superior; d) **migração residencial**: envolve a busca por qualidade de vida em geral e qualidade domiciliar em particular, é uma mobilidade espacial muito significativa entre cidades na atualidade e pode operar em sentido inverso aos outros tipos de migração; em alguns casos a emigração pode satisfazer as aspirações de qualidade de vida ou contornar as dificuldades de permanência nas áreas de origem, em qualquer situação, pode ocorrer ou não o desligamento com o mercado de trabalho na origem (RODRIGUEZ, 2011, p. 12-13). Apesar

de estabelecer esses tipos, buscando avaliar o atrativo migratório em diversas cidades, o próprio autor comprova a dificuldade de estabelecer relações claras entre migração (no caso de seu trabalho, medida pelo saldo migratório) e diversos indicadores sociais e econômicos (como educação, acesso a serviços básicos e equipamentos modernos – acesso a novas tecnologias), isso ao nível do território¹.

No contexto atual da conformação de novas territorialidades, pensar o movimento das pessoas no espaço abrange um amplo leque de determinantes e diferenciadas configurações, implica não apenas refletir sobre a dinâmica demográfica, mas também sobre as mudanças nas atividades econômicas, as transformações no mercado de trabalho, a estrutura social sob o confronto das perspectivas de desigualdade e/ou exclusão e os modelos socioculturais com novos estilos de vida e apreensão do urbano. Em estudos anteriores, temos observado mudanças significativas nas áreas metropolitanas, onde a mobilidade espacial parece estar atrelada tanto ao mercado de trabalho e à dinâmica econômica, como ao mercado do solo, ao acesso à moradia, aos arranjos familiares e às condições de mobilidade nestes espaços – como já abordado em capítulo anterior para nove regiões metropolitanas brasileiras.

A importância de considerar os dados sobre mobilidade espacial (envolvendo tanto as mudanças de residência como a mobilidade cotidiana) está no aporte empírico que proporcionam, ao permitir debater temas atuais sobre a realidade metropolitana, tanto em termos conceituais e operacionais, como também aqueles ligados à implementação de políticas públicas (RODRIGUEZ, 2011). Entre estes temas, podem-se destacar as desigualdades sociais que se expressam também na espacialização da população, a consequente segregação espacial, as mudanças na territorialização da estrutura produtiva, do emprego e da moradia, o surgimento ou reforço de subcentros, etc. Além disso, os deslocamentos cotidianos no espaço metropolitano têm se tornado tema central da discussão que envolve a qualidade de vida urbana, já que no geral, ocorre cada vez mais uma piora nas condições de deslocamento.

Trazemos algumas reflexões feitas anteriormente para a escala que considera as distintas áreas da metrópole do Rio de Janeiro a partir da tipologia socioespacial. Para tanto, analisamos algumas hipóteses a respeito dos movimentos populacionais nesta metrópole, vistos aqui por meio das migrações e movimentos pendulares. São suposições baseadas tanto em investigações já realizadas², como na literatura e

trabalhos de outros autores sobre o tema³. Sendo assim, especialmente quanto aos movimentos populacionais intrametropolitanos, considera-se primeiramente que a) **as migrações intrametropolitanas ainda são de grande importância para determinar os processos de (re) distribuição populacional nas metrópoles**. Associado a isso, sugere-se também que b) **permanece a relação entre as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares** – algo que já foi considerado principalmente nas grandes metrópoles em décadas anteriores (CUNHA, 1990; JARDIM, 2001) – supõe-se que ainda se mantinha na chegada do século XXI. O ponto essencial é que a determinação quanto a mudar de município residência, mas permanecer na mesma metrópole, pode ter alguma relação com as condições de movimentar-se nesse espaço – o que pode ser aproximado através da comparação entre município de origem da migração e município de destino do movimento pendular.

Conforme as próprias indicações da dinâmica demográfica vistas anteriormente ao considerar a metrópole a partir da divisão social do espaço, avalia-se também se são c) **as áreas populares que têm maior atração de imigrantes, especialmente intrametropolitanos** (aqui serão analisados por tipo de fluxo). Para os movimentos migratórios, é viável saber qual tipo de área tem recebido mais migrantes da própria metrópole. Além disso, considera-se também que d) **são das áreas mais populares que saem mais pessoas para trabalhar em outro município da própria metrópole**. Para o movimento pendular, inversamente, é interessante observar de qual tipo de área saem mais pessoas para trabalhar em outro município.

Ao utilizar os tipos de fluxos populacionais na metrópole segundo a divisão social do espaço (vista através da tipologia socioespacial apresentada anteriormente), a metodologia utilizada será estabelecida da seguinte forma, conforme a figura 7.1 esclarece: a) para o movimento migratório, a origem mais desagregada que se observa é o município (ou agrupamento de municípios) e o destino será o tipo socioespacial da área em que foi residir; b) para o movimento pendular, inversamente, a origem será o tipo socioespacial da área em que reside e o destino será o município (já que não sabemos qual a área específica em que a pessoa vai trabalhar em outro município ou mesmo para quem trabalha no município em que reside).

Cabe aqui uma observação metodológica importante. A adoção dessa metodologia esbarra em certos desafios que remetem à “questão das escalas”, pois lidamos com o fato de trabalhar com variáveis

Para a análise do espaço metropolitano, foram utilizados os tipos socioespaciais da metrópole do Rio de Janeiro. Nesta parte, mais do que uma explicação estritamente situada no tempo, já que os dados vão até cerca de doze anos atrás, a ideia é investigar as relações entre os movimentos populacionais nas metrópoles e a divisão social do espaço. Futuramente, comparações e apontamentos de tendências mais recentes poderão ser realizados. Sendo assim, investigamos as seguintes hipóteses.

a) As migrações intrametropolitanas têm um papel considerável nos processos de redistribuição populacional nas metrópoles

Considera-se que as migrações intrametropolitanas sejam um fenômeno relevante para explicar os processos de redistribuição populacional no espaço da metrópole, já que se sabe que têm ocorrido expressivas mudanças relacionadas à dinâmica imobiliária, ao acesso à moradia própria, aos preços dos aluguéis, etc. – que se traduzem especialmente numa saída expressiva dos núcleos metropolitanos.

O capítulo sobre movimentos populacionais nas metrópoles permitiu situar-se em relação ao que ocorre no território metropolitano em nível nacional e ter como referência uma leitura mais geral. Embora haja diminuição da taxa de imigração em algumas metrópoles, como visto no capítulo 4, ao considerar a metrópole do Rio, vê-se que, no total, aumentou a participação de imigrantes recentes sobre a população total de 1991 para 2000 (de 54,6 para 64 por mil, conforme a tabela 7.1). O polo, o município do Rio de Janeiro, passou de 32,9 imigrantes para cada mil da população total para 41,7 – aumentando a participação da migração. Na periferia, a taxa de migração passou de 82,5 para 90,3 migrantes por mil em sua população total. Já ao buscar apreender os diferenciais na periferia (à exceção da categoria “outros”), vemos que, em 2000 a maior participação ficou para os municípios com baixa e média integração, que são Tanguá, Guapimirim, Paracambi e Seropédica, que em 2010 tinham população em torno de 30 a 80 mil habitantes para cada. Além desses, há os municípios de Mangaratiba e Maricá que no estudo realizado pelo Observatório das Metrópoles (2009) compõem o aglomerado urbano do Rio de Janeiro com funções metropolitanas; esses dois municípios apresentaram em 2000 uma elevadíssima participação de migrantes – 236 por mil, também apresentaram crescimento bastante elevado de 2000 a 2010 (3,72% a.a. e 5,71% a.a., respectivamente).

Portanto, os municípios de média e baixa integração e os “outros” são os que ainda apresentam as maiores taxas de crescimento e imigração na metrópole. Observa-se assim que tanto no núcleo quanto na periferia aumentou a participação da migração, mas na periferia permaneceu sob patamar bem mais elevado. Claro que é preciso ressaltar que esses municípios têm porte populacional mais reduzido, se comparados com o Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, por exemplo. Neste sentido, qualquer alteração já representa grandes mudanças na dinâmica populacional.

Na dinâmica intrametropolitana (a taxa está contida na migração total – última coluna da tabela 7.1), também aumentou a participação de pessoas que mudaram de residência na metrópole no núcleo e na periferia, mas na periferia foi muito maior. Em seguida a Mangaratiba e Maricá (também com taxa muito elevada na migração intrametropolitana), foram os municípios com média integração que apresentam as maiores taxas de migração em 2000, seguidos de perto por aqueles com alta e depois de baixa integração. Já os municípios com muito alta integração tiveram menor taxa. Portanto, a participação da migração intrametropolitana foi muito maior na periferia, em torno de 60 a 70% da migração total.

É claro que essas taxas – ou essa participação de imigração nos municípios metropolitanos – devem diferenciar-se conforme os tipos de fluxos. Por exemplo, entre estes 132 imigrantes por mil nos municípios com média integração em 2000, já foi visto que 90,1 por mil são imigrantes intrametropolitanos. Mas não se sabe quantos destes vieram do núcleo ou da própria periferia da metrópole, ou ainda para o restante, se vieram do Estado do Rio de Janeiro ou de outro Estado.

Tabela 7.1 – Taxa de Imigração na MetrÓpole do Rio de Janeiro segundo Nível de Integração (por mil) – 1991/2000

Tipo de Migração	Migração Total	Migração Intrametropolitana
1991		
Total	54,6	26,1
Núcleo	32,9	4,0
Periferia	82,5	54,6
2000		
Total	64,0	31,4
Núcleo	41,7	5,9
Periferia	90,3	61,6
Muito Alta	80,3	53,6
Alta	118,3	85,3
Média	132,8	90,1
Baixa	138,3	83,1
Outros	236,7	180,7

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Sendo assim, passamos a observar os tipos de fluxos para o núcleo (tabela 7.2) e para os demais municípios metropolitanos (tabela 7.3). Através de considerações anteriores, já foi identificado que no Município do Rio de Janeiro a participação dos imigrantes que vêm de fora da metrÓpole é muito maior, agora nota-se que em 1991 12% dos imigrantes recentes no núcleo vieram da periferia, 10% vieram de outros municípios do Estado, e cerca de 77% vieram de outra UF – ou seja, realmente o núcleo atrai mais pessoas de outras UFs. Como já visto em outros trabalhos, apesar da forte emigração nos núcleos metropolitanos, como no Rio de Janeiro, a migração vinda do Nordeste e outras regiões ainda é considerável, só a região Nordeste segue sendo a origem de aproximadamente 43% dos migrantes no município do Rio de 1995 para 2000 (SILVA, 2009). Em linhas gerais, esses achados não são novidade, como foi dito, já se sabe que os imigrantes de outros estados preferem as capitais a outros municípios dos aglomerados metropolitanos, mas na distribuição destes imigrantes por tipos de fluxos há pequenos diferenciais do período de 1986 a 1991 para o período de 1995 a 2000.

De 1995 para 2000, em valores absolutos, aumenta o número de imigrantes em todos os tipos de fluxos para o núcleo (tabela 7.2),

mas na distribuição destes, aumenta um pouco a participação da migração intrametropolitana no núcleo, pois entre os imigrantes que este recebeu 14% vieram da periferia. Aumenta um pouco também a proporção de imigrantes que vieram de outros municípios do Estado e, conseqüentemente, diminui a participação dos imigrantes interestaduais – que passam de 77% para 74%. A tendência é de redução da migração de longa distância (que tem como *proxy* esses movimentos interestaduais), apesar disso, o peso destes últimos ainda é muito considerável.

Tabela 7.2 – Distribuição dos Fluxos na metrópole do Rio de Janeiro com destino ao núcleo metropolitano

Tipos de Fluxo	1991	(%)	2000	(%)
Intra Periferia-Núcleo	20.309	12,2	31.670	14,0
Intraestadual Núcleo	17.658	10,6	26.535	11,8
Interestadual Núcleo	128.092	77,1	167.295	74,2
Total	166.059	100,0	225.500	100,0

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Nos demais municípios metropolitanos, também ocorreu aumento dos imigrantes em números absolutos. Ao analisar apenas o total em 1991⁴ (tabela 7.3), observa-se que 37% dos imigrantes na periferia haviam vindo do núcleo em 1991 e 29% realizaram trocas migratórias na própria periferia – ou seja, na periferia quase 66% dos movimentos foram intrametropolitanos. Os movimentos intraestaduais em 1991 tiveram participação de 11% e os interestaduais cerca de 22% – em proporção menor, mas também na periferia o peso da migração interestadual é maior que a intraestadual. Já em 2000, as trocas migratórias na própria periferia aumentam sua participação (passando a 35%), que é compensada com pequenas reduções nos outros tipos de fluxos, mas a origem no núcleo também continua com grande participação (33%).

Se considerarmos essa distribuição pelos níveis de integração dos municípios, no geral, para aqueles com muito alta e alta integração o comportamento foi semelhante ao total (até por abarcarem maior quantitativo de imigrantes na periferia), onde predominaram os fluxos intrametropolitanos. Já para os municípios de média e baixa integração houve uma participação mais considerável da migração intraestadual, apesar dos fluxos intrametropolitanos também predominarem. Os

demais municípios (Mangaratiba e Maricá) apresentaram participação ainda maior da migração intrametropolitana, principalmente do núcleo para a periferia (42,5%).

Tabela 7.3 – Distribuição dos Fluxos Popacionais na MetrÓpole do Rio de Janeiro com destino aos demais municípios metropolitanos

Tipos de Fluxo	1991 (Total)	2000 (Por Nível de Integração)					2000 (Total)
		Muito Alta	Alta	Média	Baixa	Outros	
Intra Núcleo-Periferia	37,0	33,3	28,9	35,3	18,3	42,5	33,0
Intra Periferia-Periferia	29,1	33,4	43,2	32,5	41,8	33,9	35,2
Intraestadual Periferia	11,2	9,1	11,1	17,1	31,2	10,1	10,0
Interestadual Periferia	22,6	24,1	16,8	15,1	8,7	13,6	21,8
Total (100%)	322.614	297.804	72.244	17.302	3.255	21.993	412.598

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Ao considerar a primeira hipótese colocada, com essas aproximações feitas aqui, pode-se ver que realmente as migrações intrametropolitanas têm um papel considerável nos processos de redistribuição populacional nas metrÓpoles, especialmente se considerarmos os achados no capítulo anterior sobre a importância da migração nos ritmos de crescimento populacional. Também aumenta a participação da migração tanto total quanto intrametropolitana, entretanto, essa importância diferencia-se conforme o nível de integração dos municípios, pois o fato de que os movimentos intrametropolitanos têm favorecido a periferia já se sabe, agora é possível apontar que esse favorecimento, em termos proporcionais à população total, é maior para os municípios de média integração na metrÓpole do Rio, juntamente com Mangaratiba e Maricá. É possível que num primeiro momento as migrações tenham ocorrido para uma periferia mais integrada, enquanto num momento posterior essa expansão alcançou outros municípios da metrÓpole, mais distantes e com configuração socioespacial diferenciada, como também se verá mais a frente.

Em linhas gerais, apesar da importância da migração intrametropolitana, visível em especial nos demais municípios da metrÓpole, para além do núcleo, também é importante reconhecer que os outros tipos de fluxo, apesar de estarem em redução na participação entre os imigrantes, também são consideráveis, sobretudo no núcleo.

Além disso, pode-se notar a sempre mais reduzida participação da imigração intraestadual, ou seja, a metrópole do Rio não é tão atrativa para os demais municípios do próprio Estado do Rio de Janeiro.

b) Há uma estreita relação entre as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares para trabalho

Os movimentos pendulares têm adquirido maior amplitude, tanto no sentido de envolver mais espaços da rede urbana quanto no sentido de um alargamento das distâncias. Embora essa dispersão esteja em processo, ainda é nas áreas metropolitanas que tais movimentos são mais expressivos, sugere-se aqui que tal fenômeno também apresente esse sentido de amplitude no próprio interior das áreas metropolitanas. Nesse contexto, outra dimensão para investigação refere-se à relação entre as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares. Por quê? Parece bem plausível supor que as mudanças de residência passam pela possibilidade de deslocar-se na área de destino ou a partir dela. Este pode não ser o fator determinante para motivar a mudança de residência (especialmente as que se originaram no núcleo da metrópole em direção aos demais municípios, movimento mais comum nas últimas décadas), entretanto, certamente deve entrar nas considerações sobre as condições de acessibilidade no lugar de destino.

As razões, como já considerado nos capítulos anteriores, envolvem as condições de acesso à moradia, as intervenções públicas na área de habitação, as condições adversas no mercado de trabalho nos anos 1980 e 1990, a formação de novas famílias, as mudanças nos arranjos familiares, entre outros aspectos que devem ter contribuído para essa mobilidade espacial. Mesmo assim, sugere-se que as possibilidades de mobilidade urbana, as condições de acessar tanto o sistema físico de circulação quanto os meios de transporte, também devem influenciar nessa mobilidade. A pergunta então colocada foi: será que as pessoas que migraram, mas permaneceram residindo no aglomerado metropolitano se deslocam com frequência entre a área de origem e destino? Essa articulação já foi tratada para as metrópoles de uma maneira geral, trazemos aqui apenas para a metrópole fluminense.

Como já dito, a informação sobre movimento pendular não foi incorporada no Censo Demográfico de 1991, diante disso, são utilizados dados do censo de 1980, que apresentou essa pergunta. Claro que há uma temporalidade distinta e muitos processos socioespaciais e

econômicos ocorrendo nas metrópoles em finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, mas como o objetivo aqui é aproximar-se das possíveis dimensões envolvendo os movimentos populacionais nas metrópoles, tais dados são considerados apenas para captar estes aspectos. Ao cruzar o município de origem da migração com o município de destino no movimento pendular, vê-se que em 1980 62,8% dos migrantes intrametropolitanos que estavam ocupados faziam movimento pendular; desagregando esse valor, para aqueles que saíram do núcleo para a periferia, quase 70% faziam movimento pendular; para os que saíram da periferia e foram morar no núcleo 7,6% realizavam este movimento; já para os que mudaram de residência na própria periferia quase 63,7% se deslocavam para trabalho ou estudo em município diferente do que residia. No total, vê-se que 43,5% destes movimentos eram para o município de origem da migração. Ao fazer essa relação direta entre município de origem da migração e município de destino do movimento pendular, a proporção mais elevada era para os que migraram do núcleo para a periferia, mas deslocavam-se para o núcleo – 64,4%.

Já em 2000, no geral, há uma redução do movimento pendular em direção ao núcleo metropolitano. Apesar dessa redução, que também se reflete na relação do movimento pendular com as migrações intrametropolitanas, ainda havia 53% dos migrantes intrametropolitanos ocupados em 2000 que faziam movimento pendular. Para os que migraram periferia-núcleo em 2000 há um aumento na proporção de pessoas que trabalham na origem da migração, a periferia. Apesar disso, permanecem os valores mais elevados dos movimentos na periferia ou em direção a esta. Diante disso, observa-se que em 2000, aproximadamente metade dos migrantes que mudaram de residência do núcleo para a periferia, na verdade se deslocavam para trabalhar no núcleo.

Tabela 7.4 – Metr pole do Rio de Janeiro: Migrantes Intrametropolitanos Ocupados que realizam movimento pendular (%) – 1980 e 2000

Tipo de Fluxo	1980		2000	
	Faz Mov. Pendular	Para Mun. Origem	Faz Mov. Pendular	Para Mun. Origem
Núcleo-Periferia	69,7	64,4	59,4	51,2
Periferia-Núcleo	7,6	5,6	10,9	7,4
Periferia-Periferia	63,7	17,8	57,8	19,0
Total	62,8	43,5	52,9	31,2

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 (IBGE).

Portanto, nota-se que, apesar da redu o no movimento pendular em dire o ao núcleo, no contexto da migra o intrametropolitana ainda há grande expressividade dos que se movimentam com frequência para o município de origem da migra o. Na nova configura o urbana com processos de expansão metropolitana, a mobilidade urbana constitui elemento muito importante da forma o e consolida o dos espaços urbanos – possibilitando a reten o residencial de algumas áreas.

A atra o residencial na periferia provavelmente está relacionada ao acesso   moradia (como visto na análise do capítulo 4), ao mercado imobiliário, ao papel do Estado com políticas habitacionais e às próprias condi es socioecon micas desta popula o que mudou, mas   possível também que haja uma articula o com as condi es de mobilidade. Parte da redu o da mobilidade espacial também precisa ser considerada a partir dos processos de reten o da popula o para trabalho nos municípios periféricos que, na verdade, já são investigados quanto   continuidade ou mudança na perspectiva de periferia, surgimento e/ou reforço de subcentros (LAGO, 2007; LAGO, 2008; RODRIGUEZ, 2008). Apesar dessa diversifica o, ainda   importante avaliar em que condi es de trabalho e inser o ocupacional essa reten o ocorre, já que ao comparar quem fica e quem sai do município para trabalhar no núcleo, estes últimos apresentam melhores condi es de rendimento e escolaridade, por exemplo (SILVA, 2009).

Ou seja, há um aumento da imobilidade cotidiana intermunicipal na periferia (da perspectiva do movimento pendular), resta saber se essa imobilidade tem operado por uma lógica de escolha ou de

constrangimento, o que buscaremos sistematizar no último capítulo. Apesar disso, a mobilidade vista através da saída de pessoas para trabalho permanece muito maior nesses espaços em relação a outros. Sendo assim, quanto à hipótese de que há uma relação expressiva entre as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares para trabalho, no geral, as informações mostram que ainda há uma dissociação casa-trabalho, que parece ser mais expressiva no contexto daqueles que migraram no espaço intrametropolitano no Rio de Janeiro, indicando, portanto, que a migração realmente se dá por razões de moradia.

c) A migração segundo a divisão social do espaço revela maior atração para áreas mais populares

A dimensão relacionada à moradia está diretamente ligada à localização da população no espaço urbano. A partir deste ponto, para relacionar os movimentos populacionais com a estrutura urbana, consideramos os distintos fluxos migratórios em ou para a metrópole do Rio de Janeiro segundo o tipo socioespacial das áreas. O objetivo é identificar qual tipo de área tem maior atração de imigrantes, portanto, nos gráficos a seguir, apresenta-se a taxa de imigração, que é a participação da população que migrou nos últimos cinco anos sobre a população de 5 anos ou mais do referido tipo socioespacial no núcleo ou na periferia, segundo o tipo de fluxo realizado (lembrar o mapa 7.1 ilustrativo no início do capítulo). Por exemplo, havia 28,4 para cada mil da população das áreas superiores na periferia que eram imigrantes que saíram do núcleo em 1991 (e foram morar na periferia em áreas superiores). Na metrópole do Rio, em 1991, essas áreas superiores na periferia, apareciam apenas em Niterói. É importante ressaltar que o denominador é a população total de 5 anos ou mais no referido tipo socioespacial no núcleo ou na periferia⁵.

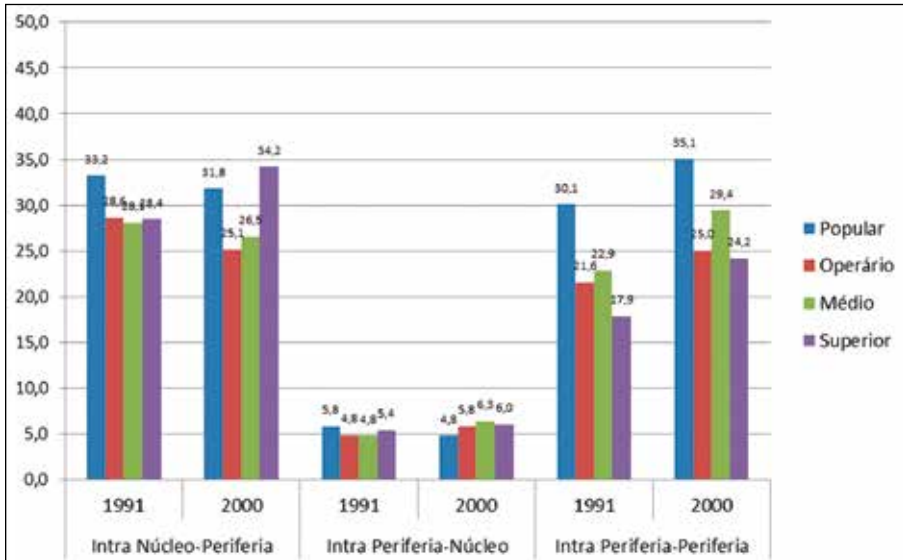
Ao observar essa proporção para os fluxos intrametropolitanos (gráfico 7.1), nota-se que em 1991, a participação daqueles que saíram do núcleo e foram morar na periferia fica em torno de 28 para cada mil nos tipos superior, médio e operário na periferia. Nas áreas populares, essa participação foi maior – cerca de 33 por mil, ou seja, a taxa de migração núcleo-periferia foi maior nas áreas populares. Já em 2000, diminuiu um pouco a participação de imigrantes que saíram do núcleo para a periferia em todos os tipos, exceto nas áreas superiores, que

aumenta de 28,4 para 34,2 por mil. Por que esse aumento da participação da migração núcleo-periferia para áreas superiores? Apesar de Nova Iguaçu também passar a ter uma área de composição superior em 2000, apenas 5% destes migrantes foram para este município, 95% dos imigrantes que saíram do núcleo e foram morar em áreas superiores estavam em Niterói, como os processos de ocupação ocorridos em Itaipu, Piratininga, etc. Portanto, esse aumento continua sendo explicado pela atratividade de Niterói, que é um município com bons indicadores socioeconômicos no Estado do Rio de Janeiro. No mapa em anexo da distribuição dos migrantes núcleo-periferia segundo tipo de fluxo, nota-se o aumento de 1991 para 2000 dos percentuais na orla de Niterói, áreas predominantemente superiores – seriam indícios de um possível processo de suburbanização? Apesar disso, em termos absolutos, o volume de migração do núcleo para a periferia é muito maior nas áreas populares, principalmente de outros municípios.

No fluxo inverso periferia-núcleo, os valores são mais reduzidos, pois este é um movimento menos expressivo, apesar disso em 2000 aumenta um pouco, diminuindo apenas nas áreas populares, mesmo assim as taxas ficam em patamares bem mais reduzidos. Já para as trocas migratórias na periferia, os valores são menores no tipo superior em 1991 (que também é menos comum na periferia), e a taxa de imigração é maior nas áreas populares também. Estas trocas entre os demais municípios metropolitanos aumentam em todos os tipos socioespaciais na periferia, e o fluxo periferia-periferia continua mais elevado nas áreas populares.

Nos demais tipos de fluxos intraestaduais e interestaduais (gráfico 7.2), as taxas são geralmente mais altas nos dois extremos, áreas superiores e populares, sendo ainda maior nas áreas superiores – ou seja, havia uma participação de imigrantes de outras regiões do próprio Estado do Rio e também de outros estados nos municípios de Rio de Janeiro e Niterói. Já os movimentos intraestaduais diminuem sua participação em 2000, como já visto a metrópole do Rio de Janeiro não é tão atrativa para as demais regiões do Estado. Já os movimentos interestaduais aumentam tanto no núcleo quanto na periferia em todos os tipos, sendo que no núcleo com taxas maiores principalmente nas áreas superiores, mas também nas populares.

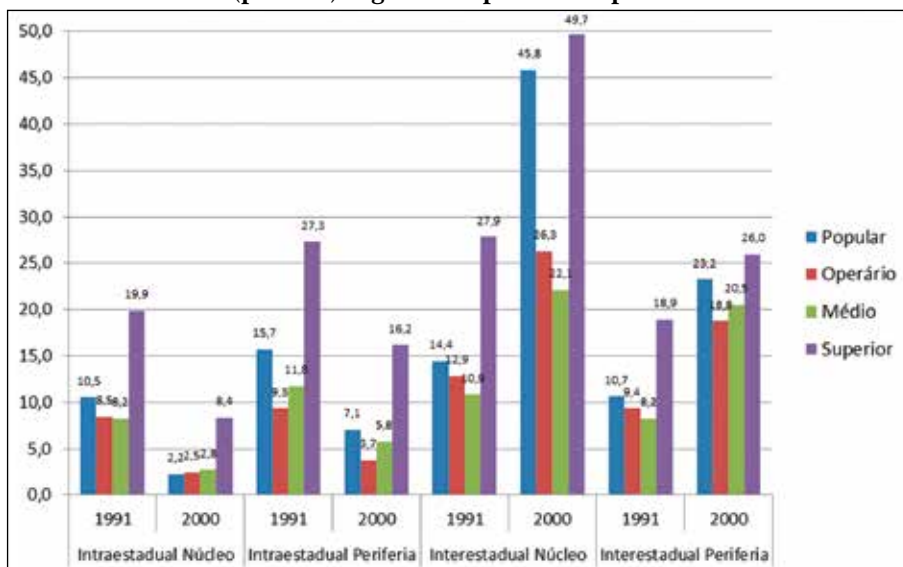
Gráfico 7.1 – Metrôpole do Rio de Janeiro: Taxa de Imigração Intrametropolitana (por mil) segundo Tipo Socioespacial – 1991 e 2000



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Interessante observar esse comportamento elevado de imigrantes tanto nas áreas populares quanto nas superiores principalmente para os fluxos interestaduais, o que sugere um duplo movimento de maior distância, aqueles com origem em capitais e regiões mais urbanizadas de outros estados que têm condições de ir morar em áreas superiores, e também uma mobilidade de pessoas com origem em áreas mais desfavorecidas que vão morar em áreas populares – em trabalho anterior também verificamos evidências dessa distinção (SILVA, 2009). Provavelmente a lógica que opera sobre as elevadas taxas para esses dois tipos de áreas tão distintas não deve ser a mesma.

Gráfico 7.2 – Metrôpole do Rio de Janeiro: Taxa de Imigração Intra e Interestadual (por mil) segundo Tipo Socioespacial – 1991 e 2000



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Observar a taxa de imigração é importante para ter uma ideia da proporção de pessoas que migrou em relação à população total (o que contribui para ter uma noção do impacto da migração sobre os diferentes tipos de área), mas pode ocultar alguns aspectos do universo apenas dos migrantes, já que o porte populacional muito elevado como das áreas populares e mais reduzido como das áreas superiores, influenciará nessa participação. Sendo assim, apresenta-se a distribuição somente dos migrantes por tipo socioespacial e fluxo realizado.

Essa distribuição possibilita analisar apenas a população que realizou o processo migratório recente (tabela 7.5). Em 1991, os imigrantes que saíram do núcleo metropolitano se distribuíram mais entre áreas operárias e populares na periferia, com maior participação em áreas operárias, para 2000 diminui muito a participação nas áreas operárias, sendo 64% dos movimentos para áreas populares. Claro que é importante considerar que nos anos 1990, a metrôpole do Rio de Janeiro experimentou uma ampliação do mundo popular, pois diminuíram muito as ocupações que pesam no tipo operário, como os trabalhadores do setor secundário (que envolvem trabalhadores manuais da indústria moderna e da tradicional, trabalhadores manuais

de serviços auxiliares, trabalhadores manuais da construção civil). Esse processo fez diminuir também a composição do tipo socioespacial operário – que teve reflexo nesse destino obviamente. Mesmo assim, o tipo que mais aumenta e que mais vai receber os emigrantes do núcleo é o popular, reforçando também esse universo (como visto no capítulo anterior, entre as áreas que experimentaram mudança de tipo, são justamente as que mudaram de operária para popular que também apresentaram uma dinâmica demográfica mais acentuada). Apesar de algumas alterações, os movimentos migratórios da periferia para o núcleo continuaram apresentando maior participação em áreas médias. As trocas entre a própria periferia também apresentam comportamento semelhante ao primeiro tipo de fluxo, aumentando consideravelmente sua participação nas áreas populares.

Já quanto aos movimentos com origem externa à própria metrópole, para os que foram em direção ao núcleo e saíram do próprio Estado do Rio de Janeiro, os principais destinos foram áreas superiores e médias, já entre os que foram para a periferia e também saíram de outra região do Estado, foram majoritariamente para áreas populares em 1991, aumentando sua participação em 2000 (de 43,6% para 64,3%). Para os movimentos interestaduais, entre os que foram para o núcleo, em 1991 a proporção era maior em áreas superiores e médias, entretanto, em 2000 estas perdem participação, e as áreas populares aumentam de 8,5% para 30,8% de imigrantes interestaduais no núcleo. Aqueles que saíram de outro Estado e foram residir na metrópole fora do núcleo, tinham em 1991 maior participação nas áreas operárias (42%) e depois nas populares (37,4%), mas em 2000 a participação nas áreas populares também aumenta muito, passando a abarcar 63,4% dos imigrantes interestaduais na periferia.

Ainda quanto à distribuição dos migrantes, nos mapas em anexo⁶ (A.3 a A.13), podemos notar que os que saíram do núcleo para a periferia em 1991 se concentravam mais em direção à Baixada Fluminense, já em 2000 essa concentração maior em algumas áreas diminuiu, mas os valores aumentam em outras as áreas, especialmente em algumas áreas do outro lado da Baía de Guanabara, como em Niterói e Maricá. Para o movimento realizado da periferia para o núcleo (mapas A.5 e A.6), os valores eram mais reduzidos, como vimos. Já entre os que realizaram movimentos na própria periferia, tinham maior participação em 1991 em áreas operárias de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, São Gonçalo, e áreas

populares de Maricá, Magé, Itaboraí e também de São Gonçalo. Em 2000, essa participação fica entre a Baixada, São Gonçalo e Itaboraí (mapas A.7 e A.8 – anexo). Quanto aos movimentos intraestaduais e interestaduais, pode-se observar os mapas A.9 até A.12 – que mostram a expressividade do município núcleo especialmente no caso dos movimentos interestaduais.

Tabela 7.5 – Metr pole do Rio de Janeiro: Distribui o dos Migrantes segundo Tipo Socioespacial – 1991 e 2000

Tipos Socioespaciais (destino)	Núcleo-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia	Intra-estadual Núcleo	Intra-estadual Periferia	Inter-estadual Núcleo	Inter-estadual Periferia
1991							
Superior	3,9	20,1	3,0	34,9	8,9	35,2	7,8
Médio	14,5	47,8	14,5	38,4	14,4	36,5	12,7
Operário	42,8	22,0	39,5	18,1	33,1	19,8	42,1
Popular	38,9	10,1	43,1	8,6	43,6	8,5	37,4
Total (100%)	117.255	25.178	95.740	53.811	49.460	74.667	39.049
2000							
Superior	4,9	16,3	3,3	38,1	10,5	24,5	5,1
Médio	15,3	50,3	15,9	36,8	14,9	31,8	15,9
Operário	15,5	15,7	14,4	11,2	10,3	12,9	15,6
Popular	64,3	17,7	66,4	13,9	64,3	30,8	63,4
Total (100%)	136.124	31.669	145.276	18.865	30.366	174.774	100.832

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

Foi possível notar que para os movimentos intrametropolitanos, entre aqueles que foram para os municípios da periferia ou mudaram de residência entre estes, há uma participa o maior nas áreas populares. Isso também se evidencia para os movimentos intra e interestaduais, ou seja, aumenta a propor o de pessoas que migraram para a metrópole ou nela mesma que foram para áreas populares na periferia. Para os movimentos da periferia em dire o ao núcleo, já havia uma participa o considerável nas áreas médias que aumenta ainda mais em 2000, entre os que vieram de outras regiões do Estado há uma maior concentra o em áreas médias e superiores, mas para os que vieram de outros Estados a distribui o   mais equilibrada, também com participa o expressiva nas áreas populares.

Como já dito, essa atratividade das áreas populares também é explicada pelo próprio aumento do mundo popular nos anos 1990 na metrópole do Rio, mesmo assim, observando a taxa de imigração (que é a proporção em relação à população total), essa expressividade das áreas populares também é considerável, o que nos leva a sugerir que realmente são as áreas com posição mais inferior na divisão social do espaço que tem maior participação de imigrantes, especialmente nos demais municípios metropolitanos, apesar de também ocorrer com algumas nuances no núcleo. Destaca-se ainda Niterói como município de atração – que potencializa a captação de migrantes nas áreas superiores, à exceção do núcleo.

d) O movimento pendular segundo divisão social do espaço revela maior saída de áreas mais populares

Em decorrência do ponto abordado acima, é esperado que seja justamente das áreas populares que saiam mais pessoas para trabalhar e/ou estudar em outro município, já que essas áreas seriam espaços com maior concentração de população ocupada em estratos mais inferiores da hierarquia sócio-ocupacional. Essa relação entre áreas de pobreza e saída de pessoas para trabalho já foi bastante discutida ao nível dos municípios, em especial pelos estudos sobre “cidades-dormitório” (CANO, 1988; VILLAÇA, 1998; ARANHA, 2005; MOURA et al., 2005; OJIMA et al., 2010; etc.). Certamente há uma relação entre territórios com menor disponibilidade e diversificação de postos de trabalho com a repulsão de população em idade ativa, mesmo residindo nessas áreas – apesar de na atualidade outras implicações existirem para “cidades-residência”, já que a busca por onde residir não passa apenas pela perspectiva do trabalho. O objetivo nesta seção é explorar como fica essa relação no nível intraurbano, considerando o território de saída a partir dos tipos socioespaciais e o território de destino como o município núcleo ou os municípios da periferia – prosseguindo nessa articulação escalar entre áreas de um município e sua articulação com outros municípios.

A taxa de mobilidade aqui apresentada expressa a participação de pessoas por tipo socioespacial no núcleo ou na periferia que saem para trabalhar/estudar em outro município (tabela 7.6). Por exemplo, 5,4 em cada mil pessoas que moram em áreas superiores no núcleo deslocam-se frequentemente para algum município da periferia.

Para as saídas da periferia em direção ao núcleo para trabalho e/ou estudo, as taxas são bem mais elevadas, considerando a participação de pessoas que realiza esses movimentos sobre a população de cada tipo socioespacial na própria periferia. As áreas com maior saída de pessoas (coluna 3) são superiores, nas quais 142 em cada mil (ou 14,2%) deslocavam-se para o Município do Rio de Janeiro, contrariamente ao que se esperava nas áreas populares a saída era de 98,4 por mil – mais reduzida que nas áreas superiores. Já nos fluxos periferia-periferia, a saída é maior nas áreas médias (59 por mil da população total).

Devido à expressividade do Município de Niterói, que pesa na composição superior na periferia, retirou-se esse município para ver como ficariam essas taxas (nas duas últimas colunas ainda da tabela 7.6). A saída das áreas superiores (em relação à população dessas próprias áreas) se reduz como em todas as áreas, mas o peso maior não passa a ser das áreas populares e sim das áreas operárias e médias na periferia. Para os movimentos na própria periferia passam a ser as áreas médias com maior saída de pessoas. Isso revela que as áreas mais superiores têm maior proporção de pessoas que realiza movimento pendular em relação à população total destas áreas, entretanto, deve-se ressaltar que tais áreas têm porte populacional mais reduzido. Sendo assim, sob esse olhar da taxa (proporção), incluindo ou não Niterói na periferia, a hipótese de que são as áreas populares que têm maior saída de pessoas não se confirmaria.

Essa não comprovação pode decorrer também de alguns fatores. Primeiramente, como já colocado para a migração, as áreas superiores abarcam parcela bem mais reduzida de áreas na periferia, diante das quais qualquer número mais elevado de pessoas que fazem movimento pendular em direção ao núcleo já ganha maior expressividade. De qualquer forma, é uma proporção elevada. Mas em segundo lugar, foi considerado aqui o denominador diferenciado para cada tipo no núcleo ou na periferia, o que torna as taxas mais elevadas. Em trabalho anterior (SILVA, 2010), utilizamos o mesmo denominador da população total de cada tipo socioespacial (independente se na periferia ou no núcleo), em que os resultados mostravam maiores taxas de saída de movimento pendular nas áreas populares, mesmo em direção ao núcleo. Além dessas duas considerações, há também uma distinção ao nível do território e do indivíduo na abordagem dos deslocamentos cotidianos. Geralmente ao nível do território são os espaços menos dinâmicos e com menos postos de trabalho que

apresentam maior saída e os espaços com atividade econômica mais dinâmica e diversificada têm maior atração. Já para o nível do indivíduo ocorre o inverso, geralmente são aqueles que têm melhores condições sociais e econômicas que apresentam maior potencial de mobilidade e de romper distâncias maiores (RODRIGUEZ, 2008; SILVA, 2010). Como a tipologia socioespacial se baseia em características dos indivíduos que trabalham, essencialmente sua ocupação e também sua posição, rendimento e nível de instrução, a definição de território está relacionada, portanto, com essas potencialidades individuais.

Tabela 7.6 – MetrÓpole do Rio de Janeiro: Taxa de Mobilidade Intrametropolitana para trabalho (por mil) segundo Tipo Socioespacial – 2000

Origem	Núcleo	Periferia		Periferia sem Niterói	
Tipos Socioespaciais de Origem	Núcleo-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia
Superior	5,4	142,2	25,3	82,9	45,4
Médio	6,1	118,7	59,0	110,8	60,2
Operário	5,2	129,7	46,7	119,4	43,0
Popular	2,3	98,4	47,2	90,4	43,4

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Para esclarecer melhor essa saída, considerou-se apenas o universo daqueles que se movimentam com frequência entre municípios (tabela 7.7), ou seja, a *distribuição* dos migrantes intrametropolitanos nas áreas (independente da população total de tais áreas). Nota-se que para estes que saem da periferia para trabalhar no núcleo há uma proporção bem maior a nas áreas populares na periferia (54%). Na verdade, a proporção de saída na periferia vai aumentando conforme diminui a posição das áreas na estrutura socioespacial – sob essa perspectiva a hipótese se confirma.

Tabela 7.7 – Metr pole do Rio de Janeiro: Distribui o da Popula o que realiza Movimento Pendular por Tipo Socioespacial – 2000

Tipos Socioespaciais	Núcleo-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia	Total
Superior	16,5	5,6	2,3	5,0
Médio	56,5	18,6	21,0	20,8
Operário	16,7	21,8	17,8	20,4
Popular	10,3	54,1	58,9	53,8
Total (100%)	29.112	500.342	220.110	749.564

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Sendo assim, ao avaliar a hipótese de que   nas áreas populares que há mais pessoas realizando movimento pendular para outro município, observa-se que em rela o   popula o total de cada tipo de área, através da taxa, essa saída   maior nas áreas superiores (ou nas áreas médias e superiores se excluir Niterói), entretanto, em números absolutos a saída   muito maior nas áreas populares da periferia dos demais municípios metropolitanos além do núcleo.

Portanto, com as hipóteses analisadas neste capítulo, já se pode apontar a ocorrência de novos processos de mobilidade espacial na metrópole fluminense, por exemplo, ao mesmo tempo em que há uma migra o intrametropolitana considerável na periferia, especialmente para áreas populares, também há um aumento de migrantes em áreas superiores fora do núcleo (como o caso t pico de Niterói). Além disso, a contrapartida da mobilidade urbana reforça essas indica es, vinculando a migra o intrametropolitana com a dimensão da moradia e o movimento pendular com a dimensão do trabalho em especial.

A investiga o apresentada neste capítulo também nos deu indica es para a análise a ser feita no capítulo seguinte: i) por mostrar, sobretudo, a rela o entre movimentos migratórios e pendulares; ii) por confirmar ainda a importância dessas dimensões na escala intraurbana – com as expressivas diferenças entre as áreas; e iii) por ressaltar as distin es entre os tipos de fluxos, apontando que juntamente com a migra o intrametropolitana, também há expressiva migra o que ultrapassa os limites da metrópole (principalmente no núcleo). Sendo assim, prosseguimos em uma análise mais específica do comportamento destes movimentos nas áreas da metrópole, para finalmente identificar as lógicas de mobilidade espacial que operam no espaço urbano-metropolitano segundo possíveis perspectivas de escolha ou constrangimento.

Notas

¹ O autor trabalha com um recorte de segmentos do sistema de cidades, especialmente a partir do porte populacional. Os tipos de migração citados se baseiam no texto do autor, mas não são uma reprodução literal.

² Silva e Ribeiro (2008); Silva (2009); Silva (2010); Silva, Rodrigues e Ribeiro (2010).

³ Cunha (1990); Matos (2005); Brito e Marques (2005); Rigotti (2008); Rodriguez Rodriguez (2008); Baeninger (2008); Brito (2009).

⁴ Assim como na tabela 7.1, na tabela 7.3 optou-se por não utilizar os municípios em 1991 por nível de integração, isso devido à dificuldade de compatibilizar os dados por causa dos desmembramentos ocorridos. Por isso tem-se o total de 1991 e 2000 (sendo que apenas para este último ano apresenta-se a informação por nível de integração).

⁵ Em trabalho anterior, apresentado no Encontro da ABEP em 2010, utilizou-se o mesmo denominador para todos os tipos de fluxos, ou seja, a população total de 5 anos ou mais de cada tipo na RMRJ. Para refinar mais esses valores, diferenciamos o núcleo e a periferia. Se o destino foram áreas do núcleo, o denominador é a população do tipo apenas no núcleo; se o destino foi algum município da periferia, o denominador é a população total do tipo na periferia. Como já ressaltado, essa taxa visa apenas a ter uma expressão da participação de população que migrou em cada tipo socioespacial e conforme o fluxo que realizou.

⁶ Os mapas do Anexo III, também por tipo de fluxo em anexo, se referem à distribuição dos imigrantes em cada AED (o total é o número de imigrantes), por exemplo, na área da Orla de Niterói em Icaraí, 27% do total de imigrantes vieram no núcleo, Rio de Janeiro.

8. ESTRUTURA URBANA E LÓGICAS DE MOBILIDADE ESPACIAL

“A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar”
(BOURDIEU, 1997).

O acesso ao capital econômico, social e cultural tem estreita relação com as condições de mobilidade, tanto no espaço social quanto no espaço físico. Da perspectiva da localização dos grupos sociais no espaço – referindo-se a estar em um lugar ou poder mover-se entre distintos lugares –, tal acesso remete às condições de mobilidade ou imobilidade espacial. Além das hipóteses exploradas anteriormente, buscamos investigar ainda se é possível e compreensível uma análise da organização do espaço segundo grupos de mobilidade, ou seja, avaliar se também é possível representar a divisão social do espaço metropolitano e mesmo entender a dinâmica da sua constituição através dos grupos de mobilidade espacial. Tais grupos se referem a uma distribuição da população metropolitana a partir de suas trajetórias espaciais intermunicipais – segundo migrantes e não migrantes, entre os que realizam ou não movimento pendular. Neste capítulo, portanto, partimos das condições de mobilidade espacial e buscamos compreendê-las através de uma caracterização socioeconômica e socioespacial dos grupos gerados. A partir desta distribuição será considerada ainda a localização destes grupos no espaço.

O primeiro objetivo será observar se há uma estruturação do espaço metropolitano que também passa pelas condições de mobilidade espacial, ou seja, identificar se há espaços com maior concentração de pessoas “imóveis” (por exemplo, com muitas pessoas que nunca mudaram de residência para outro município e não fazem movimento pendular) e outros com maior concentração de pessoas muito “móveis” (que já mudaram de residência e trabalham em outro município, que se movimentaram mais). Havendo uma estruturação nesse sentido, pretende-se avaliar também se apresenta alguma relação com a divisão social do espaço segundo a tipologia socioespacial analisada no capítulo 6.

O objetivo último será identificar as lógicas de mobilidade espacial (mobilidade ou imobilidade) que devem estar operando no espaço metropolitano – tendo como recorte espacial de análise a metrópole do Rio de Janeiro. Tais lógicas foram identificadas a partir de procedimentos metodológicos e analíticos, constituindo-se numa espécie de síntese da relação entre a dinâmica urbana e populacional, por permitirem sistematizar as trajetórias da população diante dos elementos da estrutura urbana, ou seja, uma possibilidade para analisar as estratégias de apropriação da cidade ou mesmo da metrópole, sob o olhar dos movimentos da população – o que pode nortear estudos posteriores. Afinal, a mobilidade ou imobilidade passa por constrangimentos sociais, econômicos e culturais, mas também pode passar por escolhas pessoais, por uma inserção favorável ou satisfatória no lugar onde se vive e trabalha.

Como já visto, a mobilidade espacial em aglomerações urbanas pode ser analisada a partir das dimensões das mudanças de residência e dos movimentos cotidianos. Como indicadores destas dimensões no nível intermunicipal, consideramos a migração e o movimento pendular, respectivamente. Ainda tomando como referência a metrópole do Rio de Janeiro, para uma melhor compreensão a respeito de suas diferentes áreas quanto à mobilidade das pessoas, utiliza-se uma metodologia que permite classificar estas áreas segundo características da população residente.

8-1 Lógicas de mobilidade espacial: ensaio tipológico na Metrópole do Rio de Janeiro

Sabemos que a produção do conhecimento nas ciências sociais se diferencia dos outros campos científicos em razão de não lidar diretamente com os seus objetos, tornando necessária a utilização dos recursos da prática da indução. Como afirma Florestan Fernandes, estes recursos permitem o acesso aos fatos ou fenômenos observados, ou seja, é possível explicá-los através de “instâncias empíricas que reproduzem tais fatos ou fenômenos. A realidade não é suscetível de apreensão imediata, e a sua reprodução, para fins da investigação científica, exige o concurso de atividades intelectuais deveras complexas” (FERNANDES, 1972, p.5). Um destes recursos mediadores com a realidade objetiva é o da construção de tipos empíricos com a intenção de descrever pela evidência e classificação as propriedades do

fenômeno que se pretende explicar. Os tipos empíricos nos ajudam, posteriormente, na interpretação das causas e efeitos dos fenômenos, etapa fundamental da produção do conhecimento nas ciências sociais. Esta parte será dedicada à construção de uma tipologia de mobilidade espacial tomando informações empíricas extraídas essencialmente do censo demográfico do Rio de Janeiro. Em seguida vamos procurar usar as informações geradas por este procedimento para interpretar de maneira dedutiva e exploratória o que chamamos de lógicas de mobilidade espacial. É necessário, contudo, preliminarmente, aprofundarmos a delimitação conceitual desta ideia para iluminar a etapa da construção tipológica.

a. Abordagem conceitual para as lógicas de mobilidade espacial

Como já tratado anteriormente nos capítulos 2 e 3 que trouxeram a problematização teórico-conceitual, são vários os determinantes dos movimentos populacionais, sendo difícil a própria elaboração de modelos explicativos que consigam abarcar a sua multiplicidade. Como se defende aqui, no contexto das migrações e da mobilidade urbana atual, há uma diversidade de tipos de movimentos que apresentam suas respectivas peculiaridades, ou seja, há mecanismos explicativos cada vez mais singulares e complexos que atuam sobre as decisões de mover-se no território metropolitano na escala intermunicipal (no caso deste estudo), seja enquanto mudança de residência seja enquanto a realização de deslocamentos frequentes especialmente por razão de trabalho.

Nesse sentido, nossa investigação tem indicado que operam **lógicas de mobilidade espacial** na metrópole, ou seja, lógicas relacionadas tanto à **mobilidade** quanto à **imobilidade** – a apreensão destas lógicas será uma forma de nos aproximarmos das peculiaridades dos movimentos populacionais. Por um lado, essas lógicas podem passar por perspectivas ligadas a um **constrangimento** (uma mobilidade ou imobilidade forçada), que seria a realização ou não desses movimentos por motivos que muitas vezes ultrapassam as aspirações individuais e/ou familiares, e são impostas pelos próprios elementos da estrutura urbana (CASTELLS, 1983), conforme apontamos inicialmente: o acesso ao mercado de terras, a dinâmica imobiliária que organiza a localização das distintas camadas sociais no espaço, a distribuição de centros e subcentros na metrópole e a sua demanda por trabalho,

as condições de mobilidade – tanto pelo sistema físico de circulação como pelo papel dos meios de transporte (principalmente o público, com diferentes linhas, tempos de percurso e custos de deslocamento). Em linhas gerais, pode-se dizer que a dificuldade de acesso a esses mecanismos pode levar a uma mobilidade ou imobilidade forjada por essas condições.

Por outro lado, as lógicas de mobilidade espacial podem estar relacionadas à *escolha*, mediante alternativas possíveis. Markusen e Schrock (2005) ressaltam uma gama de fatores novos que se colocam na concepção da cidade, que também têm relação com a dinâmica demográfica e os movimentos populacionais na contemporaneidade. Apesar de uma forte padronização do consumo, as famílias apresentam grande distinção de gostos e preferências ao consumir e ao residir em determinados espaços. Há novos comportamentos e aspirações das mulheres no mercado de trabalho – que podem influenciar na sua reprodução e aumentar suas perspectivas de movimentar-se. Os trabalhadores urbanos buscam espaços de trabalho com outros interesses além de econômicos e distintos grupos demográficos, como jovens profissionais e idosos, também têm novas perspectivas em relação às cidades e aos serviços oferecidos. Há busca por climas mais amenos, dinâmica cultural, opções de lazer, serviços de saúde, etc. Esses fatores atuando conjuntamente estão constituindo novas diretrizes para promover ou alterar a composição demográfica das cidades e as condições de mobilidade espacial. Nestes casos, os indivíduos e famílias se movem para outras cidades em busca de realização de suas perspectivas quanto ao lugar de moradia e/ou de trabalho, podendo ou não realizar movimentos cotidianos para outras cidades. Na outra ponta dessa perspectiva de escolha, está também a imobilidade, seja por acomodação, seja por satisfação com as condições em que se encontra – ou seja, a imobilidade não tem apenas um caráter desfavorável.

Além disso, tais lógicas apresentam uma materialização no espaço. Por exemplo, para um grupo de áreas com pouca presença de migrantes e reduzida participação de pessoas que trabalham em outro município, e que ainda apresente condições de rendimento maiores e elevada participação de ocupados nos estratos mais superiores da hierarquia sócio-ocupacional, supõe-se que opera uma lógica relacionada à imobilidade espacial por escolha – já que deve haver uma acomodação dessas classes sociais no território. Em contrapartida, para um grupo de áreas com forte presença de imigrantes recentes

que fazem movimento pendular e que apresenta uma composição majoritariamente popular, podemos supor que opera uma lógica de mobilidade sob a perspectiva de constrangimento – tais grupos populacionais devem ter sido constrangidos a realizar mobilidade espacial. Claro que dimensões estritamente individuais e familiares, algumas baseadas em valores sociais e culturais, são difíceis de serem apreendidas, ou seja, há fatores objetivos e subjetivos. Portanto, reconhecemos que trabalhamos com atribuições dos indivíduos residentes nos diferentes espaços da metrópole para nos aproximarmos de sua dinâmica de organização. O lugar de moradia então é um aspecto importantíssimo em toda nossa reflexão.

Em linhas gerais, os movimentos populacionais, sejam os migratórios ou pendulares, passam obrigatoriamente pelo lugar de moradia da população. Estudos sobre a relação entre os movimentos de população e as formas de acesso à moradia são realizados desde muito tempo. Polanyi ao tratar sobre progresso e habitação, já havia ressaltado que a Revolução Industrial trouxe avanços no que se refere aos instrumentos de produção, entretanto, promoveu uma desarticulação na vida das pessoas comuns, aponta especificamente a questão da moradia, afirmando que “foi ainda o progresso, na sua escala mais grandiosa, que acarretou uma devastação sem precedentes nas moradias do povo comum” (POLANYI, 1980, p.57-58). Com a economia de mercado, a motivação para o lucro é o que predomina e não a motivação da sobrevivência. Ou seja, a produção da moradia vai passar menos pelas necessidades reais e muito mais pelas chances de lucro.

Ribeiro (1997), em análise sobre as formas de produção da moradia no Rio de Janeiro, identificou a existência de alguns momentos nessa produção. Primeiramente, uma fase rentista, em que a moradia circula como mercadoria sob o controle das relações de propriedade da terra, predominou em finais do século XIX e início do século XX. Em seguida, surge uma produção simples, sob o controle de pequenos capitais imobiliários também rentistas que exploram os imóveis através do aluguel, vai do início das primeiras décadas do século XX até os anos 1960 aproximadamente. Já a fase da incorporação imobiliária, a partir dos anos 1960, promove a construção como forma de apropriação de um sobrelucro de localização, é marcada por ciclos de *booms* e crises, a montagem do SFH e a introdução de patamares de diferenciação social na cidade também marcam o período, tanto a localização quanto

os tipos de residência vão sofrer impactos desse processo. Com o fim do BNH em 1986 e a crise econômica dos anos 1980, houve também forte restrição aos investimentos na área da moradia. Deve-se ressaltar ainda que o acesso à moradia na metrópole do Rio de Janeiro, na época estudada, ainda não se tinha organizado completamente sob a lógica da mercantilização da terra e da habitação, justamente devido a essa problemática das formas de provisão de moradia.

Atualmente, ao pensar que os movimentos intrametropolitanos estão relacionados, entre outros fatores, às perspectivas de moradia, pode-se fazer duas suposições. Primeiramente, seria que tais movimentos são impulsionados por dificuldade de acesso à moradia. Conforme ressaltamos anteriormente na parte que expõe a problemática urbana atual e suas relações com a dinâmica populacional, vimos que o acesso ao solo urbano nas metrópoles passa formalmente por duas lógicas, uma que tem o Estado como mediador e outra que é a lógica unidimensional do mercado. Mas, como visto também, o *laissez-faire* urbano, a política de tolerância com as formas de ocupação do espaço, fez surgir também a “lógica da necessidade”, que tem sua maior expressão nas moradias irregulares, áreas de risco e também em favelas (WACQUANT, 2001; RIBEIRO, 2008; ABRAMO, 2008). É bem plausível sugerir que as dificuldades ou facilidades de acesso a alguma dessas lógicas também esteja impulsionando as migrações intrametropolitanas, por exemplo, as dificuldades de permanência nos municípios centrais podem ter motivado a saída para os municípios da periferia – seja por preços de aluguel ou limitações para aquisição de imóvel próprio pela lógica do mercado, seja por uma não preferência por acessar a “lógica da necessidade”. Além disso, há a influência da lógica que tem a mediação do Estado, que historicamente promoveu o acesso à moradia para muitas famílias em áreas mais periféricas, muitas vezes com precária infraestrutura e muito distantes dos locais de trabalho e redes sociais. Sendo assim, essa primeira suposição pode estar relacionada, por exemplo, à permanência de processos de *periferização* – uma mobilidade espacial de camadas mais inferiores na hierarquia social, talvez por uma busca por moradia legal e própria. Esses processos foram marcantes na estruturação urbana das metrópoles brasileiras, por deslocarem para áreas mais precárias elevado contingente populacional que não tinha condições de residir em áreas mais centrais com melhor infraestrutura, portanto, um possível exemplo de mobilidade espacial por constrangimento.

Uma outra suposição seria aquela relacionada ao que a literatura denomina o fenômeno da *suburbanização*, especialmente a partir dos fenômenos de expansão urbana nas cidades americanas (SOJA, 1992; DEMATTEIS, 1998; DE MATTOS, 2002; RODRIGUES, 2008; MOURA, 2009), que se refere a um processo de saída de pessoas de camadas médias e superiores da hierarquia social para áreas não tão distantes das áreas centrais, estas comprometidas pelas condições adversas das *deseconomias* de aglomeração, em busca de espaços de residência mais “agradáveis”. Seriam novas perspectivas em relação às cidades, mais próximo do que Markusen e Schrock (2005) colocaram, relacionando-se possivelmente à mobilidade espacial por escolha. Portanto, pretende-se avaliar em que medida há novos processos de mobilidade espacial nas metrópoles ou permanecem lógicas anteriores.

b. Procedimentos metodológicos e analíticos

As lógicas de mobilidade espacial seriam um conceito operacional que sintetiza as condições do movimento da população no espaço, a partir da dualidade escolha *versus* constrangimento e, de certa maneira, os seus efeitos em termos do acesso à cidade (no caso, à metrópole) pensada no quadro das questões trazidas pela relação entre a transição demográfica e urbana colocada no capítulo 2, em que se manifesta a dualidade “estar na cidade” *versus* “apropriar-se da cidade”. Sob tal perspectiva, os procedimentos realizados visam a identificação destas lógicas através das seguintes etapas.

1. Identificação dos tipos de movimento (mobilidade/imobilidade) segundo as seguintes condições:
 - migrante e não migrante;
 - natureza da migração: recente e antigo;
 - mobilidade pendular associada à migração.Essas condições permitiram formar grupos de mobilidade espacial da população.
2. Identificação dos tipos de espaços segundo os tipos de movimento a partir da localização dos grupos de mobilidade espacial da população: definição dos grupos de áreas de mobilidade (os tipos) considerando as condições anteriores e a origem da migração (intrametropolitana, intraestadual e interestadual) para os migrantes recentes; elaboração do mapa dessas áreas da metrópole.

3. Cruzamento entre este mapa obtido com o mapa da mobilidade construída pela pesquisa origem/destino, o que permite avaliar os constrangimentos segundo a mobilidade existente na metrópole (intraurbana e intermunicipal) – procedimento realizado para esclarecer a escala mais abrangente da mobilidade, já que focamos a mobilidade intermunicipal.
4. Identificação de algumas características sociais e demográficas médias dos tipos de áreas segundo mobilidade espacial: quantidade de áreas, população total, população ocupada, população em favelas, média de rendimentos, média de anos de estudo.
5. Cruzamento entre os grupos de áreas segundo mobilidade espacial e a tipologia socioespacial para avaliar a relação entre estes tipos de mobilidade e a divisão social do espaço;
6. Identificação das características sociais dominantes da população ocupada nos tipos de áreas segundo a mobilidade: categorias sócio-ocupacionais por migrantes e pessoas que realizam ou não movimento pendular.
7. Exploração analítica destas informações produzidas para caracterizar os movimentos da população e identificar as lógicas.

Diante da carência de informações mais diretas para analisar as estratégias de apropriação da cidade – na perspectiva das trajetórias da população – e com algumas informações (mas insuficientes) para analisar os constrangimentos e escolhas, está sendo utilizada a expressão “lógicas de mobilidade”. Ressaltamos que se trata de uma análise indutiva e exploratória que abre hipóteses para estudos futuros.

c. Definição dos tipos de movimento e dos tipos de áreas segundo mobilidade imobilidade espacial

Para analisar os espaços da metrópole segundo condições de mobilidade espacial e nos aproximarmos dessas lógicas, realizamos um procedimento que visa identificar grupos de áreas com perfil interno semelhante, porém com perfis diferentes entre os grupos no que se refere à composição da população ocupada segundo migrantes e não migrantes, pessoas que realizam ou não movimento pendular. Para tanto, separamos a população residente entre migrantes recentes, migrantes antigos (exceto os recentes) e pessoas que sempre moraram no município. Estes três grupos ainda foram subdivididos entre

aqueles que fazem ou não movimento pendular. A utilização desses grupos populacionais se deve à importância tanto da migração recente sobre as mudanças ocorridas no espaço metropolitano, como de trajetórias anteriores que contribuíram na constituição desse espaço. Já a mobilidade pendular é uma dimensão que permite apreender a articulação entre as áreas da metrópole – e por ser predominantemente por motivos de trabalho, utilizamos a população ocupada para refinar a análise.

Essa distribuição foi feita para cada área da metrópole¹. Através da análise fatorial por correspondência binária é possível identificar alguns eixos explicativos, que exprimem a relação existente entre as variáveis que dividiram a população residente (no caso, dimensões relacionadas à mobilidade espacial). Por meio destes fatores, foi realizada também a análise de cluster, que identifica agrupamentos de áreas mais homogêneas internamente e mais heterogêneas entre si. Sendo assim, chegamos a cinco grupos, que são os tipos de áreas segundo as condições de mobilidade espacial. A descrição dos procedimentos estatísticos está no Anexo II.

Cabe ressaltar mais uma vez que estamos trabalhando com variáveis que são definidas ao nível do município, portanto, estamos fazendo uma leitura na escala intraurbana de uma articulação intermunicipal. Ou seja, quando falamos em mobilidade ou imobilidade de uma área ou grupo de áreas, referimo-nos a mobilidade da população dessa(s) área(s) com outros municípios (que migraram de outros municípios para a área em que residem, ou que saem da área para trabalhar em outro município).

O empreendimento metodológico descrito tem por objetivo refletir se há uma estruturação do espaço metropolitano segundo os movimentos migratórios e pendulares da população, de forma a contribuir na identificação das lógicas de mobilidade espacial. Na tabela 8.1 apresentamos a distribuição da população total e da população ocupada em relação aos grupos que foram gerados, a fim de apreender suas diferenças e consistências. Na tabela 8.2 seguinte, tem-se apenas os imigrantes recentes por tipo de fluxo, já que para definir origem e destino precisamente ao nível do município só é possível trabalhar com os migrantes por data fixa.

Tabela 8.1 – Distribuição da população total e ocupada por migração e movimento pendular na MetrÓpole do Rio de Janeiro segundo grupos de mobilidade espacial – 2000

Grupos	Sempre morou Pendular	Não Antigo Pendular	Migrante Antigo Pendular	Não Recente Pendular	Sempre morou Pendular	Migrante Antigo Pendular	Migrante Recente Pendular	Total (100%)
População Total								
1	59,2	33,4	6,7	0,3	0,2	0,1		1.585.988
2	74,5	22,0	2,7	0,5	0,2	0,1		4.300.410
3	46,7	31,2	9,2	4,3	6,3	2,4		1.226.792
4	52,2	26,3	4,9	7,8	7,0	1,9		3.697.629
5	42,2	30,7	19,1	1,4	3,3	3,2		79.916
Total	61,3	26,2	4,9	3,4	3,2	1,0		10.890.735
População Ocupada								
1	49,1	41,1	8,6	0,5	0,5	0,2		698.923
2	69,3	25,8	3,3	1,1	0,5	0,1		1.659.990
3	30,6	30,5	7,2	9,6	16,2	5,9		447.018
4	32,3	22,9	3,4	18,3	18,4	4,7		1.337.697
5	32,9	32,5	16,9	2,5	7,8	7,4		29.445
Total	49,6	28,0	4,7	7,4	8,0	2,3		4.173.073

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

Tabela 8.2 – Distribuição dos migrantes data fixa por tipo de fluxo na MetrÓpole do Rio de Janeiro segundo grupos de mobilidade espacial – 2000

Grupos	Núcleo-Periferia	Periferia-Núcleo	Periferia-Periferia	Intra-estadual Núcleo	Intra-estadual Periferia	Inter-estadual Núcleo	Inter-estadual Periferia	Total (100%)
1	-	8,1	-	7,8	-	<u>84,1</u>	-	108.330
2	0,3	19,3	0,2	8,8	0,2	<u>70,6</u>	0,5	118.449
3	<u>35,6</u>	-	<u>32,2</u>	-	8,9	-	23,3	142.285
4	<u>31,1</u>	-	<u>37,1</u>	-	6,4	-	25,4	250.987
5	<u>40,4</u>	-	34,1	-	7,3	-	18,2	17.858
Total	21,3	5	22,8	3	4,8	27,4	15,8	637.909

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

Podemos apontar então os seguintes grupos de áreas segundo mobilidade espacial, considerando principalmente a distribuição da população total:

- O **Grupo 1** constitui um conjunto de áreas com *mobilidade migratória mais antiga e imobilidade pendular*, ou seja, mesmo tendo elevado percentual de pessoas que sempre moraram no município, também há um grande percentual de migrantes antigos (o maior entre todos os grupos), ao mesmo tempo não apresenta considerável movimento pendular – esse grupo abrange a Zona Sul, Barra da Tijuca, Recreio, algumas áreas da Zona Norte, Centro e Jardim Guanabara na Ilha do Governador (todas no município do Rio). Nestas áreas, 84% dos migrantes recentes vieram de outros estados do país, ou seja, é nestes espaços que há a maior presença de migrantes interestaduais.
- O **Grupo 2** caracteriza-se por *imobilidade migratória e pendular*, é o grupo que poderíamos chamar de mais “imóveis” na escala intermunicipal, pois tem o menor percentual de migrantes e baixíssimo percentual de saída de pessoas para trabalho ou estudo em outro município – esse grupo é predominante na Zona Oeste e Norte do Rio, e em áreas da Ilha, abrange ainda algumas pequenas áreas em Niterói. Neste grupo também é muito expressiva a presença dos migrantes interestaduais, cerca de 70%, mas há 20% dos migrantes recentes que saíram da periferia e foram morar no núcleo da metrópole. Ressaltamos que essa imobilidade é sob a perspectiva da migração e do deslocamento pendular, que implicam movimentos entre municípios, ou seja, na escala intraurbana esse grupo pode ter maior mobilidade, que deve ocorrer numa articulação entre áreas do próprio município.

Os dois grupos seguintes são de *mobilidade migratória e pendular*. Entretanto, há alguns diferenciais:

- O **Grupo 3** é o da *mobilidade migratória muito alta e pendular alta*, conjuga expressivo percentual de migrantes (entre antigos e recentes que fazem ou não movimento pendular abrange quase 50% da população), e um percentual também elevado de pessoas que se movimentam cotidianamente – envolve os municípios de Itaguaí, Seropédica, Guapimirim e Tanguá, e partes de Itaboraí, Magé, Niterói, Maricá, Duque de Caxias e Nova Iguaçu – ou seja, é um grupo mais diversificado da periferia em expansão

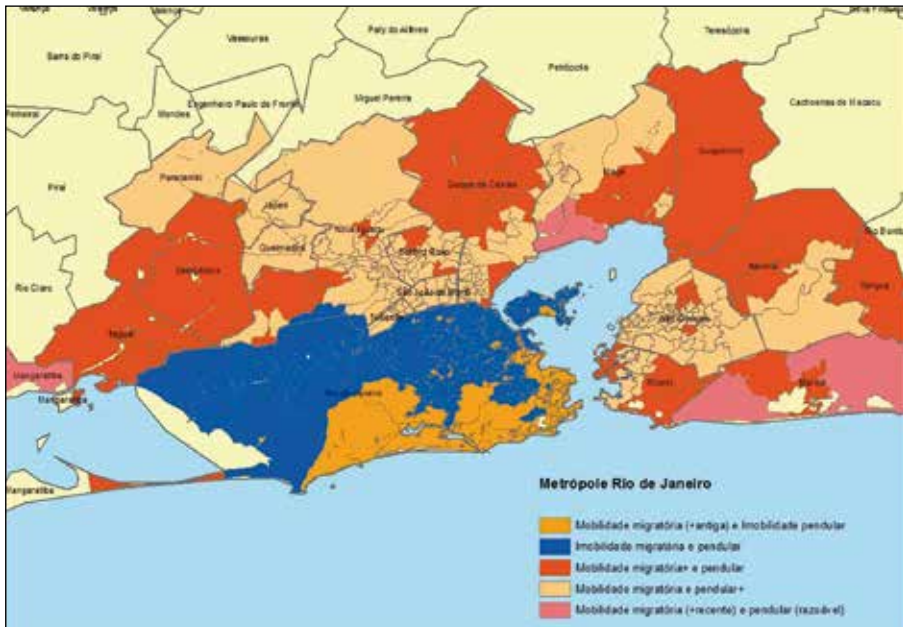
e, em relação ao grupo seguinte, tem maior percentual de migrantes. Neste grupo, há maior participação da migração intrametropolitana, 35,6% dos migrantes recentes saíram do núcleo e foram residir nestas áreas, enquanto, 32,2% fizeram trocas migratórias na própria periferia metropolitana; ainda havia 23,3% destes migrantes que vieram de outro estado do país – valor bem mais reduzido em relação aos dois grupos de áreas anteriores que predominam no núcleo. Algumas áreas de Niterói estão nesse grupo, como principalmente a orla de Itaipu.

- O **Grupo 4** revela uma *mobilidade migratória alta e pendular muito alta*, tem menor percentual de migrantes em relação ao grupo anterior e o mais elevado percentual de pessoas que fazem movimento pendular, especialmente daqueles que sempre moraram no município – envolve parte considerável da periferia mais consolidada da região, como muitas áreas da Baixada Fluminense e partes de São Gonçalo (boa parte da periferia consolidada), Tanguá e Itaboraí, assim como municípios mais distantes do núcleo como Paracambi e área ao norte em Magé. Essas áreas têm o maior quantitativo de migrantes recentes, entre os quais 37% fizeram trocas de residência na própria periferia, 31% havia saído do núcleo, e 25,4% tinham vindo de outro estado.
- Por fim, o **Grupo 5**² apresenta uma *mobilidade migratória mais recente e pendular alta*, este grupo tem o maior percentual de migrantes (somando antigos e recentes, ou seja, tem o menor percentual de pessoas que sempre moraram no município). Mas o que realmente distingue esse grupo dos demais é o maior percentual de migrantes recentes, ao mesmo tempo tem considerável proporção de pessoas que fazem movimento pendular. Se considerarmos como grupo de maior mobilidade aquele com maior participação de migrantes e/ou pendulares (ou seja, excluindo aqueles que sempre moraram e não fazem pendular), esse grupo 5 seria o dos mais “móveis” – envolve partes de dos municípios de Magé, Maricá e Mangaratiba, confirmando o que foi visto anteriormente para estes dois últimos, especialmente pelo peso da migração intrametropolitana que, apesar de não ser tão grande em números absolutos, apresenta a maior participação de migrantes que saíram do núcleo (40%) e expressiva participação entre os que mudaram de residência na própria periferia (34%).

Esses grupos na verdade constituem os tipos de áreas conforme as condições de mobilidade espacial, mas para facilitar a compreensão e não confundir com os tipos socioespaciais analisados nos capítulos 6 e 7, continuamos a denominar por grupos de áreas de mobilidade espacial, inclusive porque vamos analisar esses grupos também segundo a tipologia socioespacial. Sendo assim, para melhor visualização, apresentamos o mapa 8.1 dos grupos de áreas de mobilidade espacial.

Mapa 8.1 – Metrôpole do Rio de Janeiro: Grupos de áreas segundo mobilidade espacial (Migração e Pendularidade) – 2000

Fonte: Censo Demográfico de 2000. Elaboração própria.



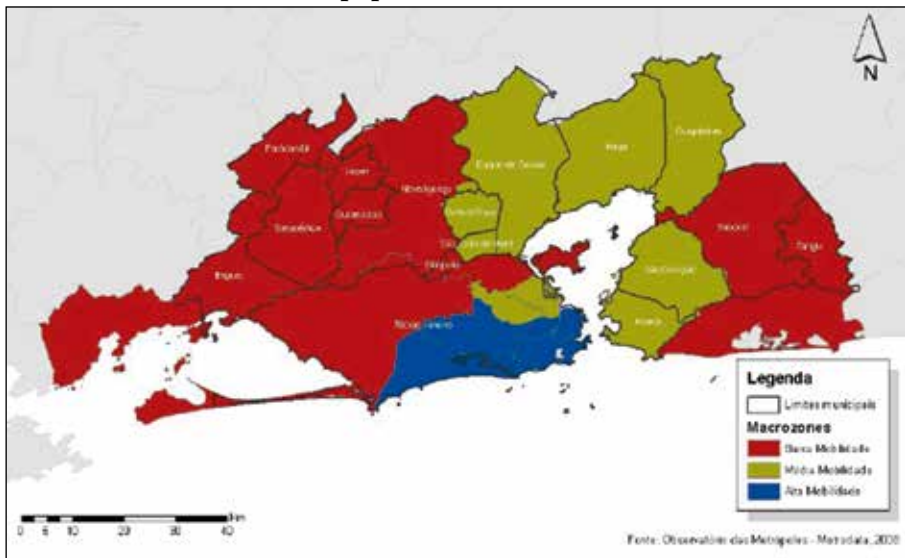
Fonte: Censo Demográfico de 2000. Elaboração própria.

Num primeiro momento, os resultados parecem indicar uma estruturação do espaço metropolitano quanto à mobilidade, especialmente pela forte imobilidade pendular de uma parte considerável do Rio de Janeiro (que se incorpora na dinâmica do mercado de trabalho local, não necessitando mover-se para outro município), assim como pela maior mobilidade migratória recente para municípios em expansão e mobilidade pendular para a periferia mais consolidada.

Para ter uma ideia da mobilidade cotidiana de maneira geral³, tomamos o grau de mobilidade da população (mapa 8.2), medido pelo

número médio de viagens realizadas diariamente (para vários motivos, trabalho, estudo, lazer, saúde, compras, etc). Segundo Ribeiro, Correa e Rodrigues (2008, p. 47), as macrozonas da metrópole foram definidas segundo áreas de alta, média e baixa mobilidade, conforme o índice de mobilidade estando acima, em torno e abaixo da média, respectivamente. Especialmente no município do Rio de Janeiro, podemos notar que boa parte das áreas que ficaram no grupo 2 de nosso estudo, de *imobilidade migratória e pendular*, também têm baixa mobilidade em viagens realizadas, mesmo na escala intraurbana – exceto para parte da zona norte mais próxima ao centro que tem média mobilidade. Já o grupo 1 de nossa metodologia, de *mobilidade migratória mais antiga e imobilidade pendular* (na escala intermunicipal), apresenta no geral alta mobilidade em viagens realizadas, o que sugere que este grupo deve apresentar alta mobilidade intraurbana.

Mapa 8.2 – Metrópole do Rio de Janeiro segundo grau de mobilidade da população (2002-2003)



Fonte: Ribeiro, Correa e Rodrigues, 2008.

Nesta classificação elaborada por Ribeiro, Correa e Rodrigues (2008), as demais áreas correspondem aos demais municípios metropolitanos, em que Niterói, São Gonçalo, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim são áreas de média mobilidade; e Itaboraí, Tanguá, Maricá, Nova Iguaçu, Nilópolis,

Queimados, Japeri, Seropédica, Paracambi, Itaguaí e Mangaratiba são áreas de baixa mobilidade, juntamente com grande parte da zona oeste do Rio de Janeiro.

d. Características sociais e econômicas da população por tipos de áreas de mobilidade

O objetivo com tal procedimento é avaliar se é possível e consistente uma análise do espaço metropolitano segundo grupos de mobilidade da população. Por um lado, vimos que é possível dividir ou chegar a uma separação das áreas segundo as condições de mobilidade ou imobilidade espacial da população residente, gerando alguns tipos espaciais. Por outro lado, através da distribuição da população migrante e não migrante que realiza ou não movimento pendular entre os grupos gerados, assim como pela localização dessas áreas, nota-se que também é consistente tal classificação. Resta avaliar se essa divisão guarda também características sociais e econômicas distintas que nos permitam apontar que realmente o espaço da metrópole se organiza conforme condições de mobilidade espacial atrelada à própria estrutura urbana da metrópole.

Diante disso, o próximo passo foi analisar a composição social, econômica e ocupacional destes grupos de áreas de mobilidade gerados, através de alguns indicadores socioeconômicos que constam nas tabelas 8.3 e 8.4, o que nos permitiu notar que há diferenciais expressivos.

Tabela 8.3 – Características populacionais e socioeconômicas dos grupos de mobilidade na Metrôpole do Rio de Janeiro – 2000

Grupos de Áreas de Mobilidade	Qtde de áreas	Pop. Total (%)	Pop. Ocup. (%)	Pop. em Favela (%)	Média de Rend.	Média de AE
1 - Mob. migratória + antiga e Imob. pendular	13%	14,6	16,7	39,0	R\$ 1.418,27	7,3
2 - Imob. migratória e pendular	33%	39,5	39,8	11,8	R\$ 793,76	6,7
3 - Mob. Migratória muito alta e pendular alta	13%	11,3	10,7	1,9	R\$ 684,70	5,4
4 - Mob. migratória alta e pendular muito alta	40%	34,0	32,1	2,5	R\$ 523,71	5,3
5 - Mob. migratória + recente e pendular alta	1%	0,7	0,7	1,7	R\$ 520,38	5,0
Total	443	100,0	100,0	11,4	R\$ 798,18	6,2

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

Tabela 8.4 – Distribuição da população segundo grupos de mobilidade na Metrópole do Rio de Janeiro por tipo socioespacial (%) – 2000

Grupos de Áreas de Mobilidade	Superior	Médio	Operário	Popular	Total (100%)
1 - Mob. migratória +antiga e Imob. pendular	40,2	14,6	13,9	31,2	1.585.987
2 - Imob. migratória e pendular	6,1	57,3	16,8	19,9	4.300.410
3 - Mob. Migratória muito alta e pendular alta	10,8	9,7	4,8	74,7	1.226.792
4 - Mob. migratória alta e pendular muito alta	2,0	19,6	23,4	55,0	3.697.629
5 - Mob. migratória +recente e pendular alta	0,0	0,0	0,0	100,0	79.916
Total	10,2	32,5	17,1	40,2	10.890.734

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

O grupo 1, de áreas de *mobilidade migratória mais antiga e imobilidade pendular*, revela lógicas de mobilidade que parecem passar por uma perspectiva de acomodação, já que tem muitas pessoas que sempre moraram e migrantes antigos. É o grupo que concentra trabalhadores com melhor posição na hierarquia sócio-ocupacional, diante do que, também apresenta maior proporção de áreas que são superiores na tipologia socioespacial abordada anteriormente (40%), simultaneamente tem proporção considerável de áreas populares. Conforme visto no capítulo inicial sobre urbanização e metropolização, essa mobilidade migratória mais antiga é fruto de processos migratórios anteriores, nos quais havia grande entrada de migrantes nas metrópoles.

Ao mesmo tempo, entre os migrantes recentes (tabela 8.2), esse grupo 1 também apresenta a maior participação daqueles que vieram de outros estados, revelando a atração que o núcleo da metrópole ainda tem sobre a imigração interestadual. Para boa parte desses migrantes, conforme Brito (2009) comenta, ainda há uma inércia de trajetórias migratórias anteriores, que opera sob uma lógica da sobrevivência social. Para alguns grupos populacionais, os núcleos ainda são espaços de esperança para inserção no mercado de trabalho, refletindo ainda a etapa da transição urbana caracterizada pela conquista da cidade, nesse caso a conquista da metrópole, mas a tendência da migração de longa distância é de declínio, como já tratado anteriormente. Nestas áreas, são os migrantes que têm uma participação maior de trabalhadores do secundário e terciário (68,7%), já os não migrantes têm participação maior na hierarquia sócio-ocupacional.

Entre quem faz movimento pendular, apesar do número reduzido, há elevado percentual nas categorias mais superiores. Ou seja, é uma área nuclear consolidada com elevada participação de migrantes antigos, mas também tem profissionais com posição superior na hierarquia sócio-ocupacional que apresentam condições de mover-se (provavelmente, pela própria definição das categorias sócio-ocupacionais, com capital econômico, social e cultural para mover-se no território), para estes deve operar lógicas relacionadas à *escolha*. Nestas áreas, portanto, há uma lógica de sedimentação, pois agrupam indivíduos que controlam recursos (ativos) úteis ao aproveitamento de oportunidades.

Entre os ocupados no grupo 1 (tabela 8.5), 6,8% são dirigentes e pequenos empregadores (maior participação entre os grupos de áreas), 42,8% são profissionais de nível superior ou de categorias médias. Apesar de ser composto por boa parte de áreas superiores, esse grupo tem uma participação também considerável de trabalhadores do terciário e do secundário (embora seja a menor proporção entre os grupos de áreas), provavelmente por pessoas que buscaram residir próximo aos locais de emprego, talvez precariamente, ou por aqueles que podem residir no local de trabalho, como os empregados domésticos.

É muito importante observar que, apesar de ter a maior média de rendimentos e alta concentração de camadas superiores, esse grupo de áreas (que há apenas no núcleo) tem mais pessoas vivendo em áreas populares do que o grupo 2 (que também predomina no núcleo). Além disso, e principalmente, apresenta o maior percentual de população que vive em favelas (40%). As condições de mobilidade e imobilidade nos remetem à ideia do ajuste entre as classes sociais no espaço, pois algumas áreas de contexto social mais baixo também estão próximas das oportunidades de trabalho, mesmo que em condições mais precárias.

Ao retomar a dimensão do espaço social urbano-metropolitano que apresenta fronteiras e distâncias reais e simbólicas, a concepção proposta por Ribeiro e Lago (2001) e Vignoli (2008) de que algumas cidades permitem uma “aproximação” entre espaços de condições sociais diferenciadas parece bem evidente no Rio de Janeiro, pois suas áreas de condições socioeconômicas mais inferiores não apresentam uma saída expressiva de pessoas para trabalho em outro município como nas demais áreas pobres da metrópole, ou seja, essa população

está mais perto dos postos de trabalho oferecidos no município central. A noção do “regime urbano” vista no capítulo 6 também é fundamental nesta análise, pois há aspectos institucionais relacionados à própria história política e local de cada cidade. Portanto, essas áreas – mais consolidadas tanto por pessoas que sempre moraram nos municípios quanto por pessoas de migração antiga e também por pouca saída para trabalho – apresentam melhor posição na hierarquia social e espacial, têm uma população com melhores rendimentos e média de escolaridade, mas também abrigam camadas sociais mais pobres.

Tabela 8.5 – Distribuição da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais segundo migração e movimento pendular: Grupo 1 – 2000

Categorias	Dirigentes e Pequenos Empregadores	Profissionais de nível Superior e Categorias Médias	Trabalhadores do Secundário e Terciário	Total (100%)
Não migrante	7,2	44,1	48,7	625.628
Migrante	2,5	28,8	68,7	60.483
Pendular	19,7	63,8	16,5	8.020
Não pendular	6,7	42,5	50,8	678.091
Total	6,8	42,8	50,4	686.111

Fonte: Censo demográfico de 2000.

No grupo 2, marcado por *imobilidade migratória e pendular*, também fica evidente uma acomodação devido à consolidação da ocupação desses espaços, já que são mais fortemente marcados pela imobilidade, tanto pela reduzida participação de migrantes quanto de pendulares. Essa imobilidade não expressa necessariamente precariedade, já que tem melhores rendimentos (R\$ 793,00 em média no ano 2000) e nível de escolaridade (média de 6,7 anos de estudo), ficando atrás apenas do grupo 1 nestes indicadores. Esse grupo tem maior presença de áreas médias conforme a tipologia socioespacial. Portanto, a imobilidade pode ocorrer não apenas por constrangimento, mas por condições de residir e trabalhar no próprio município, pela força da relação com o lugar, por aspectos familiares, entre outros. Como já apontado por Silva (2009) e também identificado nas áreas anteriores, o Rio de Janeiro parece permitir uma relativa acomodação espacial de classes sociais diferentes, incorporadas sob diversas lógicas no mercado do solo, também com inserção ocupacional sob variadas relações de trabalho – o que contribui para explicar a mobilidade espacial pendular bastante

reduzida neste município. Com menor proporção que no grupo 1, porém com maior entre os demais grupos, as áreas desse grupo 2 também têm elevada participação de população residindo em favelas, quase 12% – confirmando a predominância da população moradora em favelas no núcleo.

Esse grupo dos mais “imóveis” está predominantemente no Município do Rio e em algumas partes de Niterói. Na tabela 8.6, nota-se que em relação à população que trabalha nos respectivos municípios, entre os migrantes, há maior proporção para os que trabalham em atividades do secundário e do terciário (63,4%), para os que não são migrantes, a proporção nessas atividades é de 53,3%. Entre a população que reside e trabalha no município, predominam os trabalhadores do terciário e secundário. Para os poucos que não trabalham no próprio município, há considerável participação de dirigentes e pequenos empregadores, o que provavelmente deve referir-se a uma saída de Niterói. Para este número reduzido, a saída para trabalhar em outro município deve ser muito vantajosa, entre os quais deve operar lógicas relacionadas à escolha mediante possíveis alternativas. De qualquer forma, esse grande grupo da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro e pequenas áreas de Niterói parece estar integrado na dinâmica do mercado de trabalho especialmente no núcleo.

Tabela 8.6 – Distribuição da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais segundo migração e movimento pendular: Grupo 2 – 2000

Categorias	Dirigentes e Pequenos Empregadores	Profissionais de nível Superior e Categorias Médias	Trabalhadores do Secundário e Terciário	Total (100%)
Não migrante	3,5	43,2	53,3	1.577.593
Migrante	2,0	34,6	63,4	55.538
Pendular	6,0	63,5	30,5	27.895
Não pendular	3,4	42,5	54,1	1.605.236
Total	3,4	42,9	53,7	1.633.131

Fonte: Censo demográfico de 2000.

As áreas do grupo 3, identificadas como de *mobilidade migratória muito alta e pendular alta*, parecem ser as mais diversificadas envolvendo algumas áreas da periferia em expansão. É o grupo com maior percentual de migrantes na população total, praticamente a metade (considerando antigos e recentes), também tem uma participação

notável de pessoas que realizam movimento pendular, sendo que é mais marcante a presença proporcional de migrantes. Esse grupo bastante diversificado abrange 13 % das áreas da metrópole e tem cerca de 2% de sua população em favelas. Em relação aos demais grupos, fica numa posição intermediária quanto à média de rendimentos, é composto principalmente por áreas populares (74%), mas também tem 10% de áreas superiores, que estão no município de Niterói.

Entre os migrantes recentes, 35,6% vieram do núcleo metropolitano e 32,2% fizeram trocas migratórias na própria periferia, havia também uma participação notável de migrantes que vieram de outros estados – o que confirma a expressividade e a heterogeneidade da mobilidade espacial nestas áreas. Além disso, vale ressaltar que entre os migrantes ocupados que fizeram o trajeto núcleo-periferia, 45% trabalhavam no município de origem da migração, ou seja, foram morar nestas áreas da periferia, mas trabalhavam no município do Rio de Janeiro. Conforme dados na tabela 8.7, não há muita distinção na inserção sócio-ocupacional entre migrantes e não migrantes, segundo os grandes agrupamentos de categorias.

Entre os profissionais de nível superior e categorias médias, também há maior participação para quem faz movimento pendular. Já a maior parte dos ocupados que reside e trabalha no mesmo município são trabalhadores do terciário e secundário (70%), o que mostra que estas áreas estão em municípios que oferecem maiores chances de trabalho nestas categorias. Neste grupo e nos dois seguintes (que predominam na periferia), os trabalhadores do secundário têm maior participação, mas não se distribuem de forma igual. Se desagregarmos entre as subcategorias, vemos que, neste grupo com mobilidade migratória alta e pendular considerável, há participação maior de operários da construção civil, seguidos pelos operários dos serviços auxiliares. Portanto, para este grupo 3, parecem operar lógicas distintas de mobilidade espacial, que passam tanto por escolha como por constrangimento, na verdade parece um grupo de áreas relativamente polarizadas, pois ao mesmo tempo em que há a maior concentração de população em áreas populares (74%) entre os grupos analisados, também tem a maior proporção em áreas superiores (10%) entre os 3 últimos grupos de áreas que predominam na periferia (tabela 8.4). Para os migrantes intrametropolitanos deve operar um processo de periferização, mas podemos sugerir investigações quanto à ocorrência de um processo de suburbanização, como em Niterói, sendo este em menor medida.

Tabela 8.7 – Distribuição da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais segundo migração e movimento pendular: Grupo 3 – 2000

Categorias	Dirigentes e Pequenos Empregadores	Profissionais de nível Superior e Categorias Médias	Trabalhadores do Secundário e Terciário	Total (100%)
Não migrante	3,7	28,6	67,7	378.072
Migrante	3,3	30,0	66,7	57.167
Pendular	3,0	35,8	61,2	139.780
Não pendular	4,0	25,5	70,6	295.459
Total	3,7	28,8	67,6	435.239

Fonte: Censo demográfico de 2000.

O grupo 4, que revela uma *mobilidade migratória alta e pendular muito alta*, ao mesmo tempo em que tem 60% de pessoas que sempre moraram no município também tem a maior proporção de pessoas que trabalham em outro município. Nestas áreas, como visto em outros trabalhos (SILVA e RIBEIRO, 2008), geralmente quem sai da periferia mais consolidada e trabalha em outros municípios têm melhores rendimentos, por exemplo. Ou seja, para este grupo deve operar uma lógica de mobilidade e imobilidade espacial relacionada ao constrangimento. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que as dificuldades de deslocamento (o preço dos transportes, o tempo e desgaste despendidos nos trajetos) e as diferenças de idade e ciclo de vida também podem levar a uma imobilidade espacial por escolha, mesmo que esta escolha às vezes leve a uma inserção no mercado de trabalho com menores rendimentos, por exemplo, já que essa periferia também tem se apresentado como lugar de trabalho, como mostram os trabalhos de Lago (2008; 2009).

Mesmo assim, essas áreas especialmente da Baixada Fluminense, apesar da redução do número de pessoas que dela sai para trabalhar em comparação com 1980, ainda apresenta um percentual muito alto deste contingente (em torno de 40% da população ocupada), além de ter também o maior quantitativo absoluto de pessoas que fazem movimento pendular entre os grupos de áreas considerados. Entre os migrantes recentes (1995-2000), 31% saíram do núcleo, 37% fizeram movimentos migratórios na própria periferia e 25% vieram de outros estados – apenas 6% vieram de outras regiões do Estado do Rio de Janeiro. Para tais migrantes ocupados que saíram do núcleo e foram morar nas áreas deste grupo, 57% trabalha no município de origem

da migração, revelando que a dissociação casa-trabalho ainda é significativa. Esse grupo 4 abrange 40% das áreas da metrópole, sendo constituído principalmente de áreas populares (55%), mas também com participação considerável de áreas operárias, a maior entre os 5 grupos de áreas de mobilidade (23%). A consolidação acabou se formando na própria relação territorial existente entre os municípios metropolitanos, principalmente pela permanência dessa relação com o núcleo.

Também neste grupo, as diferenças entre migrantes e não migrantes quanto à inserção nas grandes categorias sócio-ocupacionais não são tão expressivas. Mas se observarmos os que residem nestas áreas e trabalham nos respectivos municípios, o que nos dá uma boa dimensão do mercado de trabalho local nestas áreas, há uma elevada proporção de trabalhadores do terciário e secundário (71,6% na tabela 8.8). Já entre os que saem, também predominam no grande grupo do terciário e secundário, mas há uma proporção maior para os profissionais de nível superior e categorias médias. Embora a relação com o Rio seja muito forte, especialmente em termos de movimento para trabalho, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, por exemplo, já apresentam suas próprias periferias, o que também representa menos dependência do Rio de Janeiro. São Gonçalo praticamente constitui periferia de Niterói, envolvendo população de baixa renda que não conseguiu muitas vezes se fixar na antiga capital. Itaboraí, por sua vez, integra-se a São Gonçalo, que formaria um ‘periferia estendida’ de Niterói (SANTOS, 2003, p. 120). Ao desagregar os trabalhadores do secundário, também vemos que neste grupo da periferia mais consolidada, também há grande proporção de ocupados na construção civil, mas nestas áreas há a maior participação de trabalhadores da indústria tradicional entre os grupos (que fica em quase 22% entre os que trabalham nesses próprios municípios).

Portanto, há uma diversificação (social, econômica, espacial) especialmente nessas áreas mais consolidadas da periferia que se tornam também lugar de trabalho, pois passam por maior inserção da população no mercado de trabalho local, especialmente em ocupações do terciário especializado e não especializado (juntos somam 44% dos que residem e trabalham no município). Para Lago (2007), essas mudanças passam não apenas pela chegada de novos empreendimentos imobiliários nas cidades na periferia, mas também por uma “modernização” com “a chegada dos *shopping centers*, no

início dos anos 90, e com o redirecionamento, mesmo que parcial, dos investimentos públicos em saneamento para essa área” (LAGO, 2007, p. 283). Mesmo assim, há um simultâneo processo de periferização que ainda é marcante nesses espaços.

Tabela 8.8 – Distribuição da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais segundo migração e movimento pendular: Grupo 4 – 2000

Categorias	Dirigentes e Pequenos Empregadores	Profissionais de nível Superior e Categorias Médias	Trabalhadores do Secundário e Terciário	Total (100%)
Não migrante	2,2	28,7	69,2	1.208.195
Migrante	1,8	28,4	69,8	106.496
Pendular	1,3	32,8	65,8	545.903
Não pendular	2,8	25,6	71,6	768.788
Total	2,2	28,6	69,2	1.314.691

Fonte: Censo demográfico de 2000.

O grupo 5 apresenta uma *mobilidade migratória mais recente e pendular alta*, apesar de pequeno em termos populacionais, é o que mais apresenta lógicas relacionadas aos novos padrões migratórios, que devem passar por perspectivas de *escolha*, já que esse grupo também tem feito parte de um processo de expansão metropolitana. A cidade de Maricá, por exemplo, teve elevado crescimento populacional nos últimos anos devido a ações diversas tanto para atrair investidores como para propiciar infraestrutura. Apesar disso, o total das áreas é do tipo popular, é ainda o grupo com menor média de rendimentos e escolaridade. Ou seja, são áreas consideradas pobres pela tipologia socioespacial, mas que ao mesmo tempo têm as maiores taxas de migração entre os grupos de áreas de nossa classificação, especialmente da migração intrametropolitana. Provavelmente isso deve ocorrer porque tais espaços experimentam uma percepção de cidade que envolve aspectos relacionados às condições de moradia, natureza, segurança e qualidade de vida por parte dos migrantes urbanos.

Em nossa análise entre processos de periferização e suburbanização, entre perspectivas de constrangimento e escolha para a explicação desses processos, podemos sugerir também maior investigação para a ocorrência do fenômeno da suburbanização nestas áreas, já que apresentam a maior participação de dirigentes e pequenos empregadores entre os migrantes (7,3%) se comparado aos

demais grupos. Além disso, para os que aí residem, mas trabalham em município diferente, há um 40% de profissionais de nível superior e categorias médias e 5,4% de dirigentes e pequenos empregadores (percentual maior em relação aos grupos 3 e 4 que também predominam na periferia). Ou seja, apesar destas áreas estarem em crescimento e terem elevada migração recente, as pessoas com melhor posição na hierarquia sócio-ocupacional não trabalham nos municípios das respectivas áreas, saem para trabalhar em outro. Este grupo ainda tem a maior participação de trabalhadores do terciário e secundário, principalmente para aqueles que residem nestas áreas e trabalham nos respectivos municípios também entre os não migrantes (tabela 8.9).

Tabela 8.9 – Distribuição da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais segundo migração e movimento pendular: Grupo 5 – 2000

Categorias	Dirigentes e Pequenos Empregadores	Profissionais de nível Superior e Categorias Médias	Trabalhadores do Secundário e Terciário	Total (100%)
Não migrante	3,9	19,8	76,3	20.791
Migrante	7,3	28,0	64,7	6.801
Pendular	5,4	40,5	54,0	5.062
Não pendular	4,6	17,6	77,8	22.530
Total	4,8	21,8	73,4	27.592

Fonte: Censo demográfico de 2000.

Para os resultados a partir da tipologia das áreas, confirmamos a hipótese de que há uma estruturação do espaço metropolitano segundo condições de mobilidade, o que está estreitamente relacionada à estrutura urbana da metrópole. Na verdade, esses processos se complementam, pois o território se organiza segundo a evolução do mercado de trabalho, a dinâmica imobiliária, as condições de acessibilidade, etc. sob intervenções do poder público, das iniciativas do mercado, da atuação da sociedade civil. Entretanto, a população, com suas características individuais e familiares, também se movimenta respondendo a essa dinâmica, o que conjuntamente reorganizará o território.

Também foi possível constatar que as diferenças sociodemográficas no espaço urbano e o próprio modelo centro-periferia devem ser analisados em escalas diferenciadas – o que demanda ainda maior investigação e desenvolvimento empírico e conceitual. Apesar disso, fica a observação de que mesmo trabalhando com o recorte espacial

das áreas, a força da relação núcleo-periferia na escala do município se mantém, já que os grupos de áreas 1 e 2 se concentram no núcleo e os demais na periferia.

Portanto, essa análise nos permite apontar que há uma organização do espaço da metrópole que atua diretamente sobre as chances ou limitações para movimentar-se. Além disso, mesmo para grupos que apresentam tipos de fluxos semelhantes, as lógicas podem ser muito distintas, conforme as condições socioeconômicas, a inserção no mercado de trabalho e a própria localização nas áreas de origem e destino.

8.2. Lógicas de mobilidade espacial: um ensaio de interpretação

Os resultados mostram que a localização da população no espaço segundo os movimentos populacionais realizados contribui na compreensão das lógicas de mobilidade espacial na metrópole. Nesta última seção, visamos retomar os apontamentos anteriores, a fim de sistematizar essas possíveis lógicas. Primeiramente, deve-se ressaltar que mais do que uma contraposição, é a relação entre mobilidade e imobilidade espacial que fica muito marcante, através dos movimentos migratórios e pendulares. Além dessa relação, é preciso considerar que, em última instância, empreender um movimento no espaço depende de uma decisão, o que pode ocultar os reais motivos para tal empreitada, fazendo sempre parecer que foi um movimento por escolha. Vainer (1998) afirma que a migração é geralmente concebida como um ato de escolha num território da liberdade, entretanto, há muitos grupos sociais que são constrangidos a se mover, ou que querem fazê-lo, mas são impedidos por condições diversas. “Deslocamentos compulsórios, restrições à circulação nos falam de um território que não é nem espaço abstrato da racionalidade, nem mera manifestação da estrutura; eles nos contam a história de um território que é lugar do conflito e do exercício do poder” (VAINER, 2000, p.828).

Na escala da metrópole, são os próprios elementos da estrutura urbana que contribuem para compreender as condições para movimentar-se no espaço e a localização das distintas camadas sociais da população. São os processos ligados às formas de provisão de moradia, à inserção no mercado de trabalho, às oportunidades educacionais, às condições de acessibilidade, às perspectivas em relação à cidade, etc., dimensões relacionadas ao acesso ao capital econômico, social, cultural. Portanto, há uma dupla relação entre **mobilidade** e

imobilidade que passa tanto por uma perspectiva de **constrangimento** quanto por uma perspectiva de **escolha**.

Diante destas considerações e com as informações trabalhadas, reconhecendo ainda o olhar a partir da metrópole fluminense, podemos apontar as seguintes lógicas para os movimentos populacionais na metrópole: 1) mobilidade espacial por constrangimento; 2) mobilidade espacial por escolha; 3) imobilidade espacial por escolha; 4) imobilidade espacial por constrangimento.

Para as **lógicas de mobilidade espacial por constrangimento**, podemos citar os movimentos migratórios em direção à periferia, relacionados muitas vezes ao movimento pendular, processo que já vem historicamente ocorrendo na realidade metropolitana brasileira e que inclusive já foi tratado por alguns autores para diversas metrópoles, como citado anteriormente (CUNHA, 1990; JARDIM, 2001; BRITO e SOUZA, 2005; etc.). Confirmamos aqui que essa lógica permanece, tendo sua maior expressão entre os que migraram para a periferia e trabalham em outro município, inseridos no processo de periferação – o que foi mais nítido nos grupos de áreas 3 e 4 (com mais expressividade no grupo 4). Tal lógica da periferação sobretudo por razões de moradia também foi identificada e tratada no capítulo sobre os movimentos populacionais e motivos para a migração no universo metropolitano brasileiro.

Além disso, a relação com as possibilidades de realizar o movimento pendular também é marcante. Isso por que, no processo de formação/consolidação dos aglomerados metropolitanos, a localização espacial das atividades econômicas levou à formação de um mercado de trabalho metropolitano, sendo que tais atividades apresentaram uma concentração considerável em algumas áreas (conforme mostram os resultados da análise sobre a segmentação econômica na metrópole fluminense apresentada no capítulo 6), principalmente nos núcleos, fazendo com que parte da força de trabalho buscasse se localizar próximo às áreas de emprego. Entretanto, essa “proximidade” nem sempre foi ou é possível, e a realização do movimento pendular também foi constituindo-se em uma possibilidade para garantia das condições de sobrevivência no espaço da metrópole – é a mobilidade espacial fruto do distanciamento entre lugar de moradia e trabalho que chega a ultrapassar o limite do município de residência.

Podemos sugerir que para aqueles que são constrangidos a se mover, a mudar de residência por razões alheias a sua vontade, ou

para aqueles que estão “presos” a determinados territórios, há uma situação de vulnerabilidade, perspectiva que também contribui na interpretação desses processos. Como já apontado no capítulo 6, a segregação socioespacial e a segmentação econômica colocam regras desiguais para a relação e localização dos diferentes grupos sociais no espaço. A relação entre sociedade, mercado e Estado acaba por marcar essas dificuldades, e a forma como os indivíduos e famílias se inserem nesta relação ou acessam-na também contribui para determinar suas condições sociais de produção e reprodução na vida urbana. Para Kaztman (1999), a vulnerabilidade passa pela incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio em utilizar as oportunidades disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, a fim de aprimorar sua situação social e qualidade de vida ou evitar sua piora nessas condições. É como se houvesse uma ausência de sincronia entre as exigências para acessar as estruturas de oportunidades que oferecem o mercado, o Estado e a sociedade e os ativos dos domicílios que permitiriam aproveitar estas oportunidades. É uma abordagem bastante relativa, uma vez que a vulnerabilidade está relacionada não apenas à própria situação do indivíduo ou de sua família/domicílio, mas também ao contexto de oportunidades que lhe é apresentado e a capacidade de acioná-lo. Como vimos, as formas de aproveitar essas oportunidades passam em grande medida pela acessibilidade ao capital social, econômico, cultural; se tal acesso é restrito, as chances de mobilidade por escolha são menores (BOURDIEU, 1997), restará a mobilidade por constrangimento ou a imobilidade.

Além disso, há uma dupla lógica de mobilidade na migração de longa distância no núcleo: uma superior e outra inferior, uma que se dirige para áreas superiores e outra para áreas populares, respectivamente – tal processo é mais evidente nas áreas do grupo 1 (que foram denominadas como áreas de mobilidade migratória mais antiga e imobilidade pendular). Quanto a estas migrações que ainda ocorrem para os núcleos metropolitanos, há predominância de fatores de ordem econômica. Como visto no capítulo 5 sobre os motivos das migrações nas regiões metropolitanas, os núcleos ainda exercem forte atratividade por motivos de trabalho. O que poderíamos chamar de segmento inferior neste tipo de movimento também é um exemplo de lógica de mobilidade espacial por constrangimento, refere-se à força da inércia das trajetórias migratórias anteriores que foram construídas durante um longo período como o único caminho para a sobrevivência

social, principalmente durante a intensa urbanização. Ou seja, pode haver ainda uma inércia da primeira fase da transição urbana relacionada à conquista da cidade, no caso de estar na metrópole, já que não há uma articulação perfeita no tempo e no espaço entre as racionalidades dos processos históricos. Citando o caso de São Paulo, por exemplo, Brito (2009) coloca que ainda é comum o fato de muitos continuarem migrando para São Paulo, ou qualquer outro grande centro urbano, mesmo diante de condições distintas daquelas encontradas até os anos 1970. Ou seja, devido a longos anos de instauração de redes sociais e da esperança por ainda encontrar trabalho em grandes cidades, tais movimentos podem se manter, mesmo que as condições objetivas sejam contrárias. Entretanto, cada vez menos migrantes tenderão a percorrer tal trajetória com a motivação que predominava até os anos 1980⁴. Outra dimensão desse processo é que cresce a ocorrência das etapas migratórias num período de tempo mais curto. Ou seja, essa lógica relacionada à migração de longa distância por camadas mais desfavorecidas economicamente, pode gerar posteriormente uma re-emigração, seja de retorno, seja para áreas mais periféricas.

As **lógicas de mobilidade espacial por escolha** também podem operar sobre a outra face da dupla lógica de mobilidade na migração de longa distância no núcleo, tendo como exemplo a migração interestadual para áreas superiores. Em trabalho anterior (SILVA, 2009), também foi possível indicar que tal movimento envolve geralmente uma população mais abastada, que migra por motivos de trabalho ou estudo, tem sua expressão maior entre os profissionais de nível superior, sugerindo que já há uma articulação mais estável no destino, o núcleo da metrópole do Rio de Janeiro.

Nessas áreas superiores, na perspectiva do movimento pendular, também identificamos uma mobilidade por escolha de categorias com melhor posição na hierarquia sócio-ocupacional, ou seja, para os poucos que saem, a saída deve ser vantajosa. Para estes, podemos nos aproximar daquilo que Virilio (1994, apud HAESBAERT, 2004) chama de “novos nômades” – os intelectuais globalizados, ou executivos de grandes corporações, entre outros deste tipo, cujo deslocamento está traçado dentro de um circuito previsto e articulado, devendo existir várias alternativas possíveis. Um exemplo dessa mobilidade pendular por escolha também deve ocorrer para parte da população mais rica de Niterói que trabalha no Rio, especialmente entre os migrantes intrametropolitanos.

Há ainda uma lógica relacionada à mobilidade migratória para a periferia que pode ser por escolha, sendo mais marcante para o grupo 5 – Mangaratiba, Maricá e partes de Magé. Embora em números absolutos seja menor do que nos outros grupos, a proporção de migrantes nesses espaços é muito elevada, principalmente da migração intrametropolitana do núcleo para a periferia. Nessas áreas do grupo 5, que na tipologia socioespacial são áreas populares com menores níveis de rendimento e escolaridade, assim como em algumas áreas de Niterói, como a orla de Itaipu com elevada migração núcleo-periferia e movimento pendular, questionamos se estaria ocorrendo um processo de suburbanização. Segundo Lago (2007, p. 284 e 292), Mangaratiba e Maricá são municípios na fronteira metropolitana em expansão, conectados com a economia do lazer e do turismo litorâneo das chamadas “Costa Verde” e “Costa do Sol”, respectivamente. Inclusive esses municípios haviam retirado-se oficialmente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, buscando “desfazer” o status de periferia metropolitana. Interessante observar que justamente o grupo 5, que antes havia ficado com o grupo 1 do núcleo (ver anexo II), é o que apresenta maior participação de migrantes que saíram do núcleo e também proporção considerável entre estes que trabalham no Rio de Janeiro. Para alguns novos padrões migratórios, como as migrações de retorno ou processos de suburbanização, destacam-se aspectos subjetivos que motivam as migrações, para além dos fatores econômicos. Nessas lógicas, é possível identificar que “o principal objetivo é a busca por melhor qualidade de vida, tranquilidade, proximidade da família etc. Neste caso, alguns migrantes consideram que a migração alcançou seu objetivo, mesmo quando houve redução da renda familiar” (LISBOA, 2008, p.91).

Sobre aquelas perspectivas de periferização e/ou de suburbanização na metrópole, vimos que a segunda perspectiva também pode ser uma linha de investigação, até para um exercício empírico e conceitual comparando a realidade brasileira com as perspectivas de suburbanização em outros países, já que surgem novos padrões migratórios na metrópole, apesar de aplicar-se mais a algumas áreas específicas. Ainda podemos apontar que tal perspectiva de expansão urbana mais próxima da suburbanização também deve extrapolar os limites metropolitanos, abrangendo áreas que autores como Randolph (2007) chama de perimetropolitanas, imediatamente após os limites da metrópole. Embora essa seja uma proposta, nossa

investigação tem conduzido a sugerir que ainda predomina a primeira perspectiva, envolvendo mais processos de periferização, nas quais seriam áreas mais pobres e populares que atrairiam mais pessoas que saem de áreas mais centrais.

Apesar de nosso objetivo ser investigar os movimentos populacionais, ao analisá-los a partir da estrutura urbana das metrópoles, é impossível deixar de identificar a sua relação com a imobilidade no espaço. Se ao falar de mobilidade espacial, é preciso seguir vários caminhos para se aproximar das perspectivas de escolha ou constrangimento, ao tratar sobre a imobilidade, a questão se torna ainda mais complexa, já que a imobilidade pode ser por escolha ou constrangimento, mas também por simples acomodação – quando não há um interesse em mover-se.

Entretanto, com as reflexões e procedimentos realizados, é possível sugerir que também operam **lógicas de imobilidade espacial por constrangimento**, ou seja, grupos sociais que podem não ter empreendido movimento migratório ou não realizar movimento pendular por terem sido forçados a isso, um exemplo é a existência de uma imobilidade pendular em algumas áreas da periferia (como nos grupos 3 e 4). Já que ainda há boa parte da população trabalhadora que faz movimento pendular e para os que ficam geralmente estão inseridos em proporções maiores nas ocupações mais inferiores da hierarquia sócio-ocupacional, fica a dúvida para estes que não trabalham em outro município. Essa imobilidade pendular pode ocorrer pela ausência de condições sociais, econômicas, culturais e até políticas de disputar uma vaga em áreas mais centrais, ou seja, dependerá das chances de acessar a estrutura de oportunidades. Esse contingente tem sua expressão entre aqueles que ficam no município e têm menores rendimentos e escolaridade, por exemplo.

Lago (2007) aciona a tese que tem sido apresentada pela mídia e órgãos públicos sobre uma crescente imobilidade dos pobres urbanos, o que muito se relaciona com a reflexão sobre lugar de moradia e de trabalho. Para tanto, sugere três hipóteses de investigação sobre a realidade da metrópole fluminense: uma é a de que tal processo decorreria de uma “descentralização econômica ‘perversa’, ou seja, áreas populares desconectadas dos centros, abrigando uma economia precária de ‘autossustentação’”; outra é a de que há um crescimento e dinamização de subcentros nas periferias metropolitanas, que poderia gerar “uma economia informal de serviços de baixa qualificação”;

a terceira é a de um “aumento no percentual de desocupados nas áreas periféricas”. A autora identifica que essas hipóteses apresentam distinções segundo as categorias sócio-ocupacionais – enquanto o aumento da imobilidade para os profissionais de nível superior e pequenos empregadores na periferia parece ocorrer por “descentralização virtuosa”, para os ambulantes e biscateiros e ainda os desempregados, por exemplo, parece ocorrer “descentralização perversa” de uma economia popular marcada pela precariedade das condições de trabalho. Ao mesmo tempo, também identifica uma expressividade do desemprego em algumas áreas que também pode sustentar a hipótese da imobilidade dos pobres.

Sob outra perspectiva, para esses grupos na periferia que não se deslocam para outro município também podem operar **lógicas de imobilidade espacial por escolha**. Essa imobilidade pode estar relacionada a uma dinamização do mercado de trabalho local que permite essa retenção, para o que dois fenômenos podem ter contribuído: “a expansão da economia urbana inerente ao próprio processo de urbanização e a crise econômica, na década de 1980, reduzindo a oferta de trabalho no núcleo metropolitano” (LAGO, 2008, p.16). Além disso, também pode estar difundindo-se uma “preferência” por um local de trabalho mais próximo, para desvencilhar-se do drama do deslocamento urbano, principalmente entre municípios. No caso da metrópole fluminense, um exemplo desse drama são as grandes vias de acesso que ligam o núcleo a outros municípios, como a Ponte Rio-Niterói, a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, que nos momentos de tráfego muito intenso, apresentam às vezes longos congestionamentos. Além disso, o aspecto do ciclo de vida e dinâmica intergeracional também podem ser considerados, já que quanto a maior idade ou em etapas mais consolidadas do ciclo de vida, menor a potencialidade de realizar maiores deslocamentos frequentes. Apesar desses elementos mais subjetivos, que são difíceis de apreender, estudos sobre o mercado de trabalho na metrópole fluminense, como referenciado no capítulo 6, indicam claramente que há um efeito da segmentação econômica do espaço metropolitano que interfere diretamente sobre as chances de inserção ocupacional e também de obtenção da renda correspondente às características dos trabalhadores (RIBEIRO, CORREA e RODRIGUES, 2008; RUIZ e PEREIRA, 2007).

Ainda no que se refere às lógicas de imobilidade espacial, podemos apontar sua forte ocorrência no núcleo da metrópole. Essa

imobilidade passa provavelmente por perspectivas relacionadas à escolha, de certa forma, uma acomodação que foi mais visível para os grupos 1 e 2. Para a população dessas áreas deve haver uma força na relação com o lugar que envolve os aspectos familiares, as redes sociais (que podem ter potencializado um movimento no caso dos migrantes), e uma articulação no mercado de trabalho local, além da acomodação espacial de classes sociais diferentes, indicada por diversos autores na cidade do Rio de Janeiro. Ressalta-se que a imobilidade vista aqui é a intermunicipal, se fosse observada a mobilidade ou imobilidade intraurbana, a perspectiva seria outra (como no exemplo do mapa 8.2 apresentado anteriormente). Nesse sentido, a imobilidade vista neste estudo (em que não há o deslocamento para outros municípios) deve relacionar-se a uma integração no mercado de trabalho do próprio município, mesmo que em condições às vezes precárias, especialmente em termos de habitação, como para certos grupos sociais que moram em favelas.

Segundo Ribeiro (2008), temos enfrentado os efeitos de uma das características do novo modelo de desenvolvimento capitalista, “o descasamento entre a hipermobilidade do capital e da riqueza, em contraposição à imobilidade da força de trabalho” (RIBEIRO, 2008, p. 223), essa imobilidade certamente está ligada aos custos com o transporte, que também afeta a mobilidade no interior da própria cidade, como os núcleos metropolitanos. Simultaneamente, o autor também indica que há uma crescente segmentação do mercado de trabalho decorrente das mudanças das estruturas produtivas das metrópoles, em que o desemprego não é o traço mais relevante a ser destacado, “mas a geração da instabilidade dos laços com o mundo do trabalho e a transformação do regime de mobilidade sócio-ocupacional que vigorou no modelo anterior” (RIBEIRO, 2008, p. 223). Portanto, podemos sugerir que na periferia do próprio município-núcleo há uma integração no mercado de trabalho, mas nem sempre em condições estáveis.

Esta investigação ainda toca numa questão fundamental para as metrópoles brasileiras na atualidade, que merece ser notada. Será que tais espaços têm experimentado *rupturas* no modelo de organização do território baseado na **relação centro-periferia**, ou temos *permanências* suficientes que justificam a manutenção do modelo? Como já dito, há duas abordagens teóricas ao se discutir a relação centro-periferia. A primeira é tributária de uma concepção substancialista do espaço,

pela qual as propriedades do espaço que o definem, nesse sentido, a periferia é pensada a partir do que ela não tem em comparação com o centro: emprego, moradia, serviços, etc. Há uma dimensão de espacialização das desigualdades sociais assim como uma visão de acesso à centralidade, pois o modelo centro-periferia passa pela perspectiva de um centro (geralmente com condições sociais, econômicas e produtivas mais amplas e diversificadas) e de uma periferia (com maiores carências dessas condições). Uma segunda concepção seria relacional, em que os termos definem não apenas um local geográfico, mas um conteúdo social, econômico, político “em relação a”; é uma relação de poder entre os espaços que os define. Sob essa segunda perspectiva, é possível reconhecer que a simples denominação de periferia (como espaço de ausências das mais diversas ordens) já não dá conta da complexidade de relações sociais, econômicas, políticas e culturais presentes nos espaços da metrópole que não seriam centrais – ou seja, usar o termo periferia já não remete a uma previsão clara sobre os conteúdos sociais associados à residência num local. Da mesma forma, a ideia de centro tem que ser relacional, uma cidade não se torna um centro em uma rede urbana simplesmente porque é mais autossuficiente ou porque dela saem menos pessoas para trabalhar em outro município, é preciso que haja relações estabelecidas com outras espacialidades, especialmente no que se refere à polaridade (em termos absolutos e relativos, quantitativos e qualitativos, objetivos e simbólicos – não como pares opostos, mas dialéticos, relacionais).

Sugerimos, ao menos na ótica dos movimentos populacionais (mesmo esbarrando na escala em que tais movimentos são analisados), que há uma redefinição do modelo centro-periferia. Na perspectiva da redistribuição populacional e mobilidade espacial, não há uma contraposição clara entre um modelo de fragmentação/exclusão e um modelo dual centro-periferia – o que se observa é uma diversificação do modelo centro-periferia que também passa a operar numa escala mais fragmentada, seriam núcleos e periferias. Isso porque, na organização interna do espaço da metrópole, observa-se através da escala do núcleo (município polo) e da periferia (demais municípios metropolitanos), que ainda há um padrão de movimentos em direção ao núcleo com predomínio da busca por trabalho, enquanto nos demais municípios, predomina o motivo relacionado à moradia (ou seja, dificuldades de acesso à moradia na área de origem e “refúgio” nestes espaços da periferia), já que famílias de renda mais inferior geralmente têm

mais dificuldade em residir no centro, ou residir mais próximo às oportunidades de emprego (LAGO, 2007, p. 276-279). Apesar disso, na perspectiva relacional, o surgimento/crescimento de atividades econômicas, o maior crescimento populacional e o afluxo de imigrantes na periferia geram também uma demanda por certas atividades como as de comércio e serviços – a periferia também tem se tornado um lugar de trabalho, não sendo mais apenas cidade-dormitório.

Ao buscar relativizar essa escala do núcleo-periferia ao nível do município segundo a divisão social do espaço através da tipologia socioespacial, vê-se que o comportamento ao nível do município se reproduz no espaço intraurbano. Em primeiro lugar, porque todas as áreas do município-núcleo (nos grupos de áreas de mobilidade gerados) apresentam uma lógica de imobilidade intermunicipal para trabalho, mesmo nas fronteiras com outros municípios da metrópole, ou seja, o trabalho ainda é fortemente no próprio município de residência. A riqueza ainda está muito concentrada nos polos das metrópoles, e isso também ocorre no Rio de Janeiro. A imobilidade de muitos trabalhadores e a predominância em áreas com precariedade habitacional, especialmente nesses espaços centrais, evidenciam o conflito pela centralidade na ocupação e uso do solo urbano (OBSERVATÓRIO, 2009, p.31-32). Portanto, o núcleo tem suas periferias internas, já que parte desses trabalhadores prefere uma moradia inadequada, mas com garantia de trabalho, mesmo em condições mais precárias; ao mesmo tempo, continua mantendo sua atratividade sobre a periferia (dos demais municípios), já que a taxa de atração de movimento pendular para trabalho ainda é elevada.

Em segundo lugar, surgem núcleos nesta periferia, pois algumas áreas centrais, como nos centros de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e São Gonçalo – cidades de natureza operária que apresentam melhores condições de vida na periferia, como visto no capítulo 6 – igualmente passam a atrair população para trabalho, ou seja, são os núcleos com suas periferias (que, por sua vez, também estão inseridos na escala núcleo-periferia “maior”). Essas áreas centrais na periferia também passam a apresentar dinâmica demográfica mais semelhante aos núcleos, como os ritmos de crescimento populacional mais reduzidos. A existência destes núcleos não indica um sentido de policentrismo, com diversas centralidades na metrópole, isso porque a “centralidade principal” ainda exerce um peso muito maior – o que também é evidente, no caso de nosso estudo sobre os movimentos

populacionais, pelo fato de muitos migrantes intrametropolitanos realizarem movimento pendular principalmente para o município de origem da migração (com predomínio entre os que migraram do núcleo para a periferia e, em segundo lugar, para os que migraram na própria periferia – na escala municipal).

Rodriguez (2008), em seu estudo comparativo para quatro metrópoles da América Latina (São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México e Santiago do Chile), também indica que o monocentrismo é uma realidade nestas metrópoles, não sendo um fenômeno aleatório, pois se concentra nas capitais, geralmente municípios de nível socioeconômico mais elevado (o autor trabalhou na escala municipal para identificar das tendências). Além disso, o fato dos municípios que são atrativos para os migrantes e os que são atrativos para os pendulares formarem conjuntos distintos é um forte indicativo contrário à hipótese de metrópoles policêntricas, o que também confirmamos neste estudo, já que os municípios que mais atraem população para trabalho (os núcleos das metrópoles) são os que mais expulsam migrantes para o entorno – como aponta Rodriguez (2008).

Sendo assim, através da análise dos movimentos populacionais, o que presenciamos na metrópole fluminense, até onde os dados puderam ser analisados, é que há a formação de subcentros metropolitanos, que vem desde a reestruturação industrial dos anos 1980. Acrescente-se a isso, o aumento de demandas por serviços de saúde e educação, atividades de comércio e construção em virtude do crescimento e aglomeração populacional (ou seja, o fato das periferias abrigarem mais famílias tanto de renda mais baixa que para lá foram quanto da população de renda média local também deve ter contribuído no surgimento/fortalecimento desses subcentros).

Portanto, é mais um processo de dispersão urbana (aparentemente, mais populacional do que das atividades) e não necessariamente um processo de policentrismo – com a existência de polaridades diversificadas economicamente. Além disso, sobretudo em períodos mais recentes, boa parte dos movimentos migratórios em direção a tais espaços não advêm de uma potencialidade econômico-produtiva que atraiu os imigrantes, mas das dificuldades relacionadas à moradia, ao deslocamento, à inserção ocupacional nas áreas de origem. Novos subcentros surgem no território metropolitano, mas não compensam o predomínio da centralidade histórica do núcleo.

Diante de tais resultados, confirmamos que realmente há uma

diversidade de tipos de movimentos que são cada vez mais particulares em seus respectivos fluxos, pois enquanto o processo de periferação ainda permanece nas lógicas de mobilidade espacial, há a emergência de novos padrões de mobilidade nas cidades, como o processo de suburbanização expressando novas perspectivas em relação às cidades, mesmo que numa dimensão ainda reduzida se comparado ao processo anterior. Informações mais recentes sobre as dimensões tratadas aqui poderão nos indicar se essa será uma tendência. Como visto no exemplo tomado da metrópole do Rio de Janeiro e mediante as mudanças na dinâmica interna da metrópole com diversificação da relação centro-periferia, coexistem lógicas de mobilidade e imobilidade espacial que passam tanto pela perspectiva de escolha como de constrangimento.

Notas

¹ As áreas de expansão da amostra – AEDs, sendo que no caso do Rio de Janeiro, foi utilizado um recorte espacial mais homogêneo que permite separar as favelas.

² Conforme descrito no Anexo II, esse grupo foi separado do primeiro, a junção destes grupos na primeira análise deve ter ocorrido porque este grupo 5 ficou numa posição intermediária especialmente no que se refere à participação de pessoas que fazem movimento pendular. Como não tinha percentual tão alto quanto os grupos 3 e 4 (em torno de 13 a 16% para a população total), se juntou com o grupo 1, mas ao separar confirmamos a diferença, já que o grupo 1 tem percentuais de pendulares abaixo de 1%, e este grupo que se separou ficou com percentual de pendulares de quase 8%.

³ A mobilidade considerada no estudo de Ribeiro, Correa e Rodrigues (2008) é geral, ou seja, para vários motivos, podendo ser intraurbana ou intermunicipal. A variável utilizada foi o índice de mobilidade das Macrozonas definidas pelo Plano Diretor de Transporte Urbano da RMRJ (PDTU), que por sua vez foi elaborado a partir dos dados da Pesquisa de Origem-Destino 2002-3003. A pesquisa abrangeu uma amostra útil de 34.000 domicílios, onde foram entrevistadas mais de 99 mil pessoas. Para a sua execução, a Região Metropolitana foi subdividida em 485 áreas denominadas áreas de tráfego, que constituem o menor nível geográfico de representação das informações obtidas.

⁴ “Migrantes “potenciais” ainda são gerados pelas grandes desigualdades e pelos agudos desequilíbrios sociais que ainda prevalecem no Brasil. Mas, para esses, a migração de alto risco para as regiões metropolitanas é uma alternativa, não mais para a mobilidade ou ascensão social, mas para a mera sobrevivência. Torna-se uma migração datada, já não é mais uma mobilidade familiar com o objetivo de se mudar de residência, contando com o tempo ao seu lado. Pelo contrário, é uma migração, na sua grande maioria, de curto prazo, para melhorar de vida, não no lugar de destino, mas no lugar de origem” (BRITO, 2009, p. 17).

CONCLUSÕES

A perspectiva da transição demográfica e urbana pode ser retomada aqui, principalmente para indicarmos que a primeira transição urbana já se consolidou, entretanto, aquilo que seria a segunda transição urbana, ainda está vigente para amplas camadas da população, sobretudo as mais pobres que apresentam dificuldade em assegurar suas condições de existência no espaço urbano. As mudanças nos movimentos populacionais – com distâncias mais curtas, relevância dos fluxos intrametropolitanos, a presença considerável de etapas migratórias, a força dos motivos relacionados à moradia e ao trabalho segundo grupos sociais e espaços distintos, etc. – também constituem evidência para essa constatação.

A mobilidade espacial, associada aos processos de estruturação urbana na metrópole, foi o principal objeto de de nossa investigação, sendo encarada como uma dimensão da produção da existência, refletindo as estratégias e trajetórias espaciais dos indivíduos e famílias na busca pela apropriação da metrópole, ou a realização efetiva da conquista desse espaço. Diante das mudanças nos fluxos populacionais envolvendo as metrópoles – em que não há mais uma tendência polarizadora de longa permanência como ocorreu até os anos 1970/1980, em especial em direção às grandes cidades do Sudeste –, a realidade social e histórica indica que passamos de um contexto de mobilidade de massas para uma mobilidade singular, já que presenciamos uma diversidade de tipos de movimentos que são peculiares e complexos em seus mecanismos explicativos.

É interessante observar que as informações sobre mobilidade espacial remetem a diversas dimensões essenciais para a compreensão das mudanças e tendências na estruturação do espaço urbano. O acesso à moradia é um dos elementos importante nessa relação. A concentração do mercado imobiliário por parte de grandes incorporadoras torna ainda mais seletivo o acesso à moradia em áreas mais bem servidas de equipamentos públicos e privados. Ou seja, o aparato legal que regula as condições de acesso à terra assim como as políticas urbanas de forma geral e as habitacionais em particular acabam dificultando tal acesso para camadas mais pobres da população – o que certamente teve impacto na mobilidade espacial por constrangimento, especialmente

para os movimentos intrametropolitanos. Além disso, os agentes imobiliários (construtores/produtores de moradias) desenvolvem uma série de ações para mudanças no uso do solo, atuam sobre a estrutura espacial existente, reservam grandes áreas para especulação, etc. Num contexto urbano em que o mercado tem preponderância, a organização e distribuição da população na cidade e na metrópole vão ser determinadas em grande medida pelas condições de acessar ou não à lógica do mercado, portanto, estará estreitamente relacionada ao poder econômico acumulado pelos indivíduos e famílias – para os que não tiverem condições, resta um deslocamento “forçado” para outras áreas. A questão é que o crescimento dessas áreas receptoras nem sempre se fez acompanhar de investimentos compatíveis em termos de infraestrutura urbana. Como já apontado por Harvey (1973), há expressiva desigualdade na distribuição das pessoas e dos bens e serviços urbanos.

A segmentação econômica do espaço e suas implicações para o acesso ao mercado de trabalho também influenciam os movimentos e a localização da população no espaço. Com a conformação de um mercado de trabalho metropolitano, a distribuição dos postos de trabalho também se concentra em algumas áreas. Enquanto o setor de comércio e serviços pessoais e coletivos se espalha pelo território (às vezes acompanhando a dispersão da população), outras atividades mais especializadas e alguns serviços prestados às empresas ainda permanecem localizados em áreas mais centrais. Já as atividades industriais seguem algumas pautas de descentralização, mas também permanecem conectadas às lógicas de centralidade, pela articulação em rede permitida pelos avanços tecnológicos. A distribuição dessas atividades também contribui para condicionar as lógicas de mobilidade ou imobilidade espacial da população.

O sistema de mobilidade urbana e as condições de deslocamento também são cruciais. A realidade atual constitui-se num verdadeiro paradoxo em que, mesmo com os avanços tecnológicos e logísticos na área de transportes, as condições de mobilidade por parte da população são cada vez mais complicadas, principalmente para as camadas sociais com menor rendimento. As dificuldades para se deslocar passam pelo tempo despendido no trajeto, o preço das passagens, demora para passar, engarrafamentos, etc. O acesso aos bens e serviços urbanos também é uma dimensão importante para determinar a localização da população no espaço, segundo distintas condições sociais e

econômicas. Mesmo os territórios mais populares têm experimentado um processo de mercantilização que acaba influenciando as condições de localização. Ou seja, há um constante processo de realocização populacional no espaço.

Ao considerar a dinâmica populacional metropolitana, identificamos processos de concentração e dispersão populacional na organização interna das metrópoles, pois os núcleos ainda apresentam persistentes processos de concentração. Embora isso ocorra, simultaneamente as periferias metropolitanas experimentam mais nitidamente os processos de dispersão. Isso fica evidente tanto pela análise do crescimento, incremento e distribuição populacional nas metrópoles, quanto pela análise das migrações e movimentos pendulares, que confirmam esse comportamento.

Os resultados mostram que os fluxos populacionais se distribuem distintamente conforme se considere os núcleos ou as periferias das metrópoles. Em termos de distribuição populacional e atratividade, nota-se que para os movimentos intraestaduais e interestaduais, embora haja diminuição em algumas metrópoles, os núcleos ainda exercem maior atratividade. No geral, comparando núcleo e periferia, observa-se que, apesar de em números absolutos ser maior nos núcleos, o peso proporcional da migração é bem mais elevado na periferia também durante os anos 2000. Simultaneamente, o tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho também é maior para os trabalhadores nas periferias metropolitanas.

Quanto à avaliação empírica da abordagem sobre a localização no espaço urbano, com a distinção entre lugar de moradia e lugar de trabalho, observamos que realmente tem ocorrido maior atração populacional nas periferias e também maior retenção de população para trabalho. Contudo, no universo apenas dos que foram morar na periferia e saíram dos núcleos, nota-se que há uma saída muito alta de pessoas para trabalhar em outros municípios, especialmente no município de origem da migração – ou seja, entre os que saíram do núcleo e foram morar na periferia, muitos trabalhavam no núcleo, o que estaria promovendo uma dissociação entre lugar de moradia e trabalho na relação entre migrações e movimentos pendulares intrametropolitanos.

Ao avaliar a hipótese de que há diferenciais significativos entres aqueles que migraram por motivos relacionados ao trabalho ou à moradia, mesmo controlando por características sociodemográficas e

territoriais desses migrantes nas regiões metropolitanas, foi possível notar que tal hipótese se confirma. Constatamos assim que para os migrantes por motivos relacionados à moradia algumas características podem ser apontadas, como a participação em faixas etárias mais elevadas e famílias de casais com filhos, distribuição mais próxima entre homens e mulheres, predominância do destino para a periferia e rendimentos mais baixos. Ao analisar aqueles que migraram por motivos de trabalho, inversamente, há maior proporção de jovens e famílias do tipo casal sem filhos ou outros tipos (que incluem os indivíduos que moram sozinhos), maior participação para os homens e para os que tiveram o núcleo da metrópole como destino, além de apresentarem também rendimentos mais elevados. Portanto, a relação entre a mobilidade espacial e a estrutura urbana também é constatada ao examinar o papel dos movimentos populacionais nas metrópoles especialmente no que concerne ao mercado de trabalho e à moradia.

Ao considerar apenas a metrópole fluminense, tratamos inicialmente sobre algumas dimensões da estrutura urbana desta metrópole. A análise da dinâmica demográfica e dos movimentos populacionais na metrópole segundo a divisão social do espaço – considerando também características da divisão econômica existente –, permitiu analisar o objeto em questão sob maior nível de desagregação espacial. Isso porque há mudanças na escala de materialização das desigualdades sociais, conseqüentemente, as desigualdades demográficas também deverão se apresentar de forma distinta no espaço metropolitano. Para a divisão social do espaço, utilizou-se a tipologia socioespacial baseada numa hierarquia sócio-ocupacional. Ao observar os agrupamentos de áreas segundo esses tipos e a dinâmica demográfica em cada um deles, nota-se que realmente há diferenças significativas na dinâmica demográfica metropolitana segundo a divisão social do espaço. Confirma-se também que a migração tem grande expressividade na determinação dos ritmos de crescimento populacional, com a relevância ainda consistente da fecundidade.

Apesar da limitação para apreender toda a dimensão da mobilidade espacial através de informações sobre migrações e movimentos pendulares, esses dados também apresentam grande potencialidade especialmente para os estudos na escala da metrópole, já que os movimentos entre municípios traduzem muito da articulação existente entre as unidades político-administrativas, o que é muito importante para o planejamento urbano na dimensão metropolitana.

A potencialidade ao considerar os dados sobre mobilidade espacial (envolvendo tanto as mudanças de residência como a mobilidade cotidiana) está no aporte empírico que proporcionam, ao permitir debater temas metropolitanos, tanto em termos conceituais e operacionais como de políticas públicas. Entre estes temas, podem-se destacar as desigualdades sociais que se expressam na espacialização da população, a conseqüente segregação espacial, as mudanças na territorialização da estrutura produtiva, do emprego e da moradia, o surgimento ou reforço de centralidades.

Na dinâmica intrametropolitana da metrópole fluminense, no geral, aumenta a participação de pessoas que mudaram de residência, são também os municípios com média e baixa integração que apresentam as maiores taxas de imigração. Mesmo com a forte emigração nos núcleos metropolitanos, que também ocorre no Rio de Janeiro, este espaço ainda atrai mais pessoas de outros estados do que do seu próprio, mas a tendência é de redução da migração de longa distância. Já na periferia a maior parte dos movimentos foram intrametropolitanos, e o peso da imigração interestadual também é maior que a intraestadual. A análise empreendida mostrou que o favorecimento da migração intrametropolitana para a periferia é maior nos municípios de alta, média e baixa integração na metrópole, e mais ainda para Mangaratiba e Maricá. Sendo assim, a hipótese de que as migrações intrametropolitanas são de grande importância para determinar os processos de (re) distribuição populacional nas metrópole se confirma, mas é importante considerar que ainda há um peso considerável da imigração principalmente de outros estados e mais ainda em direção ao núcleo, já que a metrópole do Rio não é tão atrativa para as demais regiões do próprio estado. Claro que outras dimensões envolvendo incremento e crescimento populacional, como a fecundidade, têm grande relevância também, em especial nas áreas populares que apresentam taxas de fecundidade mais elevadas.

Quanto às migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares para trabalho, também identifica-se uma relação que possivelmente passa por mecanismos ligados às condições de acesso à moradia, às intervenções públicas na área de habitação, ao mercado de trabalho e às possibilidades de mobilidade urbana. Assim como observado para as demais metrópoles no capítulo 4, apesar da redução no movimento pendular em direção ao núcleo do Rio de Janeiro, no contexto da migração intrametropolitana ainda há grande

expressividade dos que se movimentam com frequência para o município de origem da migração na metrópole fluminense, como visto no capítulo 7.

Ao analisar os movimentos populacionais segundo os tipos socioespaciais, também foi possível encontrar alguns resultados interessantes. Apesar de permanecer a predominância nas áreas populares entre os que saíram do núcleo e foram para a periferia, há um aumento da participação desse fluxo nas áreas superiores da periferia, que é determinado essencialmente pelo município de Niterói. As trocas entre os municípios metropolitanos exceto o núcleo aumentam em todos os tipos socioespaciais, sendo mais elevadas nas áreas populares. Já os movimentos intraestaduais diminuem sua participação e os movimentos interestaduais aumentam um pouco tanto no núcleo quanto na periferia em todos os tipos (em termos proporcionais à população da própria área), sendo que no núcleo com taxas bem maiores principalmente nas áreas superiores e populares. A participação elevada de imigrantes nessas áreas sugere que possa estar ocorrendo dois tipos de movimento de grupos sociais que certamente vão residir em espaços diferenciados na metrópole.

Ainda foi colocada a hipótese de que também são das áreas populares que saem mais pessoas para trabalhar/estudar em outro município. A análise dessa relação parece mais complexa, já que proporcionalmente em relação à população total em cada tipo (através da taxa de mobilidade pendular por tipos socioespaciais), há participação maior de pessoas que realizam tal movimento nas áreas superiores – o que sofre influência da elevada saída para trabalho de Niterói para o Rio de Janeiro. Mas pela distribuição apenas entre os que fazem movimento pendular, vê-se que o quantitativo é bem maior nas áreas populares, pois a proporção de saída na periferia vai aumentando conforme diminui a posição das áreas na estrutura socioespacial. Parte desse maior dinamismo nas áreas populares se refere também ao próprio aumento do mundo popular nos anos 1990 na metrópole do Rio de Janeiro.

A ideia ao trabalhar com a mobilidade espacial foi permitir reunir tanto o sentido demográfico que este termo expressa quanto o sentido sociológico, além de colocar a dimensão urbana da mobilidade espacial. Simultaneamente, a ideia das “lógicas de mobilidade espacial” nos pareceu interessante para abordar a relação entre a dinâmica urbana e populacional, por sintetizarem as trajetórias da população

mediante a influência de diversos mecanismos da estrutura urbana – uma possibilidade para investigar as estratégias de apropriação da cidade (ou da metrópole), a partir dos movimentos populacionais – o que pode nortear estudos posteriores.

Os resultados para a tipologia das áreas da metrópole segundo condições de mobilidade espacial realizada no capítulo 8 indicam que realmente o espaço metropolitano apresenta uma estruturação segundo tais condições. Em linhas gerais, pode-se dizer tal organização passa principalmente pela considerável imobilidade no município do Rio de Janeiro, assim como pela maior mobilidade migratória para municípios em expansão e mobilidade pendular alta para a periferia mais consolidada. Entre esses espaços, identificamos cinco grupos de áreas que muito contribuíram para identificar as lógicas de mobilidade espacial na metrópole fluminense.

Como ressaltamos, mais do que uma contraposição, é a relação entre mobilidade e imobilidade espacial que sobressai na análise dos movimentos migratórios e pendulares. Conforme análise dos dados e das dimensões urbanas destacadas, podemos dizer que as lógicas de mobilidade e imobilidade espacial na metrópole passam por perspectivas de escolha ou de constrangimento. Quanto às possíveis lógicas de mobilidade espacial por constrangimento, podemos citar os movimentos migratórios com destino à periferia, especialmente entre aqueles que saem do núcleo e o fazem por razões de moradia, relacionados muitas vezes ao movimento pendular. Além desses, podemos identificar também que ainda há uma migração de longa distância no núcleo tanto para áreas superiores como para áreas mais populares (uma *proxy* para a longa distância é a migração interestadual). Entre as camadas sociais mais desfavorecidas economicamente há um peso considerável das trajetórias migratórias anteriores – pelas redes sociais existentes os núcleos ainda se apresentam como caminho para a sobrevivência social. A reemigração, apesar de não analisada nesse trabalho, mas já identificada por outros autores, também pode ser outra face desse processo (uma nova migração para outras áreas da metrópole ou mesmo o retorno à região de origem). Já as lógicas de mobilidade espacial por escolha podem operar tanto para a migração interestadual para áreas superiores (a outra face da migração de maior distância), como para parte da mobilidade migratória do núcleo para a periferia, tendo como exemplo o movimento para áreas de Mangaratiba, Maricá, Magé e Niterói – que podem ser investigadas quanto à ocorrência de um processo de suburbanização.

Para os que moram e trabalham na periferia, e que geralmente estão inseridos em proporções maiores nas ocupações mais inferiores da hierarquia sócio-ocupacional, podem operar lógicas de imobilidade espacial tanto por constrangimento quanto por escolha. Tal imobilidade entre municípios pode estar ligada a uma dinamização do mercado de trabalho local. Além disso, essa população pode ter preferido um local de trabalho mais próximo, para fugir do drama do deslocamento urbano, principalmente entre municípios. Entretanto, a segmentação econômica do espaço na metrópole do Rio de Janeiro, como visto no capítulo 6, aponta para uma concentração dos postos de trabalho. Sendo assim, a permanência do trabalho mais precário na periferia pode revelar dificuldades de acessar oportunidades no núcleo. Conforme foi observado, o núcleo metropolitano apresenta expressiva imobilidade pendular, que passa justamente por esse maior acesso ao mercado de trabalho local, apesar de ocorrer precariedade habitacional em algumas áreas, já que as favelas estão muito mais localizadas em áreas centrais. Ressalta-se que a mobilidade ou imobilidade espacial vista aqui é entre municípios, não sendo considerada a mobilidade intraurbana.

Em nossa reflexão sobre a dinâmica populacional e mobilidade espacial vimos que, ao mesmo tempo em que há rebatimentos da organização do espaço sobre os movimentos de população, esses movimentos também influenciam a estrutura socioespacial, promovendo uma reorganização do espaço metropolitano. É preciso reconsiderar que trabalhamos com um período que abarcou especialmente os anos 1990, mas como visto no capítulo 4, apesar de diminuir a participação da migração em relação à população total nos anos 2000, ela ainda permanece bem mais elevada nas periferias metropolitanas do que nos núcleos. De qualquer forma, os anos 1990 experimentaram transformações no mercado de trabalho, com aumento da precariedade, informalidade e relações de trabalho instáveis. Houve uma deficiência enorme nas formas de provisão de moradia, assim como a crise da mobilidade urbana também afetou fortemente a localização dos distintos setores sociais no espaço e, conseqüentemente, também trouxe novos elementos para repensar o modelo de organização do território.

Os processos de expansão metropolitana mediante mudanças na localização do emprego e da moradia são de suma importância, assim como as transformações demográficas. Apesar da redução

do crescimento populacional, as mudanças nos arranjos familiares também podem gerar novas demandas por espaço e moradia para estas famílias. Se antes havia famílias mais numerosas geralmente nucleares, na atualidade temos mais famílias com menor número de pessoas, além de arranjos diferenciados com pessoas vivendo só, jovens que moram juntos, separações, etc. – que levam as famílias a se subdividirem ainda mais, gerando maior demanda por habitação. Isso também pode contribuir para uma expansão periférica ou suburbana, dependendo das condições socioeconômicas destas famílias.

Portanto, temos evidências claras de um processo de dispersão populacional que, para as áreas periféricas, apresenta um caráter residencial. Já quanto à dispersão do emprego, as evidências não são muito claras, enquanto se fala em certa desconcentração das atividades produtivas, principalmente a industrial, para espaços que sofrem menos dos efeitos das deseconomias de aglomeração, temos um conjunto de atividades que são reforçadas nas áreas centrais, especialmente as de comércio e serviços, que potencializam sua atratividade para certos setores de atividade econômica. Ao mesmo tempo em que as áreas mais centrais (dos núcleos metropolitanos) apresentam decréscimo nas taxas de crescimento populacional, tão explorada nos estudos urbano-regionais e também demográficos, não se pode desconsiderar o expressivo incremento e estoque populacional que ainda há nessas áreas. Tal processo de dispersão também ficou evidente em estudo realizado por Rodrigues (2012), revelando que a população metropolitana está mais dispersa favorecendo as periferias, já as atividades econômicas mudam sua composição na distribuição populacional na metrópole, ao mesmo tempo, as áreas centrais seguem concentrando os serviços mais especializados, as sede das maiores empresas, as atividades de conhecimento e tecnologia, entre outros desses aspectos.

Inicialmente, pode-se colocar que essa expansão demográfica periférica seria um reforço a um policentrismo, pois o aumento de residências na periferia também pode impulsionar um crescimento de outras atividades, especialmente de comércio e serviços, para atender esta população – o que também promoveria tendências de mudança no modelo centro-periferia. Entretanto, tais mudanças relacionam-se às características da própria estrutura urbana ligadas à transição urbana em sua fase de inserção e apropriação da cidade e à transição demográfica, sendo mais um processo de dispersão urbana.

Diante das alterações na dinâmica demográfica e no comportamento dos movimentos populacionais, realmente é preciso desenvolver estudos que considerem as peculiaridades destas transformações. No que se refere à mobilidade espacial, o fato de não haver mais movimentos migratórios de massa com grandes eixos de deslocamento confirma essa abordagem, já que há sim uma fragmentação dos fluxos e lógicas socioeconômicas distintas operando mesmo entre aqueles que apresentam origem e destino relativamente semelhantes.

Este estudo partiu do pressuposto da relação entre a dinâmica demográfica e urbana, indicando que a primeira não é somente mais uma dimensão para elucidar os processos que ocorrem no espaço urbano, a dinâmica demográfica é em si mesma um processo social que interfere na conformação social do espaço urbano, sendo também por ela influenciada. A hipótese de que existem diferenças significativas na dinâmica populacional segundo uma divisão do espaço da metrópole se confirma, tanto a partir da relação núcleo-periferia (na escala municipal), como através da divisão social do espaço (visto segundo uma tipologia socioespacial das áreas internas dos municípios).

Entre as componentes demográficas, foi dado destaque para os movimentos populacionais, sendo possível notar a existência de distintas lógicas de mobilidade espacial. A identificação dessas lógicas constituiu-se em uma análise conceitual, operacional e exploratória a fim de articular processos demográficos e urbanos, abrindo sugestões para estudos posteriores. Um exemplo seria a utilização de informações mais recentes, como os microdados do censo demográfico de 2010, o que pode permitir a identificação de tendências mais atuais. Outro exemplo seria a incorporação de informações mais específicas sobre os elementos da estrutura urbana por área que ultrapassam os dados censitários, como informações sobre o mercado imobiliário, a demanda por trabalho, a mobilidade intraurbana, as condições de infraestrutura, os bens e serviços urbanos.

Geralmente os estudos sobre mobilidade espacial fundamentam-se na identificação de tipos de movimentos, muitas vezes baseados nas características do próprio movimento em si, como os fluxos, volumes, proporções, características das pessoas e das áreas de origem e destino. Ao tratar a respeito dos mecanismos que operam sobre esses movimentos, geralmente são consideradas dimensões na escala macrorregional ou nacional, relacionadas ao desenvolvimento econômico. Ao trabalhar com a ideia das lógicas de mobilidade no

espaço metropolitano, não deixamos de passar pelos tipos segundo essas dimensões, entretanto, buscamos analisá-los mais profundamente articulando-os com alguns mecanismos socioespaciais – os próprios elementos da estrutura urbana que revelam perspectivas de escolha ou constrangimento à mobilidade espacial. Essas lógicas refletem a fase da urbanização e metropolização marcada pela busca por apropriação efetiva da cidade – em nosso caso, da metrópole – assim como refletem também a fase da transição demográfica com baixa fecundidade, envelhecimento populacional, mudanças nos arranjos familiares, etc. Nesse contexto, também destacam-se movimentos populacionais mais peculiares e complexos, que revelam tanto a permanência de processos socioespaciais anteriores como a ocorrência de novos padrões migratórios e de mobilidade cotidiana – diante dos quais os mecanismos relacionados à localização no espaço urbano são fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Pedro, FARIA, Teresa Cristina. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. 1998. 35p. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP, 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a139.pdf>
- ABRAMO, Pedro. “El mercado del suelo informal en favelas y la movilidad residencial de los pobres en las grandes metrópolis: un objeto de estudio para América Latina”. Revista Territorios 18-19 / Bogotá, 2008, pp. 55-73.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. “A Polêmica Malthus versus Condorcet à luz da transição demográfica”. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. “Bônus Demográfico”. Disponível em: <http://www.ie.ufjf.br/aparte/pdfs/bonusdemografico.pdf> – Primeiro acesso em setembro de 2005.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Transição urbana e transições demográficas. EcoDebate, 07/07/2010. Disponível em: <http://arcadenoe.ning.com/profiles/blogs/transicao-urbana-e-transicoes>
- ARANHA, Valmir. Mobilidade pendular na metrópole paulista. Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 19, n.4, pp.96-109, out./dez.2005.
- AZEVEDO, Sérgio. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras. Porto Alegre: Coleção Habitare/FINEP, 2007.
- BAENINGER, Rosana. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília, 15 (2), 1998. pp. 67-78.
- BAENINGER, Rosana; CUNHA, José Marcos Pinto. A migração nos Estados brasileiros no período recente: Principais tendências e mudanças. Anais do encontro de Migrações da ABEP, 1999.
- BAENINGER, Rosana. Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores na Dinâmica Migratória Paulista. In: HOGAN, Daniel (org.). Migração e meio ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, setembro/outubro de 2008.
- BARROS, Luiz Felipe Walter; ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Novos Arranjos Domiciliares: condições socioeconômicas dos casais

de dupla renda e sem filhos (DINC). XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.abep.org.br/>. Acesso em 14/07/2011.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. “Dinâmica populacional Brasileira na Virada do Século XX”. Texto Para Discussão Nº 1034. RJ: IPEA, agosto de 2004.

BERQUÓ, Elza & CAVENAGHI, Suzana. “Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

BÓGUS, Lúcia; PASTERNAK, Suzana. Como anda São Paulo. Coleção Conjectura Urbana, vol. 3. Observatório das Metrôpoles, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, P., A Miséria do Mundo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997. p. 159-166.

BOURDIEU, Pierre. A distinção. Crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASS, W. – “Methods for Estimating Fertiltiy and Mortality from Limited and Defective Data”. Chapel Hill, N.C.: Carolina Population Center, 1975.

BRENNER, Neil. A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia. São Paulo: Cadernos Metrôpole, vol. 12, n. 24, pp. 535-564, jul/dez 2010.

BRITO, Fausto; MARQUES, Denise. As grandes metrôpoles e as migrações internas: Um ensaio sobre o seu significado recente. 4º Encontro Nacional de Migração da ABEP, Rio de Janeiro, 2005.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane. Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles. O significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20p. Texto para discussão ; 366.

CANO, Wilson. Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005. São Paulo: UNESP, 2008.

CANO, Wilson. Questão Regional e Urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. Anais do VI Encontro ABEP, 1988, p.67-99.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAÚJO, Rosane Lopes; COELHO, Will Robson. Habitação Social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras. Porto Alegre: Coleção Habitare/FINEP, 2007.

- CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. Introdução a Alguns Conceitos Básicos e Medidas em Demografia. São Paulo: ABEP, 1998.
- CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Migración interna y desarrollo en América Latina y el Caribe: continuidades, cambios y desafíos de política. In: Panorama Social de América Latina 2007. Disponível em: www.cepal.org/publicaciones/xml/5/30305/PSE2007_Cap4_Migracion.pdf
- COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. (Org.). Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997. p.81-106.
- CRUZ, José Luiz Vianna; SIMÕES, André; PASSOS, Rita Maria; SERRA, Rodrigo. Economia do petróleo, dinâmica populacional e os condicionantes da nova exclusão social no norte do Estado do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador-BA, maio/2005.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. “Migração Intrametropolitana em São Paulo: um fenômeno multiface”. In: VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1990, Caxambú, MG. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Belo Horizonte - MG : ABEP, 1990.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. “Migração Pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do município de São Paulo”. Conjuntura Demográfica, São Paulo, nº 22, p. 15-27, janeiro/março, 1993.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina. Santiago de Chile: CELADE-FNUAP, Serie Población y Desarrollo (30), 2002.
- CUNHA, José Marcos Pinto da; JAKOB, A. A. E.; JIMENEZ, M. A.; TRAD, I. L. Expansão Metropolitana, Mobilidade Espacial e Segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. Anais da Reunião da ABEP, 2006.
- DE MATTOS, Carlos. “Mercado metropolitano de trabajo y desigualdades sociales en el Gran Santiago: ¿Una ciudad dual?”. Santiago do Chile: Revista EURE, Vol. 28, no.85, p.51-70, 2002. Disponível em: www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612002008500004&script=sci_abstract&tlng=en
- DE MATTOS, Carlos. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina. De la ciudad a lo urbano generalizado. Norte Grande, No. 47, 2010, pp. 81-104.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. (Ed.) La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

DINIZ, Clélio Campolina; CAMPOLINA, Bernardo. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. Santiago de Chile: Revista Eure, vol. 33, nº 98, pp. 27-43, 2007.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ERVATTI, Leila Regina. “Dinâmica Migratória no Estado do Rio de Janeiro na Década de 90: Uma Análise Mesorregional”. Dissertação de Mestrado. IBGE/ENCE: 2003.

FARIA, Vilmar E. “Cinquenta anos de urbanização no Brasil” in Novos estudos Cebrap, no 29, mar./91, p.98-119.

FERNANDES, Ana Cristina; NEGREIROS, Rovena. “Desenvolvimento Econômico, Divisão de Trabalho e Mudanças na Rede Urbana Brasileira: Do Desenvolvimentismo ao Plano Real. In: FERNANDES, Edésio; VALENÇA, Márcio Moraes (org.). Brasil Urbano. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

FERNANDES, Florestan. Fundamentos da Explicação Sociológica. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

FREIRE, F. M. de Araújo. “Mortalidade usando informação dos filhos sobreviventes de Brass”. Departamento de Estatística – Grupos de Estudos Demográficos (GED) – UFRN, notas, 2009.

FRENK, Julio et alli. “The epidemiologic transition in Latin America”. In: International Population Conference/Congres International de la Population, New Delhi, 20-27 set., 1989. Vol. 1. [IUSSP]: Liege, Belgium. In Eng., p. 421.

GAUDEMAR, Jean Paul. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. Transporte Urbano e Inclusão Social. IPEA: Texto para Discussão, no 960, julho de 2003.

GOTTDINNER, Mark. A produção social do Espaço Urbano. São Paulo: Editora USP, 1993.

GUJARATI, Damodar. Econometria Básica. Elsevier Editora, 2006.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. “La estructura morfológica de las grandes ciudades” (1939). Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 111, 15 de abril de 2002. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sn/sn-112.htm>

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC, 1980 (1973).

HARVEY, David. A produção capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo

Demográfico - 1991: Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico - 2000: Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 - Revisão: 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2001 a 2009).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). Moradia segregação, desigualdade e sustentabilidade urbana. Relatório PNUD/IPEA publicado em RIO ESTUDOS, nº 13, maio/2001. Disponível em: http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/81_moradia,%20segrega%C3%A7%C3%A3o,%20desigualdade%20e%20sustentabilidade%20urbana.PDF

JARDIM, Antônio de Ponte. Mobilidade intrametropolitana: o caso do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2001, 266 p.

JARDIM, Antônio de Ponte; ERVATTI, Leila Regina. “Migração Pendular Intrametropolitana no Rio de Janeiro: A condição de renda das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência em 1980 e 2000”. Caxambu - MG: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2006.

KAZTMAN, Ruben. Activos y Estructuras de Oportunidades: un estudio sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay (Coordinador). CEPAL/UNDP: Uruguay, 1999.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGO, Luciana. Trabalho, moradia e (i) mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. Cadernos MetrÓpole, 18, pp. 275-293, 2 sem./2007.

LAGO, Luciana Correa. “O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a ‘periferia’ que virou ‘centro’”. Anais do Encontro da ABEP, 2008.

LAGO, Luciana Correa. A periferia metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. Congresso da LASA, 2009.

LAGO, Luciana Correa. “Minha Casa, Minha Vida: experiências de autogestão coletiva”. Entrevista no Boletim Semanal do Observatório das MetrÓpoles, 18/07/2011. Disponível em: http://observatoriodasmetrololes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1713&catid=45&Itemid=88&lang=pt

LEE, Everet S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.).

Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LENTINO, Izabella K. Análise Multicriterial de Proposta de Gestão da Mobilidade para Grandes Empreendimentos Urbanos. Tese de Doutorado – Centro de Tecnologia/UFRJ, 2005.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. Porto Alegre: Ensaio FEE, 10 (2): 303-335, 1989.

LISBOA, Severina Sarah. Os Fatores Determinantes dos Novos Movimentos Migratórios. Revista Ponto de Vista, vol. 5, 2008, pp.81-96.

MAMMARELLA, Rosetta; LAGO, Luciana. “Tendências na organização social do território das metrópoles 1991 – 2000”. Relatório de pesquisa – Observatório das Metrópoles/CNPq-Institutos do Milênio, 2009.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARKUSEN, Ann; SCHROCK, Greg. “The Distinctive City: Divergent Patterns in Growth, Hierarchy and Specialisation”. Urban Studies, Volume 43, No. 8, 2006, p. 1301-1323.

MARTINE, George; McGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana (org.). População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Nepo / Brasília: UNFPA, 2010.

MATOS, Ralfo. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. Cadernos Metrópole, n. 13, pp. 71-105, 1º sem. 2005.

MONTEIRO, Mário Francisco Giani. “Desigualdades nos riscos de mortalidade na infância e de gravidez na adolescência em populações vulneráveis nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo”. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino-Americana de População (ALAP), realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 - 20 de Setembro de 2004.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clelio Campolina; CROCCO, Marco (eds.). Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, pp. 61-85.

MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luisa G. C.; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. F. “Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos”. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

MOURA, Rosa. Arranjos Urbano-Regionais Brasileiros. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2009.

- MUNIZ, Jerônimo Oliveira. UM ENSAIO SOBRE AS CAUSAS E CARACTERÍSTICAS DA MIGRAÇÃO. Mimeo, 2002. Disponível em: http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. “Projeto: Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática” – Relatório final, junho/2009.
- OBSEVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Índice de Bem-Estar Urbano (iBEU). Rio de Janeiro, set./2010.
- OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR, Eduardo; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; SILVA, Robson Bonifácio da. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. São Paulo: Cadernos Metrópole, vol. 12, n. 24, pp. 395-415, jul/dez 2010.
- OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez., 2005.
- OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. Tendências recentes da mobilidade espacial da população no Estado do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 89-113, jan./jun. 2010.
- OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. Abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro. Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Estudos e Análises 1, 2011.
- PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; CUNHA, José Marcos P. Dinâmica demográfica regional recente: o caso de São Paulo. Anais do encontro de Migrações da ABEP, 1997.
- PACHECO, Carlos A. Fragmentação da Nação. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 1998.
- PALOMARES, J. C. G. Incidencia en la movilidad de los principales factores de un modelo metropolitano cambiante. Revista EURE, Vol. XXXIV, Nº 101, pp. 5-24, Santiago de Chile, abril de 2008.
- PARK, R. Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, G. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- PORTES, Alejandro; ROBERTS, Bryan R. La ciudad bajo el libre mercado. La urbanización en América Latina durante los años del experimento neoliberal. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. Santiago de Chile, Revista EURE, v.25, n.76, 1999.
- RANDOLPH, R. e GOMES, P. H. Urbanização, movimento pendular e migração: surgem novas territorialidades em áreas peri-metropolitanas? O

caso do Rio de Janeiro. In: Anais da V Encontro Nacional sobre Migrações. Campinas, ABEP, outubro de 2007.

RAVENSTEIN, Ernest George. "The Laws of Migration". *Journal of the Statistical Society of London*, Vol. 48, no. 2., jun./1885, pp. 167-235.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR/UFRJ; FASE, 1997, 352 p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A cidade, as classes e a política: reflexões mais que preliminares sobre a trajetória histórica da grande cidade brasileira na transição do desenvolvimentismo à globalização, a partir do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR, 1998.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana. "O Espaço Social das Grandes Metrôpoles Brasileiras". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2000, vol. 2, nº 3, pp. 111-129.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana. The Favela/(Formal) neighborhood contrast in the social of Rio de Janeiro" In *DISP 147 Planning in Brazil* (4/2001), Zürich, 2001.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Metrôpoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Rio de Janeiro: FASE/Observatório das Metrôpoles, 2004.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CORREA, Filipe de Souza; RODRIGUES, Juciano Martins. "Segregação e Segmentação Urbanas e Mercado de Trabalho: Estudo a partir da metrópole do Rio de Janeiro". *Observatório das Metrôpoles - Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. "Para onde vão as cidades brasileiras?". In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. "O Amor Em Tempos de Desamor e o Enigma: o Brasil Tem Jeito?". Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (org). Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2009. Disponível no site www.observatoriodasmetrolopes.net.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; RODRIGUES, Juciano Martins; SILVA, Érica Tavares. "Esvaziamento das Metrôpoles e Festa do Interior?". *Boletim Regional, Urbano e Ambiental do IPEA*, julho/2009. Disponível também em: www.observatoriodasmetrolopes.ufjf.br.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SILVA, Érica Tavares; RODRIGUES, Juciano Martins. Metrôpoles Brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.120, p.171-201, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RODRIGUES, Juciano Martins. Da crise da mobilidade ao apagão urbano. *Boletim Semanal do Observatório das Metrôpoles*, 15/06/2011. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net>

- RIBEIRO, Rosa. Famílias e desigualdade de renda na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no “Seminário: As Famílias e as Políticas Públicas no Brasil”. Belo Horizonte: 21 e 22 de novembro de 2005.
- RIGOTTI, José Irineu Rangel. “A (re) distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização”. 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008.
- ROBERTS, Bryan R; PORTES, Alejandro. Enfrentando la ciudad del libre mercado. La acción colectiva urbana en América Latina, 1980-2000. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- ROCHA, Sônia. As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio. *Econômica*, nº 4, vol. II, PP. 5-24, dezembro/2000.
- RODRIGUES, Juciano Martins. Expansão Territorial das Metrôpoles: população, economia e tendências. Tese de Doutorado – PROURB, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.
- RODRIGUEZ, Jorge. “Segregación residencial sociolaboral (SRS) y sus relaciones con la migración y la movilidad intrametropolitanas en cuatro aglomerados urbanos de América Latina. Los casos de Ciudad de México, Santiago de Chile, São Paulo y Rio de Janeiro en el decenio de 1990”. Texto apresentado no Workshop “Spatial Segregation and the Labor Market”, University of Texas-Austin, February 13-15, 2008a.
- RODRIGUEZ, Jorge. Spatial distribution, internal migration and development in Latin America and the Caribbean. CEPAL REVIEW 96, CELADE – Population Division of ECLAC, 2008b.
- RODRIGUEZ, Jorge. La ampliación de la centralidad histórica em Santiago de Chile. São Paulo: Cadernos Metrôpole, vol. 13, n. 25, pp. 45-68, jan/jun, 2011.
- RUIZ, Ricardo M. e PEREIRA, Fernando B. “Estrutura e Dinâmica Espaço-Temporal das Metrôpoles Brasileiras”. Observatório das Metrôpoles – Relatório. Rio de Janeiro, 2007.
- SANTOS, Angelina Moulin S. P. Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SANT’ANNA, Maria Josefina G. “A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais”. Planejamento das Cidades, no. 9, LPP, Laboratório de Políticas Públicas. Rio de Janeiro, janeiro-abril, 2003.
- SASSEN, Saskia. The global city: New York, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University Press, 1991.
- SILVA, Érica Tavares; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. “Movimento Pendular e Tendências da Reconfiguração Socioespacial”. XIV Semana de Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, 2008.
- SILVA, Érica Tavares. “Migração e Pendularidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Uma Análise Socioespacial da Mobilidade”. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2009.

SILVA, Érica Tavares; RODRIGUES, Juciano Martins. “Mobilidade Espacial nas Metrôpoles Brasileiras”. Revista Territorios, Bogotá-Colômbia, n. 22, 2010

SILVA, Érica Tavares; RODRIGUES, Juciano Martins; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. “Mobilidade Residencial e Reconfiguração Territorial nas Áreas Metropolitanas Brasileiras”. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu – MG, setembro/2010.

SILVA, Érica Tavares. “Organização Sócio-Territorial e Movimentos Populacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu – MG, setembro/2010.

SILVA, Érica Tavares; RODRIGUES, Juciano Martins. “Algumas Dimensões da Mobilidade Espacial no Território Metropolitano”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Rio de Janeiro – RJ, maio/2011.

SILVA, Érica Tavares. “Movimentos Populacionais Metropolitanos e Algumas Relações Socioespaciais”. Revista Emetropolis (Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais), pp. 29-43, 2011.

SILVA, Harley; MONTE-MÓR, Roberto Luís. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, 2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_3/abep2010_2530.pdf

SIMMONS, A. B. Explicando la migración: la teoría en la encrucijada. Estudios Demográficos y Urbanos, México: Colegio de México, v. 6, n. 1, p. 5-31, enero/abr.1991.

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª edição, 1977.

SIQUEIRA, Hipólita; MAIA, Alexandre Gori. Desigualdades nos mercados de trabalho metropolitano e não metropolitano brasileiro (1981-2006). São Paulo: Cadernos Metrôpole, v. 12, no 24, pp. 349-367, jul./dez., 2010.

SOBRINO, Jaime. Urbanización en México: evolución contemporánea y prospectiva al año 2030. In: CABRERO, Henrique. Ciudades mexicanas. Desafíos en concierto. Ciudad de Mexico: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2011.

SOJA, Edward William. Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SWYNGEDOUW, Erik. Glocalisations. Temple University Press, Philadelphia, PA, 2004.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006, Capítulo 1, p. 35-64.

- TOLOSA, Hamilton. “Pobreza no Brasil: Uma Avaliação dos Anos 80”. In: VELLOSO, J. P. Reis (org.). *A Questão Social no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1991, pp. 105-136.
- VAINER, Carlos B. “Deslocamentos Compulsórios, Restrições à Livre Circulação: Elementos para um Reconhecimento Teórico da Violência como Fator Migratório”. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1998.
- VAINER, Carlos B. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia – Revista do Migrante*, V. XIII, N.36, pp.15 – 32, 2000.
- VELTZ, Pierre. *Mundialización, ciudades y territorios. La economía de archipiélago*. Barcelona: Editora Ariel, S.A., 1996.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute, 1998, Capítulos III, IV e V (pp 49-134).
- WACQUANT, Lóic. *Os Condenados da Cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; FASE, 2001.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar 1987.

ANEXOS

I. PRINCÍPIOS E METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DA HIERARQUIA SÓCIO-OCUPACIONAL E ELABORAÇÃO DA TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL

A conformação da produção, dos bens e dos serviços urbanos, as condições de produção e reprodução no espaço urbano – inclusive as condições de mobilidade – perpassa uma perspectiva de distinção de classe, já que a alocação dos recursos assim como a localização dos diferentes grupos sociais resultam de uma estratégia econômica, política e cultural de classe. Essa distinção decorre também da compreensão do espaço das relações sociais. Segundo Bourdieu (1979), em seu estudo sobre a estrutura de classes na sociedade francesa, é possível representar o mundo social em forma de um espaço, a várias dimensões.

O espaço social é construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas posições relativas neste espaço. Sendo assim, essas propriedades de construção do espaço social são as diferentes espécies de poder ou de capital, no sentido material ou no sentido cultural (BOURDIEU, 2007, p. 133-136). O espaço social é um espaço de relações, mas que apresenta concretude tal como o espaço geográfico, determina proximidades e distâncias, compatibilidades e incompatibilidades, onde mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforço e as distâncias se medem em tempo.

A configuração da produção e da distribuição de bens e serviços também é produto de uma determinada estrutura de classes. De acordo com pesquisa realizada por Santos Jr., Ribeiro, Azevedo (2004), por exemplo, são as classes mais escolarizadas e com melhores rendimentos que apresentam maior poder de organização e de disputa dos bens e serviços urbanos.

Segundo a perspectiva da distinção, aspecto amplamente tratado também por Bourdieu (1979), há uma correspondência entre as práticas sociais, culturais (podemos dizer, também urbanas) e as classes sociais, assim como a sua espacialização. As preferências por lugares, por determinados serviços, por certos tipos de lazer, afirmam e conformam

uma vinculação social, além de uma estrutura social. Há uma distinção de preferências, de alocação e de acesso aos recursos também. O espaço social reificado se apresenta como a distribuição no espaço físico dos bens, serviços e também dos agentes individuais e grupos fisicamente localizados e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços mais ou menos importantes. É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (BOURDIEU, 1997, p. 161).

Ainda segundo Bourdieu, “os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 1997), tanto social quanto fisicamente. As lutas pelo espaço também podem assumir formas mais coletivas, em torno de políticas públicas, por exemplo. Há sempre uma aposta pela política do Estado, que também detém um poder sobre o espaço através da capacidade de fazer o mercado do solo, da moradia, do trabalho, da escola, da mobilidade urbana. As disputas pela apropriação do espaço traduzem-se também nas possibilidades de mobilidade espacial e social. Nesta perspectiva, as chances de mobilidade são potencializadas por um maior acesso ao capital, social, econômico, cultural. Pressupõe-se que tal acesso deve estar muito relacionado com a posição do indivíduo na estrutura social, que pode ser aproximada através da ocupação/trabalho em que está inserido.

O modelo metodológico elaborado por pesquisadores do Observatório das Metrópoles (Ribeiro e Lago, 1999; Ribeiro e Ribeiro, 2011) permite aproximar-se da estrutura social nas metrópoles, tem como princípio a centralidade do trabalho na estruturação e no funcionamento da sociedade. Desse princípio decorrem outros que se baseiam em diferenciações nas ocupações entre: i) capital x trabalho; ii) grande e pequeno capital; iii) autonomia x subordinação; iv) manual x não-manual; v) controle x execução; vi) secundário x terciário; vii) moderno x tradicional. A explicação de cada um desses princípios está melhor referida por Ribeiro e Lago (1999, p. 4-5). Através de técnicas de análise fatorial por correspondência binária e de classificação hierárquica ascendente, além da utilização de outras variáveis (como renda e escolaridade), foi possível identificar posições sociais que estruturam o espaço social da metrópole.

A partir destes princípios, chegou-se a uma estrutura sócio-ocupacional composta por vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais (chamadas de CATs) reunidas em oito grandes grupos: 1) Dirigentes: Grandes empregadores, Dirigentes do setor público, Dirigentes do setor privado; 2) Profissionais de nível superior: Profissionais autônomos de nível superior, Profissionais empregados de nível superior, Profissionais estatutários de nível superior, Professores de nível superior; 3) Pequenos empregadores; 4) Ocupações médias: Ocupações de escritório, Ocupações de supervisão, Ocupações técnicas, Ocupações de saúde e educação, Ocupações de segurança, justiça e correio, Ocupações artísticas e similares; 5) Trabalhadores do Terciário: Trabalhadores do comércio, Prestadores de serviços especializados; 6) Trabalhadores do Secundário: Trabalhadores manuais da indústria moderna, Trabalhadores manuais da indústria tradicional, Trabalhadores manuais de serviços auxiliares, Trabalhadores manuais da construção civil; 7) Trabalhadores do Terciário Não-Especializado: Prestadores de serviços não especializados, Empregados domésticos, Ambulantes e biscateiros; 8) Agricultores.

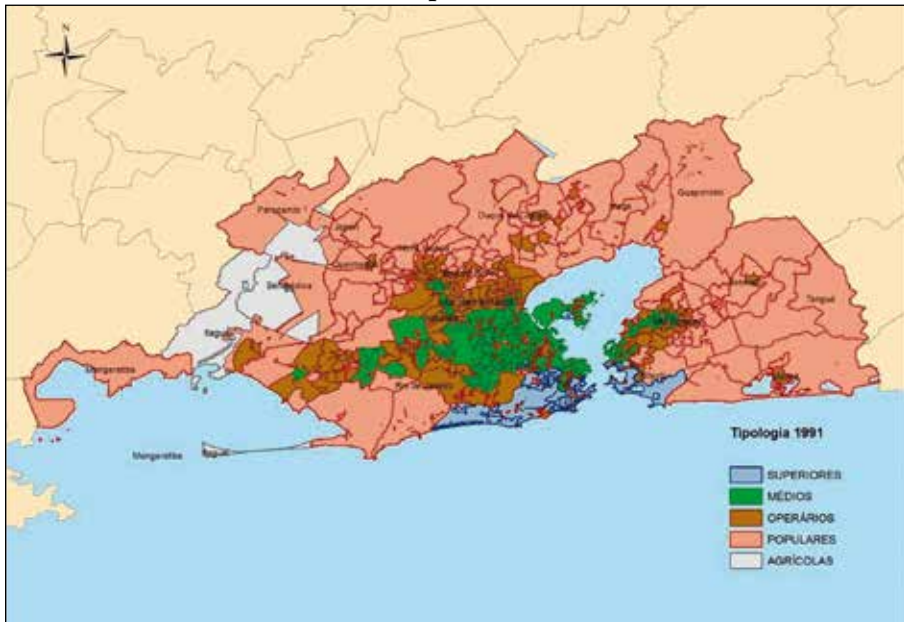
Ao considerar a relação entre o espaço social, aproximado através destas categorias, e o espaço físico, elaborou-se uma tipologia dos espaços metropolitanos. A ideia é a de que o perfil social de uma área exerce expressiva influência sobre as ações dos indivíduos que ali residem, esse perfil é apreendido através dos níveis de diversidade ou homogeneidade social em determinado espaço. É uma contraposição entre os benefícios e malefícios da homogeneidade e diversidade, já que áreas mais homogêneas permitem maior capacidade de coesão e articulações estratégicas para melhores condições de vida urbanas (isso é mais positivo em áreas mais abastadas), ao mesmo tempo tal homogeneidade pode reduzir o acesso às oportunidades, caso seus moradores não se constituam enquanto classe (isso é mais negativo para trabalhadores mais precários, por exemplo).

A espacialização empreendida neste estudo tomou como menor unidade espacial as AEDs – Áreas de Expansão da Amostra – unidades territoriais mínimas formadas através da reunião de setores censitários para disponibilização de microdados do Censo Demográfico de 2000; essa composição foi compatibilizada com a base de 1991. No caso da MetrÓpole do Rio de Janeiro, para o Município do Rio de Janeiro, foi utilizado um recorte espacial intraurbano que permitiu separar as favelas, portanto, em alguns casos são as AEDs, em outros são recortes que distinguem as favelas. Para cada uma dessas áreas, foi feita a

distribuição da população ocupada por categoria sócio-ocupacional. Através de análise fatorial por correspondência binária da distribuição das categorias sócio-ocupacionais por cada uma das áreas, seguiu-se uma classificação hierárquica ascendente, chegando a diferentes agrupamentos de áreas com perfis semelhantes, que resultaram das distinções entre as estruturas ocupacionais e dos processos de organização social do espaço em cada metrópole.

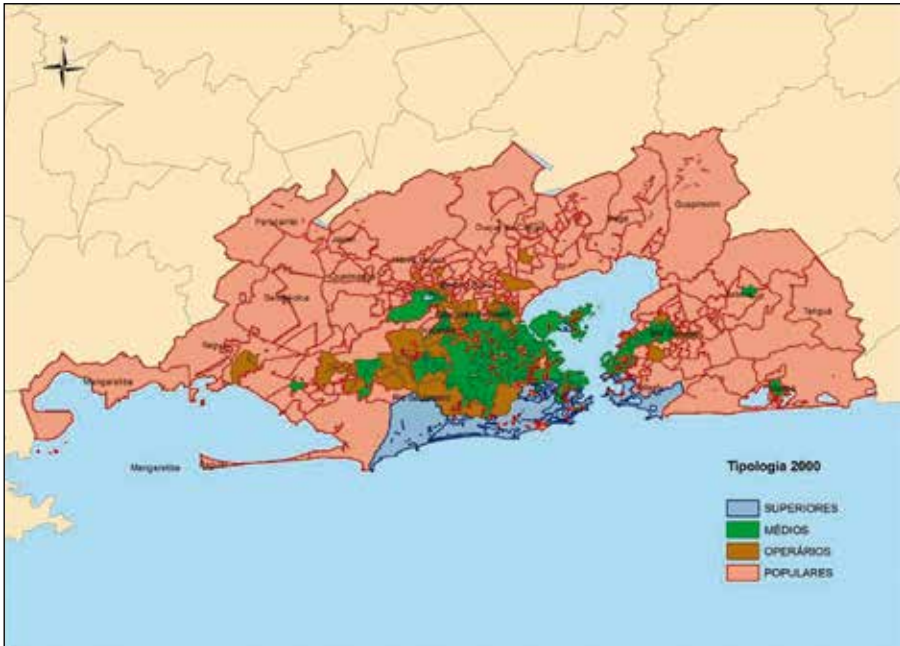
Apartir de alguns indicadores selecionados (perfil sócio-ocupacional; distribuição relativa das categorias; e índice de densidade), os grupos de áreas foram nomeados segundo suas principais características sócio-ocupacionais internas e segundo as diferenciações que apresentam entre si. Como resultado, as regiões metropolitanas apresentaram uma hierarquia que definiu, em linhas gerais, os tipos socioespaciais “superiores”, “médios”, “operários”, “populares” e “agrícolas”, estes tipos foram subdivididos de acordo com as especificidades internas de cada agrupamento em cada uma das regiões metropolitanas.

Mapa A.1 – Metrôpole do Rio de Janeiro segundo Tipologia Socioespacial, 1991



Fonte: Elaboração própria baseada em tipologia socioespacial do Observatório das Metrôpoles.

Mapa A.2 – Metrôpole do Rio de Janeiro segundo Tipologia Socioespacial, 2000



Fonte: Elaboração própria baseada em tipologia socioespacial do Observatório das Metrôpoles.

II. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

DA ANÁLISE FATORIAL E ANÁLISE DE CLUSTER PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS QUANTO À MOBILIDADE ESPACIAL

a) Dimensões e variáveis utilizadas

Para nossa investigação sobre a mobilidade espacial, separamos a população segundo características relacionadas a esta dimensão. Sendo assim, o objetivo é identificar grupos de áreas com perfis semelhantes no que se refere à composição populacional segundo migrantes e não migrantes, pessoas que realizam ou não movimento pendular, avaliar se é possível dizer que determinada área (bairros ou zonas) da metrópole tem uma concentração maior de pessoas que são migrantes recentes e de pessoas que realizam movimento pendular. Para tanto, diferenciamos os grupos populacionais em migrantes recentes (por data fixa, que há cinco anos antes do censo residiam em outro município); migrantes antigos (exceto os recentes); e pessoas que sempre moraram no município; estes três grupos ainda foram subdivididos entre aqueles que fazem ou não movimento pendular, resultando nos grupos a seguir.

Quadro A.1 – Especificação dos grupos para Análise

Grupos*	Especificação
G12	Não-Pendular Não-Migrante – sempre morou no município
G22	Não-Pendular Migrante antigo – já morou em outro município e não é migrante recente
G32	Não-Pendular Migrante recente – há cinco anos antes morava em outro município
G11	Pendular Não-Migrante – sempre morou no município
G21	Pendular Migrante antigo – já morou em outro município e não é migrante recente
G31	Pendular Migrante recente – há cinco anos antes morava em outro município

*O primeiro número indica a condição de migração, que são 3 nesta classificação: (1) Sempre morou; (2) Migrante antigo; (3) Migrante recente. O segundo número indica se a pessoa faz movimento pendular (1) ou não (2). No código G12, por exemplo, o 1 (um) indica que sempre morou no município e o 2 (dois) indica que não faz movimento pendular.

b) População considerada

Quanto à população utilizada nessa classificação, foram feitas três tentativas nos procedimentos metodológicos: uma utilizando a população total das áreas (acima de 5 anos), outra utilizando a população de 15 anos ou mais, e outra utilizando a população que trabalha. Os testes mostraram que o último recorte populacional (o da população ocupada) foi o que apresentou resultados mais consistentes em termos de comparabilidade ao que já se conhece da realidade metropolitana fluminense, além de estar diretamente relacionado com nossa reflexão.

c) Recorte espacial trabalhado

O recorte espacial que utilizamos aqui foi o mesmo especificado em seção anterior para a metrópole do Rio de Janeiro, qual seja, as diferentes áreas de expansão da amostra (AEDs) conforme disponibilizadas pelo IBGE e, no caso do município do Rio de Janeiro, um recorte espacial mais homogêneo que permite separar as favelas, que chamamos “area_ippur”.

d) Procedimentos para a tipologia

Para a elaboração de uma tipologia das áreas da metrópole segundo condição de mobilidade espacial são utilizados dois procedimentos de análise multivariada: análise fatorial e análise de cluster. A análise de correspondência diz respeito a um tipo de análise fatorial normalmente aplicada a dados categóricos ou a dados discretos. Esse tipo de análise difere da análise por componente principal pelo fato de este ser aplicado a dados contínuos. A análise de cluster é complementar à análise de correspondência. É importante assinalar que tanto a análise de correspondência quanto a análise de cluster são métodos de análise multivariada interdependentes, o que significa dizer que, a priori, não há relação entre as variáveis utilizadas (RIBEIRO e RIBEIRO, 2012).

A partir das áreas especificadas acima do Censo Demográfico de 2000, foi feita a distribuição da população ocupada no território metropolitano fluminense segundo os grupos apontados no quadro. Portanto, a base inserida para análise fatorial por correspondência compreende uma matriz de contingência em que as linhas correspondem às áreas e as colunas se referem a cada grupo populacional, conforme exemplo apresentado no quadro abaixo.

Quadro A.2 – Exemplo do formato da matriz utilizada para análise de correspondência

N	area_ippur	G12	G22	G32	G11	G21	G31	Total
1	330001	6.715	5.033	1.208	1.243	980	316	15.495
2	330002	7.028	3.208	319	888	675	227	12.345
3	330003	2.687	3.429	792	1.724	2.615	699	11.946
4	330004	3.827	4.658	931	2.326	3.109	784	15.635
5	330005	7.227	6.843	1.615	1.486	2.663	1.001	20.835
6	330006	2.874	2.066	237	862	793	147	6.979
7	330007	5.018	4.687	807	2.441	2.871	777	16.601
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
443	3305752001001	2.962	2.493	715	859	1.598	500	9.127

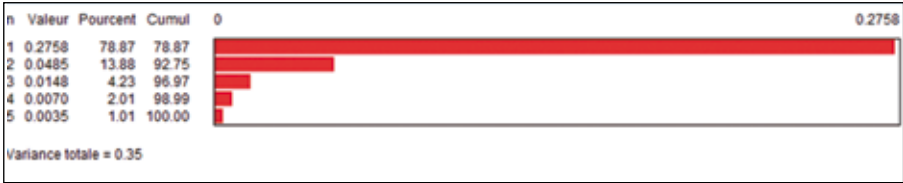
Nota: Apenas parte da base que é formada por 443 area_ippur.

A aplicação da técnica de Análise Fatorial por Correspondência identifica alguns eixos explicativos que se referem à relação existente entre as variáveis, esses eixos são os fatores ou as dimensões consideradas. O primeiro eixo geralmente concentra uma parcela maior da relação entre as variáveis, seguido pelos demais eixos. Geralmente um percentual de explicação de 75% já é razoável para proceder à análise. Com os grupos populacionais utilizados, apenas o primeiro eixo, já proporcionava uma contribuição explicativa de 78%, ou seja, só este primeiro já teria uma força explicativa considerável; o segundo eixo contribuía com 13,8%. Ao observar os fatores segundo a contribuição de cada variável (que se refere ao peso que tem na definição do fator), vemos que o primeiro eixo é mais explicado pela contraposição entre aqueles que sempre moraram e não fazem movimento pendular e aqueles que fazem o movimento – um peso forte da realização ou não do movimento pendular na metrópole. Já o segundo eixo é explicado mais pela oposição entre quem é migrante recente ou antigo e não faz movimento pendular, e aqueles que sempre moraram. Ou seja, a contraposição entre mobilidade e imobilidade é expressiva. Sendo assim, considerou-se mais interessante trabalhar com estes dois eixos, com uma explicação de 92,75%. Esses eixos, na verdade, são fatores que explicam a dispersão dos dados, no caso, dois fatores principais explicam em 92,75% a dispersão dos dados.

Ao utilizar estes dois eixos, podemos dispor as variáveis e indivíduos num plano cartesiano, onde os eixos se referem a cada fator. Essa (dis) posição será conforme a contribuição de cada variável nos fatores,

assim como também será de acordo com as semelhanças e diferenças existente entre os indivíduos (as áreas em nossa análise). Diante disso, já é possível visualizar as áreas que se aproximam e se distanciam uma das outras. Mas esses agrupamentos de áreas podem ser melhor identificados através da análise de cluster, utilizando as coordenadas dos indivíduos no plano cartesiano da análise de correspondência.

Figura A.1 – Contribuição dos eixos



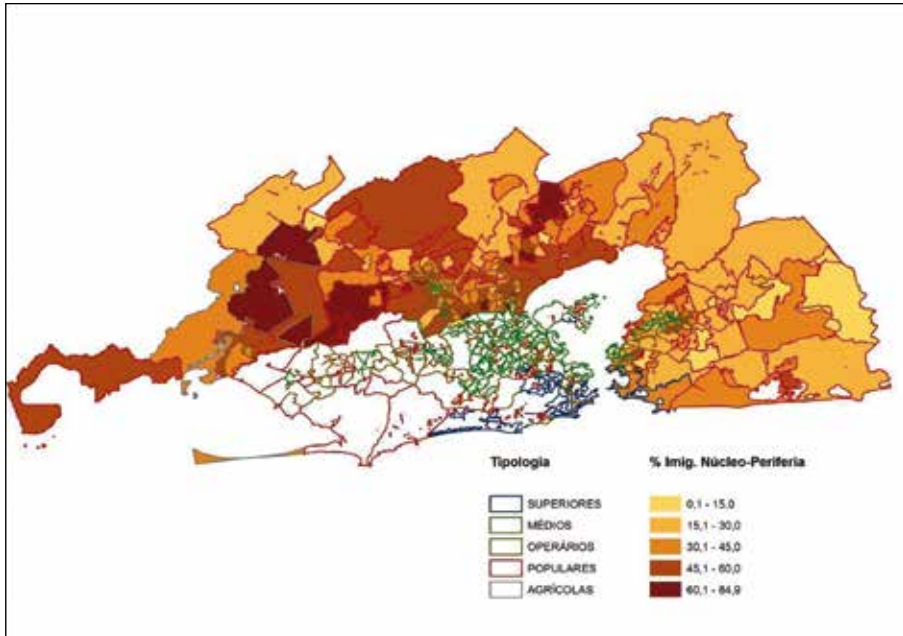
Na análise de cluster segundo o método hierárquico, para a formação dos agrupamentos (ou clusters), um critério utilizado na distinção quanto à homogeneidade no interior de cada grupo e à heterogeneidade em relação aos demais, é definir a variância intraclasse em torno de 25% e a variância interclasses de 75% aproximadamente. Se a variância interna for mais elevada, o grupo formado será menos homogêneo; em contrapartida, se a variância interna for mais reduzida teremos grupos em que os indivíduos são mais semelhantes internamente e, enquanto grupo, são mais distintos dos demais. Em nossa análise, encontramos uma variância intraclasse de 21,8% e variância interclasse de 78,2%, que gerou 4 grupos de áreas segundo mobilidade espacial da população para a metrópole do Rio de Janeiro. Definidos esses grupos, eles poderão ser caracterizados e nomeados a partir de estatística descritiva.

Um desses grupos, ainda nos pareceu heterogêneo, a partir da localização e das características tanto na dimensão de mobilidade quanto na dimensão socioeconômica da região. Retornando à análise apenas com este grupo composto por 62 áreas que abrangiam a Zona Sul do Rio de Janeiro, e algumas partes de Mangaratiba, Maricá e Magé, a divisão ficou mais clara, já que as partes destes últimos municípios se separaram da Zona Sul. A tipologia final considera os quatro grupos anteriores, sendo que um foi subdividido. Este procedimento ficou mais consistente e compatível com a realidade da metrópole fluminense, diante da qual, formaram-se então cinco grupos de áreas conforme a mobilidade espacial da população, que passamos a considerar a seguir.

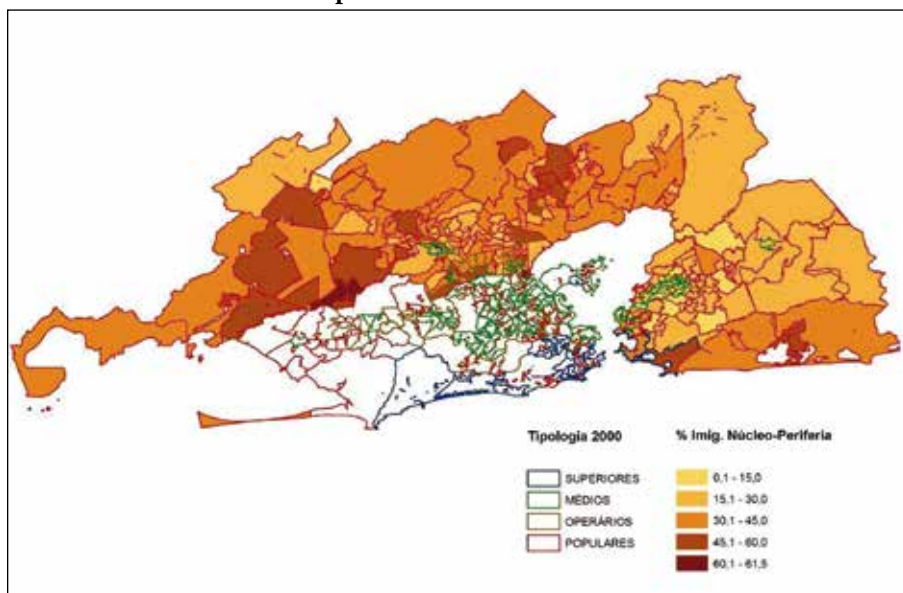
É importante ressaltar que essa é uma tipologia das áreas baseada numa caracterização da mobilidade espacial. Obviamente cada área apresenta participação de praticamente todos os grupos (não migrantes, migrantes antigos e recentes que fazem ou não movimento pendular), mas a classificação é feita mediante os grupos que se destacam, seja pela sua expressividade, seja pela sua distinção em relação aos demais ou pela homogeneidade interna.

III. MAPAS: DISTRIBUIÇÃO DA MIGRAÇÃO E MOVIMENTO PENDULAR NA METRÓPOLE DO RIO

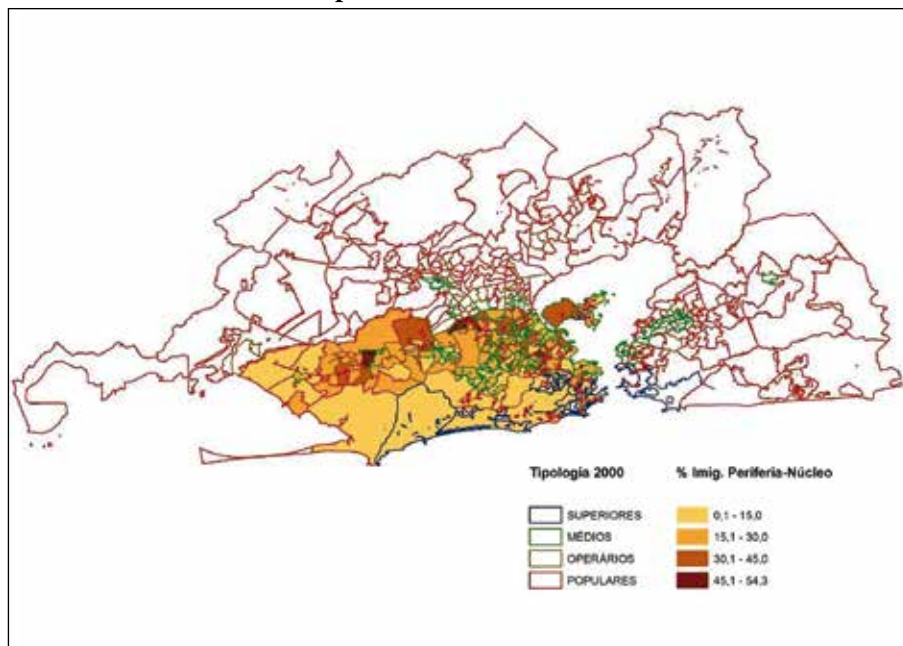
**Mapa A.3 – Imigrantes segundo Tipo Socioespacial - %
Intrametropolitanos Núcleo-Periferia 1991**



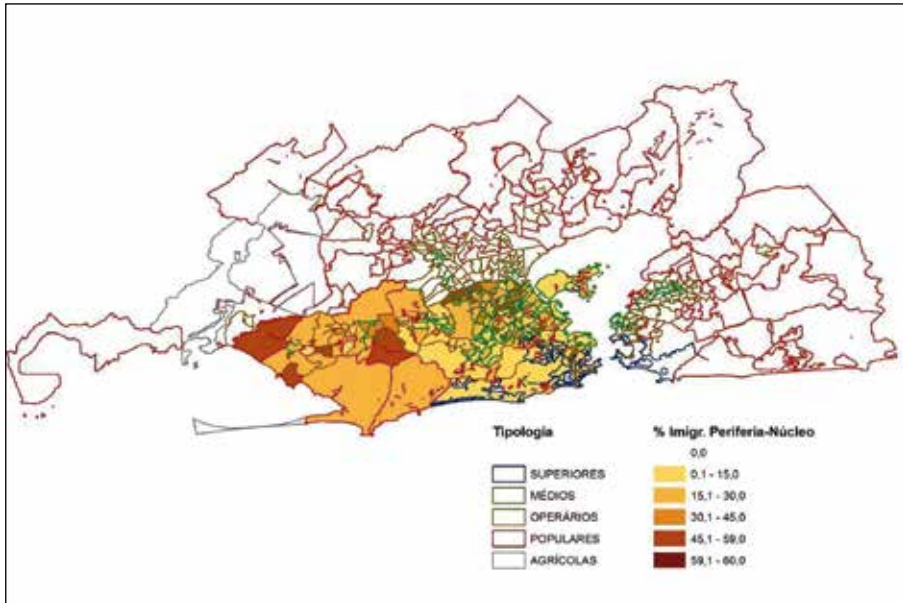
**Mapa A.4 – Imigrantes segundo Tipo Socioespacial - %
Intrametropolitanos Núcleo-Periferia 2000**



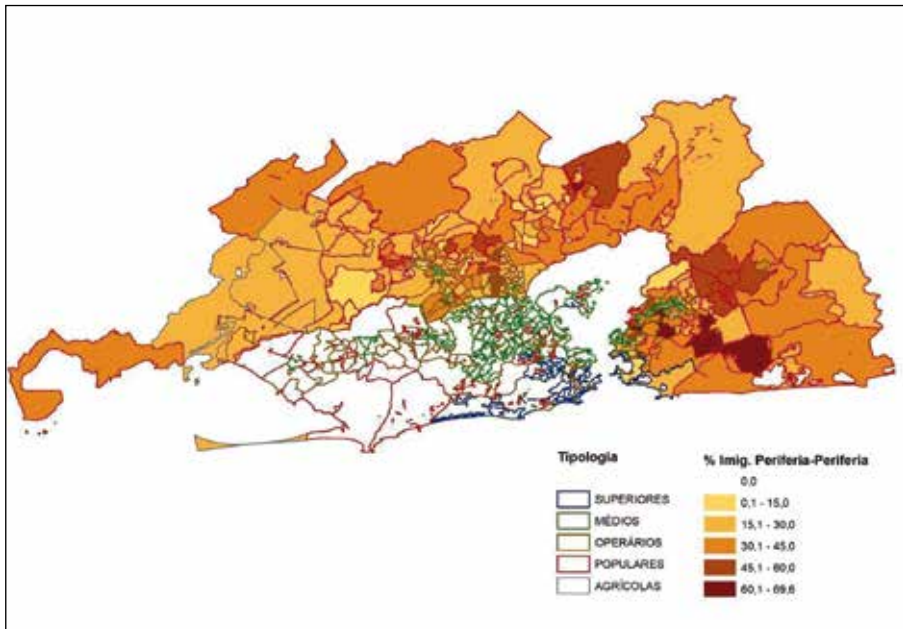
**Mapa A.5 – Imigrantes segundo Tipo Socioespacial - %
Intrametropolitanos Periferia-Núcleo 1991**



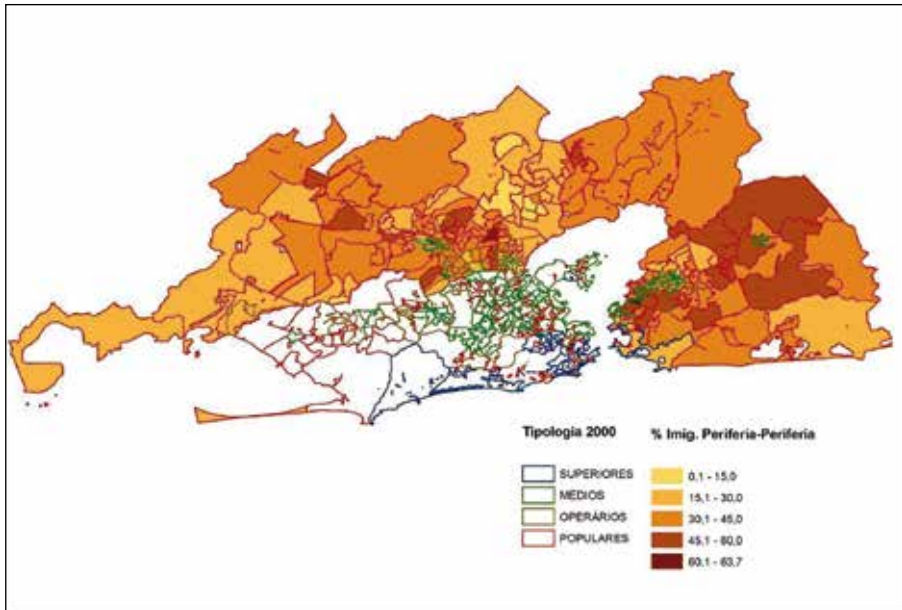
**Mapa A.6 – Imigrantes segundo Tipo Socioespacial - %
Intrametropolitanos Periferia-Núcleo 2000**



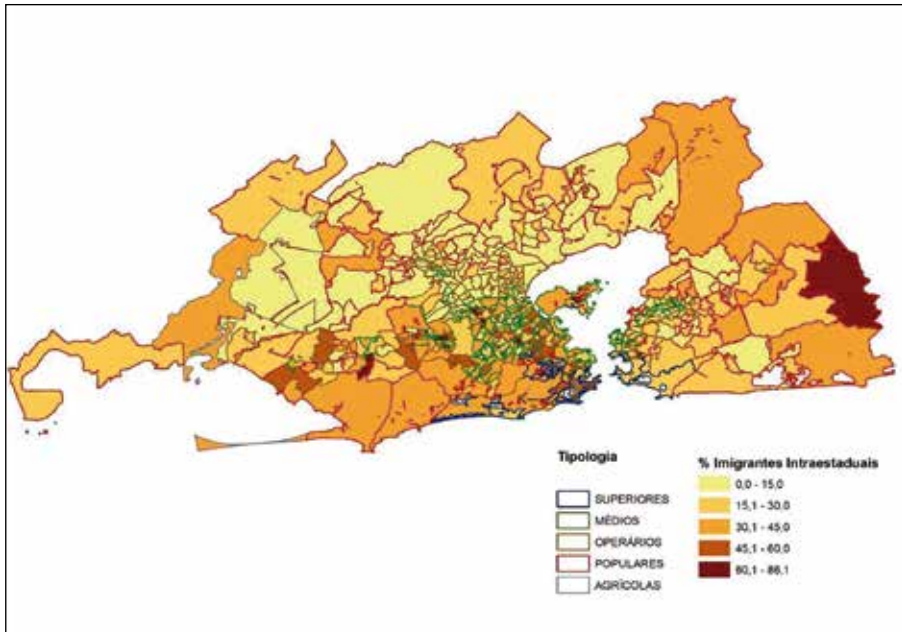
**Mapa A.7 – Imigrantes segundo Tipo Socioespacial - %
Intrametropolitanos Periferia-Periferia 1991**



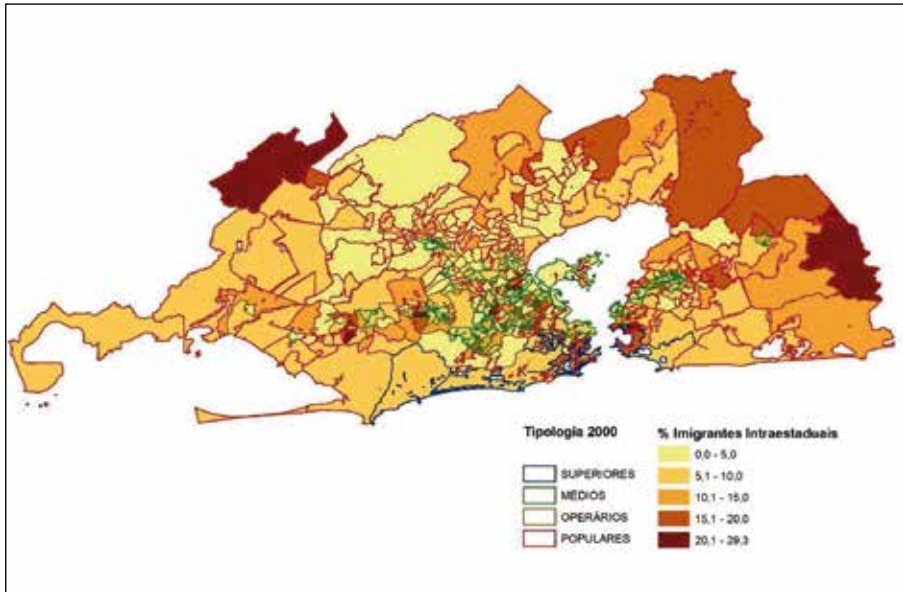
**Mapa A.8 – Imigrantes segundo Tipo Socioespacial - %
Intrametropolitanos Periferia-Periferia 2000**



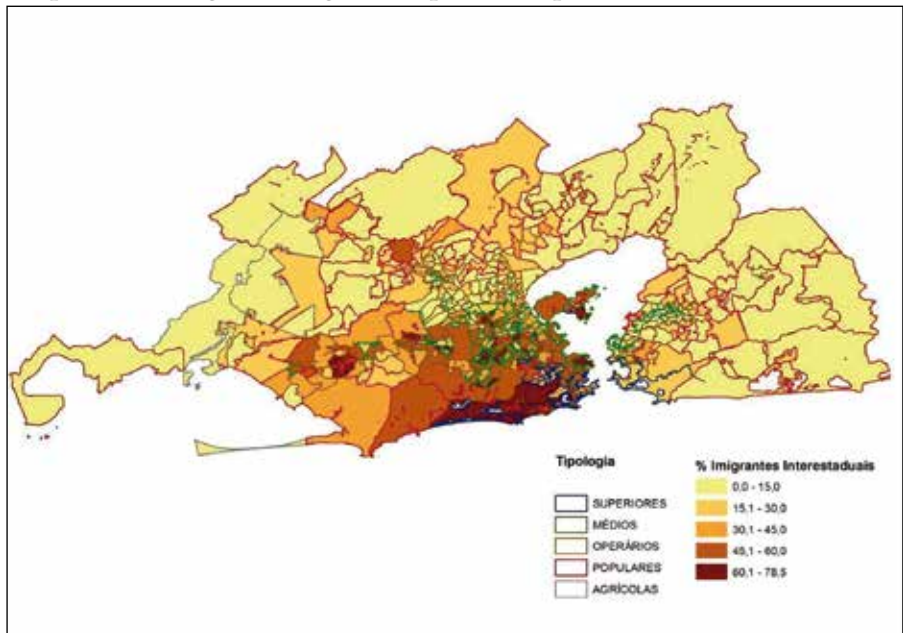
**Mapa A.9 – Imigrantes segundo Tipo Socioespacial - % Intraestaduais
(exceto intrametrop.) 1991**



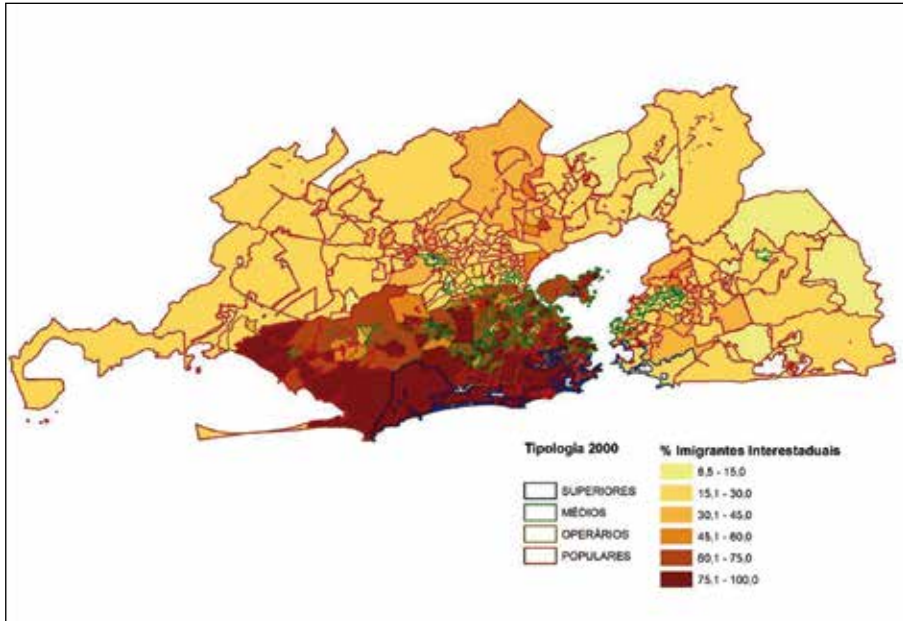
Mapa A.10 – Imigrantes segundo Tipo Socioespacial - % Intraestaduais (exceto intrametrop.) 2000



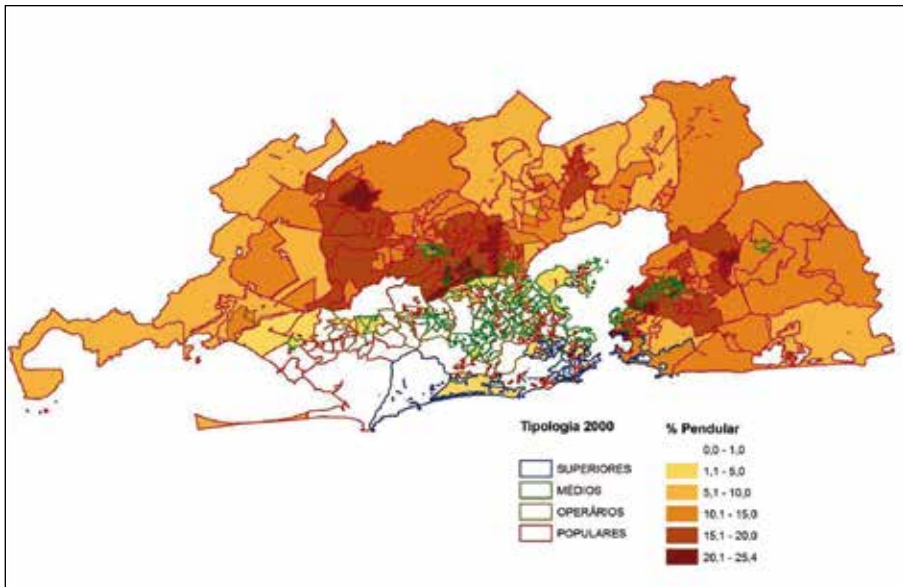
Mapa A.11 – Imigrantes segundo Tipo Socioespacial - % Interestaduais 1991



Mapa A.12 – Imigrantes segundo Tipo Socioespacial - % Interestaduais 2000



Mapa A.13 – Movimento Pendular segundo Tipo Socioespacial (%) – 2000



Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000. Elaboração própria segundo tipologia socioespacial do Observatório das Metrôpoles.

Esta obra foi impressa em processo digital/sob demanda,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel polem soft 80g/m² e a fonte ITC-NewBaskerville corpo 11 sobre 14.
Rio de Janeiro, maio de 2013.